

CIBEC/INEP



B0028151

Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

INEP

Inep
Textos divulgados
para a imprensa
(Coletânea 1996-2001)

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

República Federativa do Brasil

Fernando Henrique Cardoso

Ministério da Educação (MEC)

Paulo Renato Souza

Secretaria Executiva do MEC

Luciano Oliva Patrício

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP)

Maria Helena Guimarães de Castro

Diretoria de Estatísticas da Educação Básica

Ednar Maria Vieira Diniz

Diretoria de Avaliação da Educação Básica

íza Locatelli

Diretoria de Tratamento e Disseminação de Informações Educacionais

João Batista Ferreira Gomes Neto

Diretoria de Avaliação para Certificação de Competências

Maria Inês Fini

Diretoria de Gestão e Planejamento

Solange Maria de Fátima Gomes Paiva de Castro

Diretoria de Estatísticas e Avaliação da Educação Superior

Tancredo Maia Filho

Inep

Textos divulgados para

a imprensa

(Coletânea 1996-2001)

Organização:
Dulcídio Siqueira Neto
João Luiz Mendes
Assessoria de Imprensa do Inep

Brasília-DF
MEC/Inep
2002

OK

50920
126028151

COORDENAÇÃO-GERAL DE LINHA EDITORIAL E PUBLICAÇÕES
Antonio Danilo Morais Barbosa

COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO EDITORIAL
Rosa dos Anjos Oliveira

COORDENAÇÃO DE PROGRAMAÇÃO VISUAL
F. Secchin

EDITOR
Jair Santana Moraes

REVISÃO Eveline
de Assis

PROJETO GRÁFICO F.
Secchin

CAPA F.
Secchin

DIAGRAMAÇÃO E ARTE-FINAL
Raphael Carón Freitas

TIRAGEM
500 exemplares

EDITORIA
Inep/MEC - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
Esplanada dos Ministérios, Bloco L, Anexo I, 4º Andar, Sala 418
CEP 70047-900 - Brasília-DF - Brasil
Fones: (61) 224-7092,321 -7376
Fax: (61) 224-4167
e-mail: editoria@inep.gov.br

DISTRIBUIÇÃO
Cibec/Inep - Centro de Informações e Biblioteca em Educação
Esplanada dos Ministérios, Bloco L, Térreo
CEP 70047-900 - Brasília-DF - Brasil
Fone: (61)323-3500
e-mail: cibec@inep.gov.br
<http://www.inep.gov.br>

37:31
959t
Exc. 2

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

Textos divulgados para a imprensa (coletânea 1996-2001) / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais.- Brasília: Inep, 2002. 229p.

1 .Estatísticas educacionais - 1996-2001. 2.Avaliação da educação -1996-2001.3.Educação - Textos para imprensa. I.Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais.

Sumario

Apresentação.....	7
Introdução.....	9
1. ESTATÍSTICAS	11
1.1 CENSO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	13
Educação infantil lidera crescimento da matrícula nas escolas	13
(30 de agosto de 2001)	
Cresce número de alunos na série correta do ensino fundamental	17
(27 de junho de 2001)	
Maioria dos alunos frequenta escolas com biblioteca	19
(27 de junho de 2001)	
Sistema de ciclos abrange 23% da matrícula do ensino fundamental	20
(26 de setembro de 2000)	
Censo Escolar indica diminuição das desigualdades regionais	22
(30 de agosto de 2000)	
Censo Escolar registra 1,3 milhão de novas matrículas em 1999.....	27
(28 de setembro de 1999)	
Matrícula no ensino médio cresceu 57,3% desde 1994.....	35
(15 de setembro de 1999)	
Inep ganha prêmio de excelência em informática pública.....	37
(27 de julho de 1999)	
Censo indica aumento da aprovação escolar.....	38
(7 de outubro de 1998)	
Censo Escolar revela 2,1 milhões de alunos a mais em 98.....	42
(2 de outubro de 1998)	
Brasil está perto de colocar todas as crianças na escola.....	46
(27 de setembro de 1998)	
Estudo do Inep aponta os desafios para a educação brasileira	51
(16 de setembro de 1998)	
Informe estatístico do MEC revela melhoria do rendimento escolar	54
(24 de julho de 1998)	
Censo aponta avanços na educação	61
(20 de janeiro de 1997)	
1.2 CENSO DA EDUCAÇÃO INDÍGENA	62
Brasil tem 93 mil alunos na Educação Indígena.....	62
(18 de dezembro de 2001)	

1.3 CENSO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	67
Educação infantil brasileira está em expansão	67
(19 de setembro de 2001)	
1.4 CENSO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	70
Educação Profissional tem 2,8 milhões de alunos no País	70
(24 de outubro de 2000)	
1.5 CENSO DO PROFESSOR	74
Brasil tem 1,6 milhão de professores na educação básica	74
(10 de agosto de 1998)	
1.6 CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR.....	79
Matrícula registra maior crescimento da década.....	79
(21 de novembro de 2001)	
Aumenta número de vagas nas universidades federais.....	87
(27 de junho de 2000)	
Ensino superior mantém tendência de crescimento e diversificação	92
(9 de junho de 1999)	
Qualificação dos professores do ensino superior melhora.....	100
(17 de julho de 1998)	
1.7 PESQUISAS INTERNACIONAIS	101
Relatório mundial aponta "janela de oportunidades" para educação no Brasil	101
(5 de julho de 2001)	
Brasil mostra resultados e desafios na educação em fórum que reúne 196 países	107
(26 de abril 2000)	
Relatório da Unesco/OCDE indica aumento da expectativa de permanência na escola no Brasil	110
(29 de fevereiro 2000)	
EFA-9 - Relatório brasileiro destaca avanços da educação.....	117
(28 de janeiro 2000)	
Brasil gasta com educação igual países da OCDE	124
(23 de novembro 1998)	
2. AVALIAÇÕES.....	131
2.1 SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (SAEB).....	133
Escolas do Nordeste são as que mais influenciam no desempenho do aluno.....	133
(Quilhode2001)	
Escolas públicas destacam-se pela qualidade no ensino	135
(8 de março de 2001)	
Saeb revela perfil do ensino brasileiro.....	137
(28 de novembro de 2000)	
Nordeste melhora desempenho no Saeb/97	148
(28 de outubro de 1998)	
Em busca da qualidade do ensino básico	155
(9 de dezembro de 1996)	
2.2 EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO (ENEM)	157
Gratuidade muda perfil do participante do Enem	157
(5 de dezembro de 2001)	

Redação é destaque no Enem	163
(13 de dezembro de 2000)	
Desempenho dos alunos no Enem é satisfatório	171
(14 de dezembro de 1999)	
Enem demonstra conhecimento dos alunos ao final da educação básica	175
(16 de dezembro de 1998)	
2.3 EXAME NACIONAL DE CURSOS (PROVÃO)	180
Cursos apresentam desempenho satisfatório no Provão	180
(12 de dezembro de 2001)	
Os novos critérios de avaliação do Provão.....	188
(19 de março de 2001)	
Provão estimula melhoria de cursos.....	194
(19 de dezembro de 2000)	
MEC inova na apresentação dos resultados do Provão.....	201
(9 de dezembro de 1999)	
Provão eleva qualidade do ensino superior nas instituições privadas.....	208
(30 de novembro de 1998)	
Provão consolida-se como instrumento de avaliação do ensino superior	215
(17 de novembro de 1997)	
2.4 AVALIAÇÕES INTERNACIONAIS	219
Avaliação internacional revela que atraso escolar é o maior problema educacional do Brasil.....	219
(5 de dezembro de 2001)	
Alunos brasileiros são destaque em avaliação da Unesco/Orealc	224
(16 de dezembro 1998)	
2.5 EXAME PARA CONCLUINTES DO ENSINO MÉDIO (ECEM)	226
Exame revela perfil de concluintes do ensino médio em nove Estados	226
(26 de março de 1998)	

Apresentação

Sem conhecimento profundo da realidade é impossível promover políticas públicas eficazes para melhorar a educação. Por mais consensual que seja a percepção das deficiências do ensino, só os levantamentos estatísticos acurados e uma avaliação sistemática dos dados mostram a exata correlação entre o desempenho dos estudantes, o preparo dos professores, a gestão das escolas, o ambiente socioeconômico e o marco legal em que se dá o processo de transmissão dos conhecimentos e formação de cidadãos pensantes.

A isso tem se dedicado com afinco e rigor científico o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep).

O trabalho, porém, seria inútil se não tivesse ampla divulgação. O País é grande, populoso, heterogêneo; o complexo sistema educacional ramifica-se em redes autônomas estaduais e municipais; estudantes e docentes contam-se aos milhões, do ensino fundamental, agora universalizado, ao ensino superior, que se expande rapidamente.

Uma série de publicações técnicas, editadas com rapidez e regularidade, faz chegar a essa miríade de pessoas envolvidas com a educação os novos conhecimentos gerados pelo trabalho do Inep. Mas isso seria insuficiente se os dados e análises não chegassem também ao conhecimento de toda a sociedade, por meio dos veículos de comunicação social, pois, sem as pressões da opinião pública e o envolvimento das comunidades, a evolução do ensino não se dará nem no rumo desejado nem na velocidade requerida.

A cada pesquisa, avaliação ou estudo que o Inep realizou correspondeu um documento transparente destinado à imprensa. São esses documentos que estão reunidos aqui, para serem usados como obra de referência, uma contribuição para que a mídia abra cada vez mais espaços à discussão dos problemas e soluções do ensino brasileiro.

Maria Helena Guimarães de Castro
Presidente do Inep/MEC

Introdução

Ao longo dos últimos sete anos, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep/MEC) produziu uma série de atividades que conquistou um amplo espaço na imprensa brasileira. Os levantamentos estatísticos e as avaliações realizadas contribuíram para que o tema educação ganhasse cada vez mais destaque na mídia de todo País e, conseqüentemente, entrasse na agenda das discussões da sociedade.

Como contribuição ao trabalho dos profissionais da comunicação, o Inep sempre se preocupou em tornar as informações disponíveis de maneira ágil e transparente, pois entende que a imprensa tem um importante papel para o avanço do setor educacional do País.

Para cada divulgação de suas pesquisas, a Assessoria de Imprensa do Inep produz textos específicos para atender aos jornalistas. O material distribuído à imprensa extrapola a função de *release* e passa a ter um caráter documental ao tratar dos assuntos vinculados à missão do Inep.

Os dados e os conceitos são detalhados, com o objetivo de facilitar a compreensão dos inúmeros fatores que envolvem o universo da educação. Como forma de garantir o rigor das informações, a Assessoria de Imprensa mantém uma estreita aproximação com as equipes técnicas das diversas áreas que constituem o Inep.

Esta publicação, que, nas páginas seguintes, reúne os principais textos produzidos pelo Inep, pretende mostrar um pouco da história recente de uma instituição que ganha, cada vez mais, credibilidade no cenário educacional do País. A partir desse material é possível compreender como foram estruturados e consolidados os levantamentos censitários e as avaliações que estimulam transformações e servem de orientação à política de educação do Brasil.

Os textos desta publicação estão divididos em duas grandes áreas de atuação do Inep: estatísticas e avaliações. Na primeira, estão os Censos da Educação Básica e Superior, além das coletas especiais e produção de indicadores educacionais. Na outra, encontram-se textos sobre o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb), o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e o Exame Nacional de Cursos (Provão).

Tanto na área de estatística como na de avaliação, também pode ser verificada a participação do País em pesquisas internacionais de educação. Os textos foram distribuídos em ordem cronológica decrescente para que se possa conhecer o cenário atual e o apresentado nos períodos anteriores. E assim, por meio dos números, ter uma compreensão histórica da recente evolução educacional brasileira.

Este conjunto de textos é o somatório de um esforço de vários anos de trabalho. O Inep espera que esta publicação seja uma constante fonte de informação para todos os profissionais de comunicação e demais interessados nos assuntos educacionais.

1

ESTATÍSTICAS

O Inep realiza uma série de pesquisas censitárias, com destaque para o Censo Escolar, que abrange cerca de 250 mil escolas públicas e privadas de educação básica. A linha das pesquisas estatísticas também inclui o Censo da Educação Superior e diversos levantamentos especiais, como o Censo da Educação Profissional, Infantil e Indígena.

Além disso, o Inep, em parceria com organismos internacionais, tem sido o responsável no País pela produção de estudos, como o projeto mundial de indicadores educacionais, que visam comparar a realidade do ensino brasileiro com as demais nações. Todas essas informações subsidiam órgãos responsáveis pela formulação e implementação de políticas educacionais.

1.1 CENSO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Educação infantil lidera crescimento da matrícula nas escolas

Censo Escolar 2001 mostra que País incluiu mais 570 mil crianças nesse nível de ensino

Depois da universalização do acesso ao ensino fundamental e da acentuada expansão do número de alunos no ensino médio, outro nível educacional surge como destaque. Em 2001, a educação infantil apresentou o maior crescimento na matrícula, incluindo no sistema escolar mais 569.916 crianças.

Em relação ao ano passado, a pré-escola, destinada a crianças na faixa etária de quatro a seis anos, teve um aumento de 8,9%. A matrícula passou de 4.421.332 para **4.815.431**. O número de matrículas em creche, voltada para o atendimento de crianças com até três anos, registrou uma expansão de 19,2%, elevando-se de 916.864 para 1.092.681 nesse período.

Entre 1996 e 2000, a taxa média anual de expansão da pré-escola era de 0,9%, totalizando no período uma elevação de 3,5%. Portanto, só em 2001, o crescimento registrado foi cerca de três vezes maior do que nos últimos quatro anos.

Os dados da educação infantil fazem parte do Censo Escolar 2001, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep/MEC) em parceria com as Secretarias Estaduais de Educação. Os números preliminares do levantamento deste ano, cuja coleta teve início em março, foram divulgados hoje, dia 30.

Expansão da pré-escola foi maior no Norte e Nordeste

A maior expansão da pré-escola foi identificada no Norte e Nordeste. Na Região Norte, a matrícula cresceu 17,2%, entre 2000 e 2001. O número de alunos subiu de 307.947 para 361.038, de acordo com o Censo Escolar.

Na Região Nordeste, o índice de crescimento foi de 11,4%, passando de 1.320.845 para 1.470.781 matrículas. Há, este ano, 150 mil crianças a mais na pré-escola do que em 2000. Esse foi o maior crescimento do País em números absolutos. As creches da região receberam mais 48 mil alunos, totalizando quase 200 mil novos alunos na educação infantil no Nordeste.

No Sudeste, o Censo 2001 registrou 2.127.196 crianças na pré-escola e, no Sul, 587.853, com índices de aumento de 7,3% e 3,6%, respectivamente. No Centro-Oeste, foram registrados 268.563 alunos e um crescimento 10,4% em relação a 2000.

Dos 394.099 alunos que ingressaram na pré-escola este ano, 280.298 foram matriculados na rede pública municipal, que cresceu 9,4% e atende 68% dos alunos. Nas escolas estaduais, houve uma redução de 5,8% do número de alunos. Nas particulares, que detêm 25,4% do total matrícula, foi registrado aumento de 12,2%, entre 2000 e 2001.

Em 11 Estados, o Censo Escolar identificou um aumento da matrícula na pré-escola acima da média nacional. O maior crescimento, de 26%, aconteceu em Pernambuco, seguido do Pará, 25,4%, e do Estado do Amapá, 20,8%. Em números absolutos, a expansão mais acentuada foi em São Paulo, que recebeu mais 76.464 alunos em 2001. Na seqüência, estão Minas Gerais, com acréscimo de 39.787 crianças, e Pará, 38.423.

Censo evidencia retorno à sala de aula

A população com mais de 15 anos de idade, que abandonou ou não teve a oportunidade de freqüentar a escola, está cada vez mais presente no sistema de ensino. A educação de jovens e adultos (antigo supletivo), que atende grande parte desses estudantes, teve um crescimento de 12% em 2001, com o retorno de cerca de 410 mil pessoas às salas de aula.

Na educação de jovens e adultos de ensino médio, a matrícula cresceu 14,6%, passando de 873.224 para 1.000.769. Esse aumento ocorreu em todas as regiões, com destaque para o Nordeste, que teve uma elevação de 60,8%. Nesta região, há 62 mil alunos a mais no nível secundário da educação de jovens e adultos do que no ano passado.

Nas classes de 1ª a 4ª série do ensino fundamental do supletivo, a matrícula teve um salto de 37,4%. Nos últimos quatro anos, o crescimento médio anual era de 3,8%. Nas turmas de 5ª a 8ª série do ensino fundamental, o Censo mostrou um aumento na matrícula de 5,2%, índice acima da média anual no período anterior, que era de 4,9%.

No Nordeste, a expansão nas quatro primeiras séries do ensino fundamental da educação de jovens e adultos chegou a 79%. Na região, o número de alunos nessa modalidade educacional subiu de 342 mil para 612 mil. Nas séries finais, o crescimento maior ocorreu na Região Norte, 25,2%, seguido pela Nordeste, 11,6%.

Nas demais regiões, a taxa de expansão foi pequena ou negativa. De 1ª a 4ª série, a Região Sudeste teve um aumento de 5,4%, e a Sul apresentou índice negativo de 21,2%. Na matrícula das séries seguintes, o Sul teve crescimento de 1,6% e, o Sudeste, queda de 1,5%.

Brasil tem 54,5 milhões de estudantes

O Brasil tem 54.491.396 estudantes em todos os níveis e modalidades de ensino, com exceção da educação superior. Destes, 87,6% estão matriculados na rede pública de ensino. No último ano houve um crescimento de 1,6% no número total de alunos da educação básica, que compreende as matrículas em creche, pré-escola, ensino fundamental, ensino médio, educação de jovens e adultos e educação especial.

O ensino fundamental, entre todos os níveis de ensino, é o que concentra a maior parte da matrícula na rede pública: 90,9% dos alunos estudam em escolas pertencentes aos municípios, Estados e governo federal.

Melhoria de fluxo leva à queda da matrícula do ensino fundamental

O Censo Escolar revela que, em 2001, existem 35.370.016 alunos matriculados no ensino fundamental no País. Em relação a 2000, foi registrada uma queda de 1%, o que representa 347.932 matrículas a menos. Entre 1996 e 2001, a matrícula neste nível de ensino cresceu 6,7%.

Este é o segundo ano consecutivo em que ocorre diminuição do número total de matrículas no ensino fundamental. A tendência de queda da taxa de natalidade da população e a melhoria do fluxo escolar são fatores que contribuem para esse resultado. A taxa de atendimento elevada, com 97% das crianças de 7 a 14 anos na escola, segundo dados de 1999, também explica a pressão menor para a criação de novas vagas no ensino fundamental.

A diminuição no número de matrículas ocorre da 1ª à 4ª série, que passou de 20.211.506 para 19.769.035 alunos, com uma queda de 2,2%. Da 5ª à 8- série houve uma variação positiva de 0,6%, com acréscimo de cerca de 94 mil matrículas. Esse quadro é um indicativo de melhoria de fluxo, uma vez que mais alunos estão conseguindo alcançar as séries finais do ensino fundamental.

A divulgação dos números preliminares da matrícula é uma exigência do Decreto nº 2.264, de 27 de junho de 1997. Este decreto regulamentou a Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, que criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).

O *Diário Oficial da União* publica hoje, dia 30, o número de alunos das redes estaduais e municipais em todos os níveis e modalidades de ensino. A partir desta data, as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação e a do Distrito Federal terão um prazo de 30 dias para apresentar recursos para retificação dos dados publicados.

Crescimento da 5ª à 8ª favorece correção de desigualdades regionais

Apesar do pequeno aumento da matrícula de 5ª a 8ª série no Brasil, entre 2000 a 2001, nos Estados do Norte e do Nordeste a taxa de crescimento ainda mantém-se alta, com 4,2% e 6%, respectivamente. Essa variação é comparável ao crescimento médio anual do período de 1996 a 2000, que foi de 4,3%.

Na Região Norte, foram incorporadas cerca de 46 mil crianças e, na Nordeste, mais de 280 mil neste nível de ensino. Nessas duas regiões, o maior crescimento porcentual deu-se no Piauí (14,5%) e no Amazonas (10%).

Nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste, a matrícula de 5ª a 8- série apresentou queda de 3,5% e 0,7%, respectivamente, e, na Região sul, manteve-se estável.

Continua processo de municipalização no ensino fundamental

No ensino fundamental, 90,9% dos alunos estudam em escolas públicas, segundo dados de 2001. Desses, 48,6% estão na rede municipal, e 42,3%, na rede estadual. Outros 9,1% estudam em escolas privadas.

Em 2000, a rede municipal detinha 46,7% da matrícula, e a estadual, 44,3% dos alunos. Em números absolutos, houve um incremento de mais de 500 mil novas matrículas nas escolas municipais e uma diminuição de cerca de 350 mil na rede estadual, entre 2000 e 2001.

A comparação com os dados de 1996 deixa mais evidente a transferência de alunos entre as duas redes: naquele ano, 55,7% das matrículas estavam nas escolas estaduais e 33%, nas municipais.

Essa mudança faz parte do processo de municipalização, previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e motivado pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).

Ensino médio cresce acima da média nas Regiões Norte e Nordeste

O ensino médio tem 8.417.007 de matrículas, em 2001. Em relação ao ano passado, houve um crescimento de 2,7%. Entre 1996 e 2001, houve uma ampliação de 46,7% na matrícula deste nível de ensino.

As Regiões Norte e Nordeste tiveram uma taxa de crescimento bastante superior à média nacional no ensino médio, no último ano. Na Região Norte, o aumento de matrículas neste nível de ensino foi de 9,3%, com 53.437 novas matrículas. Na Região Nordeste, o crescimento foi de 10,3%, o que significa um incremento de 197.634 matrículas.

A Região Centro-Oeste teve um crescimento de 2,5% no número de alunos matriculados no ensino médio. Na Região Sudeste, o Censo Escolar registrou uma queda de 0,9%, e na Região Sul, de 0,4%.

O Estado que incorporou o maior número de alunos no ensino médio regular foi a Bahia, com 61.945 matrículas. Em seguida está o Estado do Maranhão, que apresentou um acréscimo de mais de 41 mil alunos, o que representa aumento de 20,2%.

Estados assumem ensino médio

No Brasil, 86,8% dos alunos do ensino médio estão em escolas públicas. A tendência dos governos estaduais assumirem a oferta desse nível de ensino manteve-se, em 2001, com 83% da matrícula concentrada nas redes estaduais do País. Em comparação com 2000, o número de alunos nas escolas estaduais cresceu 4,8%.

Ao contrário, a rede municipal perdeu 11,6% dos seus alunos e tem, atualmente, apenas 233.798 matrículas, o que significa 2,7% do total. A rede privada também apresentou queda de 3,6% em relação a 2000 e possui uma participação de 13,2% do total da matrícula. A rede federal possui 1% dos alunos de ensino médio do Brasil.

Educação especial cresce 5,6%

A educação especial teve um crescimento de 7,5%, em 2001. O número de alunos passou de 300.520 para 323.073, com maior elevação no Centro-Oeste: 10,6%. Essa modalidade de ensino inclui as matrículas em escolas especializadas ou classes especiais.

De 1998 a 2000, a educação especial cresceu 1,2%, incorporando ao sistema escolar mais de 22 mil alunos. Nesse período, a maior expansão ocorreu na rede municipal, com aumento de 7,4%.

Matrícula nas classes de aceleração tem redução

As classes de aceleração de aprendizado do ensino fundamental, em que o aluno cumpre o ano letivo em um período mais curto, têm 1.132.025 matrículas, em 2001. No

último ano houve uma redução de 5,9%. Esta modalidade de ensino é um recurso utilizado para a correção da distorção idade-série.

A única região onde ocorreu aumento no número de alunos que freqüentam classes de aceleração foi a Nordeste, que tinha 717.125 e passou para 803.883: um aumento de 12,1%.

Na região, a maior parte do contingente de alunos em classes de aceleração está na Bahia, que teve o maior crescimento em números absolutos no País. No Estado, a matrícula era de 417.173 e chegou a 555.298 alunos, uma diferença de 138.125, que representa 33,1% de crescimento.

O número de estudantes nas classes de aceleração de 1ª a 4ª série diminuiu 10,9% no último ano, enquanto que nas classes de 5- a 8ª série houve estabilidade, com uma variação positiva de 0,1%.

30 de agosto de 2001.

Cresce número de alunos na série correta do ensino fundamental

Informação integra indicadores de eficiência e rendimento no País

A taxa de distorção idade-série, que mede a proporção de alunos com idade superior à adequada a cada série no ensino fundamental, é de 41,7%, em 2000. No ano anterior, a taxa era de 44% para este nível de ensino. Em relação a 1996, quando a taxa de distorção idade-série no Brasil era de 47%, houve uma diminuição de 11,3%.

Os dados, levantados a partir do Censo Escolar de 2000, foram divulgados hoje, 27, pelo ministro da Educação, Paulo Renato Souza, e pela presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep/MEC), Maria Helena Guimarães de Castro.

A melhoria é maior na 1ª série do ensino fundamental, que apresentou uma diminuição da distorção idade-série de cerca de 30%, entre 1996 e 2000. O atraso escolar é mais acentuado nas últimas quatro séries do ensino fundamental, sendo que a 5- série tem a maior taxa, de 50,4%, apesar de ter sido registrado decréscimo de 9,4% nesse mesmo período.

Entre os Estados, São Paulo, com 19,1% de distorção idade-série no ensino fundamental, apresenta a menor taxa no País. Na Bahia, 64,9% dos estudantes estão fora da idade apropriada à sua série, o maior índice no Brasil. Apesar disso, houve no Estado uma redução de 7,3%, em relação a 1996, da distorção idade-série.

Repetência mantém tendência de queda

A taxa de repetência, no período 1999/2000, no ensino fundamental, é de 21,6%. No período 1995/1996, a repetência no Brasil era de 30,2%. Os dados atuais indicam uma queda de 28,5% em relação àquele período. A 1ª série tem o maior índice de repetência, de 39,3%, enquanto a menor taxa é registrada na 4ª série: 13,1%.

Os Estados de Roraima, Ceará, Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Distrito Federal têm taxas de repetência abaixo da média nacional. Em São Paulo, a repetência representa cerca de um terço da média do País. A maior taxa de repetência para o ensino fundamental está no Estado de Alagoas: 36%.

A queda na taxa de repetência pode ser explicada, em parte, pela adoção do sistema de ciclos em alguns Estados, mas esta não pode ser considerada como a única

causa dessa melhoria. No Brasil, o sistema de ciclos abrange 23% da matrícula total do ensino fundamental. O fenômeno é mais evidente nos Estados de São Paulo e Minas Gerais, onde 80,1% e 69,5% da matrícula, respectivamente, estão organizados nesse sistema, segundo dados de 1999.

Número maior de alunos chega às séries superiores

Uma das conseqüências da diminuição da distorção idade-série e da repetência está no maior número de alunos que estão atingindo as séries superiores do ensino fundamental. Entre 1999 e 2000, a matrícula de 1^a a 4^a série diminuiu 3,5%, enquanto a matrícula de 5^a a 8^o série do ensino fundamental cresceu 2,6%.

Outra conseqüência dessa mudança é a queda de 0,9% da matrícula total no ensino fundamental, entre 1999 e 2000. Ao mesmo tempo, houve um crescimento de 4,3% do número de concluintes desse nível de ensino e aumento na matrícula do ensino médio de 5,5%.

A diminuição do número de turmas nas séries iniciais e o aumento nas séries finais do ensino fundamental são, igualmente, um reflexo da diminuição da distorção idade-série e da repetência. Na 1^a série, por exemplo, houve uma diminuição de 4,7% no número de turmas entre 1999 e 2000, enquanto se registrou um aumento de 4,6% na quantidade de turmas da 8^s série, nesse período.

Evasão é maior nas séries finais do fundamental

A taxa de evasão no Brasil no ensino fundamental é de 4,8%, segundo os cálculos para o período 1999/2000. A evasão era de 5,3%, no período 1995/1996.

A 1^a série deste nível de ensino tem apenas 1% de evasão, contra 8,6% na 8^a série, que apresenta o maior índice. Isso demonstra que, apesar do alto índice de retenção nas séries iniciais do ensino fundamental, uma das características do aluno é a permanência na escola.

A menor taxa de evasão, entre os Estados, está em São Paulo: 3,4%. Os Estados de Tocantins e Roraima têm as maiores taxas, com 11,3% e 11,2%, respectivamente.

Taxa de promoção cresce 14% em cinco anos

A taxa de promoção no Brasil para o ensino fundamental, no período 1999/2000, é de 73,6%. Se comparada com 1995/1996, quando esse índice era de 64,5%, verifica-se um aumento de 14%.

A maior taxa de promoção no ensino fundamental está na 4^a série, com 80,9%. Já a menor taxa está na 1- série: 59,7%.

Os Estados de Roraima, Ceará, Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Distrito Federal apresentaram taxas de promoção acima da média nacional. A maior taxa de promoção no País, de 89,3%, está no Estado de São Paulo.

Já o menor índice de promoção foi registrado no Pará, com 58,3%. Apesar disso, os indicadores de fluxo do Estado têm apresentado tendência de melhoria nos últimos anos. A taxa de promoção, por exemplo, teve um aumento de 28,7% em relação a 1995/1996.

27 de junho de 2001.

Maioria dos alunos freqüenta escolas com biblioteca

Dados do Censo Escolar 2000 revelam condições de infra-estrutura de estabelecimentos de ensino fundamental e médio

No ensino médio, 87% (7.127.865) dos alunos freqüentam escolas que possuem bibliotecas. Esses estabelecimentos correspondem a 82% do total no País, segundo o Censo Escolar 2000. A maioria das escolas desse nível de ensino, 97%, está na zona urbana.

No ensino fundamental, dos 35.717.948 alunos matriculados em todo o País, 58% (20.862.982) estudam em escolas que possuem bibliotecas. Quando se leva em conta o número de estabelecimentos, 25%, possuem bibliotecas.

O número de alunos atendidos é proporcionalmente maior que a quantidade de estabelecimentos no ensino fundamental devido à grande quantidade de escolas rurais. Em 2000, dos 181,5 mil estabelecimentos que ofereciam ensino fundamental, 62% (112 mil) são rurais, mas detêm apenas 18% da matrícula.

Os dados, levantados a partir do Censo Escolar de 2000, foram divulgados hoje, 27, pelo ministro da Educação, Paulo Renato Souza, e pela presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep/MEC), Maria Helena Guimarães de Castro.

Abastecimento de água e energia elétrica está próximo dos 100%

O abastecimento de água nas escolas beneficia mais de 99% dos estudantes da educação básica. Segundo o Censo Escolar 2000, 94% (171 mil) dos estabelecimentos de ensino fundamental e 99,9% (19.430) de nível médio são servidos por água da rede pública, de poço artesiano, cacimba ou fonte.

O acesso à energia elétrica também atende à quase totalidade dos estudantes: 94% (33,7 milhões) dos alunos do ensino fundamental e praticamente todos do ensino médio estudam em escolas com luz.

Das escolas de ensino médio, 99,9% têm energia elétrica. Entre as que oferecem o ensino fundamental, 68% (124 mil) possuem luz, mas esse acesso é praticamente de 100% nas escolas da área urbana. Na zona rural, 51% das escolas do ensino fundamental ainda não têm energia elétrica. Na área rural, também há cerca de dez mil escolas de ensino fundamental, das 112 mil existentes, sem abastecimento de água. Essas escolas atendem a mais de 400 mil alunos. A maioria das escolas que não tem acesso à água, quase sete mil, está na área rural do Nordeste.

Grande parte da matrícula está em escolas com quadra de esporte

A maioria dos estudantes matriculados na educação básica está em escolas que têm quadra de esporte. De acordo com o Censo Escolar 2000, dos alunos do ensino fundamental, 51% (18,2 milhões) estudam em estabelecimentos de ensino com quadra. Esse recurso está presente na vida educacional de 80% (6,6 milhões) dos estudantes do ensino médio.

A matrícula, em escolas com quadra de esporte, concentra-se em um número relativamente pequeno de estabelecimentos de ensino, apesar destes serem de maior porte. No caso das escolas de ensino fundamental, 19% (34,7 mil) possuem quadra. Esse índice é baixo devido à elevada quantidade de pequenos estabelecimentos na zona rural do País.

Em relação ao ensino médio, que normalmente funciona em escolas de grande porte, 72% (14 mil) dos estabelecimentos têm quadra de esporte. Quase que a totalidade (96%) das escolas que oferecem o nível secundário está na zona urbana.

Em parceria com o Ministério do Esporte e Turismo, o MEC começa a implementar o programa *Esporte na Escola*, que prevê a construção de quadras, a formação de profissionais e a distribuição de equipamentos e material esportivo. O programa, que terá investimento de R\$ 59 milhões este ano e de R\$ 150 milhões em 2002, vai atender alunos do ensino fundamental. Com este projeto, o governo pretende melhorar as condições para a prática de atividades esportivas nas aulas de Educação Física ou nos fins de semana.

Acesso à Internet e a recursos de informática deve ser ampliado

A possibilidade de acesso à Internet é uma realidade para 37% (três milhões) dos estudantes de ensino médio em todo o País. Em relação ao número de estabelecimentos, 35% (6,7 mil) oferecem esse recurso pedagógico.

Do total de estudantes matriculados no ensino médio, 56% (4,5 milhões) estudam em escolas que possuem laboratórios de informática. Esses estabelecimentos representam 49% das escolas nesse nível de ensino.

No ensino fundamental, 22% (oito milhões) dos alunos estudam em escolas que possuem laboratório de informática. Eles estão distribuídos em cerca de 16 mil escolas, ou seja, cerca de 9% do total. Neste nível de ensino, 19% dos estudantes têm acesso à Internet, o que corresponde a cerca de 7% (12 mil) dos estabelecimentos.

O Ministério da Educação está implementando um projeto de informatização e de acesso à Internet em todas as escolas públicas de ensino médio do País. O projeto, desenvolvido em parceria com o Ministério das Comunicações, deverá estar concluído até o final de 2002. Cerca de 250 mil computadores serão acessados diretamente por sete milhões de estudantes. A previsão é que sejam gastos cerca de R\$ 1 bilhão, neste período. Os recursos são provenientes do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust).

Laboratório de ciências atende a 52% dos estudantes do ensino médio

Dos alunos matriculados no ensino médio, 52% (4,2 milhões) estudam em escolas equipadas com laboratório de ciências. Estes estabelecimentos de ensino representam 46% (8,9 mil) do total de escolas que oferecem o nível secundário. Da mesma maneira que ocorre em relação aos demais equipamentos de infra-estrutura, a presença do laboratório de ciências está mais localizada em instituições de grande porte.

No ensino fundamental, 20% (7,3 milhões) dos estudantes estão matriculados em escolas com laboratório de ciências. Em relação ao número de estabelecimentos, esse índice cai para 7% (13,2 mil) por conta da grande quantidade de escolas de nível primário de pequeno porte localizadas na zona rural. Das escolas de ensino fundamental com laboratório de ciências, 96% estão na área urbana, onde estão concentrados 38% do total de instituições.

27 de junho de 2001.

Sistema de ciclos abrange 23% da matrícula do ensino fundamental

O Sistema de Ciclos de Aprendizagem, mais conhecido como Progressão Continuada, abrange 23% da matrícula do ensino fundamental do País. Do total de 36 milhões de alunos, 8,2 milhões estão em escolas que organizaram seu currículo dessa forma. O

levantamento inédito, com base nos dados do Censo Escolar de 1999, foi divulgado hoje, 26 de setembro, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep/MEC).

Proposta que reorganiza o currículo escolar, o sistema de ciclos é adotado em 18,3 mil escolas de 23 Estados e no Distrito Federal, o que corresponde a cerca de 10% dos 183 mil estabelecimentos, das redes públicas e privadas, que oferecem o ensino fundamental. Outras 13,8 mil escolas têm um sistema híbrido, com mais de uma forma de organização curricular.

O Sudeste apresenta o maior percentual da sua rede de ensino constituída em sistema de ciclos. Na região, 41,6% das 37,9 mil escolas adotaram a Progressão Continuada, que abrange 59,3% da matrícula. Nas demais regiões, o número de escolas que oferecem este sistema e a quantidade de alunos atendida não ultrapassam 4% do total das suas respectivas redes de ensino.

São Paulo e Minas Gerais são os Estados com o percentual mais elevado de escolas e alunos no sistema de ciclos. Em São Paulo, 70,3% das escolas já aderiram à Progressão Continuada e, em Minas Gerais, 44,9%. Os índices de matrícula são ainda maiores: 80,1% em São Paulo e 69,5% em Minas Gerais. Com a implantação desse sistema, o ensino fundamental paulista foi dividido em dois ciclos ininterruptos de quatro anos cada.

Outros Estados também sinalizam um avanço na implantação da Progressão Continuada. No Rio Grande do Norte, 21,7% das escolas aderiram ao sistema de ciclos, no Rio de Janeiro, 9,1%, no Paraná, 7,7%, e no Distrito Federal, 6,9%.

Mais eficiência no processo de aprendizagem

Contrária à "cultura da repetência" e à "promoção automática", por considerá-las duas visões extremadas que em nada contribuem para elevar a qualidade do ensino, a presidente do Inep, Maria Helena Guimarães de Castro, defende que o sistema de ciclos é mais eficiente no processo de aprendizagem, o que já foi comprovado em países como a Alemanha, França e Inglaterra. "Entretanto, a organização dos ciclos pressupõe investir pesadamente em formação de professores, reformulação do material didático e em mecanismos permanentes de avaliação. A escola deve somar todos os seus esforços para que os alunos aprendam", adverte.

Maria Helena também considera fundamental a reestruturação organizacional da escola e da carreira do professor, de forma a garantir, dentro do ciclo, atividades de reforço escolar e de recuperação paralela e contínua. "A escola deve ter salas disponíveis para realizar o atendimento extraclasse, e deve haver uma forma de pagar o tempo adicional do trabalho do professor."

Para a presidente do Inep, com um sistema de ciclos bem concebido e executado, há uma melhoria do aprendizado. "O sistema de ciclos ajusta os conteúdos ensinados ao processo de desenvolvimento da criança, numa adequação do tempo do aluno à atividade escolar. Assim, ao final do ciclo, o aluno dificilmente apresentará problema de aprendizado, que foi corrigido no momento correto."

Estados também adotam forma híbrida de organização

A ação conjunta do sistema seriado com o modelo de ciclos tem sido adotada em vários Estados, apesar de ainda ter pequena representatividade em relação à totalidade de suas redes de ensino. De acordo com os dados do Censo Escolar, que identificou esse modelo híbrido em 24 unidades da Federação, em 7,6% das escolas do País, que oferecem o ensino fundamental, há mais de uma forma de organização do sistema de ensino.

Já o índice de matrícula verificado nesse modelo é o dobro do de escolas. Do total de alunos, 15,5% estão em estabelecimentos de ensino que oferecem esse modelo

híbrido, totalizando 5,5 milhões de estudantes atendidos. No Nordeste, essas escolas representam apenas 5,4% do total, mas abrigam 16,3% dos alunos.

O Espírito Santo é o Estado com o maior índice de escolas que adotaram este modelo híbrido de organização educacional. Das escolas capixabas, 70,5% possuem ciclos nos dois primeiros anos do ensino fundamental e, no período seguinte, o sistema é seriado. No Estado, 66,8% das matrículas estão no sistema híbrido.

Em outros dois Estados, o modelo híbrido abrange a maior parte da matrícula das redes pública e privada. No Rio de Janeiro, 56,6%, e no Mato Grosso do sul, 51,5%.

Seriado é menor em seis Estados

Os sistemas de ensino que abrangem o modelo de ciclos ou com mais de uma forma de organização curricular já representam a maioria do número de matrículas em seis Estados, quatro deles da Região Sudeste. Em São Paulo, 15,1% dos alunos estudam em escolas que mantêm apenas o modelo seriado. Em Minas Gerais, este índice é de 27,9%, no Espírito Santo, 33%, e no Rio de Janeiro, 38,3%. No Mato Grosso do sul, 47,7%, e no Rio Grande do Norte, 49,9%.

Mas em apenas dois Estados, São Paulo e Espírito Santo, o número de escolas no sistema de Progressão Continuada ou híbrido é maior do que a quantidade de estabelecimentos com o modelo apenas seriado. Das escolas paulistas, 26,3% adotam o sistema totalmente seriado, índice que é de 29,4% entre as escolas capixabas.

26 de setembro de 2000.

Censo Escolar indica diminuição das desigualdades regionais

Crescimento mais acentuado do número de matrículas nos Estados do Norte e Nordeste, principalmente no ensino fundamental de 5^a a 8^a séries e no ensino médio, revela que disparidades regionais estão diminuindo. No Censo estão excluídos os dados referentes ao Estado do Rio de Janeiro, inclusive nas tabelas que mostram a evolução histórica de matrículas*

A Região Nordeste apresentou um aumento de 11% nas matrículas do ensino médio e a Região Norte de 8,3%. No País, essa taxa cresceu 5,4%, no último ano.

No Nordeste, foram registradas, em números absolutos, mais de 190 mil novas matrículas no ensino médio, metade do crescimento total de matrículas do País nesse nível. Em comparação com as demais regiões do País, Norte e Nordeste mantiveram uma taxa elevada de expansão.

A variação total da matrícula no ensino médio mostra que esse crescimento ocorreu na rede estadual (7,9%), enquanto todas as outras redes apresentaram queda: federal (-10,2%), municipal (-4,9%) e privada (-4,2%). Estas taxas são coerentes com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que prevê a oferta de ensino médio pelas redes estaduais.

Na matrícula de 5- a 8^a séries do ensino fundamental, o crescimento total foi de 2,9%, sendo que o aumento mais significativo ocorreu nas Regiões Norte (5,1%) e Nordeste (9,7%). Na Região Centro-Oeste também houve crescimento (2,9%), na Região Sudeste foi registrada queda (-1,9%) e na Região sul o número de matrículas permaneceu estabilizado.

* Os dados do Estado do Rio de Janeiro foram entregues ao Inep no dia 28/8/2000 e estão sendo analisados.

Os dados preliminares do Censo Escolar foram divulgados hoje, 30 de agosto, pelo ministro da Educação, Paulo Renato Souza, e pela presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), Maria Helena Guimarães de Castro.

Para o ministro, o aumento acentuado do número de matrículas de 5- a 8ª séries e no ensino médio revela a diminuição das desigualdades entre as regiões País. "Além da expansão mais acentuada da matrícula nas Regiões Norte e Nordeste, os dados do Censo indicam que os alunos estão permanecendo na escola e dando continuidade aos estudos. Ao contrário das tendências do início dos anos 90, que mostravam crescimento significativo apenas nas séries iniciais, hoje verificamos que as desigualdades educacionais tendem a diminuir, pois há sinais positivos de maior equilíbrio regional", afirma Paulo Renato.

No País, existem hoje 48,9 milhões de alunos matriculados, incluindo todos os níveis e modalidades do ensino básico, exceto creche e dados do Estado do Rio de Janeiro.

O número de matrículas no ensino fundamental apresentou um decréscimo de 0,8% em comparação com o ano anterior, com queda mais acentuada nas Regiões Sudeste (-2,3%) e Sul (-1,2%), regiões onde a universalização do acesso a esse nível de ensino está praticamente assegurada. Na Região Nordeste, ao contrário do restante do País, houve um crescimento de 0,4% nas matrículas do ensino fundamental.

A matrícula na pré-escola teve uma taxa de crescimento de 3,9%, após quatro anos de queda. Também foi registrado aumento nas matrículas das classes de alfabetização (2%) e na educação de jovens e adultos (10,6%). Na educação especial, houve queda de 4,1% nas matrículas em escolas especializadas e classes especiais. No entanto, aumentou o número total de alunos com necessidades especiais atendidos pelo sistema de ensino devido ao crescimento de matrículas nas classes comuns, dentro do processo de integração preconizado pela LDB.

Censo mostra melhoria no fluxo escolar

A divulgação dos dados preliminares do Censo mostra queda na matrícula da 1-à 4ª série, aumento da 5ª à 8- série e registra crescimento na matrícula do ensino médio, entre 1999 e 2000.

Da 1- à 4- série, a matrícula teve um decréscimo de 3,5%. A redução foi observada em 24 unidades da Federação. Apenas os Estados do Amazonas e de Alagoas tiveram variação positiva de 0,4% e 0,3%, respectivamente.

Da 5ª à 8ª série, houve um crescimento de 2,9% no número total de matrículas. O aumento mais expressivo aconteceu na Região Nordeste (9,7%) e representa, em números absolutos, a incorporação de 414.833 novos alunos ao sistema de ensino. Desse total, o maior crescimento ocorreu na rede municipal, que incorporou 334.293 alunos, entre 1999 e 2000.

Os dados do Censo revelam correspondência com a mudança do perfil demográfico da população, que registra queda da taxa de natalidade. Em função disso, há hoje uma pressão menor no número de crianças que está ingressando no sistema de ensino. A universalização do acesso à educação fundamental, aliada à melhoria de fluxo, também colabora para a queda de matrículas nesse nível, uma vez que não existe mais uma demanda de atendimento represada.

No ensino fundamental, 11 Estados e o Distrito Federal apresentaram queda no número de matrículas, confirmando projeções anteriores do Inep. Como previsto, após a explosão de matrículas do ensino fundamental, com a campanha "Toda Criança na Escola" e a implantação do Fundef, o sistema entra agora numa etapa de maior estabilidade. "O grande desafio é assegurar a permanência e o sucesso dos alunos na escola", afirma o ministro.

A melhoria do fluxo está identificada pelo maior equilíbrio entre a matrícula de 1ª a 4ª e de 5- a 8- série do ensino fundamental. Enquanto a participação da matrícula de 1ª a 4ª série caiu de 68,1% para 56,7%, a proporção da matrícula da 5- à 8- série subiu de 31,9% para 43,3% no mesmo período.

**Participação da matrícula no ensino fundamental¹
(1ª a 4ª e 5ª a 8ª séries) Brasil – 1980-2000 (em mil)**

ANOS	TOTAL	1ª A 4ª SÉRIE	%	5ª A 8ª SÉRIE	%
1980	20.570	14.011	68,1	6.559	31,9
1994	29.837	18.785	63,0	11.052	37,0
1996	30.967	18.838	60,8	12.129	39,2
1999	33.585	19.548	58,2	14.037	41,8
2000 ²	33.311	18.872	56,7	14.439	43,3

Fonte: MEC/Inep/Seec.

Notas: Não inclui o Rio de Janeiro. 2. Dados de 25 de agosto de 2000.

Cresce número de concluintes do ensino médio

O número de concluintes do ensino médio cresceu 17,4% entre 1998 e 1999, superando a taxa anual entre 1995 e 1998, que foi de 16,7%. No ano passado, 1.655.588 estudantes concluíram o ensino médio, 245 mil a mais que em 1998.

Já o total de concluintes do ensino fundamental cresceu 4,3%, entre 1998 e 1999. A rede municipal apresentou uma taxa de crescimento no número de concluintes de 18,5%, entre 1999 e 2000, em consequência do processo de municipalização.

Matrícula por nível de ensino – Brasil – 1999/2000

CENSO ESCOLAR 2000 ¹				
PARTICIPAÇÃO DA REDE PÚBLICA NA MATRÍCULA TOTAL				
NÍVEL DE ENSINO ¹	MATRÍCULA 2000		CRESCIMENTO DA MATRÍCULA 1999-2000 (%)	PARTICIPAÇÃO REDE PÚBLICA 2000 (%)
	TOTAL	REDE PÚBLICA		
Pré-Escola	4.102.116	3.144.811	3,9	76,7
Classes de Alfabetização	604.351	420.409	2,0	69,6
Ensino Fundamental 1ª a 4ª Série	18.872.195	17.461.493	-3,5	92,5
Ensino Fundamental 5ª a 8ª Série	14.438.566	13.120.790	2,9	90,9
Ensino Médio	7.513.576	6.526.050	5,4	86,9
Educação Especial ²	280.874	119.746	-4,1	42,6
Educação de Jovens e Adultos	3.113.052	2.790.244	10,6	89,6
Total	48.924.730	43.583.543	1,2	89,1

Fonte: MEC/Inep/Seec.

Notas: Exceto dados do Rio de Janeiro, matrículas em creche e no ensino superior.

Número de alunos portadores de necessidades educativas especiais que recebem atendimento especializado em escolas exclusivamente especializadas ou em classes especiais de escolar regular. Não inclui os portadores de necessidades especiais integrados ao ensino regular.

A cobertura do sistema educacional, com destaque para a educação básica, tem sido sustentada principalmente pelo setor público. Em 2000, as escolas públicas são responsáveis por 89,1% do total de estudantes no País, somando todos os níveis de ensino, exceto creches.

"Num país em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, é indispensável garantir a todos os cidadãos o acesso à educação básica. Chama a atenção, nos últimos cinco anos, a rapidez da expansão do sistema de ensino médio, sinalizando a crescente tendência à sua universalização", explica a presidente do Inep.

Processo de municipalização se consolida no ensino fundamental

O processo de municipalização do ensino fundamental, estimulado pelo Fundef, continua a crescer em todo o País. Apesar da queda de 0,8% nas matrículas do ensino fundamental, o crescimento das matrículas na rede municipal foi de 3,7%. Todas as outras redes - federal, estadual e privada - tiveram decréscimo no número de matrículas no ensino fundamental.

Na matrícula da 1ª à 4ª série do ensino fundamental, o processo de municipalização foi mais intenso. Em 1994, a rede municipal detinha 45,1% das matrículas, enquanto a estadual contabilizava 53,6% dos alunos nesse nível. Em 2000, 66,7% das matrículas da 1ª à 4ª série está na rede municipal e 34,4% na estadual.

Na matrícula de 5ª a 8ª série também houve crescimento no atendimento prestado pela rede municipal, embora em ritmo mais lento. Em 1994, 46,3% dos alunos estavam na rede estadual e 19,7% na municipal. O Censo 2000 mostra que a rede estadual detém 55,4% das matrículas nesse nível e a rede municipal, 28,7%.

Matrícula no ensino fundamental - Rede pública - Participação das redes estadual e municipal - Censo Escolar 1994,1997,1999 e 2000

ENSINO FUNDAMENTAL	MATRÍCULA NA REDE PÚBLICA (EM MIL)	REDE ESTADUAL		REDE MUNICIPAL	
		MATRÍCULA (EM MIL)	%	MATRÍCULA (EM MIL)	%
1ª a 4ª Série					
1994	16.869	9.036	53,6	7.615	45,1
1997	18.606	8.798	52,2	9.797	52,7
1999	18.090	6.465	38,3	11.620	64,2
2000	17.461	5.811	34,4	11.646	66,7
5ª a 8ª Série					
1994	9.515	7.815	46,3	1.879	19,7
1997	11.959	9.301	55,1	2.640	22,1
1999	12.701	9.447	56,0	3.242	25,5
2000	13.121	9.349	55,4	3.759	28,7

Fonte: MEC/Inep/Seec.

Educação infantil cresce em ritmo acelerado na rede pública municipal

A expansão da matrícula na pré-escola é acompanhada do aumento da participação dos municípios nesse nível de ensino. Só este ano, o crescimento da rede municipal de

pré-escola foi de 6,3%. De acordo com a Emenda nº 14 da Constituição Federal, de 1996, é responsabilidade do poder municipal a oferta da educação infantil pública. Hoje, 90,2% das matrículas públicas da pré-escola estão na rede municipal. Há quatro anos, este índice era de 76,7%.

O índice de crescimento da matrícula na pré-escola registrado neste ano ficou acima da média anual dos últimos seis anos. Enquanto no período de 1994 a 1999, a taxa de crescimento foi de 2% ao ano, em 2000, o aumento foi de 3,9%. Os dados do Censo revelam que atualmente 4,1 milhões de crianças estão matriculadas na pré-escola, um número 14,5% maior do que o de 1994, quando a matrícula nesse nível de ensino era de 3,58 milhões.

No Nordeste, a matrícula na pré-escola cresceu em 2000, ao mesmo ritmo da média nacional, após quatro anos de queda consecutiva. Desde 1996, o Censo não registrava aumento na região. Este ano, há cerca de 50 mil crianças a mais do que em 1999, quando 1,2 milhão de alunos estavam matriculados na pré-escola.

A expansão da matrícula na educação infantil também foi verificada nas creches do País. O aumento foi de 9,7% em relação ao ano, representando mais 75,6 mil crianças atendidas. Em 1999, 782,5 mil alunos estavam matriculados em creches. Este ano, são 858,1 mil. A rede municipal concentra 97% da matrícula no sistema público.

O crescimento do número de crianças em creches foi maior na rede privada, 14,4%. Mas, como a coleta dos dados de creches no Censo Escolar é recente, o Inep avalia que esta elevação tenha sido detectada devido ao aumento do número de escolas cadastradas, ou seja, mais estabelecimentos responderam aos formulários este ano. Com o Censo da Educação Infantil que o Inep fará em outubro, os dados serão mais consistentes.

Continua processo de integração na Educação Especial

O atendimento aos alunos portadores de necessidades especiais aumentou 1,1% no País entre 1999 e 2000, considerando tanto as escolas especializadas como os alunos integrados nas escolas comuns. Neste período, o atendimento em classes comuns cresceu 27,1%, passando de 59,2 mil, em 1999, para 75,3 mil, este ano. Esse processo de integração é mais significativo na Região sul, onde o crescimento chegou a 41%.

Os dados do Censo mostram que, entre 1998 e 2000, a parcela de alunos atendidos em classes de integração passou de 13% para 21,1%. Para Maria Helena "este resultado é fruto do esforço de superação da prática de segregação em favor de uma educação inclusiva na rede regular de ensino, na qual o respeito à diversidade dos alunos é o principal eixo da ação pedagógica".

Já as matrículas em escolas exclusivamente especializadas ou em classes especiais teve uma redução de 4,1% este ano. O número de alunos nestes estabelecimentos caiu de 292,9 mil, no ano passado, para 280,8 mil, em 2000. Esta diminuição foi verificada em todas as regiões e em 18 dos 26 Estados que responderam ao Censo Escolar. A queda foi mais acentuada no Distrito Federal, 28,5%.

Educação de jovens e adultos se expande mais no ensino médio

Em 2000, o número de alunos matriculados no ensino médio da educação de jovens e adultos cresceu 33,3% em relação ao ano passado, passando de 605,6 mil para 807,6 mil estudantes. Este aumento foi mais representativo no Nordeste. Na Região, saltou de 56,8 mil para 103 mil, uma elevação de 81,2%. Entre os Estados nordestinos, o Ceará e Maranhão

foram os destaques nesta modalidade de ensino. O primeiro teve expansão de 141,75% e o outro, 127,2%. O Estado com a maior taxa de crescimento foi o Rio Grande do sul, 346,8%.

Nos últimos anos tem sido observada uma expansão significativa da matrícula do ensino médio na educação de jovens e adultos. Em 1995, o Censo Escolar registrou 299,5 mil alunos nessa modalidade. Daquele ano até hoje, o crescimento é de 169,6%. "Estas taxas indicam um aumento da demanda de pessoas em busca de um maior grau de escolaridade, devido, principalmente, à exigência de um mercado de trabalho cada vez mais competitivo", explica o ministro.

Na soma de todos os seus níveis, a educação de jovens e adultos cresceu 10,6%, chegando, este ano, a três milhões de alunos. Essa modalidade de ensino segue a mesma tendência verificada no ensino regular. Há um pequeno aumento das matrículas nas turmas de alfabetização (3,7%) e de 1- a 4ª série (2,3%) e uma expansão significativa nas classes de 5ª a 8ª série (9,9%) e de ensino médio (33,3%).

Todos municípios do País vão receber dados do Censo

Este ano a divulgação do Censo Escolar traz uma inovação importante: todas as prefeituras do País vão receber um boletim com os dados do município. Este relatório permitirá que os representantes do poder público local façam a aferição das informações e, caso necessário, solicitem a correção dos dados do Censo. "Com esta medida, pretendemos aumentar o grau de precisão do Censo e dar mais transparência às informações", afirma Maria Helena Guimarães de Castro.

A divulgação dos números preliminares da matrícula é uma exigência do Decreto nº 2.264, de 27 de junho de 1997. Este decreto regulamentou a Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, que criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).

Hoje, o *Diário Oficial da União* traz publicado o número de alunos das redes estaduais e municipais em todos os níveis e modalidades de ensino, exceto os dados do Estado do Rio de Janeiro. A partir desta data, as secretarias estaduais e municipais de educação e a do Distrito Federal terão um prazo de 30 dias para apresentar recursos para retificação dos dados publicados.

30 de agosto de 2000.

Censo Escolar registra 1,3 milhão de novas matrículas em 1999

Números preliminares indicam melhoria do fluxo escolar e sinalizam mudança do perfil demográfico das regiões. Verifica-se, também, tendência de diminuição das disparidades regionais no acesso à educação

○ Brasil possui 52,2 milhões de alunos matriculados na escola, este ano, incluindo todos os níveis e modalidades de ensino, exceto o superior, de acordo com os dados preliminares do Censo Escolar de 1999.

Em comparação com o ano passado, são 1,3 milhão de novos alunos que foram incorporados ao sistema. Em 1998, o Censo havia apurado a existência de 50,9 milhões de matrículas. Ensino fundamental e médio somados têm 43,9 milhões de alunos, 1,1 milhão (2,6%) a mais sobre o ano passado.

Os números preliminares do Censo foram divulgados hoje, 28 de setembro, pelo ministro da Educação, Paulo Renato Souza, e pela presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), Maria Helena Guimarães de Castro.

O crescimento da matrícula foi maior no ensino médio. Neste nível, a expansão atingiu 11,5%, mantendo a tendência dos últimos quatro anos. A matrícula no ensino fundamental cresceu 1,1%, apresentando, pela primeira vez, variação negativa de 1,5% nas quatro séries iniciais, e variação positiva de 4,8% nas quatro séries finais.

A matrícula cresceu também na educação infantil (2,9%), educação especial (5,9%) e em educação de jovens e adultos (antigo supletivo), 6,1%. As classes de alfabetização, como já vinha ocorrendo em anos anteriores, registraram queda de 17,4% e caminham para a extinção.

A distribuição da matrícula por nível de ensino é a seguinte: pré-escola (4.230.243); classes de alfabetização (666.011); ensino fundamental (36.170.6433); ensino médio (7.767.091); educação especial (310.740); e educação de jovens e adultos (3.056.558).

Divulgação preliminar cumpre exigência legal

A divulgação dos números preliminares da matrícula é uma exigência do Decreto nº 2.264, de 27 de junho de 1997. Este decreto regulamentou a Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, que criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).

Hoje, o *Diário Oficial da União* traz publicado o número de alunos das redes estaduais e municipais em todos os níveis e modalidades de ensino. A partir desta data, as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, e a do Distrito Federal, terão um prazo de 30 dias para apresentar recursos para retificação dos dados publicados.

Auditoria - Nesse período, o Inep vai realizar o controle de qualidade e fidedignidade das informações declaradas ao Censo. Este ano, segundo Maria Helena, o Inep deverá auditar a matrícula nos municípios que apresentarem discrepância entre o número de alunos e a população em idade de escolarização.

Os dados finais do Censo serão publicados até o dia 30 de novembro e servirão de base para o cálculo do coeficiente de redistribuição de recursos do Fundef para o próximo exercício.

Melhora o fluxo do ensino fundamental

A redução de 1,5% do estoque de matrículas nas quatro séries iniciais do ensino fundamental e o aumento de 4,8% nas quatro séries finais, segundo o ministro Paulo Renato, é um indicativo de melhoria de eficiência do sistema educacional e sinaliza uma mudança do perfil demográfico das principais regiões do País.

"Esta é a melhor notícia extraída do Censo. Sabíamos que o ensino fundamental estava inchado, com muitos alunos retidos nas séries iniciais, apresentando elevadíssimas taxas de distorção idade-série. Com as classes de aceleração de aprendizagem, estes alunos estão progredindo, o que nos leva a crer que está ocorrendo uma melhora significativa do fluxo escolar", afirma o ministro.

Apesar disso, Paulo Renato diz que ainda existe um desequilíbrio na distribuição da matrícula entre os dois ciclos. As quatro séries iniciais continuam detendo a maioria dos alunos, 58,1%. Embora venha decrescendo, o *repesamento* nas séries iniciais é mais elevado nas Regiões Norte (68,5) e Nordeste (65,9%). Nas Regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul já se observa uma composição quase paritária entre os dois ciclos. A distribuição da matrícula nas séries iniciais soma 52,8% no Centro-Oeste e no Sul, e 50,8% no Sudeste.

Segundo Paulo Renato, a regularização do fluxo é uma tendência que deverá se consolidar nos próximos anos. "À medida que os indicadores de eficiência do

sistema forem melhorando, haverá uma distribuição mais equilibrada da matrícula entre as séries iniciais e finais, pois o acesso ao ensino fundamental está praticamente universalizado", explica.

No ano passado, o País já tinha matriculadas mais de 95% das crianças de 7 a 14 anos no ensino fundamental, lembrou Paulo Renato. Hoje, estima-se que esse percentual supere 96%.

As taxas de escolarização, bem como as de transição (promoção, repetência e evasão) no ensino fundamental e médio, poderão ser calculadas após a divulgação final do Censo, prevista para o dia 30 de novembro.

Taxas sugerem redução das disparidades regionais

Outra boa notícia extraída do Censo Escolar é a evolução da taxa média de crescimento da matrícula, que se dá com maior intensidade nas séries finais do ensino fundamental e no ensino médio, principalmente na Região Nordeste. Isto sinaliza para uma gradual, porém, irreversível redução das disparidades regionais.

O avanço é mais acentuado no período de 1994 a 1999 do que no período de 1980 a 1994, comprovando o acerto das políticas adotadas pelo Ministério, com o apoio irrestrito das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, destaca o ministro Paulo Renato.

O salto é evidente. A matrícula no ensino médio, no País, evoluiu a uma taxa média de 4,1% ao ano, no período de 1980 a 1994. No período de 1994 a 1999, subiu 9,5%. Só no último ano o aumento foi de 11,5%.

No Nordeste, a taxa média evoluiu 4,7% ao ano de 1980 a 1994, e no ritmo anual de 10,1% de 1994 a 1999, mantendo-se em alta de 14,2% no último ano.

"Durante 14 anos, o Nordeste apresentou índices de crescimento compatíveis com a média nacional. De 1994 em diante, isto se inverteu e a região passou a se desenvolver numa velocidade acima da média nacional. Este é um fato muito positivo", diz Paulo Renato.

Os avanços também são notáveis na Região Norte, onde a taxa média de crescimento foi de 8,2% ao ano entre 1980 e 1994, subiu para 10,4% no período de 1994 a 1999, e deu um salto para 17,1% neste ano.

As duas regiões são as que apresentaram ainda as maiores taxas médias de crescimento da matrícula nas séries finais do ensino fundamental, no período de 1994 para cá. Os números, de acordo com o ministro da Educação, demonstram um ganho extraordinário na escolaridade média da população dessas duas regiões.

Fundef estimula a municipalização

Em vigor há dois anos, o Fundef continua estimulando a municipalização do ensino fundamental. A rede pública municipal foi a única que elevou o número de alunos este ano. Agora, dos 36,2 milhões de alunos que cursam o ensino fundamental, 44,7% pertencem à rede municipal, contra 42,2% em 1998.

A rede municipal expande-se nas quatro séries iniciais e nas quatro séries finais. O crescimento médio chegou a 6,9%, sendo 4,5% da 1ª à 4ª série e de 16,2% da 5ª à 8ª série.

Nas demais redes - pública estadual e federal e privada -, o crescimento foi negativo. A municipalização acelerou-se nos Estados onde estava menos adiantada: Roraima, São Paulo, Mato Grosso, Amapá e Rondônia.

O avanço da municipalização do ensino fundamental e da estadualização do ensino médio mostra que as políticas educacionais estão no rumo certo, na opinião do ministro Paulo Renato.

Em números absolutos, a rede pública municipal contava com 12,4 milhões de alunos, em 1997, enquanto a rede estadual detinha 18,1 milhões. Em 1999, são 16,2 milhões de alunos na rede municipal e 16,7 milhões na rede estadual.

A rede pública estadual atendia a 72,5% dos alunos do ensino médio, em 1997, e hoje, a 79%.

Matrícula no ensino fundamental está em queda em sete Estados e no Distrito Federal

A matrícula no ensino fundamental não está se reduzindo apenas nas quatro séries iniciais. O Censo Escolar indica queda do número de alunos, no conjunto das oito séries, em pelo menos sete Estados e no Distrito Federal. Em 1998, São Paulo havia sido o único Estado a registrar queda da matrícula no ensino fundamental.

Este ano, o número de alunos caiu 0,7% no Distrito Federal, 0,8% no Espírito Santo, 2% em Minas Gerais, 4,2% no Paraná, 0,5% no Rio Grande do sul, 1,1% em São Paulo, 0,6% em Sergipe, e 0,2% em Santa Catarina.

Estes Estados, segundo Maria Helena, presidente do Inep, alcançaram elevadas taxas de atendimento na população de 7 a 14 anos, em 1998. "Pode-se dizer que estes Estados já universalizaram o acesso ao ensino fundamental e, com a melhoria de eficiência do sistema, estão passando a ter mais concluintes que ingressantes", assinala. A queda no Paraná, por exemplo, deve-se às classes de aceleração de aprendizagem.

A única exceção nas Regiões Sudeste e Sul é o Rio de Janeiro, onde, em vez de cair, a matrícula elevou-se em 4,4%. A explicação seria uma possível transferência de alunos das classes de alfabetização para a primeira série do ensino fundamental.

A matrícula continua aumentando em vários Estados, sobretudo naqueles onde a universalização do acesso ainda não está totalmente assegurada e a migração influencia o comportamento demográfico. Em Roraima, constatou-se um crescimento de 19%, seguido de Mato Grosso (9,6%), Piauí (9,5%) e Rondônia (4,5%).

Ensino médio expande-se com rapidez

A exemplo de anos anteriores, o ensino médio continuou expandindo-se com rapidez e dá sinais de que isso voltará a se repetir. A matrícula aumentou 11,5% em 1999, conforme os dados do Censo Escolar. O Brasil possui agora 7,8 milhões de alunos nesse nível de ensino. Em 1998, esse número era 7 milhões. A taxa de crescimento acumulado no período de 1994 a 1999 foi de 57,3%. A pressão atual sobre a matrícula do ensino médio dá-se exclusivamente no setor público, que já responde por 84,2% do atendimento.

O Censo revelou uma forte expansão da matrícula em todos os Estados. O que registrou maior crescimento foi Minas Gerais, com 24%. Em seguida, vieram o Pará, com 23,9%, Roraima (22,3%), Ceará (17,6%) e Bahia (17,5%). O menor crescimento, de 4,9%, foi verificado no Rio Grande do sul, onde a cobertura na faixa etária de 15 a 17 anos já era maior. Na média das regiões, o ensino médio expandiu-se 17,1% no Norte; 14,2% no Nordeste; 10,9% no Sudeste; 9,3 no Centro-Oeste; e 8% no sul.

Por isso, garantir o acesso ao ensino médio é, hoje, uma das maiores prioridades do Ministério da Educação. "Estamos buscando alternativas, em parceria com as Secretarias Estaduais de Educação, como um empréstimo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para que todos os alunos que concluíam o ensino fundamental possam ingressar no ensino médio", assegura o ministro Paulo Renato.

Setor privado encolhe com ensino menos elitista

As escolas privadas estão reduzindo, ano a ano, a sua participação na oferta de matrículas no ensino fundamental e médio.

Em 1997, dos 34,2 milhões de alunos que freqüentavam o ensino fundamental, 10,7% estavam matriculados em escolas privadas. No ano seguinte, em 1998, esse percentual caiu para 9,5%, dos 35,8 milhões de alunos. E, em 1999, voltou a cair. Agora, as escolas privadas detêm 9,1% dos 36,2 milhões de alunos deste nível de ensino.

A situação se repete no ensino médio. Em 1997, dos 6,4 milhões de alunos que cursavam o nível secundário, 19,% freqüentavam escolas privadas. Em 1998, a participação encolheu para 17,6% dos cerca de 7 milhões de alunos. Este ano, continuou recuando. Dos 7,8 milhões de alunos, apenas 15,8% estudam em escolas pagas.

A matrícula nas escolas privadas reduziu-se em termos percentuais e, também, em números absolutos. As escolas privadas tinham 3.663.747 alunos no ensino fundamental, em 1997. Agora são 3.278.397. No ensino médio, 1.267.065 alunos estudavam em escolas pagas, naquele mesmo ano. Agora, são 1.224.178.

No mesmo período, o setor público manteve sua participação na oferta de matrículas do ensino fundamental, que oscilou de 90,5% para 90,9%, e ampliou de 82,4% para 84,2% a sua participação no ensino médio.

Do total de alunos de todos os níveis e modalidades de ensino, a maioria absoluta (87,8%) concentra-se nas escolas públicas, mantidas pelos três níveis de governo. No ano passado, esse percentual era de 87,5%. As escolas do setor público atendem agora a 45,8 milhões de alunos.

O incremento da demanda por vagas nas escolas públicas pode ser atribuído à universalização do acesso ao ensino fundamental e à democratização do acesso ao ensino médio.

"A demanda por vagas vem sendo canalizada para o setor público, pois a educação, atualmente, em especial o ensino médio, está muito menos elitizada, ao contrário da década de 80", afirma o ministro Paulo Renato.

Como a educação se tornou mais acessível à população de baixa renda, supõe-se que, daqui para frente, a demanda por novas vagas, sobretudo no ensino médio, exigirá esforços ainda maiores do setor público, prevê o ministro.

Ministro insiste na extinção das classes de alfabetização

O ministro da Educação, Paulo Renato Souza, voltou a insistir na necessidade de extinção das classes de alfabetização, subnível que fica entre a pré-escola e o ensino fundamental.

As classes de alfabetização possuem ainda 666 mil alunos, sendo que 220 mil já têm sete anos ou mais de idade e deveriam estar matriculados no ensino fundamental. Os números vêm caindo, mas não no ritmo desejável. Em 1998, essas classes possuíam 806 mil alunos.

A classes de alfabetização são mais numerosas nas Regiões Nordeste e Norte. Estas duas regiões detêm 79,5% dos alunos. Os Estados que possuem o maior número de alunos retidos nessas classes são: Pernambuco (93.482), Ceará (91.840), Bahia (90.966), Rio de Janeiro (73.463) e Pará (72.458).

Para o ministro, reter os alunos nessas classes, até alfabetizá-los, é uma prática condenável. Segundo ele, é um desrespeito à Constituição, que garante o direito de toda criança se matricular na primeira série do ensino fundamental aos 7 anos de idade. "Por mim, essas classes já teriam sido extintas. As crianças devem ser alfabetizadas na primeira série do ensino fundamental", afirma Paulo Renato.

Aceleração de aprendizagem tem 1,2 milhão de alunos

As classes de aceleração de aprendizagem possuem 1,2 milhão de alunos, 1,9% a mais do que no ano anterior, conforme dados levantados pelo Censo Escolar.

Estas classes reúnem os alunos com histórico de atraso escolar em turmas especiais, onde recebem aulas de reforço, com material específico, para que possam recuperar o tempo perdido, avançando para a série correspondente à sua idade.

Mais da metade (50,6%) dos alunos que cursam as classes de aceleração está na Região Nordeste, seguida do Sudeste, com 35,1%, sul (7,6%), Norte (3,5%) e Centro-Oeste (3,2%). O Estado com o maior número de alunos em turmas de aceleração é a Bahia, com 345 mil. Minas vem logo atrás, com 328 mil.

Educação especial - O Censo mostra ainda que o número de alunos portadores de necessidades especiais, que freqüentam classes comuns junto aos demais educandos, é 44,8% maior. Eram 43.782 alunos matriculados nestas classes, em 1998. Hoje são 63.389.

NÍVEL DE ENSINO	MATRÍCULA 1998	MATRÍCULA 1999	REDE PÚBLICA/1999	% REDE PÚBLICA/1999
Pré-Escola	4.110.448	4.230.243	3.180.379	75,2
Classes de Alfabetização	807.171	666.011	415.593	62,4
Ensino Fundamental 1ª a 4ª Série	21.377.130	21.013.899	19.294.756	91,8
Ensino Fundamental 5ª a 8ª Série	14.461.242	15.156.744	13.597.490	89,7
Ensino Médio	6.967.905	7.767.091	6.542.913	84,2
Educação Especial ¹	293.153	310.740	136.891	44,1
Educação de Jovens e Adultos	2.881.231	3.056.558	2.681.777	87,7
Soma de todos os níveis, exceto o superior	50.898.280	52.201.286	45.849.799	87,8

Fonte: Inep/MEC

Nota: Número de alunos portadores de necessidades especiais que recebem atendimento especializado em escolas exclusivamente especializadas ou em classes especiais de escola regular. Não inclui os portadores de necessidades especiais integrados ao ensino regular.

REGIÃO/ANO	(EM MIL)			
	MATRÍCULA INICIAL POR NÍVEL DE ENSINO			
	ENSINO FUNDAMENTAL			ENSINO MÉDIO
	TOTAL	1ª A 4ª SÉRIE	5ª a 8ª Série	
Brasil				
1980	22.598	15.394	7.205	2.819
1994	32.008	20.063	11.945	4.936

(continuação)

REGIÃO/ANO	(EM MIL)			
	MATRÍCULA INICIAL POR NÍVEL DE ENSINO			
	ENSINO FUNDAMENTAL			ENSINO MÉDIO
	TOTAL	1ª A 4ª SÉRIE	5ª a 8ª Série	
1997	34.229	20.568	13.661	6.405
1998	35.793	21.333	14.459	6.969
1999 ¹	36.171	21.014	15.157	7.767
Taxa Média Cresc. Anual 1980/1994	2,5	1,9	3,7	4,1
Taxa Média Cresc. Anual 1994/1999	2,5	0,9	4,9	9,5
Taxa Média Cresc. Anual 1998/1999	1,1	-1,5	4,8	11,5
Norte				
1980	1.137	868	269	106
1994	2.709	1.926	783	321
1997	3.012	2.087	925	435
1998	3.208	2.235	973	451
1999 ¹	3.318	2.273	1.045	528
Taxa Média Cresc. Anual 1980/1994	6,4	5,9	7,9	8,2
Taxa Média Cresc. Anual 1994/1999	4,1	3,4	6,0	10,4
Taxa Média Cresc. Anual 1998/1999	3,4	1,7	7,4	17,1
Nordeste				
1980	6.756	5.032	1.725	561
1994	9.865	6.993	2.872	1.068
1997	11.184	7.708	3.476	1.354
1998	12.210	8.352	3.858	1.515
1999 ¹	12.553	8.274	4.279	1.731
Taxa Média Cresc. Anual 1980/1994	2,7	2,4	3,7	4,7
Taxa Média Cresc. Anual 1994/1999	4,9	3,4	8,3	10,1
Taxa Média Cresc. Anual 1998/1999	2,8	-0,9	10,9	14,2
Sudeste				
1980	9.522	6.127	3.395	1.489

(conclusão)

REGIÃO/ANO	(EM MIL)			
	MATRÍCULA INICIAL POR NÍVEL DE ENSINO			
	ENSINO FUNDAMENTAL			ENSINO MÉDIO
	TOTAL	1ª A 4ª SÉRIE	5ª a 8ª Série	
1994	12.742	7.268	5.474	2.418
1997	13.021	6.933	6.087	3.141
1998	13.250	6.910	6.340	3.386
1999 ¹	13.201	6.718	6.483	3.755
Taxa Média Cresc. Anual 1980/1994	2,1	1,2	3,5	3,5
Taxa Média Cresc. Anual 1994/1999	0,7	-1,6	3,4	9,2
Taxa Média Cresc. Anual 1998/1999	-0,4	-2,8	2,3	10,9
Sul				
1980	3.584	2.311	1.273	497
1994	4.367	2.492	1.874	777
1997	4.512	2.447	2.065	1.018
1998	4.559	2.433	2.126	1.116
1999 ¹	4.473	2.363	2.110	1.205
Taxa Média Cresc. Anual 1980/1994	1,4	0,5	2,8	3,2
Taxa Média Cresc. Anual 1994/1999	0,5	-1,1	2,4	9,2
Taxa Média Cresc. Anual 1998/1999	-1,9	-2,9	-0,8	8,0
Centro-Oeste				
1980	1.600	1.056	544	166
1994	2.325	1.384	941	352
1997	2.500	1.393	1.107	457
1998	2.566	1.403	1.162	501
1999 ¹	2.627	1.386	1.240	548
Taxa Média Cresc. Anual 1980/1994	2,7	1,9	4,0	5,5
Taxa Média Cresc. Anual 1994/1999	2,5	0,0	5,7	9,3
Taxa Média Cresc. Anual 1998/1999	2,4	-1,2	6,7	9,3

Fonte: Inep/MEC.

Notas: Dados preliminares.

28 de setembro de 1999.

Matrícula no ensino médio cresceu 57,3% desde 1994

Em relação ao ano passado, a taxa de crescimento foi de 11,5%. Brasil possui agora 7 milhões e 767 mil alunos nesse nível de ensino.

Dados ainda preliminares do Censo Escolar de 1999, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), apontam que a matrícula no ensino médio aumentou 57,3% desde 1994.

O Brasil possui agora 7 milhões e 767 mil alunos nesse nível de ensino. Em 1994, esse número era de 4 milhões e 936 mil. A taxa de crescimento da matrícula, no período de 1998 a 1999, somou 11,5%.

A divulgação dos dados preliminares do Censo foi feita pelo ministro da Educação, Paulo Renato Souza, hoje, durante lançamento dos *Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (PCNs)*, em ato realizado no auditório do Itamaraty. A solenidade contou com a presença do presidente da República, Fernando Henrique Cardoso.

De acordo com o ministro da Educação, a pressão atual sobre a matrícula do ensino médio dá-se exclusivamente no setor público, sobretudo nas escolas mantidas pelos governos estaduais.

Este ano, a matrícula nas escolas da rede pública estadual evoluiu 15,8%. Sobre o ano de 1994, a evolução é de 74%. As escolas públicas estaduais já atendem 79% do total de alunos do ensino médio, contra 71,5% em 1994.

Os governos estaduais, de acordo com a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), são os principais responsáveis pela manutenção do ensino médio.

No período de 1994 a 1999, na soma das redes estadual, federal e municipal, a matrícula do setor público apresentou uma variação expressiva, de 67,5%.

Nas escolas privadas, entretanto, o fenômeno se inverte. Neste ano, confirmando tendência verificada no ano passado, a matrícula caiu 0,2%. Com isso, a participação da rede privada, em relação à matrícula total, recuou de 20,9%, em 1994, para 15,8%, em 1999.

Democratização do acesso

Paulo Renato atribui o aumento da matrícula na rede pública à democratização do acesso ao ensino médio e à melhoria do fluxo escolar.

"A demanda por vagas vem sendo canalizada para o setor público, pois o ensino médio, atualmente, ao contrário da década de 80, está muito menos elitizado", afirma o ministro.

Outro fator que contribui para elevar a pressão por vagas no ensino médio, segundo Paulo Renato, é o mercado de trabalho, cada vez mais seletivo.

Esta procura por vagas nas escolas públicas, segundo ele, deve continuar crescendo na mesma velocidade com que tem aumentado o número de concluintes do ensino fundamental, que é de aproximadamente 12% ao ano.

Como o ensino médio se tornou mais acessível à população de baixa renda, supõe-se que, daqui para frente, a demanda por novas vagas exigirá esforços ainda maiores dos sistemas estaduais de ensino.

Por isso, diz o ministro, garantir o acesso ao ensino médio é, hoje, uma das principais preocupações do Ministério da Educação. "Em parceria com as Secretarias Estaduais de Educação, estamos buscando alternativas para que todos os alunos que concluem o ensino fundamental possam ingressar no ensino médio", garante.

Taxa de escolarização ainda é baixa

Apesar da evolução significativa da matrícula, o percentual da população brasileira de 15 a 17 anos que frequenta o ensino médio ainda é muito baixo. Esse percentual evoluiu positivamente. Era de 22,7% em 1994 e, agora, chega a 32,6%.

Na média dos países que integram a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), esse percentual alcança 80%.

O Brasil poderia ter uma taxa de escolarização mais elevada nessa faixa etária, caso não apresentasse altos índices de distorção idade-série, provocados pela repetência e pela evasão.

Para se ter uma idéia, no ano passado, 24% dos 35,8 milhões de alunos do ensino fundamental possuíam 15 anos ou mais de idade e já poderiam estar cursando o ensino médio.

Ensino médio - Matrícula inicial por dependência administrativa Brasil -1994-1999

ANO	MATRÍCULA POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA									
	TOTAL	FEDERAL	%	ESTADUAL	%	MUNICIPAL	%	PARTICULAR	%	
1994 ¹	4.936.211	106.428	2,2	3.528.471	71,5	270.973	5,5	1.030.339	20,9	
1995 ¹	5.374.831	113.524	2,1	3.808.326	70,9	288.708	5,4	1.164.273	21,7	
1996	5.739.077	113.091	2,0	4.137.324	72,1	312.143	5,4	1.176.519	20,5	
1997	6.405.057	131.278	2,0	4.644.671	72,5	362.043	5,7	1.267.065	19,8	
1998	6.968.531	122.927	1,8	5.301.475	76,1	317.488	4,6	1.226.641	17,6	
1999 ²	7.767.091	120.845	1,6	6.138.357	79,0	283.711	3,7	1.224.178	15,8	
Tx. Cresc. 94/99	57,3%	13,5%		74,0%		4,7%		18,8%		

Fonte: Inep/MEC. Notas:
Dados estimados. Dados
preliminares.

Ensino médio - Taxas de escolarização líquida e bruta (%) Brasil -1994-1999

ANO	TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO LÍQUIDA (15 A 17 ANOS)	TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO BRUTA (15 A 17 ANOS)
1994	22,7	51,6
1995	23,5	53,5
1996	24,4	55,3
1998	30,8	68,1
1999	32,6	74,8
Aumento Relativo 1994/1999	9,9	23,2

Fonte: Inep/MEC.

15 de setembro de 1999.

Inep ganha prêmio de excelência em informática pública

O Sistema Integrado de Informações Educacionais (SIEd), desenvolvido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), a partir de 1996, recebeu o prêmio "Excelência em Informática Pública 1999", na categoria Educação e Cultura, concedido pelo Congresso de Informática Pública (Conip).

O SIEd agilizou a realização do Censo Escolar. As Secretarias Estaduais de Educação foram informatizadas e estão interligadas ao Inep. Agora, as informações do Censo são coletadas e divulgadas anualmente. O novo sistema passou a subsidiar, com dados estatísticos atualizados, a elaboração, implementação e o monitoramento das políticas destinadas à evolução do sistema educacional.

Os dados levantados pelo Censo Escolar servem de base para os principais programas desenvolvidos pelo Ministério da Educação, como o Dinheiro na Escola, Livro Didático e o Merenda Escolar. É com base no número de matrículas coletadas pelo Censo que são redistribuídos os recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). As informações também estão servindo de referência para a implantação dos programas de aceleração de aprendizagem e de formação dos professores.

As vantagens do SIEd

ANTES	DEPOIS
Defasagem de quatro anos nos resultados do Censo Escolar	Censo Escolar é concluído no mesmo ano da coleta de dados
Vários Estados tinham um sistema próprio de processamento, sem uma padronização nacional	Mesmo sistema para 25 Estados, com consistência padronizada
O FNDE atingia 54 mil escolas com a distribuição do livro didático	O FNDE está beneficiando 176 mil escolas
Não havia possibilidade de distribuir recursos proporcionalmente ao número de alunos	Utilizado para a distribuição de recursos do Fundef, permite implementação de sistema de equidade
Dados imprecisos, causando desperdícios de recursos	Controle da qualidade dos dados e eliminação de 241 mil matrículas irregulares em 1997 e 1998, permitindo uma economia de R\$ 76 milhões no Fundef
Não havia retorno das informações e indicadores para as Secretarias de Educação e escolas	Secretarias e escolas recebem conjunto de indicadores, comparados com as médias local, estadual, regional e nacional
O Brasil não conseguia enviar dados para estudos de comparação internacional de sistema educacional	O Brasil passou a integrar programas internacionais de indicadores educacionais da OCDE, Unesco, e do Mercosul

Fonte: Inep/MEC.

Antes do SIEd, conta a presidente do Inep, Maria Helena Guimarães de Castro, "os indicadores educacionais estavam defasados e imprecisos, causando desperdício no repasse de recursos. Vários Estados tinham um sistema próprio de processamento de dados, sem uma padronização nacional das informações e indicadores. Além disso, o Brasil não conseguia enviar dados consistentes às organizações internacionais", afirma.

Com o novo sistema, houve uma padronização das bases de dados de 25 Estados. O controle da qualidade das informações permitiu a eliminação de 241 mil matrículas irregulares em 1997 e 1998. Por conta do SIEd, o Brasil passou a integrar os programas internacionais de indicadores educacionais da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), da Unesco e do Mercosul. Considerado inovador, o sistema foi recomendado pela Unesco e pela OCDE como modelo para outros países.

"Este prêmio, concedido pelo Conip, é o reconhecimento de um dos principais trabalhos em defesa da melhoria da qualidade do ensino no País", comenta Maria Helena. O Conip é o mais importante fórum brasileiro de debates sobre iniciativas relevantes voltadas à modernização do serviço público, atendimento ao cidadão, gestão administrativa e das finanças públicas.

27 de julho de 1999.

Censo indica aumento da aprovação escolar

Taxas de abandono e reprovação diminuem

Os *resultados preliminares do Censo Escolar de 1998*, divulgados ontem (7 de outubro) pelo ministro da Educação, Paulo Renato Souza, indicam que a taxa de aprovação vem crescendo, enquanto diminuem significativamente o abandono e a reprovação.

"Os indicadores mostram com clareza os acertos da política educacional. Desde o início do governo, este Ministério vem estimulando a melhoria da qualidade do ensino, combatendo a repetência e a evasão e mobilizando a sociedade, os governos estaduais e municipais para mudar o quadro da educação", disse o ministro.

A taxa de aprovação dos alunos do ensino fundamental (de 1ª a 8- séries), que era de 73% em 1996, evoluiu para 77,5%, em 1997. Entre os alunos de 1ª a 4ª séries, a taxa cresceu de 73,3% para 76,7%, e entre os alunos de 5ª a 8- séries, variou de 72,7% para 78,7%. No ensino médio, a taxa de aprovação subiu de 74,4% para 78,8%.

No mesmo período, a taxa de reprovação no ensino fundamental caiu de 14,1% para 11,4%. Para os alunos de 1ª a 4ª séries, diminuiu de 14,8% para 12,8%. A queda, porém, foi mais significativa para os alunos de 5- a 8ª séries, regredindo de 13% para 9,4%. O índice de reprovados no ensino médio decresceu de 9,9% para 7,5%.

O aumento da aprovação e a queda da reprovação vêm acompanhados da redução do número de alunos que abandonam a escola. No ensino fundamental, a taxa de abandono caiu de 12,9% para 11,1%. Entre os alunos de 1ª a 4- séries, a variação foi de 11,9% para 10,5%, e para os alunos de 5ª a 8- séries, de 14,3% para 12%. A taxa de alunos afastados por abandono no ensino médio baixou de 15,7% para 13,7%.

São Paulo e Minas Gerais têm mais aprovados

São Paulo e Minas Gerais, pela ordem, são os Estados que têm as maiores taxas de aprovação escolar no ensino fundamental. A taxa de aprovação dos alunos paulistas cresceu de 86,1% para 92,6%, de 1996 para 1997. Em Minas Gerais, subiu de 80% para 86,5%.

No ensino fundamental, São Paulo também possui os menores índices de reprovação e abandono escolar. Os índices de reprovação caíram de 8,8% para 4,5% e os de

abandono escolar de 5,1% para 3%. Em Minas Gerais, os índices de reprovação foram reduzidos de 10,5% para 4,9% e os de abandono escolar de 9,5% para 8,5%.

O Estado de São Paulo volta a se destacar quando se compara a eficiência do ensino médio. Sua taxa de aprovação evoluiu de 78,1% para 85,5%. A taxa de reprovados também ficou menor, registrando queda de 9% para 4,9%. O índice de abandono regrediu de 12,9% para 9,6%.

Cresce o número de concluintes

A melhoria da eficiência dos sistemas público e privado de ensino vem promovendo uma rápida expansão do número de alunos que concluem os níveis primário e secundário. O total de concluintes do ensino fundamental saltou de 1,9 milhão, em 1996, para 2,1 milhões, no ano passado, o que representa um acréscimo de 11,9%. Com relação ao ensino médio, o número de concluintes progrediu 14,3%, elevando-se de 1,1 milhão, em 1996, para 1,3 milhão, em 1997.

De acordo com o Censo Escolar, mais de 2,7 milhões de alunos estão em condições de concluir o primeiro grau este ano e 1,6 milhão poderão concluir o segundo grau.

Avança municipalização do ensino fundamental

A rede pública municipal, conforme o Censo Escolar, recebeu, sozinha, as novas matrículas do ensino fundamental, em 1998. Enquanto as outras redes apresentaram crescimento negativo, a pública municipal teve 21,8% de matrículas a mais, totalizando 2,7 milhões de alunos. A rede pública estadual perdeu 837 mil alunos (-4,6%), a rede pública federal 1,3 mil alunos (-4,5%) e a rede privada ficou com 265 mil alunos a menos (-7,2%).

Tal crescimento não deve ser creditado exclusivamente às novas matrículas, mas também à transferência de alunos da rede pública estadual e da rede privada, que reduziram a oferta de vagas.

Em 1997, a rede pública municipal tinha 36,3% de alunos matriculados, o equivalente a 12,4 milhões. Neste ano, são 15,1 milhões, o que corresponde a 42,2% do total. O Estado onde a municipalização mais avançou foi Minas Gerais, onde a rede pública municipal apresentou uma expansão de 63% em seu número de matrículas.

Se, por um lado, os municípios estão assumindo cada vez mais a gestão do ensino fundamental, por outro, estão se liberando da responsabilidade de manter escolas do ensino médio. Nesse nível, as matrículas na rede pública municipal caíram 12%, enquanto na rede pública estadual cresceram 14,1%.

Para a presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), Maria Helena Guimarães de Castro, essa transferência de matrículas de uma rede para outra está acontecendo em decorrência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), que passou a vigorar a partir do início do ano.

O Fundef é um fundo contábil que redistribuiu, no âmbito de cada unidade da Federação, 15% das receitas de parte dos impostos estaduais e municipais, dividindo o bolo proporcionalmente ao número de alunos matriculados nas respectivas redes de ensino.

"A Emenda Constitucional nº 14, que criou o Fundef, estabeleceu claramente as responsabilidades pela manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental, que passaram a ser compartilhadas pelas três esferas de governo", afirma Maria Helena.

De acordo com a Emenda nº 14, compete aos municípios: oferecer com prioridade o ensino fundamental, seguido da educação infantil, que abrange o atendimento em creches para crianças de até 3 anos de idade e em pré-escolas, para crianças na faixa etária

entre 4 e 6 anos. E aos Estados: compartilhar com os municípios a responsabilidade de oferta do ensino fundamental e, sozinhos, do ensino médio. A União tem a responsabilidade de manter o ensino superior, e agir de forma regulatória e complementar nos demais níveis de ensino.

Classes de alfabetização caminham para a extinção

As classes de alfabetização estão caminhando para a extinção, de acordo com os dados do Censo Escolar de 1998, divulgados ontem (7 de outubro) pelo ministro da Educação, Paulo Renato Souza.

Em 1997, havia 1,4 milhão de alunos retidos nesse subnível de ensino, entre a educação infantil e o ensino fundamental. O Censo mostra que, neste ano, o número de alunos é 43,4% menor. Agora são apenas 807 mil alunos matriculados nessas classes, mais da metade na Região Nordeste.

"Com base nesses números, é possível afirmar, com segurança, que as classes de alfabetização deverão ser extintas dentro de mais um ou dois anos", previu o ministro Paulo Renato.

Segundo ele, as classes de alfabetização retinham os alunos com mais de 7 anos de idade, impedindo-os de ingressar na primeira série do ensino fundamental com a idade correta, como determina a Constituição.

"As classes de alfabetização contribuíam para inflacionar as já elevadas taxas de distorção idade/série existentes no ensino fundamental e no ensino médio. O aluno que ficava retido ingressava na 1- série, na maioria das vezes, com um ou dois anos de defasagem", explica.

Confira as taxas de aprovação, reprovação e abandono escolar

Ensino fundamental - Taxa de aprovação, reprovação e afastados por abandono -1996-1997

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	APROVADOS		REPROVADOS		ABANDONO	
	1996	1997	1996	1997	1996	1997
Brasil	73,0	77,5	14,1	11,4	12,9	11,1
Norte	62,3	66,0	18,7	16,6	19,0	17,4
Rondônia	70,4	73,0	15,8	13,7	13,7	13,3
Acre	66,5	64,9	16,8	16,7	16,7	18,4
Amazonas	64,9	69,0	17,0	14,4	18,1	16,6
Roraima	73,3	78,2	15,0	10,7	11,6	11,1
Pará	57,8	62,2	21,5	19,1	20,7	18,7
Amapá	66,7	71,3	22,3	19,7	11,0	9,0
Tocantins	64,4	67,8	12,9	12,2	22,6	19,9
Nordeste	62,3	67,4	17,1	15,4	20,6	17,2
Maranhão	62,2	67,9	15,9	14,2	22,0	18,0
Piauí	55,1	61,0	23,1	21,8	21,8	17,2
Ceará	66,8	75,9	11,7	10,2	21,5	13,9

(conclusão)

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	APROVADOS		REPROVADOS		ABANDONO	
	1996	1997	1996	1997	1996	1997
R. G. do Norte	64,1	66,8	17,0	17,9	18,8	15,4
Paraíba	64,3	65,9	17,1	15,9	18,6	18,2
Pernambuco	62,3	66,7	18,1	16,6	19,7	16,6
Alagoas	53,9	55,9	23,8	20,8	22,3	23,3
Sergipe	54,4	62,0	25,1	20,3	20,4	17,8
Bahia	63,3	68,0	16,5	14,2	20,2	17,7
Sudeste	82,9	87,8	10,2	6,6	6,9	5,6
Minas Gerais	80,0	86,5	10,5	4,9	9,5	8,5
Espírito Santo	75,7	80,3	13,2	10,4	11,1	9,3
Rio de Janeiro	80,0	78,2	13,2	14,4	6,8	7,4
São Paulo	86,1	92,6	8,8	4,5	5,1	3,0
Sul	77,8	82,3	14,9	11,5	7,2	6,1
Paraná	76,1	82,5	14,4	9,5	9,5	8,0
Santa Catarina	81,0	83,9	13,7	11,5	5,3	4,5
R. G. do Sul	77,9	81,2	16,1	13,6	6,0	5,2
Centro-Oeste	71,1	74,3	14,8	12,5	14,1	13,2
M. G. do Sul	71,2	73,0	18,6	17,5	10,2	9,5
Mato Grosso	72,1	75,0	14,0	10,1	13,9	14,9
Goiás	68,1	71,8	13,4	11,4	18,5	16,8
Distrito Federal	77,5	81,7	15,8	13,4	6,7	4,9

Fonte: MEC/Inep/Sec.

Nota: O não-seriado não entra nos cálculos deste indicador - Taxa de Abandono = 100 - Taxa de Aprovação - Taxa de Reprovação.

Ensino médio - Taxa de aprovação, reprovação e afastados por abandono -1996-1997

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	APROVADOS		REPROVADOS		ABANDONO	
	1996	1997	1996	1997	1996	1997
Brasil	74,4	78,8	9,9	7,5	15,7	13,7
Norte	67,9	66,3	11,3	7,7	20,8	26,0
Rondônia	68,9	69,0	12,1	10,0	19,0	21,0
Acre	71,7	70,7	6,8	6,9	21,5	22,4
Amazonas	73,4	75,0	7,8	5,3	18,8	19,7
Roraima	65,7	70,1	9,6	5,8	24,7	24,1
Pará	65,5	59,5	14,9	8,6	19,7	31,9

(conclusão)

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	APROVADOS		REPROVADOS		ABANDONO	
	1996	1997	1996	1997	1996	1997
Amapá	60,0	72,6	13,1	12,5	26,9	14,9
Tocantins	68,1	69,8	5,4	5,8	26,4	24,4
Nordeste	71,1	74,4	8,7	7,5	20,2	18,1
Maranhão	74,3	75,6	9,4	9,0	16,3	15,5
Piauí	66,6	67,0	10,8	12,3	22,6	20,7
Ceará	74,8	75,9	8,2	6,7	17,0	17,4
R. G. do Norte	70,6	84,4	6,1	6,0	23,3	9,6
Paraíba	70,2	75,5	9,3	7,5	20,6	17,0
Pernambuco	68,4	72,9	6,5	6,5	25,1	20,6
Alagoas	69,6	71,3	10,1	9,7	20,3	19,0
Sergipe	65,8	73,9	11,7	8,3	22,5	17,9
Bahia	72,1	73,4	10,0	7,1	17,8	19,6
Sudeste	78,2	82,8	9,1	6,3	12,6	10,9
Minas Gerais	78,3	81,5	8,0	6,3	13,7	12,2
Espírito Santo	71,4	79,6	7,7	5,7	20,9	14,7
Rio de Janeiro	80,5	75,6	11,6	11,6	7,9	12,8
São Paulo	78,1	85,5	9,0	4,9	12,9	9,6
Sul	72,2	80,0	12,5	10,0	15,2	10,0
Paraná	73,2	78,7	9,8	7,1	17,0	14,2
Santa Catarina	75,7	77,2	10,5	8,5	13,8	14,4
R. G. do Sul	69,2	83,2	17,0	14,2	13,8	2,6
Centro-Oeste	68,5	73,7	11,3	10,1	20,1	16,2
M. G. do Sul	71,5	73,0	9,6	10,4	18,9	16,6
Mato Grosso	69,2	75,5	7,4	5,0	23,4	19,5
Goiás	67,1	73,9	9,0	7,8	24,0	18,3
Distrito Federal	68,4	72,4	20,8	18,4	10,8	9,1

Fonte: MEC/Inep/Sec.
Nota: O não-seriado não entra nos cálculos deste indicador - Taxa de Abandono = 100 - Taxa de Aprovação - Taxa de Reprovação.

7 de outubro de 1998.

Censo Escolar revela 2,1 milhões de alunos a mais em 98

O Censo Escolar de 1998, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), indica que, em relação ao ano passado, há 1,6 milhão de alunos a mais matriculados no ensino fundamental e 562 mil alunos a mais no ensino médio.

O País tem agora 35,8 milhões de estudantes freqüentando as escolas públicas e privadas de primeiro grau e 6,9 milhões no nível secundário.

Com base nesses números, o Brasil já está atingindo uma taxa de escolarização líquida no ensino fundamental de 95,8% da população na faixa etária entre 7 e 14 anos.

Esta meta havia sido estabelecida pelo Plano Decenal de Educação para Todos, que previa elevar a cobertura até o ano 2003 para, no mínimo, 94% da população em idade escolar. "A meta não só foi antecipada como superada", comemora o ministro da Educação, Paulo Renato Souza.

O ministro atribuiu o desempenho da matrícula à eficácia das políticas educacionais adotadas nos últimos anos, como o programa Toda Criança na Escola, desenvolvido em parceria com os governos estaduais e municipais, e a implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).

O crescimento da matrícula deu-se exclusivamente na rede pública de ensino. Enquanto, no ensino fundamental, a rede pública ampliou seu número de alunos em 1,8 milhão (6,1%), na rede privada houve uma redução de 265 mil (-7,2%). No ensino médio, a rede pública se expandiu em 11,7%, abrindo 602 mil novas matrículas, enquanto a rede privada perdeu 39 mil (-3,1%).

No curto espaço de apenas um ano, a oferta de vagas na rede privada de ensino fundamental encolheu de 10,7% para 9,4%, em relação ao total de alunos. Neste período, o setor público, incluindo as redes municipais, estaduais e federal, ampliou o atendimento de 89,3% para 90,6%.

A rede privada perdeu alunos também no ensino médio. Neste nível, as escolas particulares já chegaram a ser responsáveis por 46% do total de matrículas no ano de 1980. De 1997 para 1998, sua participação manteve a tendência de queda. Caiu de 19,7% para 17,6%, ao mesmo tempo que a rede pública elevou seu número de alunos de 80,3% para 82,4%.

A presidente do Inep, Maria Helena Guimarães de Castro, associa esse movimento "à universalização do acesso ao ensino fundamental e à democratização do acesso ao ensino médio". Segundo ela, "à medida que a educação torna-se mais acessível à população de baixa renda, a demanda tende a ser canalizada para o ensino público gratuito".

Nordeste abre mais vagas

De acordo com os dados do Censo Escolar, a região que abriu mais vagas no ensino fundamental foi o Nordeste, com um milhão de novas matrículas, o que representa um crescimento de 9,6%. Em seguida, vem a Região Norte (6,6%), Centro-Oeste (2,6%), Sudeste (1,7%) e Sul (0,9%).

O Nordeste foi novamente a região que apresentou o maior crescimento porcentual na matrícula do nível médio: 11,9%, vindo a seguir o Centro-Oeste e o sul, com 9,6% cada, Sudeste (7,8%) e Norte (3,6%).

Em números absolutos, os Estados que matricularam mais alunos no ensino fundamental foram Bahia e Minas Gerais: 475 mil e 184 mil, respectivamente. São Paulo foi o único Estado que apresentou crescimento negativo. Perdeu 89 mil alunos (-1,4%).

Já no ensino médio, São Paulo colaborou com 103 mil novos alunos e Minas Gerais com 67 mil. O único Estado que perdeu alunos nesse nível foi o Pará, que teve sete mil matrículas a menos (-3,5%), em comparação com 1997.

O Inep calculou também o crescimento acumulado da matrícula nos últimos quatro anos. No ensino fundamental, o aumento verificado foi de 10% e para o ensino médio, de 31,1%.

Os números do Censo

Matrícula inicial no ensino fundamental por dependência administrativa Censo Escolar -1997 e 1998

MATRÍCULA NO ENSINO FUNDAMENTAL

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	1997					1998				
	TOTAL	FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	PARTICULAR	TOTAL	FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	PARTICULAR
Braão	34 229.388	30.569	18 098.544	12.436.528	3.663.747	35 838.372	29.181	17.260.563	15.150.376	3.398.252
Norte	3.011.865	6.465	1.789.065	1.045.998	170.337	3.208.587	5.734	1 587.390	1 467.080	148.383
Rondônia	296.274	-	182.080	92.923	21.271	308.992	-	181.392	105.133	22.467
Acre	136.126	269	86.527	42.123	7.207	140.176	281	88.665	43.752	7.478
Amazonas	587.041	660	340.400	203.115	42.866	638.303	613	346.758	253.682	37.250
Roraima	64.293	957	59.806	2.569	961	66.609	724	62.084	2.619	1.182
Pará	1.475.856	4.579	816.692	577.333	77.252	1.585.239	4.072	601.452	916.713	63.002
Amapá	114.466	-	91.477	16.891	6.098	122.392	-	93.525	22.105	6.762
Tocantins	337.809	-	212.083	111.044	14.682	346.876	44	213.514	123.076	10.242
Nordeste	11.184.186	4.659	4.233.478	5.678.516	1.267.533	12 261.780	5.331	4.175.484	6.972.924	1 108.041
Maranhão	1.480.256	1.181	430.731	907.721	140.623	1.659.340	1.059	423.199	1.126.391	108.691
Piauí	679.590	326	240.717	381.486	77.061	731.177	644	234.954	425.156	70.423
Ceará	1.746.108	-	535.209	964.301	246.598	1.842.312	553	520.021	1.111.799	209.939
R. G. do Norte	813.503	325	283.249	260.882	69.047	650.711	417	288.855	293.589	67.850
Paraíba	791.079	-	327.043	364.271	99.765	882.811	-	340.179	455.414	87.218
Pernambuco	1.754.828	1.293	723.561	787.901	242.073	1.819.070	1.321	707.728	886.577	223.444
Alagoas	627.597	102	142.065	388.251	97.179	687.849	493	166.569	444.125	76.662
Sergipe	414.424	283	203.740	168.146	42.275	436.631	280	210.409	186.461	39.481
Bahia	3.076.801	1.169	1.347.163	1.475.557	252.912	3.551.879	564	1.283.570	2.043.412	224.333
Sudeste	13.020.903	13.240	8.170.569	3.271.646	1.565.448	13.248.533	13.801	7 602.327	4 107 172	1.525.233
Minas Gerais	3.672.407	2.705	2.556.432	912.407	200.863	3.856.447	2.251	2.161.603	1.494.849	197.744
Espírito Santo	614.265	401	372.466	181.499	79.899	619.559	480	320.907	225.473	72.699
Rio de Janeiro	2.250.296	10.134	607.111	1.121.890	511.161	2.377.697	11.070	683.418	1.192.031	491.178
São Paulo	6.483.935	-	4.634.560	1.075.850	773.525	6.394.830	-	4.436.399	1.194.819	763.612
Sul	4 512.267	2.992	2 358 716	1.759.925	390.634	4 553.460	1.900	2.344.456	1.829.839	377.265
Paraná	1.792.685	1.437	870.440	780.997	139.811	1.802.723	440	869.958	795.974	136.351
Santa Catarina	971.333	656	553.911	334.883	81.883	983.880	613	551.373	353.917	77.977
R. G. do Sul	1.748.249	899	934.365	644.045	168.940	1.766.857	847	923.125	679.948	162.937
Centro-Oeste	2.500.167	3.213	1.546.716	680.443	269.795	2.566.012	2.415	1.550.906	773.361	239.330
M. G. do Sul	440.754	1.289	224.596	168.408	46.461	460.225	511	233.167	184.412	42.135
Mato Grosso	545.638	-	311.742	181.852	52.044	557.787	-	299.311	216.395	42.081
Goiás	1.106.151	493	673.072	330.183	102.403	1.135.948	490	673.555	372.554	89.349
Distrito Federal	407.624	1.431	337.306	-	68.887	412.052	1.414	344.873	-	65.765

Fonte: MEC/Inep/Seec.

Última atualização: 13/11/98 (Cibec).

**Matrícula inicial no ensino médio por dependência administrativa
Censo Escolar -1997 e 1998**

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	MATRÍCULA NO ENSINO MÉDIO									
	1997					1998				
	TOTAL	FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	PARTICULAR	TOTAL	FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	PARTICULAR
Brasil	6.405.057	131.278	4.644.671	362.043	1.267.065	6.967.905	122.927	5.299.230	318.454	1.227.294
Norte	435.160	13.538	372.968	4.674	43.980	450.767	7.290	396.169	4.500	42.828
Rondônia	38.589	264	32.736	990	4.599	40.766	264	34.762	1.400	4.340
Acre	17.551	102	15.450	411	1.588	20.186	128	18.034	394	1.630
Amazonas	93.193	4.540	78.889	168	9.596	96.391	4.076	81.921	123	10.271
Roraima	13.781	1.280	12.321	-	180	15.985	1.144	14.700	-	151
Pará	199.759	7.024	168.216	2.406	22.113	192.815	1.342	170.457	962	20.054
Amapá	22.849	-	21.458	-	1.391	27.232	-	24.064	-	3.168
Tocantins	49.438	328	43.898	699	4.513	57.402	336	52.231	1.621	3.214
Nordeste	1.353.691	40.776	805.469	197.396	310.050	1.515.120	38.578	991.724	186.909	297.819
Maranhão	144.667	3.998	76.611	32.124	31.934	164.221	3.933	91.573	36.885	31.830
Piauí	63.518	3.794	37.131	2.515	20.078	74.536	3.676	44.832	3.167	22.661
Ceará	201.820	3.983	107.965	29.798	60.074	222.519	4.063	145.435	19.635	53.386
R. G. do Norte	89.665	3.179	62.010	8.981	15.485	103.259	3.696	71.861	9.443	18.259
Paraíba	89.262	3.028	58.122	3.916	24.196	95.928	2.889	65.123	4.631	23.285
Pernambuco	282.542	9.585	171.807	44.878	56.272	302.537	8.334	202.101	38.181	53.921
Alagoas	61.169	4.948	14.738	11.698	29.785	67.733	4.891	24.258	8.619	29.965
Sergipe	50.802	2.373	29.835	6.484	12.110	55.093	2.068	39.930	2.999	10.096
Bahia	370.256	5.888	247.250	57.002	60.116	429.294	5.028	306.611	63.439	54.216
Sudeste	3.140.823	38.618	2.303.181	141.628	657.396	3.385.082	41.649	2.605.234	111.909	626.290
Minas Gerais	660.575	13.078	468.802	67.340	111.355	728.147	15.426	552.868	50.373	109.480
Espirito Santo	136.166	5.067	91.674	9.061	30.364	151.795	4.966	112.248	5.279	29.302
Rio de Janeiro	525.794	16.219	290.318	28.151	191.106	583.248	17.632	352.401	22.772	190.443
São Paulo	1.818.288	4.254	1.452.367	37.076	324.571	1.921.892	3.625	1.587.717	33.485	297.065
Sul	1.018.324	28.592	800.911	9.745	179.076	1.115.919	26.687	896.537	8.010	184.685
Paraná	426.306	12.463	361.270	69	52.504	463.160	11.091	396.745	-	55.324
Santa Catarina	204.535	5.436	153.739	3.674	41.686	221.977	4.437	175.125	1.823	40.592
R. G. do Sul	387.483	10.693	285.902	6.002	84.886	430.782	11.159	324.667	6.187	88.769
Centro-Oeste	457.069	9.754	362.142	8.600	76.563	500.997	8.723	409.566	7.036	75.672
M. G. do Sul	79.756	262	60.438	3.465	15.591	84.364	326	66.655	2.044	15.339
Mato Grosso	80.920	2.931	64.565	863	12.561	87.113	-	71.598	1.057	12.004
Goiás	193.980	4.864	159.824	4.272	25.020	217.318	4.176	183.786	3.935	25.421
Distrito Federal	102.403	1.697	77.315	-	23.391	112.202	1.767	87.527	-	22.908

Fonte: MEC/Inep/Sec.
Última atualização: 13/11/98 (Cibec).

Matrícula no ensino fundamental e no ensino médio
Brasil -1994-1998 (em mil)

ANO	FUNDAMENTAL	MÉDIO
1994	32.046	5.073
1995	32.544	5.313
1996	33.131	5.739
1997	34.229	6.405
1998	35.838	6.968
Cresc. % 1994/1998	11,8	37,3

Fonte: MEC/Inep/Seec.

Nota: Ensino Fundamental e Médio: Dados Estimados para SP e PR -
1994. Ensino Fundamental e Médio: Dados Estimados para SP -
1995. Ensino Fundamental e Médio: Dados Preliminares - 1998.

2 de outubro de 1998.

Brasil está perto de colocar todas as crianças na escola

A taxa de atendimento escolar alcança 96,5% das crianças brasileiras na faixa etária de 7 a 14 anos, conforme os resultados finais do Censo Escolar de 1998, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), órgão ligado ao Ministério da Educação.

Esta taxa vem evoluindo positivamente. Era de 96% em 1996. Entende-se por taxa de atendimento escolar o percentual da população com idade entre 7 e 14 anos que encontra-se matriculada na escola, independente do nível de ensino.

Outro indicador calculado com base no Censo, indica que a taxa de escolarização líquida no ensino fundamental é de 95,8%. Esta taxa engloba a parcela da população de 7 a 14 anos matriculada no nível de ensino adequado para a sua idade.

Em 1996, a taxa de escolarização líquida era de 90,5%. Cresceu para 93% no ano passado e voltou a subir, impulsionada pelo programa "Toda Criança na Escola", lançado no ano passado.

"Estamos perto de colocar todas as crianças brasileiras na escola", avalia o ministro da Educação, Paulo Renato Souza.

Paulo Renato lembra que, hoje, as escolas públicas respondem por 92% da matrícula no ensino fundamental e 81% da matrícula no ensino médio. Segundo ele, o total de alunos matriculados no ensino fundamental já supera a população total na faixa etária de 7 a 14 anos, resultando numa taxa de escolarização bruta de 127,6%.

A taxa de escolarização bruta identifica se a oferta de matrículas no nível de ensino é suficiente para atender à demanda por matrícula na população com faixa etária correspondente. Índice superior a 100% mostra que sim. A rede de ensino fundamental atende, hoje, 8,5 milhões de alunos com 15 anos ou mais de idade que já deveriam estar cursando o ensino médio.

"Estamos lutando, juntamente com os Estados e municípios, para universalizar o atendimento à educação básica e superar, com políticas de avaliação e melhoria da qualidade, o atraso histórico acumulado pelo País nas últimas décadas", diz.

De acordo com o Censo Escolar deste ano, apenas três Estados (Piauí, Alagoas e Maranhão) possuem taxas de escolarização líquida no ensino fundamental inferior a 90%, ao mesmo tempo que todos os Estados das Regiões Sul e Sudeste já alcançam taxas superiores a 97%, destacando-se o Distrito Federal, que obteve o melhor índice do País (98,2%).

Taxa de atendimento escolar na faixa etária de 7 a 14 anos e taxa de escolarização líquida e bruta do ensino fundamental, referentes a 25 de março de 1998

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	TAXA DE ATENDIMENTO	TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO	
		LÍQUIDA	BRUTA
Brasil	96,5	95,8	127,6
Norte	95,3	91,9	138,0
Rondônia	94,3	91,9	125,6
Acre	94,1	91,2	140,7
Amazonas	95,8	90,1	130,0
Roraima	98,1	93,9	127,6
Pará	96,6	92,8	138,9
Amapá	95,1	93,1	150,9
Tocantins	97,3	93,6	161,9
Nordeste	94,4	92,0	139,5
Maranhão	94,0	89,7	144,0
Piauí	86,9	85,9	116,7
Ceará	96,6	92,5	138,4
Rio Grande do Norte	94,2	92,3	132,7
Paraíba	96,8	93,8	141,2
Pernambuco	94,3	91,5	134,2
Alagoas	90,1	87,6	130,3
Sergipe	96,0	92,0	135,5
Bahia	97,4	94,7	149,6
Sudeste	97,9	97,6	127,4
Minas Gerais	97,6	97,5	137,9
Espírito Santo	99,8	97,0	126,6
Rio de Janeiro	98,6	97,5	126,3
São Paulo	98,4	97,7	123,1
Sul	98,1	97,1	118,6
Paraná	97,9	97,3	121,7
Santa Catarina	97,5	97,4	119,8
Rio Grande do Sul	99,9	97,4	114,8
Centro-Oeste	96,2	94,3	140,7
Mato Grosso do Sul	95,9	95,1	131,9
Mato Grosso	96,3	94,5	131,7
Goiás	97,2	95,9	131,9
Distrito Federal	99,6	98,2	144,4

Defasagem entre idade e série continua alta

A defasagem idade/série atinge 46,7% dos alunos do ensino fundamental e 53,9% do ensino médio. Esta é uma das principais revelações do balanço final do Censo Escolar de 1998, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), órgão ligado ao Ministério da Educação.

Traduzindo em números, significa que 16,7 milhões de alunos, de um total de 35,8 milhões que estão matriculados no ensino fundamental, estão atrasados em relação aos seus estudos. Desses, 16,7 milhões, mais da metade (8,5 milhões) têm 15 anos ou mais de idade.

No ensino médio, a defasagem idade/série afeta 3,7 milhões, mais da metade dos 6,9 milhões de alunos matriculados nas escolas públicas e privadas de todo o País.

"É falsa a premissa de que é benéfico para o aluno com desempenho insatisfatório repetir a mesma série", afirma a presidente do Inep, Maria Helena Guimarães de Castro.

O problema começou a ser enfrentado de dois anos para cá, explica a presidente do Inep, com as classes de aceleração de aprendizagem.

Pelos dados do Censo Escolar deste ano, as matrículas em programas de correção de fluxo abrangem 1,2 milhão de alunos de 1- a 8- série.

As principais causas da distorção idade/série são a reprovação e o abandono escolar. Outro fator que contribui para a distorção é a "retenção" de alunos nas chamadas classes de alfabetização - um subnível de ensino entre o pré-escolar e o ensino fundamental.

As classes de alfabetização devem ser extintas nos próximos anos, mas ainda existem mais de 800 mil alunos matriculados nessas turmas, a maioria nas Regiões Norte e Nordeste, onde, por fatores socioeconômicos e culturais, as crianças entram mais tarde na escola.

Na Região Nordeste, a taxa de distorção atinge, em média, 64,2% dos alunos do ensino fundamental e 69,5% dos alunos do ensino médio. Na Região Norte, é de 61,3% no ensino fundamental e 73,2% no ensino médio. O sul é a região com os menores índices, 25,8% no ensino primário, e 39,1%, no secundário.

O Estado com a taxa de distorção mais alta, no ensino fundamental, é a Bahia. Nesse Estado, 68,3% dos alunos possuem idade superior à série que deveriam estar cursando. O Estado com a menor taxa é o Rio Grande do sul, com 22,6%.

No ensino médio, o Estado com a maior taxa de distorção é Tocantins, com 79,3%, e o Estado com a menor taxa, mais uma vez, é o Rio Grande do sul, com 33,6%.

"Quando um aluno de 7 anos é reprovado na 1ª série do ensino fundamental, ele já vai contribuir para inflar as estatísticas de distorção até o final do ciclo e em todos os níveis subseqüentes", explica a presidente do Inep, Maria Helena Guimarães de Castro.

A idade recomendada para ingressar na 1ª série é 7 anos e para concluir a 8ª série, 14 anos. Para ingressar no ensino médio, a idade ideal é 15 anos e para conclusão, 17 anos.

Taxa de distorção série/idade ensino fundamental - Total -1998

(continua)

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	SÉRIE (%)								
	TOTAL	1ª SÉRIE	2ª SÉRIE	3ª SÉRIE	4ª SÉRIE	5ª SÉRIE	6ª SÉRIE	7ª SÉRIE	8ª SÉRIE
Brasil	46,7	38,4	44,1	44,6	45,8	54,3	52,5	51,9	50,5
Norte	61,3	51,4	62,5	64,7	65,0	69,7	67,4	65,7	62,9
Rondônia	46,8	28,8	40,3	43,7	46,6	61,4	59,0	57,1	55,9
Acre	57,8	49,7	60,3	59,9	60,5	62,3	62,6	62,9	61,5
Amazonas	64,6	53,4	62,4	65,4	64,2	74,6	72,5	72,1	71,6
Roraima	45,4	32,0	42,7	47,4	49,7	53,4	54,0	49,2	47,8

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	SÉRIE (%)								
	TOTAL	1ª SÉRIE	2ª SÉRIE	3ª SÉRIE	4ª SÉRIE	5ª SÉRIE	6ª SÉRIE	7ª SÉRIE	8ª SÉRIE
Pará	64,1	55,2	68,9	70,7	70,9	70,8	67,4	62,9	57,3
Amapá	48,1	30,0	40,7	49,1	53,9	62,1	61,5	57,3	61,2
Tocantins	64,4	49,1	61,4	66,5	68,0	74,2	72,4	75,0	71,2
Nordeste	64,2	54,1	65,1	67,8	66,4	72,2	69,2	70,2	66,7
Maranhão	65,3	58,3	68,6	68,6	68,6	71,8	68,3	67,8	65,3
Piauí	63,3	56,4	68,4	68,5	69,4	69,0	63,9	59,0	54,6
Ceará	60,4	46,2	59,5	64,6	63,0	69,4	67,5	67,3	66,3
R. G. do Norte	56,4	40,6	54,4	58,5	58,2	65,3	64,7	64,8	64,2
Paraíba	66,4	58,2	70,3	70,1	68,7	74,4	71,0	69,2	65,1
Pernambuco	58,6	45,8	56,3	57,5	57,1	69,2	66,9	67,8	65,7
Alagoas	67,8	58,8	71,0	71,9	71,1	75,6	73,2	72,4	70,1
Sergipe	67,5	57,7	68,6	70,0	69,9	74,0	72,7	72,7	73,1
Bahia	68,3	57,0	69,5	74,2	71,3	76,0	72,2	75,8	69,6
Sudeste	34,2	14,7	22,6	25,6	34,3	43,9	45,5	45,4	44,6
Minas Gerais	42,2	17,2	24,1	27,4	44,1	55,8	58,3	58,7	56,8
Espírito Santo	36,0	13,0	31,3	33,8	34,2	44,7	44,6	45,6	45,5
Rio de Janeiro	41,6	27,8	35,8	37,5	41,7	52,7	49,3	48,6	46,7
São Paulo	26,4	5,7	15,2	19,6	24,8	32,9	36,7	37,4	38,0
Sul	25,8	10,5	17,6	21,4	24,0	35,7	33,0	32,0	37,6
Paraná	28,2	10,3	20,1	24,0	26,2	40,3	31,4	31,2	46,3
Santa Catarina	26,9	12,2	19,0	23,5	25,9	36,4	36,7	35,4	33,6
R. G. do Sul	22,6	9,7	13,7	17,3	20,6	30,4	32,4	31,0	28,3
Centro-Oeste	45,5	25,1	36,3	42,2	43,4	56,7	58,0	57,5	56,1
M. G. do Sul	42,4	22,3	34,4	39,1	39,8	56,6	56,1	54,5	52,3
Mato Grosso	44,1	24,2	36,3	40,7	44,0	57,1	57,0	55,0	53,8
Goiás	51,7	33,1	43,1	47,9	51,7	62,2	62,7	62,6	61,8
Distrito Federal	33,3	2,6	17,3	32,4	19,6	42,8	48,9	51,3	48,8

Fonte: MEC/Inep/Seec.

Taxa de distorção série/idade no ensino médio -1998

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	SÉRIE (%)				
	TOTAL	1ª SÉRIE	2ª SÉRIE	3ª SÉRIE	4ª SÉRIE
Brasil	53,9	56,4	52,8	51,3	49,6
Norte	73,2	75,6	71,9	70,0	75,3
Rondônia	61,7	63,6	61,4	58,2	68,4
Acre	66,7	67,3	66,0	64,8	75,9
Amazonas	72,6	73,9	71,8	71,9	59,4
Roraima	73,2	74,1	73,9	72,0	40,0
Pará	74,3	77,3	72,4	70,0	91,4
Amapá	76,6	78,5	75,1	72,4	83,4
Tocantins	79,3	81,8	77,9	75,4	81,1
Nordeste	69,5	72,3	68,4	66,0	58,1
Maranhão	68,5	72,4	66,5	63,0	66,6
Piauí	71,1	74,0	68,7	67,0	81,2
Ceará	65,5	67,6	65,5	61,5	73,5
R. G. do Norte	67,2	69,4	67,8	64,0	32,0
Paraíba	67,1	69,0	67,8	63,5	49,7
Pernambuco	67,5	70,5	66,7	64,0	22,1
Alagoas	67,3	69,9	69,4	62,8	33,5
Sergipe	74,6	77,2	75,4	68,1	100,0
Bahia	73,9	76,6	71,3	72,1	65,8
Sudeste	48,4	49,7	48,0	47,1	46,5
Minas Gerais	57,3	57,7	56,5	57,7	58,3
Espírito Santo	51,8	53,7	51,9	48,9	44,1
Rio de Janeiro	53,1	56,7	51,0	48,6	58,6
São Paulo	43,5	43,8	43,8	42,7	41,9
Sul	39,1	41,6	36,6	36,2	47,8
Paraná	44,3	46,8	41,4	42,6	47,2
Santa Catarina	38,0	40,0	35,6	35,1	56,9
R. G. do Sul	33,6	37,1	31,7	28,7	37,8
Centro-Oeste	57,7	60,8	55,9	53,9	64,8
M. G. do Sul	53,5	55,4	52,8	48,7	71,4
Mato Grosso	55,7	59,7	53,7	50,9	34,2
Goiás	63,3	65,8	61,1	61,3	66,2
Distrito Federal	51,4	55,4	50,0	46,1	-

Fonte: MEC/Inep/Seec.

Nota: O não-seriado não é incluído no cálculo da taxa.

27 de setembro de 1998.

Estudo do Inep aponta os desafios para a educação brasileira

Erradicar o analfabetismo, universalizar o acesso e promover a melhoria de qualidade do ensino fundamental, investir na qualificação de professores, superar as desigualdades regionais, e expandir o número de vagas no ensino médio e no ensino superior. Estes são, resumidamente, os principais desafios da educação brasileira para os próximos anos, traçados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), autarquia vinculada ao Ministério da Educação e do Desporto (MEC).

O estudo, assinado pela presidente da instituição, Maria Helena Guimarães de Castro, aponta os avanços conquistados na educação nos últimos anos e os problemas que o País ainda precisa vencer para superar o déficit histórico acumulado em seu sistema educacional.

O Brasil tem hoje, aproximadamente, 53 milhões de estudantes, considerando-se todos os níveis e modalidades da educação básica e somadas as matrículas do ensino superior e da pós-graduação, o que corresponde a cerca de um terço do total da população.

"Em três décadas, o sistema educacional brasileiro mais do que triplicou seu tamanho. Trata-se, portanto, de um sistema de massa, exigindo vultosos investimentos do setor público, que responde por 89,3% das matrículas do ensino fundamental, 80,2% do ensino médio e 38,35% do ensino superior", observa Maria Helena.

Combate ao analfabetismo

Um dos maiores desafios a serem enfrentados é a eliminação do analfabetismo. O Brasil ainda possui uma elevada taxa de analfabetos, de 14,7% da população com 15 anos ou mais de idade, segundo a última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), de 1996, feita pelo IBGE. Em números absolutos, são 15,5 milhões de pessoas.

Mas essa taxa vem caindo num ritmo mais acelerado, de 1,08% ao ano, desde o início da década de 90, contra um ritmo relativamente lento, de 0,63% ao ano, nas décadas de 70 e 80. O estudo destaca o crescimento do nível de escolaridade dos brasileiros e diz que tem havido redução das taxas de analfabetismo em todos os grupos de idade, muito embora sua intensidade diminua conforme aumentam as faixas etárias da população.

O percentual de analfabetos entre as pessoas com idade entre 15 e 19 anos caiu de 16,5%, em 1980, para 6%, em 1996. No grupo de 20 a 24 anos, a queda foi igualmente significativa, de 15,6% para 7,1% no mesmo período.

O índice de analfabetos também já é inferior a dois dígitos no grupo de 25 a 29 anos (8,1%). Os grupos de idade com mais de 30 anos, em contraste, apresentam taxas bem mais elevadas, sobretudo entre a população com mais de 50 anos, onde a proporção de analfabetos chega a 31,5%.

"O País só conseguirá erradicar o analfabetismo nos próximos dez anos com políticas públicas focalizadas, pois trata-se de um contingente populacional muito difícil de ser atingido, dadas as suas características socioeconômicas", afirma Maria Helena.

Segundo ela, é necessário concentrar esforços na erradicação do analfabetismo para os grupos mais jovens, com prioridade à população na faixa etária entre 15 e 29 anos. "É possível prever que, ao final da próxima década, o analfabetismo jovem estará superado, em consequência das políticas educacionais que vêm sendo implementadas", calcula.

Universalização do ensino fundamental

De acordo com estimativa feita a partir dos resultados preliminares do Censo Escolar de 1998, a taxa de escolarização líquida da população de 7 a 14 anos já é de 95%,

antecipando e superando uma meta estabelecida pelo Plano Decenal de Educação para Todos, que previa elevar a cobertura até o ano 2003 para, no mínimo, 94% da população em idade escolar.

"O Brasil está muito perto de universalizar o acesso ao ensino fundamental. O que precisa, agora, é assegurar as condições de permanência no sistema e de sucesso escolar", afirma.

Apesar do declínio da taxa de distorção série/idade e da evolução positiva dos principais indicadores de fluxo escolar, Maria Helena considera o quadro geral ainda insatisfatório. Quase a metade dos alunos (47%) está defasada em relação aos seus estudos, o que pode ser resolvido com a implantação do ciclo básico, que eliminaria a reprovação, ou então com as chamadas classes de aceleração, assegurando, contudo, a qualidade do processo de aprendizagem.

A taxa de repetência deverá situar-se neste ano em 29%, mantendo a tendência de queda que se verifica desde a década de 80. Ao mesmo tempo, a taxa de promoção segue em alta, devendo atingir 67% no final do ano letivo de 1998. A evasão, por sua vez, continua em queda, podendo atingir 4% dos alunos.

Melhoria da qualidade e superação das desigualdades regionais

A melhoria da qualidade do ensino fundamental passa, necessariamente, pela melhoria das condições de oferta do ensino e pela superação das disparidades regionais. Este quadro ficou evidenciado em pesquisa recentemente concluída pelo Inep sobre a infraestrutura das escolas públicas e privadas de todo o País.

Menos de 50% dos alunos da educação básica estudam em escolas equipadas com biblioteca, por exemplo. Na maioria dos estabelecimentos de ensino fundamental não há laboratórios de ciências e informática: 24,2% dos alunos estudam em escolas que possuem laboratórios de ciências e 4,1% em escolas dotadas com laboratórios de informática. Falta, ainda, instalar telefone em 46% das escolas de primeiro grau com mais de cem alunos.

No Nordeste, por exemplo, 8,4% dos alunos de ensino fundamental freqüentam escolas sem abastecimento de água, índice que é de apenas 0,3% no Sul e de 0,7% no Sudeste. A situação é ainda mais discrepante em relação ao percentual de alunos que estudam em estabelecimentos que não possuem energia elétrica, condição que afeta 19,6% dos alunos na Região Norte e 14,6% no Nordeste, em contraste com os índices de 0,9% no Sul e de 1,7% no Sudeste. A falta de esgoto sanitário nas escolas atinge 18,1% dos alunos de ensino fundamental na Região Norte e 9,3% no Nordeste, contra 1,7% no Sudeste e 1,8% no sul.

A precariedade das condições de infra-estrutura ocorre principalmente nas escolas rurais, que são mais numerosas no Norte e Nordeste, representando, respectivamente, 82% e 74% do total dos estabelecimentos de ensino dessas regiões. "O problema deve ser enfrentado com políticas de nucleação de escolas e com ações específicas que considerem as características geográficas e sociais de cada região", propõe a presidente do Inep.

As Regiões Norte e Nordeste apresentam ainda as piores taxas de escolarização em todos os níveis de ensino. É, também, nestas duas regiões que se concentram cerca de 60% das crianças fora da escola.

Qualificação do magistério

Outro grande desafio que terá de ser equacionado nos próximos dez anos para satisfazer exigência da LDB, incorporada ao Plano Nacional de Educação, em tramitação no Congresso Nacional, é promover a melhoria do perfil de escolaridade do magistério.

De acordo com o resultado preliminar do Censo do Professor, realizado em 1997, mais da metade dos professores da educação básica (53,49%) não possui curso superior completo. Em números absolutos, são cerca de 820 mil professores que terão que complementar sua formação, caso queiram permanecer no magistério.

Para se ter uma idéia da magnitude do esforço demandado, basta considerar que, para atingir a meta estabelecida pela LDB deverão ser formados a cada ano cerca de cem mil professores no nível superior durante a próxima década.

Expansão do ensino médio

Com o aumento da taxa de conclusão no ensino fundamental, a expansão de vagas no ensino médio passa a ser uma das principais preocupações do Ministério da Educação para os próximos anos. De 1990 a 1998, a matrícula nesse nível de ensino praticamente dobrou, saltando de 3,5 milhões para 6,9 milhões, conforme indica o resultado preliminar do Censo Escolar deste ano.

"A demanda por vagas no ensino médio deve continuar aumentando em ritmo acelerado na próxima década, projetando-se uma estabilização somente a partir do ano de 2008, quando o sistema deverá abrigar 10,4 milhões de matrículas", prevê Maria Helena.

Assegurar essa expansão e promover, simultaneamente, a melhoria da qualidade do ensino representa um grande desafio para os governos federal e estaduais. É que o aumento do número de matrículas nesse nível de ensino vem sendo direcionado para o setor público, principalmente para as escolas mantidas pelos Estados, enquanto o setor privado dá claros sinais de estagnação.

A rede pública estadual já responde por 72,5% das matrículas do ensino médio, absorvendo o impacto da expansão verificada nos anos 90. A rede privada, ao contrário, vem reduzindo sua participação relativa na oferta de matrículas nesse nível de ensino. Este fenômeno foi particularmente intenso nas últimas duas décadas.

Com efeito, a proporção de alunos do ensino médio que freqüenta escolas particulares caiu de 46,5% em 1980 para 19,8%, em 1997. Também houve redução em termos absolutos, pois a rede privada, que tinha 1.310.921 alunos matriculados no ensino médio em 1980, contabilizava 1.267.065 matrículas, em 1997.

"Pode-se afirmar, com segurança, que a prioridade atribuída ao ensino fundamental nos últimos anos tem sido a principal alavanca para a expansão da matrícula no ensino médio. Porém, vale acrescentar que este fenômeno reflete, sobretudo, as novas necessidades do mercado de trabalho", analisa a presidente do Inep.

O mercado de trabalho tornou-se mais seletivo, exigindo a formação de nível médio como escolaridade mínima para os candidatos a um emprego, independentemente da função a ser exercida, o que estimula a procura por vagas nas escolas de ensino médio.

"Isso explica a tendência registrada nos últimos anos do número de matrículas na 1ª série do ensino médio superar o número de concluintes da 8ª série do ensino fundamental do ano anterior, pois é significativo o número de pessoas que estão retornando ao sistema para completar a educação básica".

Mais vagas nas universidades

O desafio para o ensino superior não se resume somente à abertura de novas vagas. "É preciso promover, concomitantemente, a diversificação do sistema, a melhoria das condições de oferta do ensino e a flexibilização da estrutura dos cursos e dos currículos", sugere Maria Helena.

Para ela, o Brasil deverá realizar um grande esforço para aumentar a taxa de escolarização nesse nível de ensino. "O aumento da escolarização de nível superior tornou-se crucial para o desenvolvimento sustentado do País, uma vez que as novas tecnologias de manufatura e de serviços estão exigindo profissionais altamente qualificados", constata.

A abertura de novas vagas no ensino superior foi bastante lenta na década de 80, mas acelerou de 1994 para cá. De fato, entre 1980 e 1993, registrou-se um incremento de 217 mil novas matrículas, o que representa um aumento porcentual de apenas 15% em 14 anos. A expansão foi maior nos anos subseqüentes. De 1994 a 1998, contabilizou-se um aumento de 424 mil novas matrículas. Isto corresponde a um crescimento de 25,5% em apenas quatro anos.

Este aumento foi sustentado principalmente pelas instituições estaduais e pelas particulares, que ampliaram a sua participação relativa na oferta de matrícula. As instituições federais de ensino superior (Ifes) registraram um crescimento mais moderado, reduzindo de 23% para 21% a sua participação na oferta total de matrículas no período de 1986 a 1996.

Hoje, o setor privado responde por 60% das vagas disponíveis e o setor público, por 40%. "A expansão do setor público, para que pelo menos seja mantida a proporção atual, passa necessariamente pelo aumento da eficiência do sistema, eliminando-se a capacidade ociosa existente", defende.

Alguns indicadores utilizados para comparações internacionais são suficientes para mostrar a necessidade de reestruturação do sistema de ensino superior brasileiro: o Brasil tem uma das mais baixas taxas de alunos por docente no ensino superior, de nove por **um**, quando consideramos apenas o setor público federal. Esta posição se inverte nos demais níveis de ensino, para os quais esta relação é bastante elevada em comparação com outros países.

O Brasil, segundo Maria Helena, coloca-se nos extremos, quando comparado com os países da Organização Econômica para a Cooperação e o Desenvolvimento (OECD): por um lado, tem os menores gastos por aluno/ano na educação básica, por outro, possui um dos gastos mais elevados no ensino superior.

"O custo do ensino superior no setor público é um dos principais obstáculos à expansão de vagas, tendo em vista que o aumento da sua participação relativa no gasto público em educação acentuaria a iniquidade do sistema. As instituições públicas federais de ensino superior têm condições de ampliar o número de alunos sem aumentar o atual quadro de pessoal e muitas delas já vêm se esforçando para isso", acrescenta.

16 de setembro de 1998.

Informe estatístico do MEC revela melhoria do rendimento escolar

Aprovação escolar cresce, enquanto diminuem o abandono e a reprovação

As estatísticas educacionais mais recentes mostram tendência de aumento das taxas de aprovação dos alunos do ensino fundamental e do ensino médio, enquanto caem o abandono e a reprovação.

As informações foram divulgadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), órgão do Ministério da Educação (MEC), durante a reunião de ministros de Educação dos países membros da Organização dos Estados Americanos (OEA), realizada esta semana, em Brasília. A publicação, intitulada Informe Estatístico da Educação Básica, traz um quadro completo dos indicadores educacionais no País.

A taxa de aprovação dos alunos do ensino fundamental aumentou de 60,6%, **em 1988**, para 70,6%, **em 1995**, e 73%, em 1996. No ensino médio, a taxa de aprovação subiu de 68,2%, em 1995, para 74,4%, em 1996.

A taxa de reprovação no ensino fundamental caiu de 18,8% em 1988, para 15,7% em 1995, e 14,1%, em 1996. No ensino médio, o índice de alunos reprovados foi reduzido de 10,1%, em 1995, para 9,9%, em 1996.

A queda mais significativa foi na taxa de abandono escolar. No ensino fundamental, 20,6% dos alunos abandonavam a escola em 1988. Esse porcentual despencou para 13,6%, em 1995, e para 12,9%, em 1996. No ensino médio, a redução foi de 21,6%, em 1995, para 15,7%, em 1996.

O conceito técnico de abandono é diferente de evasão. Abandono quer dizer que o aluno deixa a escola num ano, mas retorna no ano seguinte. Evasão significa que o aluno sai da escola e não volta mais para o sistema.

Sobe o nível de escolarização

Para a presidente do Inep, Maria Helena Guimarães de Castro, os dados apontam claramente para uma melhoria da qualidade da educação no Brasil. "Apesar de os índices de abandono e reprovação ainda serem considerados altos, a tendência para os próximos anos é de queda", afirma.

Uma prova disso, segundo ela, é que o nível de escolaridade da população com mais de 10 anos de idade está subindo.

Em 1992, 59,5% dos brasileiros tinham no mínimo quatro anos de estudo. Tinham o primeiro grau completo, 25,6%, e o segundo grau, 14,4%. Em 1995, o número de pessoas com quatro anos de estudo evoluiu para 62,7%. O número de pessoas com primeiro grau completo subiu para 27,9%, e o segundo grau completo, 15,7%. Em 1996, o nível de escolaridade melhorou ainda mais: 16,5% tinham o segundo grau completo, 30%, o primeiro grau completo, e 64,5% quatro anos de estudo.

Apesar dos avanços verificados, Maria Helena ainda considera a escolaridade dos brasileiros baixa.

"O desafio maior, hoje, já não é matricular as crianças na escola, mas mantê-las no sistema e garantir seu aprendizado, pelo menos até o término da escolaridade básica", diz.

Ensino fundamental - Taxas de aprovação, reprovação e abandono -1996

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	APROVAÇÃO	REPROVAÇÃO	ABANDONO
Brasil	73,0	14,1	12,9
Norte	62,3	18,7	19,0
Rondônia	70,4	15,8	13,7
Acre	66,5	16,8	16,7
Amazonas	64,9	17,0	18,1
Roraima	73,3	15,0	11,6
Pará	57,8	21,5	20,7
Amapá	66,7	22,3	11,0
Tocantins	64,4	12,9	22,6
Nordeste	62,3	17,1	20,6
Maranhão	62,2	15,9	22,0
Piauí	55,1	23,1	21,8

(conclusão)

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	APROVAÇÃO	REPROVAÇÃO	ABANDONO
Ceará	66,8	11,7	21,5
R. G. do Norte	64,1	17,0	18,8
Paraíba	64,3	17,1	18,6
Pernambuco	62,3	18,1	19,7
Alagoas	53,9	23,8	22,3
Sergipe	54,4	25,1	20,4
Bahia	63,3	16,5	20,2
Sudeste	82,9	10,2	6,9
Minas Gerais	80,0	10,5	9,5
Espírito Santo	75,7	13,2	11,1
Rio de Janeiro	80,0	13,2	6,8
São Paulo	86,1	8,8	5,1
Sul	77,8	14,9	7,2
Paraná	76,1	14,4	9,5
Santa Catarina	81,0	13,7	5,3
R. G. do Sul	77,9	16,1	6,0
Centro-Oeste	71,1	14,8	14,1
M. G. do Sul	71,2	18,6	10,2
Mato Grosso	72,1	14,0	13,9
Goiás	68,1	13,4	18,5
Distrito Federal	77,5	15,8	6,7

Fonte: MEC/Inep/Seec.

Nota: O cálculo da taxa de abandono é obtido pela diferença entre as taxas de aprovação, reprovação e 100%.

Ensino médio - Taxas de aprovação, reprovação e abandono -1996

(continua)

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	APROVAÇÃO	REPROVAÇÃO	ABANDONO
Brasil	74,4	9,9	15,7
Norte	67,9	11,3	20,8
Rondônia	68,9	12,1	19,0
Acre	71,7	6,8	21,5
Amazonas	73,4	7,8	18,8
Roraima	65,7	9,6	24,7
Pará	65,5	14,9	19,7
Amapá	60,0	13,1	26,9
Tocantins	68,1	5,4	26,4

	(conclusão)		
UNIDADE DA FEDERAÇÃO	APROVAÇÃO	REPROVAÇÃO	ABANDONO
Nordeste	71,1	8,7	20,2
Maranhão	74,3	9,4	16,3
Piauí	66,6	10,8	22,6
Ceará	74,8	8,2	17,0
R. G. do Norte	70,6	6,1	23,3
Paraíba	70,2	9,3	20,6
Pernambuco	68,4	6,5	25,1
Alagoas	69,6	10,1	20,3
Sergipe	65,8	11,7	22,5
Bahia	72,1	10,0	17,8
Sudeste	78,2	9,1	12,6
Minas Gerais	78,3	8,0	13,7
Espírito Santo	71,4	7,7	20,9
Rio de Janeiro	80,5	11,6	7,9
São Paulo	78,1	9,0	12,9
Sul	72,2	12,5	15,2
Paraná	73,2	9,8	17,0
Santa Catarina	75,7	10,5	13,8
R. G. do Sul	69,2	17,0	13,8
Centro-Oeste	68,5	11,3	20,1
M. G. do Sul	71,5	9,6	18,9
Mato Grosso	69,2	7,4	23,4
Goiás	67,1	9,0	24,0
Distrito Federal	68,4	20,8	10,8

Fonte: MEC/Inep/Seec.

Nota: O cálculo da taxa de abandono é obtido pela diferença entre as taxas de aprovação, reprovação e 100%.

NÍVEIS DE ENSINO	MATRÍCULAS	FUNÇÕES DOCENTES	Nº DE ESCOLAS	MÉDIA ALUNOS P/ TURMA
Educação Infantil	4.292.208	223.962	80.961	53
Classes de Alfabetização	1.426.694	75.902	55.034	25,9
Ensino Fundamental	34.229.388	1.413.607	196.479	29,2
Ensino Médio	6.405.057	352.894	16.633	38
Educação Especial	334.507	36.171	7.995	9,8
Supletivo	2.881.770	103.300	16.100	-

Professores estão mais qualificados

O Informe Estatístico da Educação Básica, divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), revela, ainda, que os professores do ensino fundamental e do ensino médio estão melhor qualificados.

O levantamento indica que no período de 1975 a 1996 o número de professores do ensino fundamental com formação superior completa cresceu 137%. O número de professores com segundo grau completo teve aumento de 58%. Por outro lado, o número de professores com primeiro grau completo e incompleto caiu 48% e 41%, respectivamente.

Os dados mais recentes sobre o grau de formação dos professores do ensino fundamental apontam que, em 1996, 43,8% possuíam nível superior completo, 47,2% tinham segundo grau completo, 4,4% o primeiro grau completo e 4,6% ainda não havia completado o primeiro grau.

No mesmo período, o número de professores do ensino médio com formação superior subiu de 64,8% para 86,4%. Em 1975, 35,2% dos professores do nível secundário não tinham formação superior. Esse número baixou para 13,6%, em 1996.

A presidente do Inep, Maria Helena Guimarães de Castro, observa que é nas Regiões Norte e Nordeste onde se concentra a maior parte dos professores leigos do ensino fundamental - aqueles que não possuem a escolarização mínima exigida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). A lei exige curso médio de magistério para lecionar de 1^a a 4^a séries e curso superior com licenciatura para dar aulas de 5- a 8- séries.

Na Região Norte, 12,5% dos professores têm o primeiro grau completo e 10,2% incompleto. No Nordeste, 7,7% completaram o primeiro grau e 10,8% ainda não. Na Região Centro-Oeste, esse percentual é de 4,2% e 2,4%. No sul, de 2,2% e 1%, e no Sudeste, de 1,2% e 0,7%, respectivamente.

Para enfrentar o problema, o Ministério da Educação está desenvolvendo um projeto-piloto para capacitação dos professores a distância. Mas, além do ensino a distância, a capacitação dos professores leigos exigirá ainda esforços conjuntos dos governos estaduais, municipais e das instituições de ensino superior, acrescenta a presidente do Inep.

Isso, porque a lei que regulamentou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) - Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996 - estabelece que os professores leigos não poderão mais dar aulas a

partir do ano 2001. Já o Plano Nacional de Educação (PNE), em tramitação no Congresso Nacional, propõe uma meta mais ambiciosa: todos os professores do ensino fundamental deverão ter formação superior completa até o ano 2008.

Maioria estuda em escolas com mais de 500 alunos

De acordo com o Informe Estatístico da Educação Básica, 57,9% da matrícula registrada no ensino fundamental, no ano de 1997, está concentrada nas escolas com mais de 500 alunos.

Essas escolas, que representam apenas 11,3% dos estabelecimentos do ensino fundamental, atendem a 19 milhões e 823 mil alunos. O restante das matrículas está dividido em escolas de menor porte.

A maioria dos estabelecimentos têm até 150 alunos. Com até 30 alunos, são 39,7% das escolas. De 31 a 150 alunos, 33,8%. De 151 a 250 alunos, 6,5%. E de 251 a 500 alunos, 8,8%. Nas escolas com apenas uma sala de aula estudam somente 4% dos alunos, grande parte na zona rural.

No ensino médio, 62,7% estudam em escolas com mais de 500 alunos. Essas escolas representam apenas 24,3% dos estabelecimentos, mas atendem a 4 milhões e 14 mil alunos. As escolas com apenas uma sala de aula contam com apenas 0,7% dos alunos, a maioria na zona rural.

A maioria das escolas de nível médio possui até 250 alunos. São 8,8% das escolas com até 50 alunos. Já o número de escolas que têm entre 51 e 250 alunos é de 44,3%. Na faixa entre 251 e 500 alunos, são 22,7% das escolas.

O número médio de alunos por turma é de 29,2 no ensino fundamental e de 38 no ensino médio.

A falta de energia elétrica atinge 41% das escolas de primeiro grau, mas afeta somente 7,5% dos alunos, e a falta de abastecimento de água ocorre em 13,1% das escolas, atingindo 3,1% dos alunos.

Das 80.472 escolas não-atendidas por rede de energia elétrica, 79.371 encontram-se na zona rural e das 25.849 escolas sem abastecimento de água, 24.964 também são pequenas escolas rurais, que atendem a um reduzido número de alunos.

A falta de esgoto sanitário se dá em 25% das escolas, afetando 5,7% dos alunos. Na maioria das escolas não há laboratórios de ciências e informática: 24,2% dos alunos estudam em escolas que possuem laboratórios de ciências e 4,1% em escolas dotadas com laboratórios de informática.

Em relação ao ensino médio, 29,1% dos alunos estudam em escolas com laboratórios de informática e 61% em escolas com laboratórios de ciências.

Número de alunos do ensino fundamental que estudam em escolas sem energia elétrica -1997

	ZONA RURAL	ZONA URBANA	TOTAL	%
Brasil	2.463.469	93.685	2.557.154	7,4
Norte	564.544	27.055	591.599	1,1
Nordeste	1.586.193	46.189	1.632.382	4,6
Sudeste	197.191	18.297	215.488	0,6
Sul	39.247	770	40.017	0,1
Centro-Oeste	76.294	1.374	77.668	0,2

Fonte: MEC/Inep/Seec.

Número de alunos do ensino fundamental que estudam em escolas sem abastecimento de água -1997

	ZONA RURAL	ZONA URBANA	TOTAL	%
Brasil	1.076.322	914.667	1.990.989	3,14
Norte	218.086	34.614	252.700	0,74
Nordeste	602.754	84.152	686.906	2,01
Sudeste	52.955	42.578	95.533	0,28
Sul	11.330	2.039	13.369	0,04
Centro-Oeste	10.499	7.481	17.980	0,05

Fonte: MEC/Inep/Seec.

Taxa de distorção idade/série é menor

A taxa de distorção idade/série dos alunos do ensino fundamental e do ensino médio continua alta, mas vem caindo ano a ano, refletindo uma lenta, porém, gradual melhoria de qualidade da educação brasileira.

No ano de 1996, 47% dos alunos do ensino fundamental tinham idade superior à que seria correspondente para a série em que estavam cursando. Esse índice já foi de 64,1%, em 1991, e de 76,2%, em 1982.

Os alunos da 5- série apresentaram a maior defasagem, de 55,6%, seguidos dos alunos da 6ª série (53,2%), 7ª série (49,2%), 4ª série (46,6%), 3ª série (46,4%), 2ª série (44,1%) e 13ª série (40%).

Como quase a metade dos alunos do ensino fundamental estão atrasados em seus estudos, o problema da distorção acaba se refletindo nos níveis médio e superior. A distorção atinge 55,2% dos alunos do ensino médio. O índice é maior na 1ª série (57,7%), na 2ª série, é de 54,6%, e na 3ª série, de 51%.

A distorção é mais acentuada nas Regiões Norte e Nordeste, onde os alunos entram mais tarde na escola e onde existe quase a totalidade dos alunos "retidos" nas chamadas classes de alfabetização - entre o pré-escolar e o ensino fundamental. O Nordeste contabiliza 60% das matrículas nacionais em classes de alfabetização e o Norte 17,6% do total.

Além dos alunos "retidos" nas classes de alfabetização, contribuem ainda para a distorção idade/série o abandono escolar e a reprovação.

"Quando um aluno de 7 anos é reprovado na 1- série do ensino fundamental, ele já vai contribuir para inflar as estatísticas de distorção até o final do ciclo", explica a presidente do Inep, Maria Helena Guimarães de Castro.

A idade recomendada para ingressar na 1ª série é 7 anos e para concluir a 8- série, 14 anos. Para ingressar no ensino médio, a idade ideal é 15 anos e, para conclusão, 17 anos.

Número de concluintes se expande

O Informe Estatístico da Educação Básica indica também que o número de concluintes do ensino fundamental e do ensino médio vem se expandindo rapidamente nos últimos anos. No período de 1990 a 1996, o aumento do número de concluintes do ensino fundamental foi de 81%, e do ensino médio, 76,6%.

Concluíram o ensino fundamental, em 1996, 1 milhão e 923 mil alunos, e o ensino médio, 1 milhão e 163 mil alunos.

"Os dados revelam claramente um melhor aproveitamento escolar e uma melhoria da eficiência do sistema", diz João Batista Gomes Neto, diretor de Informações e Estatísticas Educacionais do Inep.

Segundo ele, o aumento do número de concluintes é reflexo da prioridade dada ao ensino fundamental e do esforço realizado pelos governos federal, estaduais e municipais para matricular todas as crianças de 7 a 14 anos na escola. "Há uma total sinergia na área educacional hoje", afirma.

O número de concluintes do ensino fundamental está impulsionando a demanda por vagas no ensino médio e os concluintes deste nível também vêm pressionando a abertura de novas vagas nas universidades, explica. "É uma reação em cadeia", compara.

Evolução do nº de concluintes do ensino fundamental e médio

ANO	FUNDAMENTAL	MÉDIO
1990	1.062.707	658.725
1995	1.720.540	959.545
1996	1.923.762	1.163.788
Cresc. 90/96	81%	76,6%

Fonte: MEC/Inep/Seec.

24 de julho de 1998.

Censo aponta avanços na educação

O Censo Escolar 1996 revela melhoria dos indicadores educacionais no País. Realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep/MEC), o levantamento aponta tendência positiva na evolução de matrículas em todos os níveis de ensino. Entre 1991 e 1996, cresceram 52%, no ensino médio; 13,4% no ensino fundamental e 17,7% na pré-escola.

Nesse mesmo período, o pré-escolar das redes municipais registrou expansão de 45,5% contra crescimento negativo da oferta das redes estaduais e particulares. "É uma indicação de tendência de repartição das competências administrativas nesse nível de ensino na forma definida pela Lei de Diretrizes e Bases", explica Maria Helena Guimarães de Castro, presidente do Inep. No ensino fundamental, verificou-se também crescimento acentuado das matrículas das redes municipais, 24,5% de 1991 a 1996. Nas redes estaduais, a expansão foi de 20,5%.

No período 1991-1996, as matrículas de 5- a 8- série aumentaram 37%, enquanto as de 1 - a 4ª série cresceram 8%. Isso significa melhoria no fluxo escolar, com a crescente participação da segunda fase do ensino fundamental em relação ao total de matrículas.

Em decorrência das políticas de combate à repetência, aumentou o número de concluintes da 8- série: 1 milhão em 1990 e 1,7 milhão em 1995, com crescimento de 61%. O Censo 96 apurou, no ensino fundamental, 68,4% de taxa de aprovação e 15,5% de reprovação em 1995.

Nas 1ª e 5- séries, 19% dos alunos foram reprovados em 1995. Em 1998, o quadro apresentava-se pior: a média de reprovação era de 19,8% e a de reprovação, 63,3%. Verificou-se que a taxa de aprovação é maior conforme os alunos progredem no sistema escolar. Nas 4ª e 8ª séries, alcança, em média, 80%. A aceleração do fluxo, a maior permanência do aluno na escola e a elevação das taxas de aprovação são mudanças estrategicamente necessárias e metas prioritárias do MEC.

As informações sobre a estrutura organizacional das redes escolares são animadoras: houve progressivo declínio das escolas pequenas, com menos de 30 alunos, e expansão significativa do número de escolas com mais de 250 alunos.

O Censo 96 registrou ainda melhoria no nível de formação dos professores do ensino fundamental: 44% têm curso superior e 47% concluíram o ensino médio. Apenas 4,5% (63 mil) têm o ensino fundamental incompleto. Em 1991, eram 41% do nível superior.

A tendência de melhoria do quadro educacional foi sinalizada pela Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (Pnad) de 1995. A taxa de analfabetismo da população com idade a partir de 15 anos caiu de 20% para 15,6% de 1991 a 1995.

Nas áreas rurais, a taxa caiu de 40,5% para 32,7% no mesmo período. O Nordeste continua apresentando o pior indicador, com taxas de analfabetismo que variam entre 26%, em Sergipe, e 35%, no Piauí e em Alagoas.

Ensino fundamental tem superávit de matrícula na primeira série

Estudos sobre fluxo escolar realizados pelo Inep revelam excesso de matrículas nas séries iniciais do ensino fundamental e déficit nas séries finais. Para se chegar a estas conclusões, foram comparados dados de população, segmentados por idade, e de matrícula.

O número de matrículas ideal na 1^o série do ensino fundamental seria de 3,6 milhões, mas hoje há 5,5 milhões. Registra-se, portanto, superávit de 1,9 milhão de matrículas. Na 8^a série, o ideal seria 3,5 milhões de matrículas, mas só há 2,3 milhões, ou seja, existe um déficit de 1,2 milhão. Estas informações são fundamentais para o planejamento e a gestão da política de educação e a definição da alocação de recursos pelo governo.

Os estudos mostram que, corrigido o desequilíbrio, as matrículas hoje disponíveis são suficientes para toda a geração de crianças e adolescentes até a 1^a série do ensino médio. Ou seja, todos eles poderiam ter acesso a, pelo menos, nove séries de ensino. No entanto, em função da baixa qualidade do ensino, o aluno passa muitos anos na escola e não atinge as séries mais avançadas.

Os estudos comprovam a necessidade de implementar uma política de melhoria da qualidade de ensino, focada nas séries iniciais do ensino fundamental. Assim, haveria queda do excedente de matrículas. Os recursos destinados ao pagamento de professores, livros didáticos, salas de aula e até escolas inteiras, hoje alocados nas matrículas excessivas, seriam transferidos para as séries mais avançadas.

20 de janeiro de 1997.

1.2 CENSO DA EDUCAÇÃO INDÍGENA

Brasil tem 93 mil alunos na Educação Indígena

Censo revela também que existem cerca de 1,4 mil estabelecimentos

O Brasil possui 93.037 alunos matriculados na Educação Indígena no País. A maior parte está concentrada no ensino fundamental: são 74.931 estudantes índios. Nas 1.392 escolas indígenas existentes no País trabalham 3.998 professores. Desse total, 76,5% são de origem indígena.

A população indígena brasileira é composta por cerca de 360 mil indivíduos pertencentes a 219 etnias, segundo estimativas da Fundação Nacional do Índio (Funai) e organizações não-governamentais (ONGs). A etnia Ticuna, do Estado do Amazonas, possui o

maior número de matrículas. Em seguida, encontram-se as etnias Guajajara, do Maranhão, e Makuxi, de Roraima.

Os dados fazem parte do Censo da Educação Indígena, realizado pelo Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep/MEC) em parceria com a Secretaria de Educação Fundamental (SEF/MEC).

"O Censo Indígena vai oferecer aos gestores informações para uma política que possa ajudar no estabelecimento de parâmetros educacionais que respeitem a diversidade e as características próprias da cultura indígena", afirma o ministro da Educação, Paulo Renato Souza.

Desde 1991, com a publicação do Decreto nº 26, cabe ao MEC a coordenação de ações voltadas para a educação escolar indígena. O trabalho do Ministério tem como princípio o reconhecimento da diversidade sociocultural e lingüística das sociedades indígenas e de sua manutenção.

O Ministério da Educação desenvolve várias ações, em parceria com Estados, municípios e ONGs, para oferecer à população indígena uma escola de qualidade e que contribua para a preservação da cultura e língua desses povos. Entre os projetos está a formação de professores índios, apoio à produção de material didático e levantamento de dados estatísticos.

Outra iniciativa do MEC é a publicação do Referencial Curricular Nacional para a Escola Indígena (RCNEI), que compõe os Parâmetros Curriculares Nacionais. O RCNEI constitui-se de uma proposta pedagógica, que respeita a diversidade dos povos indígenas, visando oferecer subsídios e orientações para a elaboração de programas de educação escolar.

O Censo da Educação Indígena começou a ser realizado em 1999, quando teve início a coleta de dados. "O levantamento inclui informações detalhadas sobre a matrícula nos diferentes níveis de ensino, as etnias que são atendidas nas escolas, além de dados sobre os docentes e o número de estabelecimentos indígenas", explica Maria Helena Guimarães de Castro, presidente do Inep.

Ensino fundamental concentra matrícula

As matrículas na Educação Indígena concentram-se no ensino fundamental. Considerando a totalidade de alunos índios e não-índios no País, cerca de 81% estão nesse nível de ensino. No entanto, a matrícula está distribuída de forma desigual entre as oito séries do ensino fundamental. Segundo o Censo, 91% (68.058) dos alunos estão nas primeiras quatro séries.

Dos 93.037 alunos matriculados na Educação Indígena, 2.578 (2,8%) são alunos não-índios. Trata-se, em geral, de filhos de funcionários da própria Funai ou de técnicos de entidades que desenvolvem trabalhos junto aos índios.

Em seguida, em relação ao número de alunos, aparece a educação infantil (creche e pré-escola), com 8,4% das matrículas. Classes de alfabetização e educação de jovens e adultos têm, respectivamente, 6,8% e 3,2% das matrículas.

No ensino médio foram registrados apenas 943 alunos nas escolas indígenas, o que significa 1% do total. Em sete Estados brasileiros existem escolas que oferecem este nível de ensino, sendo que 49,6% dos alunos estão no Estado do Amazonas.

Região Norte tem maior número de matrículas e de escolas indígenas

Na Região Norte estão matriculados 47.232 alunos nos diferentes níveis de ensino da Educação Indígena, o que representa cerca de 51% do total no País. Na região, o Estado do Amazonas possui 26.029 alunos, 28% da matrícula de todo o território nacional.

A Região Nordeste aparece em segundo lugar, com 20.141 matrículas, ou 21,6%. Na região, o Estado do Maranhão possui a maior participação de alunos e escolas indígenas: 6.148 e 138, respectivamente.

Em seguida estão as Regiões Centro-Oeste, com 17,8% das matrículas; a sul, com 6,8%; e a Sudeste, com apenas 3% da matrícula da Educação Indígena.

A distribuição do número de estabelecimentos é similar à de matrícula. A região com maior quantidade de estabelecimentos é a Norte, com 56,5%; seguida pela Nordeste, com 20,3%; a Região Centro-Oeste, onde estão 15% das escolas; a sul, com 6,4%; e a Sudeste, que possui 1,7% das escolas.

Apenas no Piauí, Rio Grande do Norte e Distrito Federal não há registro de escolas indígenas, segundo o Censo Indígena.

Educação Indígena é oferecida principalmente pelos municípios

A quase totalidade dos alunos da Educação Indígena, levando em conta todos os níveis de ensino, estuda em escolas públicas: 99,1%. Existem no País 818 alunos (0,9%) em escolas particulares, ligadas a organizações não-governamentais.

Os municípios são os principais responsáveis pela oferta de Educação Indígena no País. A eles cabe a responsabilidade por 57,7% dos alunos e 54,8% dos estabelecimentos. As escolas estaduais de Educação Indígena contabilizam 39,9% das matrículas e 42,7% dos estabelecimentos.

A perspectiva, no entanto, é que essa situação se inverta, pois, de acordo com resolução do Conselho Nacional de Educação, os Estados devem assumir as escolas indígenas. "Embora os novos estabelecimentos regularizados já sigam essa determinação, o processo de estadualização deverá ocorrer paulatinamente e em regime de colaboração entre Estados e municípios, ouvidas sempre as comunidades indígenas", afirma Iara Prado, secretária de Educação Fundamental do Ministério da Educação.

Maioria dos estudantes índios tem entre 7 e 14 anos

Entre os 90.459 alunos índios do País, 66% estão na faixa etária de 7 a 14 anos, considerando todos os níveis de ensino. De 15 a 19 anos estão 15% dos estudantes e 12% deles têm menos de 7 anos de idade.

Na Educação Infantil, 5.930 alunos indígenas, o que representa cerca de 78% da matrícula, têm até seis anos, idade considerada correta para este nível de ensino. No ensino fundamental, dos 72.936 alunos índios, 74% têm entre 7 e 14 anos de idade.

No ensino médio, 33% dos estudantes estão na faixa etária que compreende de 20 a 24 anos. Segundo o Censo, de 18 a 19 anos estão 25% dos alunos e outros 25% têm de 15 a 17 anos.

Gênero - Na Educação Indígena os homens estão em maior número, representando 54% da matrícula total. Essa vantagem ocorre, com pequenas variações, em todos os níveis de ensino.

Ticuna é a etnia com maior número de alunos nas escolas

Entre as 169 etnias que são atendidas nas escolas indígenas, os Ticuna, do Estado do Amazonas, aparecem com o maior número de matrículas: são 8.043 alunos distribuídos por 93 escolas. Os alunos índios, em geral, são alfabetizados na língua materna e só a partir da 5^ª série do ensino fundamental começam a aprender também a Língua Portuguesa.

A etnia Ticuna é conhecida desde o século 17, na região do Alto Solimões, e teve contato com o homem branco no final do século 19. Atualmente, a população estimada é de 33 mil habitantes no Brasil, mas representantes da etnia são encontrados na Colômbia e no Peru. Eles vivem em terras indígenas, com cerca de 1.548.000 hectares de área, situadas nos municípios de Santo Antônio do Itá, Benjamin Constant, Juruá, Tabatinga, São Paulo de Olivença, Anamá, Beruri, Amaturá, Tocantins, Uarini, Alvarães, Fonte Boa e Santa Isabel do Rio Negro, no Estado do Amazonas.

Os Ticuna participam, desde 1993, de um programa voltado para a formação de professores indígenas. Em agosto de 2001, 183 estudantes concluíram o ensino médio com habilitação em magistério, dentro do Projeto Educação Ticuna, coordenado pela Organização Geral dos Professores Ticuna Bilíngüe, em parceria com o MEC e instituições como a Fundação Abrinq pelos Direitos das Crianças e Funai.

Gajajara e Makuxi - Os Guajajara, do Maranhão, somam 5.119 matrículas em 121 escolas indígenas e aparecem como o segundo maior grupo étnico no Censo. A população Guajajara é calculada em torno de 17 mil índios, de acordo com dados da Funai. Habitam os municípios maranhenses de Amarante, Arame, Born Jesus da Selva, Buriticupu, Santa Luzia, Grajaú, Barra do Corda, Itaipava do Grajaú, Jenipapo dos Vieiras, Born Jardim, Montes Altos e Sítio Novo. A área total das suas terras é de cerca de 1.084.000 hectares.

Em terceiro lugar encontram-se os Makuxi, de Roraima, com 3.613 alunos e 90 escolas indígenas. Os Makuxi têm uma população de aproximadamente 19 mil índios. Eles habitam 20 terras indígenas, com área aproximada de 2.665.000 hectares, localizadas nos municípios de Boa Vista, Alto Alegre, Normandia, Caracará, Canta, Pacaraima, Amajari e Bonfim.

Quatro mil professores atuam nas escolas indígenas

Os próprios índios compõem a maioria do contingente de professores que atua nas escolas indígenas. Dos 3.998 docentes, cerca de 77% pertencem às diferentes etnias indígenas. São 3.059 índios que ensinam nos estabelecimentos escolares das suas comunidades. Existem, ainda, 939 professores não-índios atuando nos estabelecimentos indígenas do País.

No Norte, a quantidade de professores índios é ainda mais representativa. Nas escolas indígenas da região, eles correspondem a 83% do total. No Acre, quase 100% dos docentes são índios. Apenas na Região sul eles são minoria: 46%.

A rede municipal concentra 52% dos professores dessa modalidade de educação, incluindo índios e não-índios. Essa tendência repete-se nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Apenas nas Regiões Sul e Sudeste, que têm 13% do total de docentes, a quantidade de professores da rede estadual é maior.

Formação dos docentes

O Censo revela que 56% (2.459) dos professores da Educação Indígena, incluindo índios e não-índios, têm pelo menos o ensino médio completo. O levantamento mostra, ainda, que 620 docentes concluíram o magistério indígena e 252 têm o curso superior completo.

Entre os professores índios, 47% (1.600) completaram o ensino médio ou a graduação. Desses, 599 fizeram o magistério indígena. O Censo registrou 53 deles com formação superior.

Na Região Sudeste, apenas 103 professores atuam em escolas indígenas, o menor contingente em comparação com as demais regiões. No entanto, esses docentes são mais qualificados: 92% têm pelo menos o ensino médio completo.

Na Região Sul, 75% dos professores completaram o ensino médio ou a graduação. Na Centro-Oeste, 64%; na Nordeste, 52%; e na Região Norte, 50% dos docentes completaram pelo menos o ensino médio.

Mais homens - Ao contrário das demais escolas de educação básica do País, onde predomina a presença de mulheres lecionando, entre os docentes índios os homens formam a grande parte do quadro funcional. Os 1.990 professores representam 65% do total. Quando se leva em conta os docentes não-índios, a situação se inverte: 71% são mulheres.

"A maior presença de homens lecionando deve-se ao fato de que, para os povos indígenas, a profissão de professor é nova e pressupõe um contato constante com instituições e pessoas não-índias e esses assuntos, na maioria dos casos, ficam a cargo dos homens", afirma Iara Prado.

MEC investe na formação de professores

A formação e capacitação de professores são os principais investimentos do Ministério da Educação para a melhoria da Educação Indígena. De acordo com o Censo, 48% dos docentes ainda não têm o ensino médio completo, que é a formação mínima exigida.

"De um lado a Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) sugerem que o professor da escola indígena deve ser, preferencialmente, um índio da própria comunidade, e, por outro, a lei que criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef/MEC) exige o fim dos professores leigos. Diante desse contexto, é necessário que sejam feitos investimentos que possibilitem a formação do maior número possível de professores índios", afirma Iara Prado.

Para viabilizar os programas de formação de professores indígenas, o MEC financia mais de cem projetos desenvolvidos pelas Secretarias Estaduais de Educação, ONGs e universidades, que inclui também a produção de materiais didáticos-pedagógicos. "A formação exige, além de metodologia específica, profissionais altamente qualificados com relevantes trabalhos na questão indígena", explica a secretária.

A Secretaria de Educação Fundamental estima que mais de dois mil professores indígenas participam dos programas. Atualmente, 22 Estados, nove universidades e nove ONGs recebem recursos do MEC.

Referencial curricular está presente em 52% das escolas indígenas

Dos 1.392 estabelecimentos de ensino registrados pelo Censo, 717 informaram ter recebido o Referencial Curricular Nacional para Escola Indígena (RCNEI), elaborado e publicado pelo MEC em 1998.

"O objetivo do referencial é oferecer, por meio de pontos comuns encontrados em meio à diversidade das culturas indígenas, subsídios e orientações para a elaboração de programas de educação escolar que melhor atendam às comunidades. É uma proposta pedagógica de ensino-aprendizagem que valoriza a educação intercultural e bilíngüe e assegura a interação e parceria", explica a secretária de Educação Fundamental.

O RCNEI está voltado principalmente aos professores e técnicos das Secretarias de Educação, responsáveis pela implementação e regularização de programas educativos junto às comunidades indígenas.

No Nordeste, 72% das 283 escolas indígenas da região receberam o referencial curricular. Em Alagoas e Sergipe, o RCNEI está presente em todos os estabelecimentos de

ensino. O mesmo acontece em Tocantins. Apenas nas Regiões Sul e Centro-Oeste, menos da metade das escolas recebeu o referencial.

Ainda de acordo com o Censo, 31% das escolas indígenas do País declararam utilizar algum material didático específico do grupo étnico. Todos os estabelecimentos de Minas Gerais e mais de 50% dos de Rondônia, Paraná e Santa Catarina afirmaram usar esse recurso durante as aulas.

18 de dezembro de 2001.

1.3 CENSO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Educação infantil brasileira está em expansão

Dados preliminares do Censo da Educação Infantil mostram a infra-estrutura das escolas

A maioria dos municípios brasileiros possui algum tipo de oferta de educação infantil. Entre 5.507 municípios, cerca de 99% têm pelo menos um estabelecimento que atende crianças em creches ou na pré-escola.

No País, 72% dos municípios possuem creche e 98% têm pré-escola. A Região sul tem o maior índice de atendimento pré-escolar: 99%. A região com o maior índice de atendimento em creches é a Sudeste, cerca de 78% dos municípios possuem creches.

Segundo o levantamento, existem 92.526 estabelecimentos de educação infantil no País que atendem crianças entre 0 e 6 anos de idade, sendo que 67% pertencem às redes de educação municipais.

A maioria dessas escolas, 77%, utilizou pelo menos alguma vez os Referenciais Curriculares Nacionais (RCN-I) elaborados pelo Ministério da Educação.

Nos estabelecimentos de creche estão 1.092.681 crianças e na pré-escola a matrícula é de 4.815.431.

Os dados preliminares fazem parte do Censo da Educação Infantil, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep/MEC), em 2000 e são resultado de duas ações complementares: a implementação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e o Fundo de Manutenção do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef/MEC).

Com a LDB, a educação infantil, para crianças de 0 a 6 anos, passou a fazer parte do sistema educacional. Antes disso, as creches e pré-escolas eram consideradas assistência social. A LDB creditou a responsabilidade pela educação infantil aos municípios e o Fundef garantiu a aplicação de 10% do orçamento municipal para esse nível de ensino.

Municípios são principais responsáveis pela Educação Infantil

Dos 92,5 mil estabelecimentos que oferecem educação infantil no País, incluindo creche e pré-escola, 45% estão no Nordeste, 27%, no Sudeste, 16%, no sul, 7%, no Norte e, 5%, no Centro-Oeste.

As escolas mantidas pelos municípios predominam nesse nível de ensino, somando 62.189, ou 67% do total. Em seguida estão os estabelecimentos da iniciativa privada que correspondem a 27%.

Na Região Nordeste, a rede municipal tem a maior participação, com 78% das escolas da educação infantil. Na Região Sudeste, os estabelecimentos privados correspondem a 42% do total, índice bastante superior às demais regiões.

Pré-escola é oferecida na maioria das escolas

Existem no País 85.786 estabelecimentos que oferecem pré-escola. Desses, 46% estão na Região Nordeste. Os municípios são responsáveis por 67% dos estabelecimentos de pré-escola e a rede privada, por 27%.

A creche é oferecida em 24.014 estabelecimentos, sendo que 39% estão no Sudeste, 30% no Nordeste, 21% no sul, 6% no Centro-Oeste e 4% no Norte. As creches municipais são 55% do total e, as particulares, 43%.

Em relação ao local de funcionamento das creches, cerca de 85% das crianças são atendidas em escolas. O restante do atendimento de creche se dá em casas de professores, salas de empresas, sindicatos, cooperativas, galpões e salas de associação de moradores, entre outros. No caso da pré-escola, 86% do atendimento ocorre em prédios escolares ou similares.

19% das escolas privadas recebem financiamento público

Entre as 24.907 escolas privadas da educação infantil do País, 19% delas têm, como principal fonte de financiamento, convênios com órgãos públicos municipais, estaduais e federais. A maioria, no entanto, se mantém com a cobrança de mensalidades: 15.653, o que representa 63% do total.

Ainda segundo o Censo da Educação Infantil, 40% dos estabelecimentos declararam ter algum tipo de parceria ou convênio com órgãos das três esferas de governo, independentemente dessas parcerias resultarem em financiamento para o atendimento às crianças.

Em relação à categoria do estabelecimento, as escolas privadas se distribuem em particulares (72%), filantrópicas (24%), comunitárias (16%) e confessionais (8%). Uma mesma instituição pode ser enquadrada em mais de uma categoria como, por exemplo, particular filantrópica.

Foram declaradas ainda as seguintes categorias: escolas ligadas a sindicatos de trabalhadores e patronais; organizações não-governamentais (ONGs) nacionais e internacionais; e mantidas por empresas.

Espaço de lazer mais comum nas creches é o quintal

Nas 24 mil creches existentes no País, 68% delas têm o quintal como espaço de lazer mais comum para as crianças. Em seguida, estão os parquinhos e as brinquedotecas, presentes em 56% e 46% das creches, respectivamente.

Segundo o Censo, cerca de 22% das escolas declararam possuir bibliotecas e 22%, *solarium* (espaço para banho de soi). Oficinas de arte e salas de música também constam como itens de infra-estrutura colocados à disposição das crianças em 14% e 17% das escolas, respectivamente.

Em geral, as creches situadas nas Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste possuem espaços mais apropriados do que aquelas que estão nas Regiões Norte e Nordeste.

Quando se leva em conta a disponibilidade de parquinhos, por exemplo, as escolas do Sudeste, Sul e Centro-Oeste têm índices próximos ou superiores a 70%. Nas Regiões Norte e Nordeste, apenas 31% e 19% das creches têm esse tipo de espaço. Essa relação se repete para a maioria dos outros itens de infra-estrutura coletados pelo Censo.

Os dados do Censo mostram também que quase 24% das creches possuem fraldário, 15% têm lactário e 9% possuem enfermaria à disposição dos alunos.

Estabelecimentos maiores têm infra-estrutura mais adequada

Na pré-escola, as escolas informaram que os quintais e os parquinhos, são os locais utilizados mais freqüentemente para a recreação das crianças, com 63% e 37%, respectivamente.

Em seguida, o item de infra-estrutura que está presente no maior número de estabelecimentos é a biblioteca, com 30%. É na fase final da pré-escola que começa o processo de alfabetização e, por isso, o acesso a livros pedagógicos e de literatura torna-se importante.

Os dados mostram que na pré-escola, à medida que cresce o número de alunos, também há uma oferta maior de espaços para o aprendizado e o lazer. É o que acontece com as bibliotecas. Nos cerca de 16 mil estabelecimentos que têm até dez crianças, apenas 8% contam com este tipo de espaço. Naquelas escolas que têm mais de cem alunos, cerca de 12 mil, as bibliotecas estão presentes em 39%.

Referenciais Curriculares são utilizados pelas escolas

Os Referenciais Curriculares Nacionais (RCN-I) foram utilizados por 77% das creches e pré-escolas do País. Os RCN-I foram desenvolvidos pelo Ministério da Educação para oferecer diretrizes e servir de orientação didática aos professores que lidam com crianças de 0 a 6 anos.

O uso dos Referenciais cresce à medida que a escola atende um número maior de alunos. Naquelas que têm até dez crianças, 69% utilizam o RCN-I e, nas que possuem mais de cem alunos, esse índice é de 86%.

Em todas as regiões a aceitação dos RCN-I é grande, próxima ou superior a 70%. No sul, 84% das escolas utilizam os Referenciais. A tendência de as escolas maiores empregarem os RCN-I com mais freqüência repete-se em todo o País.

Material didático faz parte da rotina das escolas

Nos estabelecimentos de creche, os materiais didáticos mais comuns no dia-a-dia das crianças são os brinquedos, encontrados em 84% das escolas. Em seguida estão os jogos didáticos, com 74%, e material para expressão artística, presente em 62% delas.

Segundo o Censo, a sucata é também bastante aproveitada nas creches: 83% das escolas trabalham com esse tipo de material. Já os livros de literatura são utilizados em 58% dos estabelecimentos.

Na pré-escola, lápis e caderno são os materiais mais freqüentes, empregados em 93% das escolas. Livros de literatura e didáticos também ganham importância no contexto educacional das crianças de 4 a 6 anos, sendo utilizados por 64% e 54% dos estabelecimentos, respectivamente.

Apesar da mudança de ênfase educacional, outros materiais continuam a ser importantes em atividades lúdicas e de aprendizado na pré-escola: 82% fazem uso da sucata, 75%, de jogos didáticos e, 61%, de brinquedos.

Profissionais de nível superior

Nos 24 mil estabelecimentos de creche, 7,6 mil (32%) contam com coordenadores ou orientadores pedagógicos com nível superior. Esse índice é de 37% em estabelecimentos com mais de cem alunos.

Professores com nível superior atuam em 16% das escolas e, educadores com esse nível de formação, fazem parte do quadro funcional de 8% das creches do País.

No caso da pré-escola, dos cerca de 86 mil estabelecimentos, 30,2 mil (35%) têm coordenadores ou orientadores pedagógicos com nível superior e 27% contam com professores com esse nível de formação.

O Censo da Educação Infantil revelou também que 39% das creches têm diretores com formação superior. O levantamento incluiu aquelas escolas que não possuem o cargo de direção, algo comum em estabelecimentos menores. Em seguida, estão os profissionais de apoio sociopsicológico, presentes em 20% das creches.

Na pré-escola, 38% dos estabelecimentos informaram ter diretor com nível superior e 16% deles contam com profissionais da área administrativa com esse grau de formação.

Comunidade participa com trabalho voluntário

A participação da sociedade na educação infantil por meio do trabalho voluntário é bastante expressiva. Em sete mil estabelecimentos, 8% do total, o cargo de direção é ocupado por um voluntário. Existem também cinco mil escolas que têm pessoas trabalhando espontaneamente no setor administrativo. Em serviços relacionados à alimentação das crianças são outros 4,6 mil estabelecimentos contando com o voluntariado.

Segundo o levantamento, o trabalho voluntário é sempre mais significativo nas escolas onde há maior número de crianças. Naquelas que têm mais de cem alunos, o percentual de participação na direção é de 10% dos estabelecimentos. Nos cargos administrativos o índice é de cerca de 8%.

Em 7% das creches, cerca de 1,8 mil escolas, os voluntários são responsáveis pela coordenação ou orientação pedagógica dos alunos. Na pré-escola existem 3,5 mil estabelecimentos que contam com pessoas nessa mesma função. O voluntariado também é expressivo na função de professor: 1,7 mil estabelecimentos de creche e 5,7 mil que oferecem a pré-escola têm a participação de membros da comunidade.

Políticas do governo incentivam expansão

De acordo com o Censo, entre 1998 e 2001, o crescimento da matrícula inicial na educação infantil foi de 186%. Essa expansão é resultado das políticas implementadas pelo governo Fernando Henrique Cardoso.

Um exemplo é a criação dos Parâmetros Curriculares para Educação Infantil, do Referencial para Formação dos Professores de Educação Infantil e das diretrizes para o credenciamento das instituições ao sistema de ensino nacional, distribuídos a todas as escolas públicas no País.

19 de setembro de 2001.

1.4 CENSO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Educação Profissional tem 2,8 milhões de alunos no País

Setor de serviços concentra 70% das matrículas e cursos de informática são os mais procurados. Maioria dos professores tem formação superior

Nos cursos direcionados ao mercado de trabalho estão matriculados, em todo o País, 2,8 milhões de alunos. É o que mostra o primeiro Censo da Educação Profissional divulgado nesta terça-feira, 24, pelo ministro da Educação, Paulo Renato Souza.

A qualificação no País é mais intensa no setor de serviços, onde estão 68,8% das matrículas, levando em conta os níveis básico, técnico e tecnológico da Educação Profissional. Na seqüência, aparece a indústria, com 24,1%, seguida pela agropecuária e pesca, com 4,1% dos alunos. Em último, na distribuição da matrícula, está o setor de comércio, com 3% do total.

O Censo revelou, também, que existem 33 mil cursos de Educação Profissional no Brasil, sendo que a maioria, 83,5%, está voltada para o nível básico. Nesse nível de ensino, pela grande quantidade e diversidade de cursos oferecidos, a coleta de informações e o cadastro das instituições deverão ser aprimorados gradativamente com os próximos levantamentos. O nível técnico tem cinco mil cursos em todo o País e o tecnológico, 433. O curso mais procurado é o de informática, com 641 mil alunos matriculados nos três níveis.

O número de instituições que oferecem cursos profissionalizantes no Brasil é de 3.948. As que ofertam cursos no nível técnico são maioria: 2.216. Em seguida, estão as instituições que têm cursos no nível básico, um total de 2.034. São 258 instituições que oferecem curso no nível tecnológico. Uma mesma instituição pode oferecer mais de um nível de educação.

Outra informação revelada pelo Censo é a de que cerca de 101 mil professores e instrutores atuam na Educação Profissional do País. Do total de professores, 82,3% concluíram a graduação e 48,1% dos instrutores têm nível superior completo.

Nível básico tem mais matrículas

A Educação Profissional, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), passou a ser considerada complementar à Educação Básica, podendo ser desenvolvida em escolas, em instituições especializadas ou no próprio ambiente de trabalho.

Para conhecer a situação dessa modalidade de ensino, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep/MEC) realizou o Censo da Educação Profissional. A coleta de dados foi realizada no último trimestre de 1999 e incluiu os níveis básico, técnico e tecnológico.

Dos três níveis da Educação Profissional, o básico concentra um maior número de matrículas, representando 71,5% do total. Os níveis técnico e tecnológico têm 717 mil e 97 mil alunos, respectivamente.

Cursos básicos são de modalidade da educação informal e estão abertos a qualquer pessoa interessada, independente da escolaridade prévia. Esses cursos possuem duração variável e são destinados a qualificar, requalificar e reprofissionalizar trabalhadores, não estando sujeitos à regulamentação curricular. Os cursos técnicos têm organização curricular própria e são destinados a habilitar alunos que estão cursando ou já concluíram o ensino médio. Os tecnológicos são cursos de nível superior. Os cursos técnicos e tecnológicos estão estruturados em áreas especializadas para atender aos diversos setores da economia.

O Censo atingiu os cursos oferecidos pelas escolas técnicas federais, estaduais, municipais e privadas, sendo que nestas últimas estão incluídos os estabelecimentos do chamado Sistema S (Sesi, Senac, Senai, Sesc, Senar e Senat) e instituições empresariais, sindicais, comunitárias e filantrópicas.

Em todos os níveis da Educação Profissional há uma forte concentração da matrícula na Região Sudeste, que detém 54,9% do número total. A Região sul participa com 18,7% do total das matrículas.

Majoria dos alunos está no setor de serviços

Nos três níveis da Educação Profissional, o setor de serviços apresenta o maior número de matrículas, com cerca de dois milhões, representando 68,8% do total. No nível

tecnológico, 71,9% dos alunos em processo de qualificação e, no técnico, 66,9%. No básico, o índice é de 69,3%. Nos três níveis, a indústria é o segundo seguimento quanto ao número de matrículas.

Esse expressivo número de matrículas nos serviços reflete o crescimento, cada vez mais evidente, do processo de terceirização do mercado de trabalho, verificado, principalmente, nas atividades industriais.

A Região Centro-Oeste destaca-se das demais pela concentração ainda mais acentuada das matrículas nos serviços para os três níveis da Educação Profissional. No básico, 83,1% das matrículas da Educação Profissional na região estão neste setor; no técnico, 75,1%; e o nível tecnológico chega a 99,1% das matrículas voltadas para a área de serviços.

Educação Profissional para a indústria é maior no Sudeste

A maioria dos cursos industriais está na Região Sudeste. Das 690,3 mil matrículas desse setor, 66,4% são de instituições da região. Apresentando a mesma característica das demais regiões, com um número maior de alunos nas atividades terciárias, o Sudeste é o que tem o índice mais elevado de matrícula no industrial em relação aos demais setores.

Entre os quatro Estados da região, o número de estudantes desse setor representa quase que 30% da totalidade. O índice mais próximo só foi registrado no sul, com 20%. Nas demais regiões, essa taxa fica abaixo dos 10%.

Já o setor agropecuário tem maior concentração de alunos no sul. Na região, estão 37,8% dos alunos que se qualificam para as atividades agropecuárias.

Cursos de Informática são os mais procurados

Nos 4,7 mil cursos de Informática estão matriculados 22,4% dos alunos da Educação Profissional. São 641 mil estudantes, sendo que 463 mil estão no nível básico.

Os cursos de Administração, Idiomas e Mecânica também têm uma procura acentuada por parte dos alunos que buscam a qualificação para o mercado de trabalho. Nos 2,9 mil cursos de Administração e Negócios são atendidos 301 mil estudantes.

O Censo revelou, também, a existência de um grande número de matrículas nas Artes. São 1,6 mil cursos de Atividades Culturais, Artesanais e Desportivas, com 80 mil alunos. Os cursos de Telecomunicações, uma área em expansão no País, atendem a 28 mil estudantes.

Oferta de cursos está ligada à distribuição dos postos de trabalho

Em 1999, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o setor de serviços empregava 43,1% dos postos de trabalho no País e foi também, depois do comércio, o que mais cresceu, na década, o nível de ocupação. No período de 1992 até o ano passado, o setor apresentou um aumento de 20,5% no número de empregados.

O setor que está em segundo lugar, em termos de distribuição da ocupação, é a agropecuária, com 24,1% do total de empregos. Os setores da indústria e do comércio detêm, respectivamente, 19,3% e 13,4% do total dos postos de trabalho.

Em alguns setores, como a agropecuária, o número de matrículas na Educação Profissional não está diretamente relacionado à sua representatividade na quantidade dos postos de trabalho. A explicação é que os cursos do setor de serviços, como Informática e Administração, qualificam profissionais para todos os demais setores.

Rede privada atende a maior parte dos alunos

As instituições privadas (incluindo o Sistema S) respondem pela maioria das matrículas da Educação Profissional no País: 2,1 milhões ou 75% do total. No nível básico, a rede particular atende a 86,6% dos alunos.

Nos outros níveis, a rede privada também possui a maioria das matrículas quando se leva em conta os dados do País, mas esta situação não é verificada em todas as regiões. No nível técnico, por exemplo, a rede privada não é predominante, principalmente, devido à concentração de matrícula na rede pública nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Em todo o País, esse nível tem 404 mil alunos nas escolas públicas e 313 mil nas particulares.

Participação do Sistema S é maior no nível básico

Dados do Censo mostram que as matrículas do Sistema S têm uma significativa representatividade no nível básico, onde é responsável por 810 mil matrículas, ou seja, 46% dos alunos da rede privada e 39,6% do total do Brasil nesse nível da Educação Profissional. As instituições que compõem o Sistema S estão ligadas às entidades representativas da indústria, do comércio, dos serviços e da agricultura, como as confederações e o Senac.

Em todas as regiões do País, o Sistema S tem uma presença importante na qualificação de trabalhadores no nível básico. Essa participação é maior na Região sul, com 45,3% das matrículas na rede privada. Nos outros níveis da Educação Profissional, no conjunto das matrículas do País, essa participação é menor. No técnico, o índice é de 6,7% e, no tecnológico, apenas 0,9%.

Entre os cursos de nível básico mais procurados no Sistema S estão os de Mecânica e Metalurgia, com cem mil alunos, e Informática, com 94 mil.

82% dos professores têm formação superior

O Censo registrou 76,8 mil professores na Educação Profissional. Do total de docentes, 82,3% já concluíram a graduação. As instituições de ensino federais apresentam maior percentual de professores com curso superior completo. Do total de 9,8 mil docentes desses estabelecimentos, 95,2% são graduados ou pós-graduados. Nas escolas estaduais, 87,3% dos 26,4 mil professores têm formação superior, e nos estabelecimentos municipais, 71% dos quatro mil docentes possuem essa titulação. Nas particulares, o índice é de 76,4% dos 36,5 mil professores.

A rede privada, que detém 75% da matrícula da Educação Profissional nos três níveis, conta com 47,6% dos professores. As instituições estaduais têm 14,5% das matrículas e 34,3% dos docentes e as federais, com 6,4% das matrículas, possuem 12,8% dos professores. As escolas municipais têm 4,1% da matrícula e 5,3% dos professores.

De acordo com o Censo, além dos professores, há 24.085 instrutores em atuação na Educação Profissional, sendo que 48,1% concluíram a graduação ou pós-graduação. As redes federal e estaduais têm o maior percentual de instrutores com formação superior, 79,2 e 72,1, respectivamente.

Mulheres são minoria na Educação Profissional

Ao contrário do que foi detectado no Censo da Educação Básica e do Ensino Superior, a quantidade de mulheres matriculadas na Educação Profissional é menor do que

a de homens. Enquanto na soma do ensino fundamental, médio e superior as mulheres representam 50,3% do total de alunos, na Educação Profissional, são 39,3%, totalizando 1,1 milhão de mulheres em cursos direcionados ao mercado de trabalho.

Entre todos os níveis e setores, as mulheres são maioria apenas no setor de serviços do nível técnico, onde elas representam 52,5% do total das matrículas. Essa diferença se deve, principalmente, pela maior concentração de alunas nos cursos de Administração, Contabilidade e Saúde. Nos níveis básico e tecnológico, como a matrícula é maior em cursos voltados para atividades que tradicionalmente são exercidas pelos homens, a presença das mulheres chega a 36%.

De acordo com os números do Censo, as mulheres são maioria apenas em algumas áreas do setor de serviços. Na Saúde, elas representam 72,7% das matrículas, e no Turismo e Hospitalidade, 62,5%. Nessas duas áreas, as mulheres estão em maior número nos três níveis da Educação Profissional.

Em outras duas áreas, que são oferecidas apenas nos níveis básico e técnico, as mulheres também somam mais da metade da matrícula. Em Imagem Pessoal, elas representam 80,4% dos alunos e, em Artes, 63,7%.

Estudantes do nível técnico são mais jovens

Os dados do Censo para o nível técnico mostram que, na faixa etária de pessoas com menos de 20 anos, existe uma concentração de 57,2% das matrículas. Em seguida, de 20 a 24 anos, estão 24,4% das matrículas, ou seja, mais de 80% das matrículas nesse nível de ensino correspondem a alunos com menos de 24 anos. Nas faixas etárias mais elevadas, a matrícula apresenta decréscimo bastante acentuado. Esse quadro sugere que o ensino, no nível técnico, é feito, principalmente, por alunos matriculados ou que concluíram recentemente o ensino médio. Essa relação acompanha a tendência, verificada no Censo Escolar, de ampliação da matrícula do ensino médio principalmente nas faixas etárias mais jovens.

No nível básico, existem duas faixas de concentração das matrículas em relação à idade. Pessoas com menos de 20 anos correspondem a 33,4% das matrículas e entre 25 e 39 anos equivalem a 36,1% do total. Os números mostram que se trata de dois momentos distintos: um primeiro, de qualificação profissional, que atinge as faixas etárias jovens; e um outro momento, que seria principalmente, mas não exclusivamente, de requalificação profissional, atingindo uma camada da população que já estaria inserida no mercado de trabalho.

Já no nível tecnológico, há mais alunos com idade de 20 a 39 anos. Dos matriculados que informaram a idade, 42,7% têm entre 20 e 24 anos e 35,5%, de 25 a 39 anos. Os dados dos três níveis foram calculados apenas com as informações das instituições que responderam a essa pergunta do questionário.

24 de outubro de 2000.

1.5 CENSO DO PROFESSOR

Brasil tem 1,6 milhão de professores na educação básica

O Censo do Professor de 1997, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), órgão vinculado ao Ministério da Educação, indica que o Brasil tem mais de 1,6 milhão de professores atuando na educação básica (pré-escola ao ensino médio). Esse é o primeiro levantamento nacional sobre o número real de professores da educação básica no País.

Mas o número de professores pode ser ainda maior, já que nem todos responderam aos questionários do Censo. Ao todo, 1.617.611 professores preencheram os questionários. Desses, apenas 17,69% atuam na zona rural. As mulheres constituem ampla maioria no magistério: mais de 85% dos professores são do sexo feminino.

A maioria (50,59%) está na rede pública estadual. Na rede pública municipal estão 34,23%, na rede pública federal 0,6% e na rede particular 12,61%. Não deram informações sobre a dependência administrativa 1,97%.

Informaram lecionar para alunos de 1ª a 4ª série, 616.969 professores. Para alunos de 5ª a 8ª série, 435.004 docentes. Dão aulas no ensino médio, 238.615. E, para pré-escola e classes de alfabetização, 204.655 professores. Não informaram o nível de atuação 122.368 docentes. Supõe-se que a maioria que não informou o nível de atuação trabalhe na área administrativa.

"A leitura dos dados do Censo do Professor derruba o mito de que havia, no País, o dobro de funções docentes em relação ao número de professores", diz a presidente do Inep, Maria Helena Guimarães de Castro.

O Censo Escolar de 1997 apurou a existência de 2.020.903 funções docentes na educação básica. A expectativa era encontrar um número de professores (cerca de 1,25 milhão) correspondente a, no máximo, 60% das funções docentes, considerando a conhecida dupla jornada de trabalho da categoria.

A região que concentra o maior número de professores é a Sudeste com 40,27% do total. Em seguida vem o Nordeste, com 29,25%, mais atrás, o sul, com 16,48%, o Norte, com 7,10% e o Centro-Oeste, com 6,90%.

O Nordeste é a única região onde a rede pública municipal supera em número de professores a rede pública estadual. Nas demais regiões, a maior parte dos professores encontra-se na rede pública estadual. Os resultados são totalmente coerentes com a distribuição das matrículas por dependência administrativa.

Isto ocorre pois, no Nordeste, os governos municipais assumiram mais de 50% da oferta do ensino fundamental, enquanto nas demais regiões essa responsabilidade continua sendo preponderantemente assumida pelos governos estaduais.

Na rede pública estadual, além de receber melhores salários, os professores possuem, geralmente, melhor qualificação que os pertencentes à rede municipal. Coincidentemente, é a Região Nordeste que apresenta os piores indicadores quanto à qualificação do corpo docente.

É também nas Regiões Norte e Nordeste onde há o maior número de professores dando aulas em escolas de 1ª a 4ª série: 47,48% e 46,74%, respectivamente. Nas demais regiões, a distribuição de professores por nível de ensino revela maior equilíbrio.

Esses números são justificáveis, já que nas Regiões Norte e Nordeste mais de 60% dos alunos ficam retidos nas primeiras séries por causa dos altos índices de reprovação e de abandono escolar. É, ainda, nessas duas regiões onde observam-se as maiores taxas de crescimento da matrícula nas séries iniciais do ensino fundamental.

Censo revela perfil jovem do magistério

Cerca de 62% dos professores brasileiros de educação básica podem ser considerados jovens, pois possuem, no máximo, 39 anos de idade.

Informaram possuir menos de 20 anos, 1,35%. De 20 a 24 anos, 9,35%; de 25 a 29 anos, 15,67%; de 30 a 34 anos, 19,39%; e de 35 a 39 anos, 17,06%.

Informaram possuir mais de 39 anos, 34,75%, sendo: 14,98% na faixa entre 40 e 44 anos, 11,27% entre 45 e 49 anos, e 8,50% com mais de 49 anos. Não informaram a idade, 2,44%.

Os dados, em relação à idade, mostram que o sistema já se ajustou: os professores mais antigos se aposentaram ou estão perto de se aposentar.

O perfil jovem do magistério indica que a maioria dos professores tem em média mais 12 anos de carreira pela frente. O lado bom disso é que, como esses professores terão ainda muitos anos de magistério, vale a pena investir neles: em qualificação profissional, em planos de carreira e na melhoria salarial.

O tempo médio de exercício do magistério é reduzido. A média brasileira de regência de sala de aula é inferior a dez anos (9,8 anos). É no ensino municipal que se encontram os professores com menos tempo de experiência em sala de aula (8,4 anos), seguido da rede particular (9,2 anos) e dos docentes estaduais (10,8 anos). A rede federal, de muito pouca importância numérica no conjunto, é a que apresenta os docentes mais experientes (12,2 anos).

A Região Norte possui o maior número de professores com até 39 anos de idade: 67,04%. A seguir, vem o Centro-Oeste, com 66,57%, o Nordeste, 64,54%, o sul, 63,54% e o Sudeste, com 59,85%.

O Estado que tem mais professores com idade acima de 39 anos é o Rio de Janeiro, com 46,27%. O Estado com os professores mais jovens é o Amapá, com 76,71% até 39 anos. Já o Estado do Ceará é o que tem o maior número de professores com menos de 20 anos de idade: 4,73%.

Público x privado - Diferença salarial é pequena

A diferença salarial entre os professores que atuam na rede pública estadual e na rede particular é pequena.

"Essa informação é extremamente importante, uma vez que a coleta de dados do Censo do Professor foi feita nos meses de outubro e novembro de 1997. Antes, portanto, da implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), que entrou em vigor no início deste ano. O Fundef, seguramente, já está propiciando melhores salários aos professores", diz a presidente do Inep.

No geral, os professores que ganham os melhores salários encontram-se na rede pública federal, mas representam menos de 1% do total. Os que ganham o menor salário estão na rede pública municipal. O Censo do Professor revela que 48,2% dos docentes ganham até R\$ 400,00 por mês de salário e 48,6% acima desse valor.

O salário médio dos docentes de 1-a 4ª série do ensino fundamental é de R\$ 420,10 por mês. Desdobrando essas informações por dependência administrativa, temos o seguinte resultado: os professores da rede pública federal recebem, em média, R\$ 1.103,30 mensais, os da rede particular, R\$ 595,30, os da rede pública estadual, R\$ 515,50, e os da rede pública municipal R\$ 292,70.

Os professores do Nordeste ganham o menor salário médio: R\$ 222,00 mensais. O melhor salário médio fica com os professores do Sudeste: R\$ 617,70. Entre os professores da rede municipal, o menor salário médio é do Nordeste, R\$ 155,20, e o melhor, do Sudeste, R\$ 545,50.

Entre os professores da rede pública estadual, o menor salário médio é o da Região Nordeste, novamente (R\$ 344,70), e o melhor o do Sudeste (R\$ 616,20). Entre os professores da rede particular, outra vez, o menor salário médio fica no Nordeste (R\$ 288,10) e o melhor, no Sudeste, com R\$ 782,70.

O salário médio dos professores de 5- a 8ª série do ensino fundamental é de R\$ 605,07 ao mês. Por dependência administrativa, o resultado é o seguinte: R\$ 1.349,46 para os professores da rede pública federal, R\$ 740,93 para os da rede particular, R\$ 600,56 para os da rede pública estadual e R\$ 512,08 para os da rede pública municipal.

Comparando o salário dos professores da rede pública municipal, a região com o maior rendimento médio é o Sudeste, com R\$ 739,03, e o menor, o Nordeste, com R\$ 281,04. Entre os professores da rede pública estadual, o melhor salário médio novamente é

no Sudeste (R\$ 694,74) e, o pior, no Nordeste (R\$ 413,87). Já entre os professores da rede particular, os da Região Sudeste ganham quase três vezes mais que os da Região Nordeste (R\$ 913,66 e R\$ 374,92, respectivamente).

Para os professores do segundo grau, o salário médio é de R\$ 691,13 mensais. O resultado por dependência administrativa fica assim: R\$ 1.528,08 aos professores da rede pública federal, R\$ 783,90 aos da rede particular, R\$ 733,00 aos da rede pública estadual e R\$ 518,40 aos da rede pública municipal. Os melhores salários médios, mais uma vez, são pagos no Sudeste e os piores no Nordeste.

Maiores e menores

Os professores da rede pública que ganham os maiores salários são os do Distrito Federal. No DF, um professor de 1ª a 4ª série recebe, em média, R\$ 1.281,82 mensais, mais do que um professor de escola particular, que ganha R\$ 826,47 por mês. O segundo melhor salário médio é pago no Estado do Amapá: R\$ 968,00, e o terceiro, em São Paulo, R\$ 707,73. O pior salário médio pago aos professores da rede pública estadual é da Paraíba, R\$ 199,89.

Entre os professores de 5ª a 8ª série, o melhor salário médio mensal é pago, novamente, aos professores do Distrito Federal: R\$ 1.413,07. Outra vez, o salário dos professores da rede pública do DF é superior aos da rede particular, que recebem R\$ 1.077,08 mensais. O pior salário é o da Paraíba (R\$ 248,90).

O Distrito Federal também paga o melhor salário aos professores do ensino médio: R\$ 1.467,18, em média. Mais uma vez, os vencimentos dos professores da rede pública do DF superam os da rede particular, que ganham R\$ 1.424,05 por mês. O segundo melhor salário médio é do Amapá (R\$ 1.191,78) e o terceiro, do Estado de São Paulo (R\$ 762,25).

Em relação aos professores da rede pública municipal de 1ª a 4ª série, o menor salário médio é pago no Estado do Piauí (R\$ 116,77), seguido de Alagoas (R\$ 119,00), Paraíba (R\$ 127,28), Ceará (R\$ 131,68) e Maranhão (R\$ 134,18). O melhor salário médio é pago no Estado de São Paulo (R\$ 993,05).

O salário médio pago pela rede pública municipal do Estado de São Paulo chama a atenção por ser superior ao salário médio pago pela rede pública estadual.

Brasil - Porcentual de docentes por faixas salariais

FAIXAS SALARIAIS EM R\$	%
Menos de 50	1,5
50 a 100	4,8
101 a 250	21,9
251 a 400	20,0
Subtotal	48,2
401 a 600	17,6
601 a 1.000	20,4
1001 a 1500	6,5
1501 a 2.000	2,2
Mais de 2.000	1,9
Subtotal	48,6

Fonte: MEC/Inep/Seec.

Professores sem qualificação mínima somam 7%

O Censo revela, ainda, a existência de 113.979 professores leigos, sem qualificação mínima para o exercício do magistério. Esse número corresponde a 7% do total.

Disseram possuir o primeiro grau incompleto, 3,71% dos docentes; o primeiro grau completo, 3,33%; o segundo grau completo, 43,87%; o superior completo, 48,57%, e não informaram o grau de formação, 0,51%.

A presidente do Inep, Maria Helena Guimarães de Castro, considerou o número de professores leigos abaixo do esperado. Avalia que o problema pode ser solucionado a médio prazo, por meio de programas de formação presencial e a distância.

É nas Regiões Norte e Nordeste onde se concentra a maior parte dos professores leigos. Mais de 80% dos professores leigos estão localizados na zona rural, cerca de 11% estão na Região Norte e perto de 70% no Nordeste. Dão aulas para alunos da pré-escola, das classes de alfabetização e, principalmente, de 1ª a 4ª série do ensino fundamental.

Para enfrentar o problema, o Ministério da Educação já está desenvolvendo um projeto-piloto para capacitação de professores a distância. Mas, além do ensino a distância, a capacitação dos professores leigos exigirá, ainda, esforços conjuntos dos governos estaduais, municipais e das instituições de ensino superior.

Cabe lembrar que a lei que regulamentou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) - Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996 - estabelece que os Estados e municípios deverão investir na formação dos professores leigos de forma a superar o problema até o término do ano 2001.

O Plano Nacional de Educação (PNE), em tramitação no Congresso Nacional, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) propõem uma meta mais ambiciosa: todos os professores do ensino fundamental deverão ter formação superior completa ao final dos próximos dez anos. Para esta meta ser cumprida, mais da metade dos professores do ensino fundamental (53,49%) teriam de voltar a estudar, pois não possuem nível superior.

Brasil - Nível de formação dos docentes

NÍVEL DE FORMAÇÃO	%
Fundamental incompleto	3,7
Fundamental completo	3,3
Nível médio sem magistério	5,0
Nível médio com habilitação em magistério	38,9
Licenciatura curta	3,8
Superior sem licenciatura	2,1
Licenciatura plena	30,7
Aperfeiçoamento, especialização, mestrado, doutorado	12,4

Fonte: MEC/Inep/Seec.

10 de agosto de 1998.

1.6 CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Matrícula registra maior crescimento da década

Censo da Educação Superior mostra que número de alunos dos cursos de graduação cresceu quase 14% e, em 2000, chega a 2,7 milhões

O sistema de educação superior brasileiro tinha 2,7 milhões de estudantes em cursos de graduação presenciais, em 2000. Em relação ao ano anterior, houve um aumento de 14%, o maior registrado em toda a década de 90. Desde 1995, a taxa média de crescimento anual foi de 8,9%.

Após expansão acelerada nas décadas de 60 e 70, com taxa média anual de crescimento de 18% no período 1962-1969 e, de 13%, entre 1970-1979, o sistema de educação superior ficou praticamente estagnado na década de 80. O número de matrículas no ensino superior voltou a ter um crescimento expressivo somente a partir da segunda metade da década de 90. No período 1991-1994, a taxa média anual foi de 2%.

A rede privada apresentou o maior crescimento, de 17,5%, e tem 1,8 milhão de alunos. Em seguida, estão as instituições estaduais que apresentaram 9,8% de crescimento e têm 332 mil matrículas. As instituições federais de ensino superior (Ifes) apresentam um acréscimo de 9,1% na matrícula e contam com 483 mil alunos.

É o que mostra o Censo da Educação Superior de 2000, divulgado hoje pelo ministro da Educação, Paulo Renato Souza, e pela presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep/MEC), Maria Helena Guimarães de Castro.

O crescimento da matrícula acompanha a tendência decorrente da agregação das instituições. Os centros universitários lideram o crescimento, com 52%, e possuem 244,7 mil alunos. Em seguida estão as faculdades integradas que tiveram aumento de 24% e contam com 144,4 mil matrículas. Os centros tecnológicos, com 23,3 mil estudantes, apresentaram uma taxa de 20%, seguidos pelas universidades, com aumento da matrícula de 11,6% e 1,8 mil estudantes nos cursos de graduação.

Aumenta presença feminina na graduação

De acordo com o Censo da Educação Superior, as mulheres expandiram seu espaço na graduação. Em 2000, a matrícula feminina teve um crescimento de 15%, contra 12% dos homens. Elas que, em 1991, representavam 53% do total de alunos, no ano passado chegaram a 56%.

Em todas as regiões e redes de ensino, as mulheres, que totalizam 1,5 milhão de alunas, são maioria. No Norte, onde cresceram 26% somente no último ano, correspondem a 57% do alunado, e, no Centro-Oeste, chegaram a 59%.

Nas instituições estaduais, as alunas representam 58%. É o maior índice entre as quatro redes de ensino. Foi onde também o público feminino teve o mais elevado índice de crescimento da matrícula, no ano passado, em relação ao masculino (13% contra 6%). A presença dos homens é mais significativa nas federais: 49%.

A presença feminina é ainda maior entre os concluintes. Do total de estudantes que terminaram o ensino superior em 1999, 61% são mulheres. Essa situação repete-se em todas as regiões.

Diminui o ritmo de abertura de novos cursos

Existem, no País, 10.585 cursos de graduação, segundo o Censo da Educação Superior. Em relação ao ano anterior, o número de cursos cresceu 19%, bem menos que no período 1998-1999, quando essa taxa foi de 28%.

O sistema privado, com aumento de 22%, entre 1999 e 2000, tem 6.564 cursos. Nas estaduais, que possuem 1.755 cursos, o aumento foi de 21%, e nas federais, que oferecem 1.996 cursos, houve crescimento de 16%. As instituições municipais, em 2000, ofereciam 270 cursos, uma variação negativa de 17%.

No período de 1995 a 2000, o aumento na oferta de cursos nas instituições estaduais foi o mais acentuado, com 100%. Na rede privada, este crescimento foi de 89% neste período e, na federal, de 30%.

Censo indica tendência de aglutinação de instituições

O Brasil tem 1.180 instituições de educação superior, o que representa um aumento de 8% em relação ao ano anterior. Os novos estabelecimentos são praticamente todos da rede privada, que teve um aumento de 11 % e conta com 1.004 instituições. A rede de instituições federais de educação superior teve o acréscimo de mais um estabelecimento e passa a contar com 61 unidades.

As instituições estaduais passaram de 72 para 61 no último ano, o que significa uma redução de 15%. Essa mudança é explicada pela aglutinação de faculdades isoladas e não está diretamente relacionada ao fechamento de estabelecimentos. No Estado de Goiás, no último ano, por exemplo, 12 instituições foram unificadas para a formação da Universidade Estadual.

No caso das instituições municipais de educação superior houve uma diminuição de 10%. São 54 estabelecimentos, seis a menos que em 1999, em razão de um processo de reclassificação da categoria administrativa dessas instituições. pela legislação em vigor, são consideradas instituições públicas aquelas criadas, mantidas e administradas pelo poder público. Quando uma instituição, mesmo tendo sido criada pelo município, tem a sua manutenção e administração assumidas pela iniciativa privada, ela deixa de ser considerada pública.

Uma mudança importante que vem ocorrendo no sistema de educação superior brasileiro é a agregação de faculdades, escolas e institutos superiores em unidades maiores. Prova disso é que, quando se leva em conta a forma de organização acadêmica da instituição, as faculdades integradas, que são formadas pela associação de dois ou mais estabelecimentos, tiveram crescimento de 22%. Já os centros universitários passaram de 39 para 50 instituições, com variação de 28%. Ainda assim, as faculdades, escolas e institutos são maioria no País, com 865 estabelecimentos e um crescimento de 6% no período 1999-2000.

Maioria dos professores já tem mestrado ou doutorado

pela primeira vez o número de professores com mestrado ou doutorado é maioria nas instituições de educação superior. O Censo 2000 mostra que foi alcançada a marca de 51% de docentes com essas titulações. Em 1991, 35% dos docentes tinham mestrado ou doutorado. Em 1996, esse índice era de 41% e de 49%, em 1999.

De acordo com o levantamento, dos 183,2 mil professores que lecionam na graduação, 54,6 mil (30%) são mestres e 39,5 mil (21%), doutores. Nos últimos cinco anos, houve melhoria da titulação em todas as regiões e redes de ensino do País.

Privadas - As instituições privadas, apesar de não terem a maioria dos seus docentes com mestrado ou doutorado, foram as que mais ampliaram os seus quadros de professores com pós-graduação. De 1996 até o ano passado, a participação de mestres e doutores no quadro de docentes desses estabelecimentos aumentou de 28% para 43%.

Essa melhoria da titulação, principalmente nas instituições privadas, é apontada como um dos resultados das avaliações realizadas pelo Ministério da Educação. Desde 1996, o governo realiza o Exame Nacional de Cursos (Provão) e a Avaliação das Condições de Oferta dos Cursos de Graduação.

As instituições das demais redes de ensino também tiveram uma expressiva elevação na titulação dos seus professores. Em cinco anos, a quantidade de mestres e doutores das federais, em relação ao total de docentes, passou de 59% para 67,5%. Nas estaduais, de 54% para 58,5%.

Mais alunos por professor - A relação entre número de estudantes por função docente teve uma pequena elevação nos últimos anos. Em 1996, havia 11 alunos por função docente, índice que subiu, em 2000, para 14,7. Nas instituições federais e estaduais, a proporção, que era de oito estudantes por docente, passou para 11,3 e 11, respectivamente. Nos estabelecimentos privados subiu de 14 para 17,3.

Educação superior recebe 3,8 milhões de alunos em seis anos

O número de ingressantes na educação superior brasileira teve uma expansão de 63%, em seis anos. Em 1995, entraram na graduação, por meio do vestibular, 510 mil alunos. No ano passado, foram 830 mil. Nesse período, mais de 3,8 milhões de estudantes ingressaram nos cursos oferecidos pelas instituições de ensino.

O aumento no número de ingressantes no ensino superior é conseqüência da acelerada expansão, constatada nos últimos anos, no número de concluintes do ensino médio (1,8 milhão, apenas em 1999). Soma-se a isso, o crescimento da procura pelos cursos de graduação por parte dos estudantes que terminaram o ensino médio em anos anteriores.

A procura pelos cursos de graduação também é identificada pelo aumento do número de participantes nos vestibulares. Em 2000, as instituições receberam 3,8 milhões de inscrições nos seus processos seletivos, uma elevação de 14% em comparação com os dados do ano anterior. Em relação a 1995, o crescimento foi de 46%.

Número de ingressantes cresceu mais nas federais

Em 2000, o maior crescimento do número de ingressantes ocorreu nas instituições federais de ensino superior, que receberam 113 mil alunos por meio de seus vestibulares. A expansão foi de 15%. As estaduais tiveram um aumento de 10% e as privadas, 13%.

De 1995 a 2000, os estabelecimentos federais tiveram uma ampliação de 56% no número de alunos que entram anualmente na graduação, passando de 73 mil para 113 mil. Nesse período, essas instituições receberam mais de 538 mil novos estudantes em seus cursos.

Maioria está na faixa de idade correta

A maioria dos ingressantes está na faixa etária adequada para o ensino superior. Segundo o Censo, 64% dos estudantes têm até 24 anos. Outros 31% têm de 25 a 39 anos e 5%, mais de 40 anos. Essas características são semelhantes nas redes de ensino públicas e privadas.

Mas essa relação modifica-se quando se leva em conta a forma de organização acadêmica da instituição. Nas universidades e nos centros tecnológicos, o percentual de ingressantes com até 24 anos é maior do que nos centros universitários, faculdades integradas, escolas e institutos superiores.

O levantamento por idade levou em conta, além dos alunos que entraram pelo vestibular no início do curso, outros processos seletivos e diversas formas de ingresso, como transferência e mudança de curso.

Aumenta taxa de conclusão

O ritmo de crescimento do número de ingressantes, que no ano passado foi de 11,5%, já se reflete nos índices de conclusão dos cursos de graduação. Em 1999, a quantidade de estudantes que terminaram a Educação Superior foi 8% maior do que a registrada no ano anterior.

Em relação a 1995, o número de concluintes aumentou 28%, passando de 254 mil para 325 mil alunos. Nesse período, 1,4 milhão de alunos se formaram nas instituições de ensino superior. De 1990 a 94, o crescimento foi de 7%.

O maior índice de crescimento do número de concluintes foi detectado nas instituições federais: 59 mil alunos terminaram a graduação em 1999, um aumento de 12% em relação ao ano anterior. Nas redes estaduais e privadas, o número de concluintes subiu para 7% e 9%, respectivamente.

Desde 1995, cerca de 260 mil estudantes formaram-se nas federais. Nesse período, o número de concluintes nos estabelecimentos de ensino superior mantidos pelo MEC teve uma elevação de 28%, contra 11% nos cinco anos anteriores.

Censo da Educação Superior traz novas informações

Este ano, a Sinopse Estatística da Educação Superior traz informações mais específicas sobre a matrícula nos cursos da educação superior. Uma outra novidade é a adoção do sistema de classificação internacional da Eurostat/Unesco/OCDE, o que permite uma melhor comparabilidade internacional.

Na área de educação, por exemplo, que possui 585 mil alunos matriculados, o Censo traz uma radiografia sobre os cursos de formação de professores. Em cada uma das cinco áreas detalhadas - ciências da educação, formação de professores da educação básica, de disciplinas profissionais, da educação infantil e de matérias específicas - é revelado quantos alunos estão matriculados nos vários programas ou cursos.

Nos cursos de formação de professores da educação básica, por exemplo, existem 15 mil alunos. Esta área, por sua vez, está subdividida em dez cursos ou programas.

Levantamento inclui cursos seqüenciais e a distância

Os 178 cursos seqüenciais oferecidos no Brasil têm 13,4 mil alunos matriculados. Esse tipo de formação, prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, constitui-se em cursos superiores de curta duração. Eles são voltados, preferencialmente, para a capacitação profissional dos alunos, tendo em vista o atendimento das necessidades de formação para o mercado de trabalho.

Do total de cursos dessa modalidade, 29% são oferecidos por instituições de ensino superior públicas e 71%, por estabelecimentos privados. Na Região Sudeste, encontram-se instalados 114 cursos seqüenciais, 64% dos existentes no Brasil.

pela primeira vez o Censo também traz dados sobre a matrícula em cursos de graduação a distância. No Brasil, em 2000, foram oferecidas 6.430 vagas nessa modalidade de ensino.

Sistema de educação superior está mais diversificado

A Região Norte destacou-se, no último ano, pelo maior crescimento de matrículas e de cursos. No caso das matrículas, o aumento foi de cerca de 22%, bastante acima da

média nacional, de 14%. Dessa forma, o total de estudantes matriculados em cursos de graduação na região passou de 94 mil para 115 mil. Em seguida, aparecem as Regiões Centro-Oeste com uma taxa de crescimento de 20% e a Nordeste, com 16%.

A ampliação na oferta de cursos de graduação na Região Norte também é bastante superior ao verificado no restante do País. No último ano, houve um aumento de 46%, enquanto a média nacional alcançou 19%. A Região Centro-Oeste aparece logo em seguida, com uma variação de 30%.

Essa relação não se repete quando se leva em conta o aumento do número de instituições. A Região sul lidera com uma variação de 19% e possui 176 instituições de ensino públicas e privadas; em seguida está a Região Nordeste, onde o crescimento verificado foi de 11 %.

Ensino superior ganha força no interior

Um outro fenômeno importante, que tem se intensificado nos últimos anos, é o aumento da matrícula nas instituições do interior. No último ano, a quantidade de estudantes em instituições localizadas fora das capitais cresceu 16%, enquanto nas capitais esse índice foi de 11%.

Segundo o Censo da Educação Superior, 1,44 milhão de alunos, o que representa 54% do total, estudam no interior e 1,25 milhão estão nas capitais.

Essa situação repete-se em todas as regiões, com destaque para a Norte, em que a matrícula no interior teve um crescimento de 33% contra 19% na capital. Mesmo assim, o Norte ainda concentra cerca de 76% da matrícula na capital, maior percentual do País.

Em relação à distribuição da matrícula, a Região sul é a que concentra o maior contingente de estudantes no interior: 73% estudam em instituições fora da capital. Depois está a Região Sudeste, com 58% dos alunos de graduação em cidades do interior.

Federais aumentam vagas em cursos noturnos

De cada cem estudantes da graduação das instituições federais de ensino superior, 23 estão matriculados nos cursos noturnos. Dos 483 mil alunos, 111 mil estudam à noite. O índice é maior que os 18% registrados em 1996. Nos últimos cinco anos, apenas as instituições federais ampliaram o percentual de vagas no noturno em relação ao total.

Mas nas outras redes de ensino superior, a taxa de alunos no período noturno continua bastante acima das federais. Nas instituições estaduais, 45% dos estudantes estudam nos cursos oferecidos à noite. Nos estabelecimentos privados, o índice é de 66%.

O Censo também mostra que a maioria, 56%, dos alunos da graduação no País está em cursos noturnos, que abrigam 1,5 milhão de estudantes. No último ano, a matrícula nesse período de estudo cresceu 14%. Já no período diurno o aumento foi de 13%.

Ao contrário da tendência nacional, no Norte e Nordeste, as matrículas predominam no período diurno, onde elas representam 59% do total de alunos. Nessas duas regiões, o crescimento do número de estudantes é mais evidente nos cursos oferecidos pela manhã ou à tarde.

Concluintes - Dos cursos noturnos saíram 58% dos alunos que terminaram a graduação em 1999, o que não acontece no Norte e Nordeste. Nessas regiões, mais de 56% dos concluintes estudaram no período diurno.

O levantamento do MEC também identificou um maior crescimento do número de concluintes no diurno do que no noturno no último ano: 10% contra 6%. Além dos cursos noturnos terem um período de duração mais extenso, essa situação é explicada pelas características desse conjunto de alunos. A maioria deles trabalha e leva mais tempo

para concluir o curso. Muitos desses estudantes fazem menos disciplinas por ano e, às vezes, abandonam e voltam a estudar.

Número de matrículas por dependência administrativa					
Graduação – Brasil					
ANO	TOTAL	FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	PRIVADA
1991	1.565.056	320.135	202.315	83.286	959.320
1992	1.535.788	325.884	210.133	93.645	906.126
1993	1.594.668	344.387	216.535	92.594	941.152
1994	1.661.034	363.543	231.936	94.971	970.584
1995	1.759.703	367.531	239.215	93.794	1.059.163
1996	1.868.529	388.987	243.101	103.339	1.133.102
1997	1.945.615	395.833	253.678	109.671	1.186.433
1998	2.125.958	408.640	274.934	121.155	1.321.229
1999	2.369.945	442.562	302.380	87.080	1.537.923
2000	2.694.245	482.750	332.104	72.172	1.807.219

Fonte: MEC/Inep.

Número de matrículas por turno
Graduação - Brasil

ANO	TOTAL	DIURNO
1991	1.565.056	703.280
1992	1.535.788	705.209
1993	1.594.668	727.509
1994	1.661.034	754.512
1995	1.759.703	803.527
1996	1.868.529	848.003
1997	1.945.615	881.768
1998	2.125.958	950.591
1999	2.369.945	1.048.887
2000	2.694.245	1.183.907

Fonte: MEC/Inep.

Número de matrículas por gênero
Graduação - Brasil

ANO	TOTAL	MASCULINO	FEMININO
1991	1.565.056	731.107	833.949
1992	1.535.788	712.827	822.961
1993	1.594.668	728.865	865.803
1994	1.661.034	753.357	907.677
1995	1.759.703	800.083	959.620
1996	1.868.529	852.629	1.015.900
1997	1.945.615	875.376	1.070.239
1998	2.125.958	955.930	1.170.028
1999	2.369.945	1.051.552	1.318.393
2000	2.694.245	1.178.893	1.515.352

Fonte: MEC/Inep.

Número de matrículas por localização (capital e interior)
Graduação - Brasil

ANO	TOTAL	CAPITAL	INTERIOR
1991	1.565.056	762.703	802.353
1992	1.535.788	766.585	769.203
1993	1.594.668	793.693	800.975
1994	1.661.034	826.259	834.775
1995	1.759.703	880.712	878.991
1996	1.868.529	919.771	948.758
1997	1.945.615	950.442	995.173
1998	2.125.958	1.022.150	1.103.808
1999	2.369.945	1.126.467	1.243.478
2000	2.694.245	1.250.523	1.443.722

Fonte: MEC/Inep.

**Número de funções docentes em exercício por grau de formação
Graduação-Brasil**

ANO	TOTAL	ATÉ ESPECIALIZAÇÃO	MESTRADO	DOUTORADO
1991	133.135	86.377	29.046	17.712
1992	134.403	85.235	30.236	18.932
1993	137.156	86.487	30.994	19.675
1994	141.482	86.624	33.531	21.327
1995	145.290	87.600	34.882	22.808
1996	148.320	87.360	36.954	24.006
1997	165.964	95.068	43.792	27.104
1998	165.122	88.567	45.482	31.073
1999	173.836	88.050	50.849	34.937
2000 ¹	183.194	89.053	54.619	39.522

Fonte: MEC/Inep.

Nota: 1. Dados estimados.

**Número de instituições por dependência administrativa
Graduação-Brasil**

ANO	TOTAL	FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	PRIVADA
1991	893	56	82	84	671
1992	893	57	82	88	666
1993	873	57	77	87	652
1994	851	57	73	88	633
1995	894	57	76	77	684
1996	922	57	74	80	711
1997	900	56	74	81	689
1998	973	57	74	78	764
1999	1.097	60	72	60	905
2000	1.180	61	61	54	1.004

Fonte: MEC/Inep/Sec.

Número de cursos por dependência administrativa
Graduação-Brasil

ANO	TOTAL	FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	PRIVADA
1991	4.908	1.143	684	312	2.769
1992	5.081	1.154	723	367	2.837
1993	5.280	1.185	739	369	2.987
1994	5.562	1.270	769	373	3.150
1995	6.252	1.536	876	370	3.470
1996	6.644	1.581	964	433	3.666
1997	6.132	1.316	939	443	3.434
1998	6.950	1.338	1.125	507	3.980
1999	8.878	1.721	1.447	326	5.384
2000	10.585	1.996	1.755	270	6.564

Fonte: MEC/Inep/Seec.

21 de novembro de 2001.

Aumenta número de vagas nas universidades federais

As instituições federais de ensino superior abriram 34.195 novas vagas na graduação, em 1999 - um crescimento de 8,4% em relação a 1998. É a maior expansão anual, desde 1981. Desse ano até 1994, o crescimento da matrícula nas instituições federais havia sido de apenas 16,1%. Em 13 anos, foram abertas somente 50 mil novas vagas. De acordo com o Censo da Educação Superior, o sistema federal matriculou, no ano passado, 442.835 alunos contra 408.640, em 1998. É um desempenho notável mesmo se comparado aos quatro anos anteriores, quando começou o atual ciclo de expansão acelerada: de 1994 a 1998, o sistema federal ampliou em 45.097 o número de vagas - ou 12,4% - contra 34.195 - 8,4% - somente em 1999. No total, as instituições federais expandiram em 21,8% o número de matrículas, nos últimos cinco anos, o que significa a abertura de 79.292 novas vagas. O crescimento mais acelerado das matrículas nas instituições federais começou a partir de 1996. De 1994 a 1996, a matrícula havia crescido apenas 7%. De 1996 a 1999, o crescimento da matrícula nas federais quase dobrou, chegando a 13,8%.

Matrícula no ensino superior aumenta 43,1% em cinco anos

O Brasil passou a ter, em 1999, 2.377.715 estudantes matriculados na graduação, contra 2.125.958 estudantes, em 1998. Em um ano, foram abertas, portanto, 251.757 novas vagas - um crescimento de 11,8%. De 1994, quando o País tinha 1.661.034 alunos matriculados na graduação, a 1999, foram criadas 716.681 novas vagas - um aumento de 43,1% em cinco anos, mais que o dobro do crescimento verificado na década e meia anterior. Em 14 anos, entre 1981 e 1994, o número de matrículas aumentara em apenas 274.242 - ou 19,8% - passando de 1.386.792 alunos, em 1981, para 1.661.034, em 1994. Para se ter uma idéia da velocidade dessa expansão, basta observar que o porcentual de 11,8% registrado em 1999 é maior do que o obtido pelo sistema de ensino superior em toda a década de 80, quando houve um longo período de estagnação. Na década de 90, o crescimento do número total de alunos no ensino superior foi contínuo, acelerando-se na segunda metade

da década. Nos cinco anos de 1994 a 1998, a matrícula nos cursos de graduação apresentou uma taxa de expansão anual de 7%, em média. Em 1998, contudo, o aumento já foi superior à média e ficou em 9%. Em 1999, verificou-se um novo salto, de 11,8%.

Desempenho das instituições estaduais, municipais e particulares

Além do aumento recorde do número de alunos matriculados nas instituições públicas federais, também as instituições públicas estaduais apresentaram expansão notável. O aumento de 10,3% do número de alunos matriculados nas estaduais, no ano passado, é mais que o dobro do crescimento de 4,8% registrado nos três anos de 1994 a 1996. Em relação às instituições públicas municipais, houve uma redução do número de alunos matriculados, no ano passado, em relação a 1998. Isso se deveu ao processo de reclassificação promovido pelo Ministério da Educação, porque muitas instituições enquadradas como públicas e municipais tinham, na verdade, características de instituições privadas. Foram transferidas, por isso, para o grupo das instituições particulares, o que significou um acréscimo automático de cerca de 30 mil matrículas no ensino privado e que não são, portanto, "novas matrículas." O setor privado prossegue mantendo sua posição majoritária no conjunto das matrículas do ensino superior. Após breve desaceleração entre 1994 e 1996, conseqüência principalmente da suspensão das atividades do Conselho Nacional de Educação, o segmento voltou a crescer rapidamente: 36,3% entre 1996 e 1999, sendo 16,9% em 1999. Neste último ano, a matrícula do setor privado representava 64% do total, ou mais de 1,5 milhão de alunos.

Em 2002, haverá três milhões de alunos matriculados nos cursos de graduação

Caso mantenha-se a tendência de crescimento, verificada em 1998 (9%) e 1999 (11,8%), contra uma taxa média de expansão de 7% ao ano, registrada no período de 1994 a 1998, o ensino superior brasileiro terá aproximadamente três milhões de alunos matriculados em cursos de graduação em 2002 - dois anos antes do que previa o Ministério da Educação. Para atender à demanda projetada, devem ser abertas cerca de 622 mil novas vagas, no período entre 2000 e 2002, das quais um terço nas instituições públicas (federais, estaduais e municipais), considerando-se que se mantenha a proporção de distribuição da matrícula. Na média, seriam incorporadas 207 mil vagas por ano, em 2000, 2001 e 2002 - 251 mil foram abertas apenas em 1999 - sendo 69 mil no sistema público. No ano passado, as instituições federais e estaduais, somadas, registraram 62 mil novas matrículas.

Crescimento acelerado deve continuar

A tendência do crescimento da matrícula no sistema de ensino superior vai se manter, nos próximos anos, pois o número de alunos que ingressaram na graduação por meio do vestibular aumentou 61,9%, no período entre 1994 e 1999 (22,3%, de 1981 a 1994), 46% entre 1996 e 1999, e 15,2% apenas no ano passado. Levou, portanto, apenas cinco anos para crescer quase o triplo do que nos 14 anos anteriores. Nas instituições federais, verifica-se igual tendência. O total de alunos que ingressaram por meio do vestibular cresceu 29,9%, de 1994 a 1999, contra 21,2%, no período entre 1981 e 1994. É preciso considerar, ainda, que o aumento foi de apenas 2,6%, de 1994 a 1996, acelerando-se a partir daí: 26,7%, de 1996 a 1999, e 10,9% somente no ano passado. Em um ano - 1999 - cresceu metade do que havia crescido em 14 anos - 1981 a 1994. Ainda em relação às federais, deve-se destacar o fato de que, até 1996, todos os indicadores mencionados apresentavam o mesmo comportamento

mediocre do passado, evoluindo espetacularmente, nos últimos três anos. Entre 1994 e 1996, além da taxa de ingresso ter aumentado apenas 2,6%, as vagas no vestibular haviam diminuído 1%, com o total de estudantes matriculados, naquele período, crescendo somente 7%. Enquanto a matrícula nos cursos noturnos havia crescido não mais que 2,2%, naqueles dois anos, o número de alunos nas federais do Nordeste tinha declinado em 1,3%.

Expansão da matrícula nas federais do Nordeste é recorde nacional

O crescimento do número de alunos tem sido mais acentuado nas instituições federais da Região Nordeste do que no conjunto do País. Entre 1994 e 1999, a matrícula nas federais daquela região cresceu 24,3%, contra 21,8% de expansão da taxa nacional. Somente no ano de 1999, o total de alunos matriculados nas instituições federais do Nordeste aumentou 14,5% (8,4% no País). Em cinco anos, no período de 1994 a 1999, as instituições federais nordestinas abriram 26.507 novas vagas, das quais 17.175 apenas no ano passado. É importante reiterar que, de 1994 a 1996, o número de alunos nas instituições federais do Nordeste havia diminuído 1,3%. No período seguinte, de 1996 a 1999, o crescimento da matrícula foi retomado com vigor, registrando-se uma taxa de expansão acumulada de 26%. A taxa de matrícula em todo o sistema de ensino superior também tem crescido mais no Nordeste do que no País, desde 1996. O número de alunos matriculados na região teve um incremento de 28,3%, nos últimos três anos (27,3% no País) e de 15,6% apenas no ano passado (11,8% no País). Ao contrário do que acontece em termos nacionais, na Região Nordeste o número de alunos matriculados no sistema público de ensino superior é mais que o dobro do total de estudantes das instituições privadas. Dos 358.633 estudantes nordestinos de graduação, 243.860 estão matriculados em instituições públicas federais (135.630), estaduais (96.089) e municipais (12.141), e 114.773 estudam em instituições privadas. Esses resultados comprovam o acerto da política de equidade e de correção progressiva dos desequilíbrios regionais, desenvolvida pelo Ministério da Educação, nos últimos anos, e que prevê o fortalecimento das instituições federais de ensino superior nas regiões menos desenvolvidas. Para garantir a expansão do número de vagas, sem perda de qualidade, foram executados programas especiais de investimento em informática e bibliotecas, que privilegiaram as universidades das Regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste.

Matrícula em curso noturno cresce 39,4%

As universidades públicas federais sempre tiveram poucos alunos freqüentando cursos de graduação, no período noturno, se comparadas às universidades particulares. À noite, parte da estrutura das federais permanece ociosa. Como a maioria das vagas é ofertada durante o dia, quem precisa trabalhar para manter seus estudos não tem outra alternativa a não ser optar por um curso noturno em uma instituição paga - uma flagrante discriminação contra os alunos mais carentes. Esse quadro começou a mudar, nos últimos três anos. Mais de 25 mil novas vagas foram abertas, em cursos noturnos das instituições federais de todo o País. De 1996 a 1999, o crescimento da matrícula no período noturno foi de 36,4%, sendo 15,4% somente no ano passado. No período entre 1994 e 1999, a matrícula em cursos noturnos aumentou 39,4% (2,2%, de 1994 a 1996).

Melhora a produtividade do sistema como um todo

O número de concluintes aumentou consideravelmente, acompanhando o crescimento das matrículas: de 1993 a 1998 esse número cresceu 25,2%, contra apenas 6,1%

em todo o período de 1980 a 1993. Comparando-se o número de concluintes com o número de ingressos cinco anos antes, verifica-se uma melhora gradativa da produtividade: na coorte de 1986-1990, 60,8% dos ingressantes concluíram o curso, enquanto na coorte de 1994-1998 essa proporção atinge 64,9%. Considerando-se apenas as instituições federais, a evolução foi ainda melhor, de 61,5% para 69,3%, respectivamente. Esse desempenho significa que estão caindo as taxas de evasão, de repetência e de troca de cursos, em todo o sistema de ensino superior.

Orçamento vinculado ao desempenho e Gratificação de Estímulo à Docência incentivaram os avanços nas federais em 1999

O mais importante fator que determinou o crescimento recorde do número de alunos matriculados nas instituições federais, no ano passado, foi, sem dúvida, a implantação, em julho de 1998, da Gratificação de Estímulo à Docência (GED). Importante melhora salarial para os professores - com aumentos de até 50% sobre o salário - a atribuição da GED é vinculada ao número de horas de aulas efetivas e ao desempenho acadêmico. A gratificação estimulou uma maior dedicação do corpo docente aos cursos de graduação e, conseqüentemente, uma revisão dos processos de ensino, no âmbito das instituições federais. Por isso a relação "número de alunos por professor" melhorou e foi a mais alta, desde 1981, quando havia apenas 7,6 alunos por professor. Em 1998, eram 9,8 alunos por professor e, no ano passado, 10,4. Outro fator que teve papel decisivo, na evolução da matrícula nas instituições federais, foi a adoção de uma sistemática de atribuição do orçamento associada ao desempenho. A partir de 1997, começou-se a discutir a nova matriz de financiamento das universidades federais, vinculando a distribuição dos recursos de investimento e de custeio ao número de alunos e de graduandos, com ênfase nos cursos noturnos e nas regiões menos desenvolvidas. O novo modelo foi plenamente implantado em 1999. Deve-se salientar, ainda, que o orçamento total das universidades federais, excluindo-se o pagamento de inativos, cresceu 28% desde 1995.

Total de professores com doutorado é 63,8% maior

Expandir o ensino superior e, ao mesmo tempo, qualificar o sistema como um todo, corrigindo distorções históricas, especialmente do setor privado, foi a prioridade clara, adotada a partir de 1995. O sistema de avaliação de cursos, vinculado ao processo de renovação do reconhecimento, a nova matriz de financiamento das instituições federais, a GED, as mudanças no processo de escolha dos dirigentes universitários e dos critérios para a criação de cursos, a reforma curricular em andamento, o fundo de apoio à infra-estrutura física das instituições federais, em tramitação no Congresso, são algumas das medidas que sustentam essa prioridade. Os dados apurados pelo Censo apontam os resultados. O Brasil tem hoje 173.836 docentes de graduação - um crescimento de 22,9% em relação a 1994 - mas o porcentual de aumento do número de doutores foi quase três vezes maior. Os cursos de graduação do País contavam com 21.326 doutores, em 1994, número que subiu para 34.937, em 1999, e significou um incremento de 63,8% no total de professores com doutorado. Nas universidades federais, o número total de docentes efetivos, em 1994, era de 43.556, passando a 46.687 professores, em 1999. Daquele total de 1994, apenas 21% possuíam o doutorado, proporção que saltou para 31,4%, cinco anos depois. O número de professores, nas instituições privadas, aumentou 40,4%, de 1994 a 1999, mas o total de doutores mais que dobrou, passando de 4.476 para 9.577, no mesmo período. Em 1994, somente 6,7% dos professores de instituições privadas tinham o doutorado; cinco anos depois, são 10,3%. No conjunto do sistema de graduação, 15% dos docentes tinham doutorado, em 1994; em 1999, os doutores já representavam 20% do total de professores.

Número de doutores formados por ano aumenta 130%

Para atender às exigências de maior qualificação do ensino superior, o sistema de pós-graduação teve um crescimento espetacular, entre 1994 e 1999. Nesse período, o número de doutores que o Brasil formava por ano saltou de 2,1 mil para 4,8 mil - um aumento de 130%. Em 1994, havia 18,9 mil alunos de doutorado, no Brasil; em 1999, eram 29,9 mil - um crescimento de 58%. O sistema federal de ensino superior foi o grande responsável por esse desempenho extraordinário dos cursos de doutorado. Nada menos que 55,2% do aumento de alunos de doutorado, em todo o País, nos últimos cinco anos, deveram-se à expansão da matrícula apenas nas universidades federais. Merece destaque a expansão considerável da pós-graduação nas Regiões Norte e Nordeste, melhorando a distribuição regional da oferta e contribuindo para diminuir as desigualdades na formação de recursos humanos de nível superior. No período de 1994 a 1999, o total de matrículas em cursos de doutorado quase triplicou, na Região Nordeste, e dobrou, na Região Norte.

Oferta de vagas no vestibular acompanha crescimento explosivo do ensino médio

O Censo demonstra que se estabeleceu uma dinâmica de sincronia entre o enorme crescimento da matrícula no ensino médio - 57%, nos últimos cinco anos - e a oferta de vagas no vestibular. Sabia-se que a prioridade conferida ao ensino fundamental provocaria uma grande expansão do ensino médio, o que de fato ocorreu, e a conseqüência disso seria o aumento da pressão social por mais vagas no ensino superior, o que já está acontecendo. Não por acaso, portanto, o número de vagas no vestibular também cresceu 57,6%, no período entre 1994 e 1999, sendo que 16,6% somente no ano passado. De 574 mil vagas oferecidas, em 1994, passou-se para 904 mil, cinco anos depois. Com isso, foi possível manter mais ou menos estável a relação entre candidatos e vagas no vestibular: 3,9 candidatos por vaga, em 1994, e 3,7 candidatos por vaga, em 1999. O dado mais animador para todo o sistema educacional é o que registra o crescimento da demanda por ensino superior, nesse período de cinco anos, evidenciado tanto pelo aumento de 50% no número de estudantes inscritos para o vestibular, quanto principalmente pelo total dos que ingressaram: mais 62%.

Na avaliação do ministro Paulo Renato, "trata-se de um ciclo que o País precisa completar: mais estudantes concluindo o ensino fundamental e buscando o ensino médio, e maior número de alunos terminando o ensino médio com menos idade, o que lhes permitirá retardar a entrada no mercado de trabalho e ingressar no ensino superior. A expansão do ensino superior possui, assim, um significado social que precisa estar refletido na política educacional, e não deve ser percebida como resultado de uma pressão meramente comercial ou de interesse exclusivo de um ou outro agente privado." Os dados do Censo comprovam que o crescimento acelerado do ensino superior não vem ocorrendo à custa da queda de qualidade. Ao contrário, as instituições têm melhorado, graças ao amplo e sofisticado sistema de avaliação construído pelo Inep, a partir de 1995, em que se destacam o "Provão" e a avaliação das condições de oferta dos cursos, com visitas de comissões independentes de especialistas a todas as universidades. Desde que começou o monitoramento, quase 30 instituições, que tiveram conceitos D e E, no primeiro ano, e foram consideradas muito ruins, melhoraram tanto que conquistaram conceito A, o grau máximo do teste. Ao mesmo tempo, 12 instituições mal-avaliadas têm prazo final, no segundo semestre deste ano, para melhorar ou fechar. Ao estabelecer critérios de qualidade e dar ampla publicidade a eles, o Ministério da Educação reafirma a convicção de que a educação será sempre um bem público, cujos benefícios são coletivos.

27 de junho de 2000.

Ensino superior mantém tendência de crescimento e diversificação

O ensino superior brasileiro entrou numa fase de crescimento acelerado e de diversificação. Mas a principal novidade é que essa rápida expansão vem sendo acompanhada pela melhoria dos indicadores de qualidade: o número de professores com mestrado e doutorado aumentou, e as instituições estão investindo para melhorar as condições de funcionamento dos cursos.

Esta é a tendência apontada pelos dados do Censo do Ensino Superior de 1998, divulgados hoje (sexta-feira, 25 de junho) pelo ministro da Educação, Paulo Renato Souza, e pela presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), Maria Helena Guimarães de Castro.

Expansão da matrícula nos últimos quatro anos é maior que na década de 80

Nos últimos quatro anos, a matrícula nos cursos de graduação apresentou uma taxa de expansão anual de 7%, em média. Em 1998, o aumento atingiu 9%. Com isso, o número total de alunos em cursos de graduação saltou de 1,94 milhão, em 1997, para 2,12 milhões, no ano passado. Incluindo os cursos de extensão, os seqüenciais e os de pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado), o número total de alunos no ensino superior subiu para 2,7 milhões.

A maioria dos alunos dos cursos de graduação está nas instituições privadas (1.321.229); em seguida, vêm as públicas federais (408.640), as estaduais (274.934) e as municipais (121.155).

Para se ter uma idéia da velocidade dessa expansão, basta observar que o percentual de 9% é praticamente igual ao atingido pelo sistema em toda a década de 80, quando o ensino superior viveu um longo período de estagnação.

Apenas nos últimos quatro anos, o número de alunos matriculados aumentou 28%, muito acima do alcançado em 14 anos, no período de 1980 a 1994, que foi de 20,6%. De 1994 para cá, o número de alunos subiu 36,1% nas instituições privadas, bem acima do crescimento verificado na rede pública. Nesta, o crescimento foi de 12,4% nas federais, 18,5% nas estaduais, e 27,6% nas municipais.

Em 2004, haverá 3 milhões de alunos matriculados nos cursos de graduação

Caso se mantenha a taxa média de crescimento de 7% ao ano, verificada no período de 1994 a 1998, o ensino superior brasileiro terá aproximadamente três milhões de alunos matriculados em cursos de graduação daqui a cinco anos. Para atender à demanda projetada, devem ser abertas cerca de 875 mil novas vagas, sendo 542 mil nas instituições particulares e 333 mil nas instituições públicas (estaduais, federais e municipais). O cálculo considera que a distribuição da matrícula entre públicas e particulares deverá se manter em 38% e 62%, respectivamente.

Interior supera capitais em número de alunos

Outra tendência importante apontada pela evolução dos indicadores na década de 90 é o acelerado processo de interiorização do ensino superior. Nesse período, o crescimento da matrícula foi mais expressivo no interior, invertendo a posição que prevalecia até 1990, quando a maioria dos alunos estava concentrada nas capitais.

O Censo de 1998 indicou, pela primeira vez, que as instituições instaladas nas cidades do interior já possuem mais alunos (1.103.808) que as das capitais (1.022.150). As instituições localizadas nas capitais tinham 776.145 alunos em 1990 e têm agora, um total de 1.022.150 - uma variação de 31,7%. As do interior, que tinham 763.935 alunos em 1990, agora possuem 1.103.808 alunos - total 44,5% maior.

Os números revelam uma clara tendência de melhor distribuição espacial da oferta de vagas, embora prevaleça ainda uma grande concentração na Região Sudeste, onde se observa, também, maior concentração populacional.

Federais têm apenas 20% dos alunos à noite

As universidades públicas federais possuem poucos alunos freqüentando cursos de graduação no período noturno se comparadas com as universidades particulares. Dos 408.640 alunos matriculados no ano passado nas federais, apenas 20,1% (82.284) estavam cursando à noite.

Essa relação é completamente oposta nas demais instituições: nas particulares, dos 1.321.229 alunos matriculados, em 1998, 66,4% (877.031) concentram-se em cursos noturnos. Estudam à noite, 46,1% dos 274.934 alunos das públicas estaduais e 73,7% dos 121.155 alunos das municipais!

Parte da estrutura das federais permanece ociosa durante o período noturno. Como a maior parte das vagas é ofertada durante o dia, quem precisa trabalhar para manter seus estudos não tem outra alternativa a não ser optar por um curso noturno numa instituição paga.

Idade média é de 25 anos

O cruzamento dos dados do Censo com os da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do IBGE, comprova: os estudantes brasileiros ingressam tarde no ensino superior.

A idade média dos alunos que estão no sistema é de 25 anos, quando, se todos iniciassem seu curso aos 18 ou 19 anos, ela deveria ser 21 ou, no máximo, 22 anos. Possuem mais de 24 anos de idade 53% dos alunos.

Em razão disso, apenas 7,7% da população brasileira de 20 a 24 anos freqüentam o ensino superior, uma das menores taxas do mundo. Esse quadro é consequência de um dos principais problemas da educação básica: as elevadas taxas de distorção série/idade, de 46,7% no ensino fundamental e de 53,9% no ensino médio.

Para se ter uma idéia, cerca de 8,5 milhões de alunos do ensino fundamental têm 15 anos ou mais de idade e deveriam estar cursando o nível médio. E mais de 3,7 milhões de alunos do ensino médio possuem 18 anos ou mais de idade e poderiam estar matriculados na universidade.

O País vem melhorando suas taxas de escolarização líquida no ensino superior, corrigindo o fluxo da educação básica por meio das classes de aceleração de aprendizagem.

Públicas possuem poucos alunos por professor

O Censo confirma: o Brasil tem uma das menores relações de alunos por docente do mundo no ensino superior. Embora essa relação venha aumentando, a média das universidades públicas e privadas é de 12,9 alunos por professor. Em 1994, a média era de 11,7 alunos por professor.

Entre os países que integram a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), a média é de 16,7.

Quando se comparam apenas as universidades públicas estaduais e federais, a relação cai para nove alunos por professor. Nas instituições particulares, a relação é de 16,2 alunos por professor, e nas públicas municipais, de 16,1.

Esses indicadores mostram que as universidades públicas federais têm condições de ampliar consideravelmente o número de alunos sem a necessidade de aumentar, na mesma proporção, o número de professores.

Relação alunos por servidor é baixa

O número de servidores nas instituições de ensino está em queda. Havia 211.617 servidores trabalhando nas instituições públicas e particulares em 1994. Em 1998, este número caiu para 189.889. Com isso, a relação alunos por servidor subiu de 7,8 para 11,2.

Mesmo assim, a relação alunos por servidor nas universidades públicas estaduais e federais continua baixa. Há excesso de funcionários nestas instituições. Nas federais, sem contar os servidores de hospitais universitários, a relação é de 5,4. Nas estaduais, há seis alunos por servidor. Nas instituições particulares, a relação é de 20,4 e nas públicas municipais, de 27,7 alunos por servidor.

Mulheres são maioria entre alunos, inclusive à noite

As mulheres são maioria entre os alunos que estavam matriculados nos 6.950 cursos de graduação no ano passado. No geral, as mulheres representam 55% do total de 2,12 milhões de alunos matriculados em cursos diurnos e noturnos.

O número de mulheres ultrapassa o de homens, inclusive, no período noturno. As mulheres somam 56,3% dos alunos que estudam de dia e 54% dos que estudam à noite.

Entre os docentes, homens possuem melhor formação

As mulheres, entretanto, são minoria entre os professores em exercício. Dos 165.122 docentes que davam aulas em cursos de graduação no ano passado, a maioria (59,7%) é de homens.

As mulheres também são minoria entre os mestres e doutores: 45,3% delas possuem título de mestrado e apenas 33,8% possuem título de doutorado. Entre os professores com especialização, as mulheres mais uma vez perdem para os homens. Apenas 42,2% delas possuem especialização.

Aumenta o número de professores com mestrado e doutorado

A rápida expansão da matrícula repercute, obviamente, no aumento do número de professores no ensino superior, que também vem se dando de forma acelerada. Em 1990, havia 131.641 professores em exercício em todas as instituições. Em 1998, este número já era de 165.122. Mesmo assim, nota-se uma constante melhora na qualificação desses professores.

De fato, no período de 1990 a 1998, o percentual de professores sem pós-graduação caiu de 34,5% para 18,7%, enquanto a categoria de professores com especialização teve uma pequena alta, elevando-se de 31,6% para 34,9%. Já o número de professores com mestrado variou de 21,1% para 27,5% e o de professores com doutorado, de 12,9% para 18,8%.

Esses dados demonstram que o crescimento acelerado do ensino superior não vem ocorrendo às custas da deterioração da sua qualidade. Ao contrário, a melhoria do perfil do corpo docente mostra que as instituições têm buscado elevar o padrão de ensino. Na década de 90, o sistema ganhou 16.029 professores com especialização, 17.632 mestres e 14.061 doutores.

As instituições públicas, considerando os três níveis de governo, têm professores mais qualificados que as particulares: 28,1% dos docentes das públicas possuem doutorado, contra 9,3% das particulares. Com mestrado, são 30% nas públicas e 25,1% nas particulares. Com especialização, são 24,8% nas públicas e 45,3% nas particulares. E sem pós-graduação, são 17,1% nas públicas e 20,3% nas particulares.

62,4% dos ingressantes concluem curso

O número de alunos que concluem um curso de graduação não acompanha o aumento do número de ingressantes. O crescimento médio do número de concluintes é de 3,9% ao ano, enquanto o de ingressantes se expande a uma velocidade de 10,2% ao ano.

O total de ingressantes saltou de 463.240, em 1994, para 651.252, em 1998. Já o de concluintes evoluiu de 245.887, em 1994, para 274.384, em 1997. Os dados de 1998 serão levantados pelo Censo do Ensino Superior deste ano.

Há, portanto, uma relação de 2,1 ingressantes por concluinte, o que indica ainda ser elevado o porcentual de alunos que abandona, tranca matrícula, repete de ano ou muda de curso.

Comparando os concluintes de 1997 com os ingressantes de 1993, verifica-se que as instituições brasileiras formam 62,4% dos alunos que iniciam a graduação. Este porcentual é maior nas públicas estaduais: 75,3%. Nas federais, formam-se 69,6% dos ingressantes, nas municipais, 56,2%, e nas particulares, 58,8%.

Vagas não preenchidas chegam a 124 mil

O Censo revela que no ano passado sobraram 124.678 vagas nos 6.950 cursos de graduação ofertados por 973 instituições de ensino superior existentes no País. Foram oferecidas 776.031 vagas. Somente 651.353 foram preenchidas.

A maioria absoluta das vagas que sobraram está nas instituições particulares: 115.318. Nas públicas federais sobraram 1.628 vagas. Já nas públicas estaduais sobraram 2.782 vagas e nas públicas municipais, 4.950 vagas deixaram de ser preenchidas.

Sobra de vagas é maior nos cursos de licenciatura

A sobra de vagas é predominante nos cursos de licenciatura, pouco atraentes para quem está ingressando no ensino superior. Deixaram de ser preenchidas 39.863 vagas em 13 cursos de licenciatura, em 1998.

Nos cursos de educação artística, por exemplo, 41,2% das vagas não foram preenchidas. Os cursos para formação de professores do ensino médio deixaram de preencher 39,6% das vagas. Em números absolutos, houve sobra de 8.044 vagas nos cursos de Pedagogia. Nos cursos de Letras sobraram 7.667 vagas.

O desinteresse pelas áreas de licenciatura pode estar sendo influenciado pela baixa qualidade do ensino, comum nesses cursos, e pelo surgimento de novas carreiras.

Isso sinaliza que os cursos de licenciatura precisam melhorar sua qualidade, já que faltam professores qualificados para dar aulas no ensino fundamental e no ensino médio.

Cerca de 825 mil professores desses dois níveis de ensino não possuem formação superior. A expansão do ensino médio também abrirá novas vagas para docentes qualificados nos próximos anos.

Desistentes somam 5,3%

O Censo do Ensino Superior mostra que 112.056 alunos (5,3%) desistiram do curso em que estavam matriculados em 1997. Nem todos esses alunos desistiram de estudar. Parte deles pode ter, simplesmente, mudado de curso.

O percentual de desistentes é semelhante em todas as redes e é menor que nos demais níveis de ensino. No mesmo ano, o percentual de alunos que abandonaram as escolas de ensino fundamental foi de 11,1%. A taxa de abandono no ensino médio foi a mais elevada: 13,7%.

Se acrescer ao número de desistentes o de alunos de cursos de graduação que trancaram a matrícula - 115.133 (5,4%) - chega-se a uma taxa de 10,7%, próxima dos índices de abandono dos ensinos fundamental e médio. Proporcionalmente, o trancamento é maior nas universidades públicas federais (7,8%).

Foram coletadas ainda informações sobre o número de alunos transferidos de uma instituição para outra e os desligados, por terem sido expulsos ou jubilados. A transferência envolveu 22.665 alunos e o desligamento, 40.289 alunos.

Sobe o número de candidatos/vaga nas federais

A disputa por uma vaga no vestibular das universidades públicas federais está cada vez mais acirrada. Em 1994, para cada vaga oferecida pelas federais havia oito candidatos inscritos. Em 1998, a relação subiu para 9,4 candidatos por vaga.

Também não está fácil ingressar nas universidades públicas estaduais, cuja relação candidatos/vaga se estabilizou, mas ficou em 8,9 no vestibular de 1998. A relação nas demais instituições foi a seguinte: 2,4 nas municipais e 2,2 nas particulares. A média de todas as instituições teve uma redução pouco significativa. Era de 3,9, em 1994, e ficou em 3,7 candidatos por vaga no ano passado.

O número total de inscrições no vestibular de 1998 chegou a 2,85 milhões. Entretanto, o número real de candidatos deve ser menor, já que um mesmo candidato pode se inscrever em vários vestibulares. As federais tiveram 857.281 inscritos; as estaduais, 629.801; as municipais, 104.201; e as particulares, 1.266.733.

Os cursos mais concorridos

O curso mais concorrido no vestibular do ano passado foi o de Medicina, com 29 candidatos por vaga. Medicina, aliás, é o curso mais antigo, surgido na época do Brasil Colônia, em 1808, com a chegada de D. João VI e da família real. No início, o curso destinava-se a formar cirurgiões militares.

Em segundo lugar, distanciado, vem o curso de Produção Cultural, com 14,6. Integram ainda o *ranking* dos cursos mais concorridos: Manutenção Mecânica (12,7); Topografia (12,6); Eletrotécnica (11,2); Laticínios (11,1); Eletrônica (10,9); Odontologia (10,6); Propaganda, Publicidade e Criação (10,3); Normalização em Qualidade Industrial (7,9); Hotelaria (6,6) e Medicina Veterinária (6,3).

Eletrotécnica, Laticínios, Manutenção Mecânica, Normalização em Qualidade Industrial, Produção Cultural e Topografia possuem apenas um curso cada em todo o País, e oferecem poucas vagas, por isso são mais disputados.

As cinco maiores instituições de ensino superior em número de alunos - 1998

NOME DA INSTITUIÇÃO	ALUNOS MATRICULADOS EM 30/4/1998
Universidade Paulista – Unip (SP)	44.598
USP (SP)	35.662
Unisinos (RS)	25.269
UFRJ (RJ)	24.971
PUC-MG	22.434

Fonte: MEC/Inep.

Os cinco maiores vestibulares do Brasil -1998

NOME DA INSTITUIÇÃO	Nº TOTAL DE ALUNOS INSCRITOS NO VESTIBULAR	Nº TOTAL DE VAGAS OFERECIDAS NO VESTIBULAR
USP (SP)	110.720	7.050
Universidade Paulista (SP)	89.250	38.291
Unesp (SP)	71.957	4.683
Universidade Mackenzie (SP)	58.890	6.557
UFRJ (RJ)	51.830	6.122

Fonte: MEC/Inep.

Autorização para abertura de novos cursos é rigorosa

O aumento da demanda pelo ensino superior se reflete no aumento do número de pedidos de autorização para a abertura de novos cursos. Nos últimos três anos, o Ministério da Educação recebeu 5.257 pedidos, mas autorizou a abertura de apenas 647 novos cursos. Esses cursos ofereceram juntos 59.577 novas vagas. No ano passado, foram autorizados a funcionar 334 novos cursos, de um total de 760 solicitações encaminhadas à Secretaria de Educação Superior (SESu), do Ministério.

Os novos cursos criaram juntos 32.674 novas vagas em 1998. Percebe-se claramente, portanto, que o crescimento da matrícula não tem sido impulsionado apenas pela abertura de novos cursos. Na realidade, grande parte das 180 mil matrículas incorporadas em 1998 é resultado da ampliação de vagas em cursos já existentes.

Havia, no País, no ano passado, 973 instituições de ensino superior: 209 públicas e 764 privadas. Eram, de acordo com a classificação usada pelo Inep, 153 universidades, 18 centros universitários, 75 faculdades integradas e 727 estabelecimentos isolados. Todas essas instituições ofereciam juntas 6.950 cursos de graduação. O maior número de cursos (3.980) é oferecido nas instituições particulares. As públicas federais oferecem 1.338 cursos, seguidas das estaduais, com 1.125 e das municipais, com 507.

Diversificação surge como alternativa

A demanda crescente por novas vagas nas universidades, aquecida pela explosão que vem se verificando no número de concluintes do ensino médio, tem incentivado a diversificação do sistema de ensino superior. O Ministério da Educação adotou várias medidas que

favorecem a expansão e a diversificação, entre as quais a criação de uma nova modalidade de instituição - o Centro Universitário.

A transformação de faculdades em Centros Universitários depende de parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE) e obedece a requisitos de qualidade acadêmica. Nos anos de 1997 e 1998, foram criados 20 Centros Universitários, e no primeiro semestre de 1999, mais 13. Portanto, ao todo, já são 33 Centros Universitários em funcionamento em todo o País.

Os Centros Universitários passaram a ter maior autonomia para criar, organizar e extinguir cursos e programas de educação superior, desenvolvendo as áreas de ensino e formação. Tal prerrogativa só era permitida às universidades, juntamente com a pesquisa e a extensão.

Outra iniciativa proposta pelo MEC para diversificar o ensino superior foi a regulamentação recente (Portaria nº 912/99) do funcionamento dos cursos seqüenciais, previstos na nova LDB. Estes cursos superiores de curta duração - voltados para uma formação profissional específica ou, então, para complementação dos estudos - poderão vir a absorver boa parte da demanda por vagas criadas pelos alunos que estão concluindo o ensino médio.

Os cursos seqüenciais já absorvem grande parte da demanda por vagas no ensino superior nos Estados Unidos, no Canadá e nos países europeus e podem vir a ajudar o Brasil a massificar o acesso ao ensino superior.

Em 1998, cerca de 1,5 milhão de alunos concluíram o ensino médio. A maioria absoluta pretendia dar continuidade aos seus estudos, conforme indicam diferentes pesquisas. No entanto, o número de vagas ofertadas pelas instituições de ensino superior chega apenas a 776 mil. Verifica-se, portanto, que, apesar da rápida expansão a partir de 1995, a oferta de vagas não tem acompanhado o crescimento da demanda.

Diretrizes curriculares

Outra iniciativa de destaque do Ministério da Educação que deverá produzir grandes mudanças na organização do ensino superior é a flexibilização curricular. Após ampla consulta às instituições, conselhos e associações profissionais e outras organizações ligadas ao ensino superior, o MEC está submetendo ao CNE propostas de novas diretrizes curriculares para os cursos de graduação. A idéia é dar espaço para as universidades desenvolverem projetos pedagógicos mais específicos, atendendo também a interesses regionais.

Ministro defende expansão com qualidade

O ministro Paulo Renato Souza afirma que o Ministério da Educação vai continuar investindo na avaliação para garantir a expansão não só quantitativa, mas principalmente qualitativa do ensino superior brasileiro.

"Vamos acompanhar, vigilantes, a evolução do sistema, avaliando para identificar os problemas e apontar as soluções que podem ser encaminhadas, para que sejam feitas as correções de rumo necessárias", promete.

Os instrumentos de avaliação que vão auxiliar o Ministério nesta tarefa são o Exame Nacional de Cursos (Provão), o Censo do Ensino Superior, que fornece indicadores sobre o perfil do corpo docente e o desempenho das instituições e, por fim, o trabalho das comissões de especialistas da SESu, que fazem a verificação das condições de oferta dos cursos, analisando a qualificação do corpo docente, a organização didático-pedagógica e as instalações físicas.

Todos estes indicadores vão compor um único banco de dados que está sendo desenvolvido pelo Ministério e que servirá como principal provedor de informações para a análise dos processos de credenciamento das instituições e de renovação do reconhecimento dos cursos. "O controle burocrático e cartorial será substituído por um sistema transparente, baseado em critérios de qualidade", antecipou o ministro.

O Provão avaliou no dia 13 de junho, 2.151 cursos das áreas de Administração, Direito, Economia, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Engenharia

Química, Jornalismo, Letras, Matemática, Medicina, Medicina Veterinária e Odontologia. Estiveram presentes ao Exame 163.981 graduandos, 94,5% dos inscritos.

Já as comissões de especialistas da SESu visitarão este ano 1.710 cursos que foram avaliados pelo Provão do ano passado. As comissões verificarão *in loco* as condições de oferta desses cursos, fazendo uma análise minuciosa da qualificação do corpo docente; organização didático-pedagógica; e instalações físicas, especialmente das bibliotecas e dos laboratórios de cada curso.

Como foi feito o Censo

O Censo do Ensino Superior é realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), órgão vinculado ao Ministério da Educação. O Censo é todo informatizado. O levantamento de dados é feito pela Internet.

O questionário do Censo passa, todo ano, por um rigoroso processo de aprimoramento. Para revisar o questionário de 1998, foram consultados especialistas da área e representantes dos fóruns de pró-reitores de planejamento e graduação, do Conselho Nacional de Educação (CNE), Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (Crub) e da Secretaria de Educação Superior (SESu), do Ministério da Educação.

Além disso, o Inep desenvolveu, ao longo de 1998, um programa de treinamento institucional, com a finalidade específica de capacitar as instituições de ensino superior para o preenchimento correto do Censo. Essa atividade permitiu a realização de 21 oficinas em oito capitais, com o envolvimento de cerca de 1.200 técnicos de 817 instituições. Foram capacitadas 80% das instituições.

O treinamento buscou familiarizar os responsáveis pelo Censo do Ensino Superior com o novo questionário e com as formas de devolvê-lo, via Internet ou disquete. Essa interação permitiu, ainda, à equipe do Inep, colher sugestões para a revisão das instruções de preenchimento do questionário. Obteve-se, assim, um ganho evidente de qualidade em todo o processo.

Os números do Censo do Ensino Superior de 1998

	TOTAL	FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	PARTICULAR
Instituições	973	57	74	78	764
Cursos	6.950	1.338	1.125	507	3.980
Matrícula cursos graduação	2.125.958	408.640	274.934	121.155	1.321.229
Concluintes*	274.384	51.419	38.731	15.932	168.302
Ingressantes	651.353	89.160	67.888	39.317	454.988
Professores em exercício	165.122	45.611	30.621	7.506	81.384
Servidores em exercício	194.628	77.617	47.119	4.409	65.483
Inscrições no vestibular	2.858.016	857.281	629.801	104.201	1.266.733
Vagas oferecidas	776.031	90.788	70.670	44.267	570.306
Vagas não-preenchidas	124.678	1.628	2.782	4.950	115.318
Desistentes*	112.056	19.878	12.623	6.428	73.127
Trancamentos*	115.133	31.794	7.860	3.307	72.172

Fonte: MEC/Inep.

* Dados referentes a 1997.

Distribuição percentual dos docentes por grau de formação Brasil -1990/1998

GRAU DE FORMAÇÃO	1990	1996	1997	1998
Total	100%	100%	100%	100%
Sem pós-graduação	34,5%	22,5%	20,7%	18,7%
Especialistas	31,6%	36,4%	36,5%	34,9%
Mestres	21,1%	24,9%	26,4%	27,5%
Doutores	12,9%	16,2%	16,3%	18,8%

Fonte: MEC/Inep.

9 de junho de 1999.

Qualificação dos professores do ensino superior melhora

A qualificação dos professores de ensino superior está melhorando. No período de 1990 a 1996, o número de funções docentes com título de mestrado cresceu 33,2% e com doutorado 41,7%. Já o número de professores com cursos de especialização cresceu 29,8%. O número de professores sem pós-graduação caiu 26,4%.

Os dados são do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) que concluiu, no último mês de abril, com um pouco de atraso, devido às mudanças no instrumento e no sistema de coleta de dados, os Censos do Ensino Superior de 1995 e 1996. Até o final do ano, devem estar concluídos os Censos de 1997 e 1998. A coleta de dados está sendo feita pela rede mundial de computadores, a Internet.

O Censo do Ensino Superior de 1996 revela também que as Regiões Sul e Sudeste concentram 75,6% das instituições de ensino superior existentes no Brasil e possuem 73,7% dos alunos matriculados nesse nível de ensino. As Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste possuem, respectivamente, 4,1%, 15% e 7,2% dos alunos matriculados.

Pelo Censo de 1996, o sul ficou com 18,7% das matrículas e o Sudeste com 55%. O Brasil tinha 1.868.529 alunos matriculados nas instituições públicas e privadas de ensino superior. As instituições públicas tinham 735.427 alunos, 39,4% do total, enquanto 1.133.102, o que correspondia a 60,6% do total, estavam matriculados em instituições privadas. Isto representa um crescimento de 12,5% no número de matrículas, em relação ao ano de 1994, e de 6,1% sobre o número de matrículas de 1995.

Com base nesses números, o Inep projeta que, neste ano, já existam mais de dois milhões de alunos cursando o ensino superior no País.

O número de instituições também aumentou no período de 1994 a 1996, saltando de 851 instituições (218 públicas e 633 privadas) para 922 instituições (211 públicas e 711 privadas). Neste período, houve uma pequena redução no número de instituições públicas, e um acréscimo de 78 instituições particulares.

O Censo revela, ainda, um pequeno crescimento, de 5,8%, no número de concluintes: 240.262 em 1994, 245.887 em 1995, e 254.401 em 1996. Por outro lado, a evolução do número de vagas oferecidas no vestibular foi maior: 10,4%. Foram 574.135 vagas abertas em 1994, 610.355 vagas em 1995 e 634.236 vagas no ano seguinte.

Mas o número de vagas está, ainda, muito longe de atender à demanda, afirma a presidente do Inep, Maria Helena Guimarães de Castro. Ela faz a seguinte comparação: em 1996, houve 2.548.077 inscrições ao vestibular, uma relação de mais de quatro candidatos por vaga. Neste mesmo ano, o número de concluintes do ensino médio foi de 1.163.767 alunos. Apenas 11% da população brasileira com idade entre 18 e 24 anos frequenta o ensino superior, diz Maria Helena. "A meta para os próximos dez anos, prevista no Plano Nacional de Educação, é atingir 30% da coorte populacional", afirma.

Os cursos que tinham mais alunos matriculados, em 1996, foram, pela ordem: Direito (239.201), Administração (225.456), Engenharia (146.376, incluindo Civil, Elétrica e Química), Pedagogia (123.700), Ciências Contábeis (112.751), Letras (95.037), Ciências Econômicas (67.055), Comunicação Social (61.591, incluindo Jornalismo, Publicidade e Relações Públicas), Psicologia (55.692) e Medicina (48.667).

17 de julho de 1998.

1.7 PESQUISAS INTERNACIONAIS

Relatório mundial aponta "janela de oportunidades" para educação no Brasil

Documento que compara indicadores educacionais de 47 países indica queda na demanda por professores no País. Essa redução permitirá mais investimentos na qualidade do ensino nos próximos anos

O alto índice de atendimento escolar no ensino fundamental e a queda da taxa de natalidade devem causar mudanças nos investimentos educacionais até o final da década. Em 2010, se forem mantidos os níveis atuais de acesso à educação - 97% da população de 7 a 14 anos na escola -, haverá uma diminuição de seis pontos percentuais, em relação a 1998, na necessidade de professores.

Com isso, os recursos destinados à contratação de novos professores poderão ser transferidos, por exemplo, para a qualificação e o treinamento profissional dos docentes. Essa mudança, descrita como uma "janela de oportunidades", faz parte das conclusões do relatório *Teachers for Tomorrow's World: an Analysis of the 2000 World Education Indicators* (Professores para o Mundo de Amanhã: uma Análise dos Indicadores Mundiais de Educação de 2000).

O estudo foi elaborado a partir de indicadores educacionais de 18 países em desenvolvimento, incluindo o Brasil, que fazem parte do programa World Education Indicators (WEI) - Indicadores Educacionais Mundiais da Unesco. Também participam do estudo outras 29 nações que integram a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Segundo o relatório, "o foco da política educacional deixará de ser a expansão da matrícula passando para investimento na qualidade do ensino. A boa qualificação e a motivação dos professores será um grande desafio para os países, que deverão priorizar esse investimento no orçamento nacional".

O capítulo "Professores do Amanhã" foi incluído pela primeira vez no relatório, que é publicado desde 1999. De acordo com o documento, os professores representam 1,6% da população mundial de 15 a 64 anos. De 1990 a 1997, o número de docentes passou de 52 milhões para 59 milhões.

Mudança demográfica favorece o País

Ao contrário de alguns países participantes do WEI, como Argentina, Uruguai, Paraguai, Peru e Filipinas, que deverão aumentar o número de professores nos próximos anos em até 17 pontos percentuais, no Brasil, haverá uma redução na demanda das seis séries iniciais do ensino fundamental.

Para chegar ao índice de necessidade de professores, o relatório levou em conta a matrícula dos estudantes de seis a 12 anos de idade no nível de ensino adequado a essa faixa etária. O documento estima a diminuição da demanda a partir das mudanças demográficas

que têm impacto sobre a população em idade de freqüentar as séries primárias.

No Brasil, a população de 5 a 14 anos, faixa etária que correspondente ao atendimento na pré-escola e no ensino fundamental, deverá cair três pontos porcentual até 2010.

A projeção, apresentada no relatório, prevê também queda de oito pontos percentuais na população de 15 a 19 anos de idade. Apesar da estimativa de queda nessa faixa etária, existe uma quantidade significativamente grande de jovens que, ainda matriculados no ensino fundamental, deverão ingressar no ensino médio nos próximos anos, mantendo assim a pressão por uma ampliação do atendimento.

A expansão acelerada do ensino médio brasileiro já vem sendo verificada pelo Censo Escolar nos últimos anos. De 1995 a 2000, a matrícula nesse nível de ensino cresceu 52,4%, apresentando uma elevação anual de 9,5%. Mas a taxa de escolarização líquida, 33,4% da população de 15 a 17 anos, ainda é baixa, apesar de ter aumentado 39,3% no mesmo período.

Fluxo escolar indica progressão, mas repetência ainda é alta

Outro fator que contribuirá para a redução da demanda por professores do ensino fundamental brasileiro é o cenário formado pela melhoria do fluxo escolar, pela correção da distorção idade-série e pelo aumento da taxa de promoção.

Entre 1995 e 1999, segundo o Censo Escolar, o número de concluintes do ensino fundamental cresceu 44% e a taxa de promoção saltou de 64,5% para 73,6%. Além disso, a expectativa de conclusão das oito séries elevou-se de 52% para 66% e a distorção idade-série, entre 1996 e 2000, caiu de 47% para 41,7%.

Mas, o Brasil ainda tem, entre os países do WEI, o maior índice de repetência nas seis séries iniciais do ensino fundamental: 25,1%, de acordo com dados de 1998. Em todo o ensino fundamental, a taxa de repetência caiu de 30,2 % para 21,6%, de 1995 a 1999.

Na maioria dos países da OCDE, a repetência é inexistente ou restrita. Normalmente, os alunos são matriculados nas séries adequadas à sua idade. Da mesma forma, grande parte dos países do WEI busca estratégias para limitar a repetência. Malásia e Sri Lanka adotam a política de promoção automática. A Jordânia e China limitam a repetência a 5% da matrícula.

Qualificação de professores precisa melhorar nas séries iniciais

Os dados sobre qualificação profissional dos docentes, segundo o relatório, mostram que, da 1- à 4- série, o Brasil possuía 21,6% de professores com ensino superior, em **1998**. Da 5ª à 8ª série, 75,8% dos docentes possuíam curso de graduação, e no ensino médio, 89,3% possuíam esse nível de qualificação.

Na média dos países do WEI, dos professores que lecionam nas quatro séries iniciais do ensino fundamental, 31,5% têm formação superior. Dos que atuam no ensino médio, o índice de docentes que concluíram a graduação é de 65,3%.

Na China, a qualificação também é desigual entre os vários níveis: apenas 0,5% dos professores da 1- à 4ª série tem nível superior, índice que é de 32% para os docentes que ensinam da 5- à 8ª série e de 55,3% para aqueles que atuam no ensino médio.

Essa disparidade decorre da exigência legal de qualificação que cada país adota. Na maioria deles, a graduação é exigência obrigatória para quem deseja lecionar. No Brasil, para professores de 1ª a 4ª série, exige-se o ensino médio completo, e para as séries seguintes do ensino fundamental e médio, o professor necessita ter concluído a graduação.

Relatório destaca o esforço na formação de professores

Nos últimos anos vem acontecendo um esforço de formação profissional no País, impulsionado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que fixou prazo para a qualificação dos docentes. Segundo dados do Censo Escolar 2000, entre os professores da 1ª à 4ª série, 24,6% possuíam o superior completo.

Em relação à titulação dos professores, o documento também enfatiza o empenho dos países do WEI para a capacitação dos docentes, que recebe cada vez mais importância no orçamento educacional. No caso brasileiro, 60% dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) são investidos, obrigatoriamente, em remuneração e formação de professores.

Uma pesquisa da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe/USP) mostra que, de dezembro de 1997 a junho de 2000, o número de professores leigos reduziu-se em 46% no País. Nas redes municipais houve um aumento de 26,2% dos professores com licenciatura plena.

O relatório destaca o esforço brasileiro em diminuir as desigualdades regionais na educação, no que se refere à titulação dos professores, apesar de considerar que os desníveis entre as regiões ainda chegam a ser mais expressivos do que a diferença entre os países. Além disso, o documento lembra que o Brasil está implementando um intenso programa de treinamento em serviço, por meio da educação a distância, para melhorar a qualificação de todo o corpo docente, principalmente, da educação infantil e do ensino fundamental.

Professor do ensino médio tem maior salário

O salário inicial dos professores do ensino médio no Brasil era de R\$ 9.827 ao ano, em 1999, segundo o relatório do WEI. Esse valor é superior à média dos demais países do WEI, que é de R\$ 7.685 e inferior à média dos da OCDE, que é de R\$ 17.840.

Para os docentes que atuam nesse nível de ensino e que já atingiram o topo salarial da categoria, pagava-se, no Brasil, uma remuneração de R\$ 14.473, anualmente. Na média, os países participantes do WEI pagavam, no final de carreira, R\$ 13.448.

Já o salário inicial dos professores da 1ª à 6ª série do ensino fundamental era de R\$ 3.758 ao ano, no Brasil. Nesse nível de ensino, o País apresenta um dos piores indicadores entre os países que participam do estudo. A média dos países do WEI é de R\$ 5.342 e dos países-membros da OCDE é de R\$ 15.879.

Essa diferença só é atenuada quando se compara o salário de final de carreira para professores que atuam da 1ª à 6ª série. No Brasil, a média, nesse caso, era de R\$ 8.484 enquanto os países do WEI pagavam para os docentes com maiores níveis salariais R\$10.643.

O estudo comparativo mostra que a maior distorção salarial atinge os professores das séries iniciais e que, à medida que aumenta o nível de ensino e a exigência de qualificação, a tendência é de ganhos salariais mais expressivos.

Fundef ajuda a corrigir distorções salariais

Os ganhos salariais decorrentes da criação do Fundef, desde a sua implantação, atingiram, principalmente, os professores das séries iniciais do ensino fundamental, nas quais o Brasil apresentava os piores indicadores de remuneração dos docentes. Essa mudança aconteceu a partir de 1998 e, dessa forma, não está expresso no relatório do WEI, que se baseia em dados de 1998.

A remuneração dos professores das redes públicas estaduais e municipais de ensino fundamental teve um aumento médio de 29,5% de dezembro de 1997 a junho de 2000, segundo dados da Fipe. No mesmo período, a inflação foi de 12%, de acordo com o índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). O salário médio passou de R\$ 717 para R\$ 929. O crescimento maior aconteceu na rede municipal, com um reajuste de 33,3%.

Nas Regiões Norte e Nordeste, o índice ficou acima da média nacional. No Nordeste, a remuneração dos docentes teve um aumento de 59,7%, sendo que na rede municipal o aumento médio foi de 70,1%. O reajuste médio na Região Norte foi de 35%, apresentando maior índice na rede estadual: 37,9%.

Professores brasileiros são mais jovens

Ao contrário dos países da OCDE e das nações em desenvolvimento participantes da pesquisa, o Brasil tem um significativo contingente de professores com idade até 30 anos.

Dos docentes que lecionam da 1ª à 6- série do ensino fundamental, 35% estão nessa faixa etária. O índice é menor tanto entre a média dos países do WEI, 27%, como da OCDE, 16%.

Nesse mesmo nível de ensino, 26% dos professores, no Brasil, têm mais de 40 anos. No WEI, este índice é de 40%, e chega a 60% nos países da OCDE.

Lecionando no nível médio, o Brasil tem 29% dos seus professores com idade até 30 anos, contra 25% da média dos países do WEI e 9% da OCDE.

Investimento brasileiro é próximo ao dos países desenvolvidos

O Brasil gastou, em educação, 4,6% do Produto Interno Bruto (PIB) em 1998. Esse volume de investimento público é superior à média dos países do WEI, que é de 4,4%, e menor que os 5% do PIB que gastaram, em média, os integrantes da OCDE.

Em relação ao ensino superior, o gasto público brasileiro, de 1,1% do PIB, é o mesmo dos países da OCDE. Entre os integrantes do WEI, o ensino superior consome em média 0,9% do PIB.

Na educação básica, o gasto público é de 3,1% do PIB, contra 3,3% da média do WEI e 3,5% da OCDE. Mas, o percentual brasileiro está acima de países como Argentina, Chile e Uruguai.

Gasto com educação é desigual

Da 1 - à 6- série, o gasto por aluno ao ano no Brasil é de R\$ 653. Comparativamente, este gasto é próximo à média dos países do WEI, de R\$ 689. O gasto médio dos países da OCDE nesse nível de ensino é de R\$ 3.073.

No ensino médio, o gasto por aluno/ano chega a R\$ 900, no Brasil. Na média, os países participantes do WEI gastam R\$ 1.006 e os países da OCDE gastam R\$ 4.615.

Apesar de o volume total de recursos ser elevado, o gasto por aluno no Brasil é baixo devido ao grande contingente de pessoas na faixa de 5 a 19 anos - que demandam vagas na educação básica. De acordo com o relatório, esse público representa 32% da população brasileira. A média dos países do WEI é de 20%.

No ensino superior, o gasto público no Brasil é de R\$ 11.402 por aluno/ano. A relação é maior entre os países do WEI que gastam, em média, R\$ 4.228. Mesmo quando comparado com a média de gasto dos países membros da OCDE, que é de R\$ 7.069, o Brasil investe substancialmente mais no ensino superior.

Relatório indica que há espaço para o crescimento do ensino superior

A relação número de alunos por professor no ensino superior brasileiro está bem abaixo da média das demais nações que participam do levantamento mundial sobre educação. Enquanto nos países da OCDE e WEI, há, respectivamente 15,3 e 18,1 alunos por professor na graduação, no País a proporção é de 13,3. Com isso, o relatório sinaliza que há espaço para o crescimento da oferta de vagas no ensino superior brasileiro sem afetar a qualidade.

Ao mesmo tempo, o Brasil tem um dos maiores índices de alunos por professor na educação básica. Nas turmas de 1^ª a 6- série do ensino fundamental, há, em média, 28,9 alunos por professor. Nas séries seguintes e no ensino médio, a relação alunos por professor é de 36,2.

Nos países do WEI, a média é de 25 alunos por professor nas seis séries iniciais do ensino fundamental. Nas demais séries da educação básica, essa relação é de 21,1. Na OCDE, estes números são ainda menores: 18 alunos por professor nas turmas de 1^a a 6^a séries, nas demais, 14,6.

Expectativa de permanência na escola é de 14,9 anos

Ao ingressar na escola, uma criança brasileira de cinco anos deverá permanecer na sala de aula por 14,9 anos, de acordo com projeções que constam no relatório do WEI/OCDE. A expectativa de permanência no sistema escolar inclui a educação básica e a superior.

Essa expectativa, no caso do Brasil, calculada para 1999, está acima da média dos países do WEI, que previa uma permanência de 12,4 anos na escola, e abaixo da média do OCDE, que é de 16,7 anos.

No ensino fundamental, a permanência esperada é de 10,6 anos e no ensino médio, 2,3 anos. Na pré-escola é de 1,2 ano e no nível superior, 0,8 ano. O cálculo desse indicador, para todos os países, é baseado no tempo de permanência no sistema escolar. Ele não leva em conta as taxas de repetência.

A expectativa de permanência das crianças na escola no Brasil é a segunda maior entre os 14 países que fazem parte do WEI. O indicador brasileiro fica atrás apenas do Uruguai, com 15,2 anos.

Em relação às 29 nações da OCDE, o País está na frente do México e da Turquia, com, respectivamente, 12,4 e 10,6 anos de permanência esperada na escola.

Mas, a maior desvantagem do Brasil encontra-se no ensino superior. Enquanto a expectativa de permanência na graduação é, em média, de 1,3 anos no WEI e 2,5 anos na OCDE, no País fica em 0,8 ano.

Mulheres permanecem mais tempo na escola

O relatório do WEI/OCDE revela que há uma maior expectativa de permanência na escola entre o público feminino. Enquanto para elas, a permanência esperada é de 15 anos, para os homens é de 14,7 anos. Essa tendência se repete, em menor escala, entre os países do WEI e, em maior proporção, da OCDE.

No Brasil, do total de alunos matriculados da pré-escola à graduação em 1999, as mulheres representam a metade. Mas, no ensino médio e superior, elas são a maioria, principalmente entre os concluintes. Dos estudantes que terminaram a graduação, 61% são do sexo feminino, e entre os que concluíram o ensino médio, elas correspondem a 58%.

Países participantes do WEI e da OCDE

Participam do Programa do WEI: Argentina, Brasil, Chile, China, Egito, Filipinas, Índia, Indonésia, Jordânia, Malásia, Paraguai, Peru, Rússia, Sri Lanka, Tailândia, Tunísia, Uruguai e Zimbábue.

Países-membros da OCDE: Austrália, Áustria, Alemanha, Bélgica, Canadá, Coréia do sul, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, Finlândia, França, Grã-Bretanha, Grécia, Holanda, Hungria, Islândia, Irlanda, Itália, Japão, Luxemburgo, México, Nova Zelândia, Noruega, Polônia, Portugal, República Tcheca, Suécia, Suíça e Turquia.

Nota Técnica - Indicadores do World Education Indicators (WEI 2000)

O relatório da Unesco/OCDE faz uma análise comparativa dos indicadores da educação básica de 18 países em desenvolvimento que participam do programa World Education Indicators (WEI), da Unesco, e dos 29 países integrantes do programa de indicadores educacionais da OCDE. A participação do Brasil no WEI acontece desde 1998, coordenada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep/MEC).

O programa WEI tem como objetivo apresentar um conjunto básico de indicadores, que possa ser comparado internacionalmente. Os indicadores são divididos em socioeconômicos e demográficos, financeiros e do sistema educacional dos países.

Por ser ainda recente, a compatibilização e o desenvolvimento de um sistema nacional e internacional de informações e estatísticas educacionais, segundo a metodologia da OCDE, têm exigido dos países participantes um esforço em produzir informações adequadas e a melhoria da capacidade de produzi-las.

Para o desenvolvimento dos indicadores, foram estabelecidos critérios comuns para a classificação dos diversos níveis de ensino, com base no *International Standard Classification for Education (ISCED)*, da Unesco.

Esses níveis têm a seguinte correspondência: *Preprimary* (educação infantil e classes de alfabetização); *Primary* (ensino fundamental - 1- a 6- série); *Lower Secondary* (ensino fundamental - 7- e 8ª séries); *Upper-Secondary* (ensino médio); e *Tertiary* (ensino superior).

No caso brasileiro, os dados socioeconômicos e demográficos tiveram como fonte a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), de 1998, mais especificamente para os indicadores relacionados com o nível de escolaridade da população e da força de trabalho. Os indicadores populacionais, assim como os dados sobre o salário médio dos docentes, também tiveram como fonte a Pnad de 1998. Os indicadores financeiros compreendem somente os gastos públicos com educação, incluídas as três esferas de governo.

O total de gastos consolidado do Brasil não separa gastos com docentes e com outros funcionários da educação; gastos com aposentados e pensionistas e outros tipos de benefícios; e o gasto efetivo nos níveis de ensino especificados.

Os dados financeiros deste estudo comparativo foram convertidos em dólar pela Purchasing Power Parities (PPP), um índice de preços calculado pelo Banco Mundial, que compara o valor monetário pela capacidade de gasto em cada país e não pela taxa de câmbio oficial. De acordo com esse cálculo, em 1997, cada um dólar tem o poder de compra equivalente a R\$ 0,78.

Os indicadores sobre educação básica que constam no relatório são provenientes do Censo Escolar de 1998, realizado pelo Inep. Para os cursos de graduação, as informações são do Censo do Ensino Superior, do mesmo período. Os dados sobre pós-graduação foram fornecidos pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

O indicador que calcula a expectativa de anos de escolaridade em um dado nível de ensino procura avaliar quanto tempo, em média, se espera que uma criança, com cinco anos de idade, permaneça no sistema educacional.

5 de julho de 2001.

Brasil mostra resultados e desafios na educação em fórum que reúne 196 países

Documento, que será apresentado no Fórum Mundial de Educação em Dacar, Senegal, de hoje até sexta-feira, destaca a expansão do ensino médio como um dos principais esforços para os próximos anos.

Um balanço dos resultados e desafios da política educacional na década de 90 são os principais ingredientes do documento que o Brasil apresentará no Fórum Mundial de Educação, realizado pelas principais agências da Organização das Nações Unidas (ONU) e que reúne 196 países em Dacar, no Senegal, de hoje até sexta-feira. O encontro visa avaliar o Programa Educação para Todos, um compromisso assumido por 155 países na conferência realizada em Jomtien, na Tailândia, em 1990, e estabelecer metas até 2015.

O Brasil mostrará que conseguiu universalizar o acesso ao ensino fundamental, ampliou a cobertura no ensino médio e superior, reduziu as taxas de analfabetismo e melhorou a qualificação dos professores. Mas, evidenciará também que é preciso fazer muito mais: implantação da reforma curricular, aumento no número de docentes com nível superior, ampliação com qualidade das matrículas no ensino médio e superior, e elevação dos anos de escolaridade da população.

"Os progressos educacionais realizados pelo Brasil na segunda metade da década de 90 foram notáveis. Mesmo assim, estes avanços não foram suficientes para satisfazer adequadamente às demandas existentes, até porque as exigências da sociedade mudaram, acompanhando as transformações tecnológicas", explica Maria Helena Guimarães de Castro, presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), chefe da delegação do Brasil e representante do Ministério da Educação no Fórum. Segundo ela, atualmente, já não basta garantir a universalização do ensino fundamental, que no Brasil é de oito anos. "Para uma cidadania plena e uma vida produtiva exige-se, no mínimo, 12 anos de escolaridade básica".

Por isso, os atuais esforços do País se concentram na reforma e expansão do ensino médio. De 1991 a 1999, a matrícula neste nível de ensino cresceu 136%, sendo que nos últimos cinco anos teve uma taxa de crescimento anual superior a 10%. Mas a taxa de escolarização líquida, de 33,4% da população de 15 a 17 anos, ainda é considerada baixa, apesar de já ter crescido 43,6% nos últimos cinco anos.

"A velocidade com que o Brasil tem conseguido ampliar a cobertura no ensino secundário talvez não encontre paralelo em nenhum outro país", afirma Maria Helena. E destaca também: "A expansão do ensino médio tem se dado inteiramente na rede escolar pública permitindo a incorporação dos setores de baixa renda". De acordo com a presidente do Inep, essas taxas indicam um aumento da demanda dos jovens por maior escolaridade, devido, principalmente, à exigência de um mercado de trabalho cada vez mais competitivo.

Melhoria do fluxo escolar

A atual explosão da matrícula do ensino médio é o principal indicativo de outro fenômeno positivo da educação na década de 90: a expansão e a melhoria do ensino fundamental. O compromisso de universalizar o ensino primário, assumido em Jomtien, está praticamente assegurado. De 1991 a 1999, a taxa de escolarização líquida da população de

7 a 14 anos saltou de 86% para cerca de 96%, o que representou, em números absolutos, a inclusão no sistema de cerca de 6,8 milhões de crianças. Somadas as matrículas em todos os níveis de ensino, o Brasil tem, hoje, cerca de 55 milhões de estudantes, nada menos que um terço da população total do País.

Houve também uma significativa melhoria no fluxo escolar. Entre 1990 e 1998, o número de concluintes do ensino fundamental cresceu 124,3%, gerando forte demanda no ensino médio. A taxa de promoção saltou de 60% para 73%, de 1990 a 1997. Neste mesmo período, a taxa de repetência caiu de 34% para 23% e a de evasão de 6% para 4%. Além disso, a expectativa de conclusão das oito séries elevou-se para 63% e o tempo médio de conclusão reduziu-se de 12 para 10 anos.

A universalização do acesso ao ensino fundamental mostrou-se eficiente no combate a outro grave problema brasileiro: o analfabetismo. De 1991 a 1998, a taxa de analfabetismo da população com 15 anos ou mais recuou de 20,1% para 13,8%, e, pela primeira vez, registrou-se uma queda no número absoluto de pessoas analfabetas, de 19,2 milhões para 15,2 milhões. "Esses números permanecem inaceitáveis e representam um grande desafio para o governo e para a sociedade brasileira. Mas é importante observar como tendência positiva o rápido declínio das taxas de analfabetismo nos grupos etários mais jovens, beneficiados pela expansão da cobertura do sistema escolar."

Mais alunos nas escolas públicas

O aumento de cobertura do sistema educacional, com destaque para a educação básica, tem sido sustentado basicamente pelo esforço do setor público. As escolas públicas são responsáveis por 87,8% do total de estudantes, totalizando 45,7 milhões de alunos na faixa dos 0-17 anos, o que revela os esforços governamentais para garantir a inclusão da população de baixa renda no sistema escolar. "Num país em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, altas taxas de cobertura em escolas privadas indicariam a marginalização da população mais carente, que abarca uma proporção muito significativa das crianças e adolescentes", explica a presidente do Inep.

Redução das desigualdades regionais

O balanço sobre desempenho educacional do Brasil na década de 90 aponta, ainda, como um dos resultados mais expressivos, a redução das desigualdades regionais. A taxa líquida de escolarização de 7 a 14 anos que era de 73% no Nordeste e de 79% no Norte, em 1991, saltou para 93%, em 1999. Ou seja, enquanto no Brasil este índice cresceu 11,6%, no Nordeste foi de 27,4%.

"A reversão do déficit de atendimento que se observava nessas regiões foi fortemente estimulada por iniciativas do governo federal, que canalizou recursos para apoiar os esforços de universalização do ensino fundamental". Essas duas regiões foram ainda as mais beneficiadas com a implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef).

Educação infantil e especial

Na área da educação infantil, o documento brasileiro destaca dois avanços: a concepção do atendimento educacional de 0 a 6 anos como a primeira etapa da educação básica e a expansão da matrícula. A inclusão das creches aos sistemas de ensino e a definição das responsabilidades dos municípios pela educação infantil completam as mudanças

institucionais efetivadas. A matrícula na pré-escola, voltada ao atendimento das crianças na faixa etária de 4 a 6 anos, expandiu-se de 35,4% desta população, em 1990, para 50,4%, em 1998. Outro dado positivo é que, em relação à pré-escola, embora os índices de cobertura ainda sejam insatisfatórios, as disparidades regionais são bem menores do que nos demais níveis de ensino, e também se verifica uma melhor distribuição das matrículas entre a zona rural e urbana.

Na educação especial, a análise da evolução verificada na década de 90 demonstra que houve um expressivo aumento do acesso dos portadores de necessidades especiais à educação. "Esse resultado é fruto do esforço de superação do paradigma e da prática de segregação em favor de uma educação inclusiva na rede regular de ensino, na qual o respeito à diversidade dos alunos é o principal eixo da ação pedagógica". No período de 1988 a 1998, a matrícula de alunos com necessidades especiais registrou um crescimento de 102,8%.

Avaliação educacional e cooperação internacional

As mudanças no sistema educacional brasileiro nos anos 90 foram acompanhadas e monitoradas por meio de levantamentos e avaliações periódicas. A montagem de um moderno e eficiente sistema integrado de informações educacionais constituiu-se um dos principais feitos conquistados pelo Brasil.

O desenvolvimento e a implantação de sistemas nacionais de avaliação, abrangendo os diferentes níveis de ensino, e o aperfeiçoamento dos censos educacionais - que passaram a ser realizados com rigorosa periodicidade e pontualidade - transformaram-se numa das principais estratégias para orientar e induzir políticas voltadas para a melhoria da equidade nas condições de oferta e da qualidade do ensino.

Nos últimos cinco anos, o Brasil construiu instrumentos adequados para monitorar o desempenho do seu sistema educacional, o que permitiu dar maior transparência aos resultados obtidos pelas instituições de ensino. "O apoio da opinião pública às iniciativas lançadas pelo Ministério da Educação na área de avaliação contribuiu para mudar a agenda pública, colocando em primeiro plano a preocupação com a melhoria do ensino", diz Maria Helena.

A cooperação internacional também teve papel fundamental na trajetória educacional do Brasil, nesses últimos dez anos. Foram desenvolvidos projetos com apoio do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento e parcerias com organismos internacionais como a Unesco e o Pnud. O País é integrante do World Educational Indicators Project e do Pisa 2000, coordenados pela OCDE. Além disso, foram implementadas importantes linhas de cooperação hemisférica com os países americanos e, em particular, com o Mercosul. O Brasil também tem participado do grupo do E-9, criado em 1993, em Nova Delhi, na Índia, que reúne os nove países em desenvolvimento mais populosos do mundo.

Resultados de uma política coerente

Para a presidente do Inep, os resultados expressivos na educação foram alcançados devido a um conjunto de políticas coerentes aplicadas com continuidade ao longo dos últimos cinco anos. "O estabelecimento de novo modelo de financiamento do ensino fundamental, baseado na divisão de responsabilidades e competências entre as três esferas de governo e na definição de critérios adequados para a repartição dos recursos, foi a mola mestra desse processo de expansão do acesso ao ensino fundamental".

Além disso, segundo ela, esse novo modelo produziu significativo impacto na remuneração dos docentes, especialmente nas regiões mais carentes do País. "Ao lado

dessa reforma estrutural, o governo federal universalizou os programas tradicionais de apoio ao ensino fundamental - livro didático e merenda escolar - além de ter promovido iniciativas inovadoras, com a transferência de recursos diretamente para as escolas e o Programa TV Escola, que promove a capacitação em serviço de professores e oferece subsídios para apoiar suas atividades em sala de aula".

A melhoria qualitativa do processo de ensino-aprendizagem, centrado no desenvolvimento das competências e habilidades básicas, foi apoiada pela elaboração e disseminação de diretrizes e parâmetros curriculares nacionais (PCNs) para vários níveis e modalidades da educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, educação de jovens e adultos e educação escolar indígena). "Como o sistema educacional brasileiro é descentralizado, não tendo um currículo nacional, as diretrizes e parâmetros pretendem induzir os sistemas estaduais e municipais de ensino a adotarem uma base nacional comum". Outra inovação foi a incorporação aos PCNs dos chamados "temas transversais", como ética e cidadania, pluralidade cultural, trabalho e consumo, meio ambiente e orientação sexual.

"Todos esses resultados mostram que, conforme tem afirmado o ministro Paulo Renato Souza, a situação da educação brasileira hoje é incomparavelmente melhor do que a do início dos anos 90. Temos os meios e a determinação para cumprir o objetivo de que todas as crianças e jovens brasileiros estejam na escola e recebam uma educação de qualidade."

26 de abril 2000.

Relatório da Unesco/OCDE indica aumento da expectativa de permanência na escola no Brasil

A expectativa de permanência na escola das crianças brasileiras com cinco anos de idade aumentou de 11,8 para 14,8 anos no período de 1991 a 1997. Este é um dos principais destaques da análise dos indicadores educacionais publicada em relatório da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), denominado *Investing in Education: Analysis of the 1999 World Education Indicators*.

O relatório compara os indicadores dos países em desenvolvimento que fazem parte do programa World Education Indicators (WEI), da Unesco, e dos países integrantes do programa de indicadores educacionais da OCDE. Os dados foram divulgados nesta terça-feira, 29 de fevereiro, pelo ministro da Educação, Paulo Renato Souza, e pela presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), Maria Helena Guimarães de Castro.

O relatório constata que, nas últimas décadas, as mudanças no mercado de trabalho e nas condições sociais provocaram uma clara demanda por educação. Habilitações de nível médio e superior, que anteriormente eram para uma minoria de elite na força de trabalho, estão se tornando importantes para uma proporção crescente de empregos.

Mostra, ainda, que alguns países do programa WEI, principalmente o Brasil, adaptaram seus sistemas educacionais com rapidez, a fim de enfrentar essa nova demanda. Durante o período 1991 a 1997, a permanência esperada no ensino fundamental cresceu de 8,7 para 10,5 anos, enquanto no ensino médio o crescimento foi de 1,3 para 2,2 anos.

O relatório aponta que o aumento combinado dos anos de expectativa média de permanência na educação básica no Brasil pulou de 10 para 12,7 anos. Este crescimento é maior do que a mudança média ocorrida no conjunto dos 18 países da OCDE para os quais existem dados (de 13 para 15,4 anos).

Enquanto, no Brasil, o aumento da expectativa de escolaridade ocorreu principalmente no nível fundamental e médio da educação, o aumento no Chile e na Malásia foi ocasionado por maiores taxas de participação nos níveis médio e superior.

O cálculo deste índice é baseado no tempo de permanência no sistema, independente do sucesso escolar, incluindo, para todos os países, os anos que o aluno eventualmente repetir de série.

Ministro diz que educação tem rumo

Para o ministro da Educação, os dados indicam que as políticas educacionais implantadas no governo Fernando Henrique Cardoso estão no rumo certo. "O indicador projeta de forma muito positiva o quadro que vai se alcançar ao longo da próxima década no Brasil", explica Paulo Renato.

Segundo ele, com o aumento das taxas de atendimento escolar e a melhoria do fluxo escolar verificados nos últimos anos, existem perspectivas claras que a maioria dos alunos chegue a concluir a escolaridade básica, elevando consideravelmente o número médio de anos de estudo dos brasileiros.

Paulo Renato considera que a prioridade dada ao ensino fundamental, com a criação do Fundef (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério), foi acertada. "O que fizemos com o Fundef foi inverter as prioridades. Os avanços educacionais do País estão se dando da base para o topo e não do topo para a base, como acontecia anteriormente", compara.

"Com certeza, dentro de, no máximo, dez anos, teremos uma geração muito mais escolarizada que a atual, pois as reformas que estamos implantando já começam a apresentar resultados. Mas, como todos sabem, as mudanças educacionais demoram um pouco para tornarem-se perceptíveis. Estamos investindo não só no presente, mas sobretudo, no futuro do País", afirma.

Relatório ataca a "cultura da repetência"

O relatório de indicadores educacionais da Unesco/OCDE ataca a "cultura da repetência". De acordo com o documento, a repetência é um dos maiores problemas da educação brasileira: "num dos extremos, a repetência de série parece ser bastante comum no Brasil, tendo 26% dos alunos de escolas primárias e 20% dos de escolas de nível secundário repetido o ano em 1997. No extremo oposto encontra-se a Malásia, que tem a política de não permitir repetência".

A pesquisa mostra que, em muitos países, a proporção de repetentes, medida por dados do Censo Escolar, é muitas vezes subestimada. "No Brasil, onde a repetência é um problema sério, são empregados hoje outros métodos para medir o indicador. Por exemplo, os repetentes não são mais medidos pelos boletins dos diretores das escolas, mas são avaliados a partir de dados mais detalhados, provenientes de pesquisas domiciliares e do Censo Escolar".

Maria Helena, presidente do Inep, lembra que a repetência não contribui para melhorar o aprendizado dos alunos. "O desempenho dos alunos que nunca repetiram de série, em todas as avaliações do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), é muito melhor que o daqueles que apresentam taxa de distorção idade-série elevada", observa.

China limita a repetência em 5% da matrícula

Os países adotam estratégias diferentes para manter baixas suas taxas de repetência. A China, por exemplo, tem como alvo limitar a repetência nos anos de ensino

obrigatório (1^ª a 4^ª série) a 5% da matrícula e está fazendo experiências para eliminar a repetência em escolas selecionadas, de determinadas áreas.

A Jordânia limita o número de vezes que um aluno pode repetir a 1^a, a 2^a e a 3^a séries a uma única vez para cada série, e tem um limite de 5% no número de alunos que podem ser reprovados nessas séries. A partir da 4^a série, o aluno pode repetir duas vezes.

Outros países, como a Malásia e o Sri Lanka, seguem uma política de promoção automática. Prática semelhante já vem sendo implantada no Brasil, em alguns sistemas de ensino. O Estado de São Paulo adotou o regime de progressão continuada, no qual o aluno não reprova de 1^a a 4^a série, mas apenas na mudança para o ciclo das séries finais do ensino fundamental.

"Além de melhorar a auto-estima dos alunos, os países que limitaram ou acabaram com a repetência estão conseguindo elevar a qualidade do ensino e a qualidade do gasto com educação", assinala a presidente do Inep.

Gastos do Brasil são mal distribuídos entre os diferentes níveis de ensino

O gasto público do Brasil com educação, comparado ao PIB (Produto Interno Bruto), é um dos maiores entre os países que participam do projeto WEI da Unesco e igual à média dos países da OCDE.

Em 1996, o total de gastos somou R\$ 37 bilhões. O percentual foi equivalente a 4,8% do PIB, maior que o da Argentina (3,7%), Chile (3,2%), Filipinas (3%), México (4,6%), Malásia (4,4%), Tailândia (4,3%) e do Uruguai (2,6%) e semelhante ao da Espanha (4,8%) e da média dos países da OCDE (4,9%).

Mas, apesar disso, o gasto aluno/ano do Brasil, tanto no ensino fundamental quanto no ensino médio, é baixo. O gasto aluno/ano no ensino fundamental foi R\$ 637, em 1996, 12,8 vezes menor que o do ensino superior, de R\$ 8.201. O gasto aluno/ano no ensino médio foi R\$ 826, ou seja, 9,9 vezes inferior ao do ensino superior.

Apenas no Paraguai esta diferença é maior. Na média dos países da OCDE, a diferença é muito pequena. O gasto aluno/ano no ensino superior é de R\$ 6.181, o que corresponde a 2,3 vezes o do ensino fundamental (R\$ 2.694) e 1,8 vez superior ao do ensino médio (R\$ 3.500).

A diferença entre os níveis de ensino também é menor nos Estados Unidos. O gasto aluno/ano no ensino superior é de R\$ 12.359, três vezes acima do valor destinado ao ensino fundamental (R\$ 4.081) e 2,4 vezes acima do valor investido no ensino médio (R\$ 5.177).

Matrícula determina o valor do gasto aluno/ano

Um fator importante que influencia o gasto por aluno/ano é o número de estudantes matriculados na escola: quanto mais alunos existirem na população, mais espalhada e mais fina será a camada de recursos do limitado orçamento da educação. Ao contrário, quanto menor a população estudantil, maior o volume de recursos que podem ser investidos para cada aluno, individualmente.

As Filipinas, por exemplo, têm um número relativamente grande de alunos matriculados e um nível relativamente baixo de gasto por aluno. Em contraste, outros países com populações estudantis relativamente pequenas, inclusive o Uruguai, têm gastos por aluno relativamente altos.

O Brasil tem um grande número de alunos matriculados nas escolas públicas de ensino fundamental e médio, cerca de 44 milhões. Além disso, o País registra uma rápida evolução das taxas de atendimento escolar. O percentual de crianças na faixa etária de 7 a 14

anos matriculadas no fundamental cresceu de 89,1%, em 1991, para 95,4%, em 1999. Já o ensino médio cresce num ritmo acelerado, ampliando-se a uma taxa média de 11,5% ao ano.

Outro fator que contribui para reduzir o gasto aluno/ano são as elevadas taxas de repetência no ensino fundamental (e similarmente, no médio), superiores a 20%, que influenciam fortemente no cálculo desse valor. Sem esse contingente de repetentes, e considerando-se que os recursos permanecessem estáveis, o gasto aluno/ano cresceria substancialmente, aproximando-se dos valores da Argentina e México.

Os dados financeiros deste estudo comparativo foram convertidos em dólar pela Purchasing Power Parities (PPP), um índice de preços calculado pelo Banco Mundial, que compara o valor monetário pela capacidade de gasto em cada país e não pela taxa de câmbio oficial. Em 1997, cada R\$ 1 convertido pela PPP era equivalente a US\$ 0,76.

Educação define nível salarial

Quanto maior é o nível de formação maior é a possibilidade de emprego e de salário mais elevado. Esta máxima vale para todos os países, mas principalmente para o Brasil.

O salário médio dos trabalhadores com pós-graduação é pelo menos 259% vezes mais alto que o de trabalhadores que possuem o ensino médio completo. O salário médio dos que têm o superior completo supera em 474% o daqueles que estudaram apenas as oito séries do ensino fundamental.

Essa diferença é a mais alta entre os 22 países para os quais haviam dados disponíveis, confirmando o resultado de pesquisas do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), segundo as quais a principal causa da desigualdade na distribuição de renda do País é a desigualdade educacional.

Nos demais países, a diferença salarial existe, mas não é tão elevada. Nos Estados Unidos, por exemplo, um trabalhador com pós-graduação recebe um salário médio 83% mais alto ao daquele que estudou somente o ensino médio. Quem cursou a graduação, ganha, em média, 76% a mais que o trabalhador com apenas instrução primária.

Salário dos professores: ganho maior é no topo da carreira

O salário médio dos professores brasileiros de educação básica, em comparação com outros países, é muito baixo no início da carreira, mas melhora no final.

Em 1997, um professor de 1- a 4ª série do ensino fundamental, no início da carreira, recebia um salário líquido de cerca de R\$ 3.596 anuais. Após 15 anos de exercício da profissão, seus rendimentos aumentavam para R\$ 4.902 anuais e no final da carreira para R\$ 11.797. O salário de saída era 3,3 vezes maior que o salário de ingresso no magistério. A diferença se reproduz na educação infantil e no ensino médio.

Os desníveis salariais mantêm-se quando se compara o salário médio anual dos professores com o PIB *per capita*. O rendimento médio inicial de um docente do ensino médio equivale a 1,3% do PIB *per capita*. Após 15 anos de trabalho, a equivalência é de 1,7. No topo da carreira corresponde a 2,2 vezes o PIB *per capita* brasileiro.

"O que se vê nos nossos dados é que, com a qualificação máxima, atingida no topo da carreira, os salários são melhores, mostrando o quanto a formação de professores é importante. Mas é preciso diminuir a amplitude das carreiras, reduzindo a diferença entre o salário inicial e o salário final", defende o ministro Paulo Renato.

Segundo ele, é preciso que os sistemas de ensino cumpram a Resolução nº 3, de 1997, baixada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), que define as diretrizes nacionais para a carreira e a remuneração do magistério, diminuindo o intervalo entre o salário inicial e final.

Formação - A qualificação dos professores brasileiros de educação básica situa-se no mesmo patamar dos demais países que participam do programa WEI da Unesco. A exceção fica na educação infantil, onde apenas 25,7% possuem o nível superior completo. O percentual de professores com nível superior completo chega a 89,6% no ensino médio, acima da Argentina (65%), mas abaixo do Chile (93,1%).

"Formação de professores é um dos maiores desafios da educação brasileira na atualidade", afirma a presidente do Inep. O País, segundo ela, ainda tem cerca de 130 mil professores leigos atuando na educação infantil e nas séries iniciais do ensino fundamental. Outros 720 mil professores de ensino fundamental e médio ainda não cursaram o nível superior.

Setor público responde pela maioria absoluta da matrícula

O setor público é responsável pelo atendimento da maioria absoluta dos alunos matriculados na educação básica em todos os países do programa World Education Indicators, com exceção do Zimbábue.

No Brasil, o setor público atende a 87,8% da matrícula, contra 12,2% do setor privado. Estão matriculados nas escolas públicas 45,7 milhões de alunos de um total de 52,1 milhões.

Trata-se de um sistema gigantesco. E complexo. O número de alunos atendidos nas escolas mantidas pelo setor público supera a população total da maioria dos países da América Latina.

A soma de toda a população que frequenta a escola, incluindo a educação profissional e o nível superior, ultrapassa 55 milhões. Este contingente de alunos é o quarto maior do mundo, atrás somente de países mais populosos como China, Índia e Estados Unidos.

Em alguns países vizinhos, como Argentina e Chile, a participação do setor privado é maior. Na Argentina, as escolas privadas atendem a 22,3% da população escolar, e no Chile, a 43,2%.

"País nenhum conseguiu universalizar o atendimento escolar, permitindo o acesso ao ensino obrigatório a todas as camadas da sua população, sem o fortalecimento da escola pública. O crescimento da matrícula verificado no Brasil nos últimos anos ocorreu especificamente na escola pública, sem a participação do setor privado. A participação do setor privado na oferta de ensino básico, em vez de aumentar, diminuiu, tanto em termos proporcionais como em números absolutos", explica Paulo Renato.

Mulheres ganham dos homens em nível de instrução

À exceção de alguns países, onde os fatores culturais e religiosos ainda exercem grandes diferenças entre gênero, as mulheres estão começando a superar os homens em nível de escolarização. Na média dos países da OCDE, os homens ainda levam vantagem, mas em 15 países as mulheres já estão a frente em formação de nível médio e superior nos grupos etários mais jovens (25 a 34 anos).

Dentre os fatores socioeconômicos e culturais que explicam este fenômeno, o de maior influência tem sido o ingresso das mulheres no mercado de trabalho. Elas estão sendo estimuladas a buscar um melhor nível de escolaridade, até mesmo como forma de compensar a discriminação salarial de gênero que continua existindo, conforme comprovam pesquisas recentes.

No Brasil, há uma proporção maior de mulheres que já cursaram pelo menos o ensino médio completo ou superior. Elas estão a frente dos homens nos grupos de 25 a 34 anos e de 35 a 44 anos. Os homens ganham nos grupos mais idosos, de 45 a 54 anos e de 55 a 64 anos.

Elas são maioria entre os alunos do ensino médio e do ensino superior e entre os alunos da 5- a 8- série do ensino fundamental. Em 1998, elas somavam 56% do total de

alunos matriculados no ensino médio e 54% dos alunos do ensino superior. Entre os concluintes, elas também são maioria. Em 1998, eram do sexo feminino 53,6% dos alunos que concluíam o ensino fundamental, 58,5% do ensino médio e 61,4% do ensino superior.

Até o final dos anos 80, os homens estavam em vantagem em termos de média de anos de estudo. Esta posição se inverteu na década de 90, quando as mulheres melhoraram mais rapidamente o seu perfil educacional.

No caso brasileiro, a forte associação entre pobreza e trabalho infantil reforça perversamente essa diferenciação de gênero, em detrimento das crianças e adolescentes do sexo masculino, que são chamados com maior frequência a contribuir com o sustento da família em atividades incompatíveis com a rotina escolar.

Embora também se verifique incidência de trabalho infantil entre as meninas pobres, em geral elas se dedicam a afazeres domésticos, mais facilmente compatíveis com os horários e atividades da escola.

Escolaridade superior aproxima Brasil do Chile e da Itália

O percentual de brasileiros com nível superior completo, entre os adultos com 25 anos ou mais de idade, é semelhante ao de países como Áustria, Chile, Itália e Uruguai e superior ao da China, Índia, Indonésia e Turquia.

O País tinha, em 1997, 7% da sua população na faixa etária de 25 a 34 anos com nível superior. Na faixa de 35 a 44 anos, o percentual subiu para 9%. Entre os adultos na faixa etária dos 45 a 54 anos e dos 55 aos 64 anos, o percentual diminuiu para 8% e 5%, respectivamente.

Os índices da Itália, para cada um dos grupos de idade, são parecidos: 8% (25 a 34 anos), 11% (35 a 44 anos), 8% (45 a 54 anos) e 5% (55 a 64 anos).

Os países com a escolaridade superior mais alta são Canadá e Estados Unidos. No Canadá, 54% da população de 25 a 34 anos cursou o superior completo, seguindo-se de 49%, 47% e 34% para as demais faixas etárias. Os índices dos Estados Unidos são: 35% (25 a 34 anos), 35% (35 a 44 anos), 36% (45 a 54 anos) e 26% (55 a 64 anos).

Estados Unidos possuem mais adultos com nível médio completo

Nas faixas etárias de 25 a 34 anos e de 35 a 44 anos, o Brasil possui três vezes menos adultos com nível médio do que países mais desenvolvidos como Canadá, Estados Unidos e Inglaterra. Nas faixas seguintes (45 a 54 e 55 a 64 anos), os índices brasileiros chegam a ser cinco vezes menores.

Possuem pelo menos o ensino médio completo 87% da população dos Estados Unidos e da Inglaterra e 85% da população do Canadá na faixa etária de 25 a 34 anos contra 28% do Brasil. A Itália, que empata com o Brasil em formação de nível superior, apresenta duas vezes mais adultos com formação secundária. As taxas brasileiras ficam abaixo das taxas da Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai.

Com pelo menos o ensino fundamental completo, nas quatro faixas de idade comparadas, o percentual de brasileiros só ultrapassa o da Índia, Indonésia e Paraguai.

Taxa de concluintes é baixa, mas cresce de forma acelerada

Embora o número de concluintes do ensino fundamental e médio venha crescendo rapidamente nos últimos anos, as taxas de conclusão do Brasil são muito baixas em

comparação com os demais países que constam no relatório de indicadores educacionais da Unesco/OCDE.

De 1994 a 1999, o número de concluintes do ensino fundamental saltou de 1 milhão e 588 mil para 2 milhões e 383 mil, um crescimento de 50,1%. No mesmo período, o número de concluintes do ensino médio aumentou 67,8%, indo de 915 mil para 1 milhão e 535 mil.

Mesmo assim, o total de concluintes do ensino fundamental representa apenas 58% da população com 14 anos de idade, ou seja, com a idade correta para a conclusão da 8- série. No ensino médio, o total de concluintes representa apenas 38% da população com a idade adequada para a conclusão desse nível de ensino, ou seja, 17 anos.

O atraso escolar faz com que 42% dos concluintes do ensino fundamental tenham 15 anos ou mais de idade e 62% dos concluintes do ensino médio tenham 18 anos ou mais, idade suficiente para estar cursando o nível superior.

De 1996 para 1999, subiu de 6,9 milhões para 8,5 milhões, o equivalente a 23,2%, o total de pessoas com 15 anos ou mais de idade que estão matriculadas no ensino fundamental. No ensino médio, o número de pessoas com 18 anos ou mais de idade subiu de 3,1 milhões para 4,3 milhões no mesmo período, o que corresponde a um crescimento de 38,7%.

O atraso prossegue no ensino superior. O total de concluintes do ensino de graduação representa apenas 9% da população com 21 anos de idade. Esse percentual entre os homens chega a 7%, e entre as mulheres a 11%. Nos Estados Unidos, país com melhor desempenho, o total de concluintes do ensino superior corresponde a 35% da população com 21 anos de idade: 31% entre os homens e 39% entre as mulheres.

Embora a taxa de conclusão em um país da OCDE (México) seja menor do que a dos países do programa WEI, com exceção do Paraguai, a taxa de conclusão em todos os outros países da OCDE são mais altas que as de todos os países do WEI.

"Entretanto, quando as taxas de conclusão no nível secundário dos países do WEI são comparadas com níveis de sucesso no secundário de pessoas alguns anos mais velhas do que a coorte atual de alunos em idade de conclusão, elas indicam consideráveis melhoras em alguns casos. Nas Filipinas, na Malásia e no Brasil, as taxas de conclusão do secundário são significativamente mais altas que as taxas de sucesso nesse nível de pessoas com 20 a 24 anos de idade", diz o relatório.

População escolar terá crescimento negativo até 2010

A projeção de crescimento demográfico até o ano 2010 indica que haverá queda da população de até 14 anos de idade no Brasil e em outros países participantes do Relatório de Indicadores Educacionais da Unesco/OCDE. No Brasil, projeta-se um crescimento negativo de 0,2% contra 0,9% da média dos países integrantes da OCDE.

O envelhecimento da população nessa faixa etária vai diminuir a pressão por vagas na educação infantil e no ensino fundamental. No caso brasileiro, mantendo-se ou ampliando-se os atuais níveis de investimento, pode haver uma melhoria significativa da qualidade do gasto em educação e, conseqüentemente, do ensino. Mesmo assim, o Brasil continuará tendo um percentual (38,3%) de crianças em idade de escolarização acima da média internacional.

Por outro lado, o tamanho relativo da população de jovens forma uma demanda em potencial por educação e formação inicial. Quanto maior o número de jovens, maior é a demanda em potencial por serviços educacionais. Entre países de riqueza comparável, um com uma população jovem relativamente grande (como o Brasil ou a Malásia) teria que gastar em educação uma porcentagem de seu PIB maior do que um país com uma população jovem pequena (como a Tailândia ou o Uruguai), se quisesse que todos os jovens recebessem o mesmo tipo de educação.

Distribuição de renda no Brasil, uma das piores do mundo

A distribuição de renda no Brasil é uma das mais perversas do mundo, de acordo com o relatório de indicadores educacionais da Unesco/OCDE. Os 10% mais ricos possuem praticamente a metade da riqueza nacional (47,9%), enquanto os 10% mais pobres concentram apenas 0,8% da renda produzida no País.

Os dados, calculados pelo Banco Mundial e publicados no relatório denominado World Development Indicators, do ano passado, mostram que a educação é um dos principais instrumentos para diminuir as disparidades de renda dentro dos países.

Entre os 37 países para os quais existem dados que permitem a comparabilidade, a distribuição de renda do Brasil só se assemelha à do Paraguai, onde os 10% mais ricos se apropriam de 46,6% da riqueza nacional e os 10% mais pobres ficam com 0,6%. No Zimbábue, os 10% mais ricos ficam com 46,9% do total da renda produzida, enquanto os 10% mais pobres detêm 1,8%.

De acordo com o relatório, embora existam disparidades de renda em todos os países, elas são muito mais acentuadas em alguns países do que em outros. Os índices Gini referentes a todos os países do programa WEI são bem mais altos que a média da OCDE.

"Na realidade, os índices Gini relativos ao Brasil, ao Paraguai e ao Zimbábue estão entre os mais altos do mundo. Grande parte da desigualdade nesses países está relacionada com a diferença existente entre os 10% do topo da população e o resto. Na OCDE, menos de um quarto da renda nacional ou do consumo concentra-se, em média, em famílias nos 10% do topo, enquanto quase metade da renda nacional ou do consumo concentra-se em famílias nos 10% do topo no Brasil, Paraguai e Zimbábue", atesta o relatório.

Caminho para reduzir a concentração de renda é investir cada vez mais na educação, diz Paulo Renato

Para o ministro Paulo Renato, o caminho para o País reduzir esse quadro agudo de desigualdade na distribuição de renda é investir cada vez mais em educação, dando oportunidades de escolarização para todos os brasileiros.

"O relatório da Unesco/OCDE é bem claro: baixos níveis de escolaridade produzem altos retornos para os poucos que são instruídos. É o que acontece no Brasil. Menos de 10% da nossa população adulta possui nível superior completo. E ainda tem gente contra a expansão da matrícula no ensino superior", afirma o ministro da Educação.

Para superar esse desafio, Paulo Renato diz que precisa haver uma mobilização maior não apenas do governo, mas da sociedade. E volta a citar o relatório da Unesco/OCDE: "à medida que os níveis médios de educação se elevam, diminuem as diferenças entre os níveis educacionais. As diferenças entre as pessoas de uma mesma geração tendem a ficar menores, embora as diferenças das gerações anteriores que receberam menos instrução permaneçam por várias décadas a mais. Com o passar do tempo, o progresso educacional tende, dessa forma, a ajudar a diminuir a desigualdade. O fato de a renda relativa das pessoas com nível superior no Brasil ser bem mais alta do que em qualquer país da OCDE ilustra bem esse padrão".

29 de fevereiro 2000.

EFA-9 - Relatório brasileiro destaca avanços da educação

O Brasil vem cumprindo os compromissos assumidos durante a Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jomtien, na Tailândia, em 1990, segundo o ministro da Educação, Paulo Renato Souza.

O relatório preparado pelo governo brasileiro, com o balanço dos últimos dez anos na área educacional, será apresentado nos dias 31 de janeiro, 1^a e 2 de fevereiro, em Recife, num evento promovido pela Unesco e outros organismos internacionais de cooperação, que contará com a presença dos ministros de Educação dos países que constituem o grupo EFA-9 (*Education for All*).

Além do Brasil, integram o grupo, que reúne os nove países em desenvolvimento mais populosos do mundo, Bangladesh, China, Egito, Índia, Indonésia, México, Nigéria e Paquistão. Estes países possuem juntos cerca de 3,2 bilhões de habitantes, mais de 50% da população mundial. Eles subscreveram, em 1990, uma declaração pela qual se comprometeram a promover esforços, entre outros, para erradicar o analfabetismo e garantir o acesso à educação básica de qualidade a toda sua população.

O relatório brasileiro destaca os avanços alcançados e os desafios que ainda precisam ser superados para que o País ultrapasse as metas estabelecidas durante a Conferência. O documento aponta como principais conquistas do sistema educacional brasileiro na última década:

- o reordenamento legal e institucional;
- o crescimento das taxas de escolarização;
- a redução dos índices de analfabetismo;
- a rápida expansão do ensino médio e do ensino superior;
- a elaboração de diretrizes e parâmetros curriculares;
- a ascensão educacional das mulheres;
- o fortalecimento do Terceiro Setor; e
- a implantação de um moderno sistema de informações, que tem a avaliação e

os levantamentos estatísticos como instrumentos para planejar e monitorar as políticas e induzir a melhoria da qualidade da educação.

"A educação brasileira avançou muito nos últimos dez anos - e, de forma notável, nos últimos cinco anos -, tornando-se a prioridade número um na agenda social do País. Mas ainda está longe de onde queremos chegar", afirma o ministro Paulo Renato.

Reordenamento do sistema educacional

Os avanços registrados foram possíveis, em grande parte, devido ao reordenamento legal e institucional do sistema educacional, que teve início com a promulgação da Constituição Federal de 1988. Paulo Renato considera um feito marcante para a educação a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 1996. A LDB estabeleceu, com clareza, as responsabilidades dos governos federal, estaduais e municipais pela manutenção e desenvolvimento do ensino.

Outro feito marcante para a educação brasileira foi a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, o Fundef, por meio da Emenda Constitucional n^o 14, de setembro de 1996, regulamentado pela Lei n^o 9.424, de 24 de dezembro do mesmo ano, e pelo Decreto n^o 2.264, de junho de 1997.

Trata-se de um fundo redistributivo, que garante maior equidade e transparência na aplicação dos recursos destinados ao ensino fundamental. A Emenda Constitucional do Fundef determinou que até o ano 2008, os Estados, o Distrito Federal e os municípios destinariam, pelo menos, 15% dos impostos próprios e de transferências de impostos para a manutenção e o desenvolvimento do ensino fundamental.

O montante de recursos de cada Estado e seus municípios é dividido proporcionalmente ao número de alunos matriculados em suas respectivas redes de ensino. O governo federal complementa quando o valor ficar abaixo do mínimo estipulado por aluno/ano.

Este ano, o Fundef deverá movimentar cerca de R\$ 15,2 bilhões, de acordo com as projeções feitas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). A complementação federal

esta estimada em R\$ 810 milhões. Receberão complemento todos os Estados onde o valor mínimo ficar abaixo de R\$ 333 por aluno/ano de 1- a 4^ª série e R\$ 349,50 por aluno/ano de 5- a 8^ª série.

Avanço das taxas de escolarização

O avanço mais notório, de acordo com o ministro Paulo Renato, se refere à universalização da educação básica. A taxa de escolarização líquida no ensino fundamental cresceu cerca de dez pontos percentuais entre 1991 e 1999, saltando de 86,1% para 95,4%. Isso quer dizer que o Brasil está perto de garantir a universalização do acesso às escolas de ensino fundamental para as crianças entre 7 e 14 anos. A taxa de atendimento escolar nessa faixa etária, independente do nível de ensino, já soma 96,2%.

Com isso, o Brasil conseguiu antecipar e superar a meta estabelecida pelo Plano Decenal de Educação para Todos, que previa aumentar para 94%, pelo menos, a cobertura da população em idade escolar, até o ano 2003. Entretanto, há ainda cerca de 4% da população em idade de escolarização obrigatória, o equivalente a um milhão de crianças, que continuam fora da escola.

O Brasil melhorou também as taxas de transição no ensino fundamental, apesar da distorção idade-série continuar elevada (46,6%). A taxa de promoção evoluiu de 60%, em 1990, para 73%, em 1997, enquanto, no mesmo período, as taxas de repetência e evasão diminuíram de 34% para 23% e de 6% para 4%, respectivamente.

Redução do analfabetismo

Entre os integrantes do EFA-9, o Brasil é um dos países que apresentou a maior redução nas taxas de analfabetismo. O índice entre a população com 15 anos ou mais de idade era de 20,1%, em 1991, e caiu para 13,8%, em 1998. Em números absolutos, o País possui ainda cerca de 15,2 milhões de analfabetos.

Nos anos 90, o País avançou na superação desse quadro, intensificando o esforço de universalização do ensino fundamental. Essa política, associada às iniciativas de organizações não-governamentais e do setor empresarial, promoveu um declínio acelerado do analfabetismo nos grupos etários mais jovens, imprimindo-lhe um forte viés geracional.

As taxas de analfabetismo entre a população com até 29 anos de idade vêm regredindo rapidamente. Na faixa etária de 15 a 19 anos, a taxa de analfabetismo caiu de 12,2%, em 1991, para 4,8%, em 1998. Na faixa etária de 20 a 24 anos, a queda no período foi de 12,1% para 6,2%, e na faixa de 25 a 29 anos, a redução foi de 12,7% para 7,7%.

Nos demais grupos etários, a queda não foi tão acentuada, mas considerável. Na faixa de 30 a 39 anos, houve uma redução do analfabetismo de 15,3% para 10,1%, no mesmo período. Já na faixa de 40 a 49 anos, caiu de 23,8% para 14%, e entre as pessoas com 50 anos ou mais, a taxa recuou de 38,3% para 29,9%.

O Censo Populacional, a ser realizado este ano pelo IBGE, deverá apontar uma redução maior nas taxas de analfabetismo. Com isso, o Brasil poderá cumprir integralmente o compromisso assumido na Conferência de Jomtien, de diminuir os índices de analfabetismo em 50% até o ano 2000.

Outro ponto destacável foi o aumento do número médio de anos de estudo dos brasileiros: no período de 1990 a 1996, esse número para os homens subiu de 5,1 para 5,7 anos e para as mulheres aumentou de 4,9 para 6 anos. Com o avanço das taxas de escolarização, espera-se que o número médio de anos de estudo dos brasileiros, em 2000, seja significativamente superior ao de 1996.

Expansão do ensino médio e do ensino superior

O Brasil possui aproximadamente 54,2 milhões de alunos, incluindo todos os níveis de ensino. As escolas mantidas pelo setor público atendem a 46,5 milhões de estudantes, ou seja, 85,8% do total. Apenas no ensino superior, o setor privado é hegemônico, respondendo por mais de 62% da matrícula.

A década de 90 pode ser considerada a de democratização do acesso ao ensino médio, que apresentou uma impressionante taxa de expansão. O número de alunos nesse nível de ensino saltou de 3,5 milhões, em 1990, para 7,7 milhões, em 1999. No período de 1994 a 1999, a expansão do ensino médio atingiu 57,3%, uma média de 11,5% ao ano.

Mesmo assim, apenas 33,4% da população na faixa entre 15 e 17 anos encontra-se atualmente matriculada nesse nível de ensino. A evasão e a repetência, juntamente com o ingresso tardio na escola, fazem com que um contingente expressivo de alunos conclua a educação básica com idade acima da recomendada.

Impulsionado pelo aumento do número de concluintes do ensino médio, a educação superior também se expande com rapidez, em especial nos últimos anos: o número de alunos matriculados em cursos de graduação saltou 28% no período de 1994 a 1998, resultando num crescimento médio de 7% ao ano.

Reforma curricular

A inadequação dos currículos às carências e necessidades da população escolar motivou o Conselho Nacional de Educação (CNE) e o Ministério da Educação a darem início, em 1995, a uma extensa reforma curricular, em todos os níveis de ensino. A reforma tem como objetivo formar cidadãos conscientes e aptos a enfrentar as exigências da sociedade moderna.

Inicialmente, o CNE aprovou as diretrizes curriculares. Depois de amplas consultas e debates que envolveram dirigentes do sistema escolar, docentes em geral e especialistas em problemas educacionais, o Ministério da Educação lançou, em duas etapas, os Parâmetros Curriculares Nacionais.

Na primeira, mudou-se o currículo das quatro séries iniciais do ensino fundamental, estando em andamento um amplo programa de treinamento dos professores para sua aplicação nas escolas. Na segunda etapa, foram elaborados os novos parâmetros para as quatro séries finais do ensino fundamental e os referenciais nacionais para uma completa reforma de todo o sistema de formação de professores. A educação infantil também passou a contar com referenciais curriculares semelhantes, bem como a educação de jovens e adultos.

Particularmente relevante foi o esforço do governo para adequar os Parâmetros Curriculares Nacionais às escolas indígenas, de forma a preservar e a valorizar a língua materna e as tradições culturais desses povos. No ano passado, foi a vez de promover as reformas do ensino médio e do ensino vocacional. O ensino médio agora é parte da educação básica. Isso quer dizer que ele é parte da formação que todo brasileiro jovem deve ter para enfrentar a vida adulta com mais segurança. Por isso, os Parâmetros Curriculares Nacionais do ensino médio propõem um currículo baseado no domínio de competências básicas e não no acúmulo de informações. E ainda um currículo que tenha vínculos com os diversos contextos de vida dos alunos.

Ascensão educacional das mulheres

A década de 90 marca a virada das mulheres brasileiras, que ultrapassaram os homens em nível de escolarização. A proporção de pessoas analfabetas já é significativamente

menor entre as mulheres do que entre os homens em todos os grupos com até 39 anos de idade. As mulheres também superaram os homens em número médio de anos de estudos e, nas salas de aula, reinam absolutas: 85% dos 1,6 milhão de professores da educação básica em todo o País são do sexo feminino.

Elas são maioria entre os alunos do ensino médio e do ensino superior e entre os alunos da 5ª à 8ª série do ensino fundamental. Em 1998, elas somavam 56% do total de alunos matriculados no ensino médio e 54% dos alunos do ensino superior. Entre os concluintes, elas também são maioria. Em 1998, eram do sexo feminino: 53,6% dos alunos que concluíam o ensino fundamental, 58,5% do ensino médio e 61,4% do ensino superior.

De acordo com a contagem populacional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 1996, a queda do analfabetismo entre os jovens é muito mais acentuada na população feminina. Na faixa etária de 15 a 19 anos, a taxa é de 7,9% para os homens e 4% para as mulheres. Na população com faixa etária entre 20 e 24 anos, a taxa de analfabetismo é de 8,7% para os homens e de 5,5% para as mulheres. No grupo com faixa etária entre 25 e 29 anos, a taxa é de 10% para os homens e de 6,4% para as mulheres. Entre a população na faixa etária que vai de 30 a 39 anos, o índice de analfabetismo é de 11% para os homens e de 9,4% para as mulheres.

Até o final dos anos 80, os homens estavam em vantagem em termos de média de anos de estudo. Esta posição se inverteu na década de 90, quando as mulheres melhoraram mais rapidamente o seu perfil educacional. Com efeito, no período de 1990 a 1996, a média de anos de estudo aumentou de 5,1 para 5,7 entre os homens e de 4,9 para 6 entre as mulheres, o que indica que elas deram um salto de quase um ano enquanto eles avançavam meio ano.

Este fenômeno, que só encontra paralelo nos países latino-americanos, difere da média dos países integrantes da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). Lá, são os homens que possuem maior nível de escolaridade.

Dentre os fatores socioeconômicos e culturais que explicam essa virada das mulheres sobre os homens em nível de escolarização, o de maior influência tem sido o ingresso das mulheres no mercado de trabalho, estimulando-as a buscar um melhor nível de escolaridade, até mesmo como forma de compensar a discriminação salarial de gênero que continua existindo, conforme comprovam pesquisas recentes.

Por outro lado, e paradoxalmente, a precoce entrada no mercado de trabalho das crianças e adolescentes do sexo masculino, provenientes das famílias de baixa renda, deve estar contribuindo para o avanço mais acelerado das mulheres em termos de escolaridade.

A forte associação entre pobreza e trabalho infantil reforça perversamente essa diferenciação de gênero, em detrimento das crianças e adolescentes do sexo masculino, pois eles são chamados com maior frequência a contribuir com o sustento da família em atividades incompatíveis com a rotina escolar. Embora também se verifique incidência de trabalho infantil entre as meninas pobres, em geral elas se dedicam a afazeres domésticos, mais facilmente compatíveis com os horários e atividades da escola.

Fortalecimento do Terceiro Setor

O surgimento de ONGs que atuam prioritariamente na área da educação, constituídas por iniciativa de diferentes segmentos sociais, é um dos fenômenos mais positivos registrados pelo Brasil na última década. Outra tendência igualmente favorável é que o setor empresarial passou a se preocupar mais com o desempenho do sistema educacional e a colaborar com o poder público no esforço de melhoria da qualidade do ensino.

Esse fortalecimento das organizações do chamado Terceiro Setor, que reflete a resposta da sociedade a uma atuação mais eficaz das três instâncias de governo - União, Estados e municípios - resultou numa ampla mobilização política e social pelo

desenvolvimento da educação. A sinergia gerada por este movimento inovador explica os avanços educacionais alcançados pelo Brasil ao longo da década de 90.

A parceria com organizações não-governamentais e com a sociedade vem estimulando a gestão democrática das escolas. Essa participação tem sido imprescindível no esforço feito pelo País para melhorar a qualidade da educação pública.

Moderno sistema de informações

Porfim, e não menos importante, foram as mudanças ocorridas no sistema de informações educacionais, especialmente na avaliação e nos levantamentos estatísticos, que no atual governo adquiriram alta qualidade de serviços, tornando-se uma referência indispensável ao planejamento e à execução das políticas públicas implantadas pelas três esferas de governo.

O aprimoramento aconteceu a partir da transformação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) em autarquia independente. O Inep passou a responder, a partir de 1995, por todo o sistema de captação, avaliação e armazenamento de informações educacionais.

Censos - O Inep responde hoje pela realização de todos os levantamentos estatísticos: Censo Escolar, Censo do Professor, Censo da Educação Profissional e Censo do Ensino Superior. Os resultados do Censo Escolar têm sido divulgados no mesmo ano da coleta dos dados. As informações constituem hoje a base das políticas de educação básica, orientando tanto a repartição dos recursos entre Estados e municípios como a implementação de programas pelo governo federal, Estados e municípios.

O Inep responde ainda pelas principais avaliações da educação brasileira. A qualidade do seu trabalho já conquistou reconhecimento internacional. Estruturou-se um moderno e eficiente sistema de avaliação articulado com um conjunto de políticas voltadas para a melhoria da qualidade do ensino, em todos os seus níveis. O que era uma diretriz governamental, tornou-se uma clara atribuição do Ministério da Educação com a nova LDB.

Nos últimos quatro anos, a avaliação educacional assumiu um lugar de grande destaque na agenda das políticas públicas de educação no Brasil, acompanhando uma tendência que já vinha sendo seguida por diferentes países desde os anos 70. Hoje, existe sólido consenso entre os gestores, educadores e especialistas sobre a relevância dos sistemas de avaliação para orientar as reformas educacionais e, sobretudo, para induzir políticas de melhoria da qualidade do ensino.

Por essa razão, tem havido uma preocupação cada vez maior em criar e aperfeiçoar os mecanismos de monitoramento do desempenho dos sistemas de ensino, com foco centrado na aprendizagem dos alunos e nos diferentes fatores associados ao rendimento escolar. Entre as ações relevantes, destacam-se o aprimoramento e a consolidação do Sistema de Avaliação da Educação Básica, o Saeb, a montagem de um sistema de avaliação do ensino superior - que tem no Provão o seu instrumento mais conhecido - e a implantação do Exame Nacional de Ensino Médio (Enem). Cada um destes sistemas tem características próprias e cumpre objetivos específicos. Como traço comum, todos buscam induzir esforços para que o sistema educacional brasileiro se torne mais eficiente e equitativo.

Saeb - O Saeb é aplicado de dois em dois anos para medir o desempenho dos sistemas de ensino. Trata-se de uma avaliação em larga escala, realizada com alunos da 4ª e 8ª séries do ensino fundamental e da 3ª série do ensino médio. Seus resultados fornecem um diagnóstico fiel da educação básica em todo o País, oferecendo informações técnicas e gerenciais que permitem monitorar a qualidade, a equidade e a efetividade dos sistemas de ensino.

Com base nos resultados do Saeb, é possível identificar os fatores que influenciam a aprendizagem dos alunos e os principais problemas do sistema educacional brasileiro. Os principais fatores, que de acordo com o Saeb, incidem sobre a aprendizagem são: a idade do aluno; o grau de escolarização dos pais; a qualificação dos professores; o

descompasso entre o currículo proposto e o aprendido; e as características físicas da escola. Esta constatação pode facilitar a ação mais efetiva de todos aqueles que trabalham com educação no desenvolvimento de políticas de melhoria da qualidade do ensino.

Enem - O Enem, ao contrário do Saeb, tem como objetivo avaliar o desempenho individual do aluno ao término da escolaridade básica, aferindo o desenvolvimento de competências e habilidades fundamentais ao exercício da cidadania. Serve, portanto, como referência para orientar escolhas futuras, tanto em relação à continuidade de estudos quanto em relação ao ingresso no mercado de trabalho. Por ser um exame voluntário, os resultados globais não podem ser tomados como representativos das redes de ensino nem permitem estabelecer comparações entre as unidades da Federação.

Criado pelo Ministério da Educação, há dois anos, para avaliar o perfil de saída dos alunos ao longo dos 11 anos de escolaridade básica, o Enem vem se notabilizando como indutor de mudanças no ensino médio e nos processos de avaliação, tanto dos sistemas educacionais como de seleção para o ensino superior. Com o Exame, os próprios professores estão se sentindo estimulados a mudar a forma de ensinar e de avaliar o aprendizado dos alunos em sala de aula.

O Exame vem se constituindo também como uma alternativa de seleção ao ensino superior, em composição e até em substituição, em alguns casos, ao vestibular tradicional. Atualmente, 93 instituições, 11 delas públicas e 82 particulares, já confirmaram a utilização dos resultados do Exame como critério de acesso aos cursos de graduação.

Provão - Implantado em 1996, o Provão já avaliou 13 cursos de graduação - Administração, Direito, Economia, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Engenharia Química, Jornalismo, Letras, Matemática, Medicina, Medicina Veterinária e Odontologia. Em 2000, a avaliação vai incluir além dos 13 cursos que já se submeteram ao Exame nas edições anteriores, as áreas de Agronomia, Biologia, Física, Psicologia e Química.

Desde o seu surgimento, o Provão tem sustentado um debate intenso sobre as deficiências do ensino superior no País e estimulado as instituições a investirem na qualificação do corpo docente e na melhoria das instalações físicas, buscando assim elevar o padrão de qualidade dos cursos oferecidos. Diferentemente do Saeb e do Enem, o Provão é obrigatório, por lei, para todos os estudantes que estão concluindo os cursos de graduação avaliados a cada ano.

Avaliação das Condições de Oferta - Apesar da visibilidade alcançada, o Provão não é o único instrumento de avaliação externa utilizado pelo MEC para avaliar os cursos e as instituições de educação superior - conforme determina a Lei nº 9.131/95. O sistema de avaliação da graduação abrange uma bateria complexa de indicadores, que inclui resultados das avaliações e dados coletados pelo Censo do Ensino Superior.

Simultaneamente ao Provão, o MEC vem realizando, por meio das comissões de especialistas da Secretaria de Educação Superior (Sesu), a Avaliação das Condições de Oferta, que verifica *in loco* as condições de funcionamento dos cursos de graduação. As comissões visitam os cursos e atribuem conceitos à organização didático-pedagógica, qualificação do corpo docente e instalações físicas.

Os resultados desta avaliação, associados aos do Provão, subsidiam o Conselho Nacional de Educação e a Sesu no processo de renovação do reconhecimento dos cursos e credenciamento das instituições.

Avaliação da Capes - Para completar o quadro, há que se falar também da avaliação da pós-graduação desenvolvida pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), uma das mais tradicionais e consolidadas entre os mecanismos desenvolvidos pelo MEC para avaliar os diferentes níveis de ensino. Essa prática avaliativa contribuiu em grande parte para que o Brasil lograsse criar um sistema de pós-graduação diversificado e reconhecido internacionalmente pelo padrão de qualidade alcançado.

28 de janeiro 2000.

Brasil gasta com educação igual países da OCDE

Os gastos públicos do Brasil na área educacional, em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), são equivalentes aos gastos de países ricos e dos seus principais parceiros no Mercosul.

Mas a distribuição, entre os níveis de ensino, é desigual. O gasto aluno/ano no ensino superior, por exemplo, é um dos maiores do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos e da Suíça.

As informações constam do anuário de indicadores educacionais da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), denominado *Education at a Glance* de 1998.

É a primeira vez que o País participa do projeto World Education Indicators (WEI), que inclui, além dos 29 países-membros da OCDE, 14 países convidados, entre os quais Argentina, Chile e Uruguai. A participação do Brasil no projeto foi coordenada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) com a cooperação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A divulgação dos indicadores foi feita ontem (23 de novembro) pelo ministro da Educação, Paulo Renato Souza, e pela presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), Maria Helena Guimarães de Castro.

Incluindo todos os níveis de ensino, os gastos públicos do Brasil com educação, contando as três esferas de governo, somaram 5% do PIB, em 1995, ou 31,5 bilhões de dólares.

Na média dos países integrantes da OCDE, o percentual foi de 4,9%. Entre os países latinos, a Argentina teve um gasto de 3,4% do PIB, seguida pelo Paraguai (3,1%), Chile (3%) e Uruguai (2,7%).

Desdobrando os gastos por níveis de ensino, o Brasil destinou 3,5% do PIB para o ensino fundamental e médio, percentual que se equipara à média dos Estados Unidos e dos demais países da OCDE, de 3,5%.

Os gastos do Brasil ficaram acima, mais uma vez, da média dos países latinos. A Argentina aplicou no primário e no secundário 2,5% do PIB, o Chile 2,3%, o Paraguai (2,3%) e o Uruguai, 1,9%.

No ensino superior, entretanto, os gastos públicos do Brasil foram de 1,2% do **PIB**, acima da média da OCDE, de 0,9%, e acima do percentual dos países vizinhos. O Paraguai teve um gasto de 0,8% do PIB. Logo atrás vieram a Argentina e o Uruguai, com 0,7%, e o Chile, com 0,4%.

O percentual do Brasil equivale ao da Austrália e Israel (1,2%) e é inferior ao da Finlândia (1,7%), Suécia (1,6%), Canadá (1,5%), Noruega (1,5%) e Dinamarca (1,3%).

Gasto aluno/ano no ensino superior é elevado

Para cada aluno matriculado na universidade pública brasileira, o gasto médio, em 1995, correspondeu a 14.303 dólares, convertidos pelo índice de Paridade do Poder de Compra (PPP), do Banco Mundial (Bird). Este valor inclui as despesas com inativos e pensionistas.

Nos Estados Unidos, o custo aluno/ano no ensino superior foi de 19.965 dólares e na Suíça, de 18.365 dólares. O gasto médio dos países da OCDE ficou em 8.781 dólares. O Uruguai é um dos países que gastaram menos, 2.289 dólares, e o México, 5.071 dólares.

Nos demais níveis de ensino (educação infantil, ensino fundamental e médio), os gastos do Brasil ficam abaixo da média da OCDE e da Argentina, mas em situação de equilíbrio com o Uruguai. O custo aluno/ano, no Brasil, é de 562 dólares na educação infantil, 870 dólares no ensino fundamental e 1.018 dólares no ensino médio.

Na média dos países da OCDE, os valores são, respectivamente, de 3.180 dólares, 3.546 dólares e 4.606 dólares. Na Argentina, de 1.075 dólares, 1.158 dólares e 1.575 dólares, pela ordem. E, no Uruguai, de 548 dólares, 920 dólares e 1.022 dólares.

Matrícula no Brasil supera população da Argentina

Os baixos valores do Brasil podem ser explicados, segundo Paulo Renato, porque o País tinha, em 1996, 47,5 milhões de alunos matriculados na educação básica. Este ano, o contingente é de 51 milhões de alunos.

"Nosso sistema educacional é um sistema de massas, que abriga uma população superior à da Argentina e quase do mesmo tamanho das populações da França ou da Itália", compara.

Segundo o ministro, "é obvio que se formos dividir o montante de recursos disponíveis pela imensidão de alunos que temos na escola, o valor *per capita* vai cair".

Salário dos professores fica abaixo da média

Esse mesmo raciocínio vale sobre o salário referencial pago aos professores da educação básica. O Brasil tinha, no ano passado, 1,6 milhão de professores na educação básica, número quatro vezes maior que a população total de Luxemburgo e mais da metade da população do Uruguai.

A remuneração média anual de um professor brasileiro do nível primário, em início de carreira, é de 4.402 dólares, convertidos pela PPPs. O salário, após 15 anos de magistério, é de 6.133 dólares, e para o topo da carreira, de 7.854 dólares. Os valores correspondem à média da remuneração definida por Estados e municípios para um docente em regime de 20 horas semanais.

Os salários para início, meio e fim de carreira variam de 18.486 dólares, 25.360 dólares e 31.186 dólares, respectivamente, na média dos países da OCDE. Mas não há informações sobre a carga horária, que deve ser maior e contar o tempo gasto com atividades fora da sala de aula.

O salário dos professores no Brasil se aproxima dos valores pagos na Argentina: 6.165 dólares, para início de carreira, 8.176 dólares, após 15 anos de magistério, e 9.646 dólares para o topo da carreira.

Os valores comparados, observa a presidente do Inep, dizem respeito aos planos oficiais de carreira dos docentes de cada país. "O salário efetivo dos professores pode ter variação significativa, dependendo do regime e da jornada de trabalho. Além disso, as cargas horárias são diferentes entre os países, o que dificulta e acaba comprometendo a comparabilidade", afirma Maria Helena.

Relação aluno/docente no ensino superior é uma das menores do mundo

O anuário de indicadores educacionais da OCDE confirma: o Brasil tem uma das menores relações de alunos por docente do mundo no ensino superior. A média, das universidades públicas e privadas, é de 11,8 alunos por professor, quando entre os países da OCDE é de 16,7.

Quando analisam-se apenas as universidades públicas, a relação cai para 9,4 alunos por professor. Para o ministro Paulo Renato, esses indicadores mostram que as universidades públicas federais têm condições de ampliar consideravelmente o número de alunos.

Se há poucos alunos por professor na universidade, em contradição, o Brasil possui o maior número de alunos por professor no ensino médio: 35,8. Neste nível de ensino, a média dos países da OCDE é de 14,6 alunos por docente. A relação também é menor entre os países vizinhos do Mercosul. Na Argentina, é de 17,3 alunos por professor, no Chile, 29, e no Uruguai, 15,2.

A relação aluno/docente cai para 29,7 no ensino fundamental. Mesmo assim, é elevada em comparação com a média da OCDE, de 18,3. Apenas o Chile (31,3), a Índia (52,4) e as Filipinas (36,4) possuem mais alunos por professor que o Brasil no ensino fundamental.

A educação infantil é o único nível onde o Brasil tem um número de alunos por professor próximo do indicador médio da OCDE: 20,6, contra 17,6 dos países-membros da organização. Na Argentina, essa relação é de 22,9, no Chile, 25,7, Paraguai, 26,2, e Uruguai, 30,7.

População jovem aumenta demanda por educação

O Brasil tem uma das maiores populações de jovens do planeta na faixa etária de 5 a 29 anos. Metade, aproximadamente, da sua população total concentra-se nessa faixa etária. Entre os países da OCDE, esse número reduz-se para 35%.

Em números absolutos, o contingente de jovens existente no Brasil perde somente para a China, a Índia, a Indonésia e os Estados Unidos, países mais populosos.

"A população jovem gera maior demanda por vagas na educação básica, o que não é problema para os países ricos, cuja população possui idade mais avançada", avalia Maria Helena.

Essa demanda vem crescendo, segundo ela, devido à preferência crescente do mercado de trabalho por jovens com melhor formação escolar e profissional.

"Os jovens sem escolaridade são cada vez mais excluídos do mercado de trabalho. Pessoas com pouca escolaridade saem em desvantagem na disputa por um emprego. As taxas de desemprego historicamente são maiores entre os jovens com baixa instrução e a tendência é de que continuem aumentando", prevê.

Nos países da OCDE, a taxa média de desemprego entre os jovens com idade entre 20 e 24 anos, sem o segundo grau completo, bateu em 21,5%, no ano de 1996, enquanto, nos países latinos, a taxa situou-se em 10% no Brasil, 14,3% no Paraguai e 17% no Uruguai.

Atendimento escolar na faixa de 5 a 14 anos está na frente do Chile

Para se ter uma idéia, 22% da população brasileira estão concentrados na faixa etária de 5 a 14 anos. Neste grupo de idade, o percentual da população que está matriculada na escola, independente do nível de ensino, atinge 92,5%, inferior à média da OCDE, de 97,6%, mas superior à do Chile, de 91,2%.

A *performance* do Brasil e do Chile pode ter sido prejudicada porque a escolaridade obrigatória, nos dois países, tem início aos 7 anos de idade, enquanto na maioria dos países da OCDE, começa aos 6 anos.

A escolaridade obrigatória na Argentina e no Uruguai também começa aos seis anos de idade, o que contribui para elevar as taxas desses países. A taxa de atendimento escolar na Argentina abrange 99,4% da população de 5 a 14 anos e no Uruguai, 96,9%. A do México é de 94% e a do Paraguai, 83,3%.

O número de pessoas na faixa etária de 5 a 29 anos que está na escola, independente do nível de ensino, é de 62,1% no Brasil, pouco abaixo da média da OCDE, de 62,8%. O problema, em nosso País, são as elevadas taxas de distorção série/idade, que atrapalham

o fluxo escolar. Os alunos brasileiros levam, em média, 11 anos para concluir as oito séries do ensino fundamental.

Escolaridade superior no Brasil ultrapassa Argentina e Portugal

Em termos porcentual, o Brasil tem a maior população com nível superior na faixa etária de 25 a 64 anos que Argentina e Portugal. Têm nível superior completo, 9% da população brasileira, contra 5% da população argentina e 7% dos portugueses.

"Estes índices desmistificam a máxima de que os argentinos possuem maior escolaridade superior que os brasileiros", diz o ministro Paulo Renato.

O índice de escolaridade superior do brasileiro é maior que o da Turquia (6%), Portugal (7%) e Áustria (6%). Na média da OCDE, entretanto, o porcentual é de 13%, acima do registrado no Brasil.

Distorção série/idade diminui matrícula da população de 18 a 21 anos no ensino superior

Entre os países pesquisados, o Brasil possui uma das menores taxas de escolarização líquida no ensino superior na faixa etária de 18 a 21 anos. O porcentual da população com essa idade que frequenta o ensino superior é de apenas 6,1%.

No México, país com as mesmas características e os mesmos problemas sociais enfrentados pelo Brasil, a taxa é de 6,6%. Entre os países da OCDE, a média é 23,2%, 3,8 vezes maior que a brasileira. Essa taxa é quase alcançada pela Argentina, onde já chega a 22,4%.

A taxa brasileira é considerada baixa pelo ministro Paulo Renato, que atribui o fraco desempenho do País às elevadas taxas de distorção série/idade, de 46,7% no ensino fundamental e de 53,9% no ensino médio.

"A população brasileira ingressa na universidade com idade mais avançada. Por isso, nossa taxa de escolarização líquida é menor. Para se ter uma idéia, cerca de 8,5 milhões de alunos do ensino fundamental têm 15 anos ou mais de idade e deveriam estar cursando o nível médio. E mais de 3,7 milhões de alunos do ensino médio possuem 18 anos ou mais de idade e poderiam estar matriculados na universidade", afirma o ministro da Educação.

Ele acredita que o País pode melhorar muito suas taxas com a correção do fluxo escolar na educação básica, por meio das classes de aceleração de aprendizagem, e o aumento da oferta de vagas no ensino superior.

A prova de que os indicadores do País já estão melhorando é que as matrículas cresceram no período de 1994-1998, 11,8% no ensino fundamental, 37,3% no ensino médio e 25,5% no ensino superior.

O número de concluintes se expande num ritmo ainda mais acelerado. No período de 1994-1997, o crescimento foi de 35,4% no ensino fundamental, 45,2% no ensino médio e de 14% no ensino superior.

População com escolaridade média aproxima Brasil da Argentina

Na média dos países da OCDE, mais de 60% da população de 25 a 64 anos possuem pelo menos o curso secundário completo. Isto não ocorre nos países da América do sul.

A média dos países latinos é inferior a 30%. No caso brasileiro, somando a população com nível médio e superior, esta proporção é de 25%, na Argentina, e, no Uruguai, 27%.

Brasil e Argentina registraram números semelhantes, quando se compara a escolaridade da população economicamente ativa com pelo menos o ensino médio completo: 28% e 31%, respectivamente.

Mulheres estudam mais no Brasil, ao contrário da OCDE

O número de homens e de mulheres que têm, no mínimo, o secundário completo, no Brasil e nos seus vizinhos do Mercosul, com exceção do Paraguai, contraria o padrão encontrado nos países-membros da OCDE. No Brasil, mais mulheres que homens possuem o segundo grau completo. Na OCDE, acontece o inverso.

Das mulheres brasileiras entre 25 e 64 anos, 25% têm formação secundária, contra 24% dos homens. Na Argentina, as mulheres passam a frente dos homens numa proporção de 28% a 25%. Entretanto, os homens levam razoável vantagem sobre as mulheres nos países da OCDE: 61% a 55%.

O percentual de homens e mulheres brasileiras com nível de escolaridade superior, contudo, se equipara. No grupo com idade entre 25 e 64 anos, o índice é de 9% para ambos os sexos.

Na Argentina, o percentual de homens com nível superior está acima do das mulheres: 5% a 4%. Na OCDE, a vantagem é novamente dos homens: 14% a 11%, índices pouco acima dos encontrados no Brasil.

Resumindo: os índices do Brasil estão mais para os da OCDE que para os da Argentina.

Carga horária na educação básica tem menor duração

O sistema educacional brasileiro possui uma das menores cargas horárias no ensino fundamental, de 667 horas efetivas de ensino por ano, maior apenas que a da Suécia, de 624 horas.

Para os países-membros da OCDE, o tempo médio de instrução em sala de aula corresponde a 791 horas por ano. A carga horária no Chile é de 860 horas/ano, na Argentina, 788, e no Uruguai, 732.

Os alunos brasileiros passam menos tempo na escola. Este quadro contrasta com a meta preconizada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de progressiva conversão das redes de ensino fundamental para o regime de escolas de tempo integral.

Uma alternativa às escolas de tempo integral seria aumentar a duração da jornada escolar para, pelo menos, cinco horas diárias, durante 200 dias do ano, como propõe o Plano Nacional de Educação, encaminhado pelo Executivo ao Congresso Nacional.

Nota Técnica - Projeto-piloto de Indicadores Internacionais da OCDE/Unesco

O projeto World Education Indicators (WEI) tem como objetivo apresentar um conjunto básico de indicadores na área educacional, que possa ser comparado internacionalmente.

Participaram do projeto os 29 países-membros da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) e 14 países convidados, entre os quais o Brasil.

É a primeira vez que o Brasil participa do projeto WEI. A participação brasileira foi coordenada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), com a

cooperação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O projeto deu origem à publicação denominada *Education at a Glance* de 1998.

Para o desenvolvimento do projeto, foram estabelecidos critérios comuns para classificação dos diversos níveis de ensino, com base no International Standard Classification for Education (ISCED), da Unesco.

Esses níveis correspondem à: *Preprimary* (educação infantil e classe de alfabetização); *Primary* (ensino fundamental - 1ª a 6ª série); *Lower Secondary* (ensino fundamental - 7ª e 8- séries) e *Upper-Secondary* (ensino médio); e *Tertiary* (ensino superior).

Os dados incluem os programas de educação de jovens e adultos (supletivo), educação especial (para portadores de necessidades especiais) e programas de pós-graduação.

Os indicadores podem ser divididos em socioeconômicos e demográficos, financeiros e do sistema educacional dos países.

No caso brasileiro, os dados socioeconômicos e demográficos tiveram como fonte a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), de 1995, mais especificamente para os indicadores relacionados com o nível de escolaridade da população e da força de trabalho (empregados e desempregados).

Os indicadores populacionais têm como referência a Contagem Populacional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 1996.

Os indicadores financeiros compreendem somente os gastos públicos com educação, incluídas as três esferas de governo e foram fornecidos pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). De acordo com a metodologia da OCDE, os gastos com educação incluem pagamento de aposentados e pensionistas e excluem despesas com hospitais universitários e precatórios.

Para efeito de comparação entre os países, os indicadores financeiros foram convertidos pelo índice de Paridade do Poder de Compra (PPP), do Banco Mundial (Bird). Este índice difere do câmbio oficial. Na época do cálculo, um dólar convertido pelo Índice de Paridade do Poder de Compra do Banco Mundial valia R\$ 0,64858, quando, na verdade, havia uma paridade entre o real e o dólar.

Os indicadores sobre educação básica são provenientes do Censo Escolar, realizado pelo Inep, nos anos de 1995 e 1996. Para os cursos de graduação, as informações são do Censo do Ensino Superior, do mesmo período. Os dados sobre pós-graduação foram fornecidos pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Países-membros da OCDE

Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, República Tcheca, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Hungria, Islândia, Irlanda, Itália, Japão, Coreia do sul, Luxemburgo, México, Holanda, Nova Zelândia, Noruega, Polônia, Portugal, Espanha, Suécia, Suíça, Turquia, Grã-Bretanha e Estados Unidos.

Países não-membros

Argentina, Brasil, Chile, China, Índia, Indonésia, Israel, Jordânia, Malásia, Filipinas, Paraguai, Rússia, Tailândia e Uruguai.

23 de novembro 1998.



AVALIAÇÕES

As avaliações tornaram-se um importante instrumento de incentivo às mudanças na educação no País. O Inep criou e reestruturou instrumentos que permitem mensurar o desempenho dos estudantes e a qualidade do ensino brasileiro. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb), que é realizado a cada dois anos desde 1990, acompanha a evolução do desempenho dos alunos no País e em todas as unidades da Federação nas diferentes redes de ensino e verifica os diversos fatores que interferem no processo ensino-aprendizagem.

O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) é outra avaliação que, por meio de um teste voluntário, aplicado anualmente desde 1998 aos estudantes que estão concluindo ou já concluíram a educação básica, verifica as competências e habilidades adquiridas pelos alunos ao longo da sua escolarização.

O Inep também é responsável, no Brasil, pelo Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que avalia alunos com 15 anos de idade. O Pisa, cujo primeiro teste foi aplicado em 2000, ocorrerá a cada três anos.

Na educação superior, o Inep realiza, anualmente, desde 1996, o Exame Nacional de Cursos, o Provão. Essa avaliação tem tido um importante papel na melhoria do ensino de graduação no País.

2.1 SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (SAEB)

Escolas do Nordeste são as que mais influenciam no desempenho do aluno

Estudo sinaliza que o ambiente escolar pode ser um fator de combate às desigualdades regionais na educação

Do conjunto de fatores que influenciam o desempenho do estudante do Nordeste, 17% devem-se exclusivamente à escola. É o mais alto índice entre as cinco regiões do País. No Brasil, o ambiente escolar é responsável por 13% do desempenho do aluno.

No Sudeste, 12% do desempenho dos estudantes são explicados por fatores associados exclusivamente à escola. No Centro-Oeste, este índice é de 11,9% e, no Norte, 9,5%. No sul, registrou-se a menor taxa: 7,6%.

É o que revela um estudo realizado por pesquisadores da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (Ence/IBGE) e PUC-RJ, a pedido do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep/MEC). Cruzando os resultados do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) de 1999 com as informações socioeconômicas dos estudantes, a pesquisa mostra a importância da escola em regiões pobres e sinaliza que o ambiente escolar pode ser um fator de combate às desigualdades regionais na educação.

Este estudo, conforme argumentam os pesquisadores, não mostra que as escolas do Nordeste sejam as mais eficientes. Segundo eles, diante da série de fatores que influenciam o desempenho do estudante, no Nordeste a escola tem mais peso do que nas outras regiões.

Com este trabalho, os pesquisadores pretendem relacionar a variabilidade de fatores associados à escola que fazem com que o conjunto de alunos de um estabelecimento de ensino tenha, em média, melhor desempenho do que em outro. "Não temos como objetivo fazer *ranking* de escolas até porque o Saeb não permite que façamos isso", lembra a coordenadora do estudo, Maria Eugênia Ferrão Barbosa.

Metodologia exclui os fatores socioeconômicos

Para chegar a esses resultados, a metodologia, denominada de Modelagem Multinível e aplicada aos dados dos alunos da 4ª série do ensino fundamental, permitiu excluir os fatores socioeconômicos da família que influenciam no desempenho do estudante. Para analisar as informações, apenas manteve-se o que é creditado exclusivamente ao estabelecimento de ensino onde o aluno estuda. É o que os pesquisadores definem como "efeito-real-escola".

De acordo com o estudo, o efeito-real-escola pode parecer pequeno comparado com os demais fatores individuais ou familiares. "No entanto, em termos de progresso dos alunos, a influência da escola no desempenho é muito mais importante".

Conforme está descrito no estudo, "as estimativas do efeito-real-escola revelam o importante papel que a escola pode ter não só no desempenho cognitivo dos seus alunos, mas também na sua função social". E conclui: "se bem aproveitada, a escola pode alavancar o desenvolvimento social, principalmente em regiões pobres como é o caso do Nordeste".

Para a presidente do Inep, Maria Helena Guimarães de Castro, as informações destacadas pelo estudo, que valoriza o papel da escola, são importantes, pois o sistema de ensino brasileiro está recebendo um conjunto de investimentos, por parte do Ministério da Educação, das Secretarias de Educação e da sociedade civil, que poderá trazer resultados ainda melhores nos próximos anos. "É na escola onde temos mais condições de intervir e isso fará diferença no futuro, principalmente para a redução das desigualdades sociais".

Estudo revela eficácia de algumas escolas

O estudo também identificou alguns aspectos dos estabelecimentos de ensino que os caracterizam como escolas eficazes, independente do nível socioeconômico de seus alunos. "Apesar do impacto da classe social no desempenho escolar não ser removido, o desempenho absoluto dos alunos provenientes da classe trabalhadora numa escola eficaz é maior do que o desempenho dos alunos provenientes da classe média em escola menos eficaz", aponta a pesquisa.

Essa diferença, segundo a pesquisa, representa uma adição de valores extras, como conhecimento, comportamento e atitude, aos alunos. O estudo também relata evidências, a partir de estudos internacionais, de que estabelecimentos de ensino, onde os alunos atingem melhores resultados, dispõem de sistemas internos de monitoramento do progresso dos alunos, das classes e da escola que contribuem para aumentar o enfoque no processo de ensino-aprendizagem.

Para os pesquisadores, o estudo é mais um instrumento que evidencia a importância do papel da escola principalmente em regiões mais carentes. "Essas características, que fazem com que uma escola seja mais eficaz, devem ser exploradas e, tanto quanto possível, servir de modelo para outras".

Salas com muitos alunos e reprovação dificultam aprendizado

As escolas de grande porte e com turmas numerosas estão associadas, de acordo com o estudo, a um pior desempenho de seus alunos. Isso é devido, possivelmente, segundo a opinião dos pesquisadores, às dificuldades administrativas provocadas pelo tamanho do estabelecimento de ensino e do número de alunos atendidos por ele.

O estudo também constatou que as escolas que apresentam maiores taxas de reprovação têm resultados de desempenho inferiores. O próximo passo da pesquisa será averiguar como as escolas lidam com os alunos repetentes e observar o impacto da adoção de políticas de promoção automática nos resultados escolares.

julho de 2001.

Escolas públicas destacam-se pela qualidade no ensino

Estudo mostra as razões que levaram dez escolas públicas, localizadas na periferia de grandes cidades, a terem um bom desempenho no Saeb

Alunos de escolas públicas, mesmo em condições adversas, como instalações simples e provenientes de famílias com dificuldades socioeconômicas, conseguem nível de desempenho nas provas de Matemática e Língua Portuguesa do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) superior à média dos estabelecimentos de ensino da região. O que faz com que esses estudantes de regiões carentes do País consigam brilhar nas provas?

Os ingredientes básicos são a dedicação de diretores e professores e a participação dos pais na vida escolar dos estudantes. Esse ambiente de compromisso com o sucesso no aprendizado eleva a auto-estima dos alunos, que superam suas dificuldades.

É o que mostra um estudo inédito encomendado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep/MEC) à Fundação Carlos Chagas e que foi realizado em dez escolas públicas de áreas pobres da região metropolitana das capitais do Pará, Pernambuco, São Paulo e Rio Grande do Sul, e do Distrito Federal, sendo dois estabelecimentos em cada unidade da Federação pesquisada.

Essas escolas estão localizadas nos municípios de Ananindeua e Belém (PA), Recife (PE), Osasco e Carapicuíba (SP) e Porto Alegre (RS) e na cidade-satélite de Ceilândia (DF). O estudo investigou o que há de singular em escolas cujos dados indicam bom desempenho de alunos com nível socioeconômico baixo.

Pesquisadores que, durante 30 dias, acompanharam o cotidiano dessas escolas, registraram que há um esforço na construção de um clima de acolhimento do aluno e dos pais por parte dos professores e diretores. Nelas, há um compromisso e empenho dos docentes em acompanhar o desenvolvimento das atividades dos alunos, corrigir e orientar as lições de casa, assegurando a compreensão dos conteúdos individualmente com incentivo à participação do estudante. Foi identificado ainda que o diretor busca sempre se atualizar, promover uma gestão participativa da comunidade escolar e articular esforços para oferecer boas condições de trabalho e de aprendizagem.

O estudo levou em conta os aspectos que sustentam a escola, como infra-estrutura, organização administrativa, recursos humanos, participação da comunidade, projeto pedagógico, formação de professores, programas de capacitação e políticas de valorização do magistério.

Para o ministro da Educação, Paulo Renato Souza, este estudo motiva duas ações do Ministério para este ano que são o Dia Nacional da Leitura, quando grandes personalidades brasileiras de todas as áreas vão visitar escolas públicas e ler para as crianças, e

o Dia Nacional da Família na Escola, quando, durante todo o dia, professores, diretores e alunos vão receber os pais para atividades, na escola, sociais e educativas.

O que faz a diferença

De acordo com o estudo, os estabelecimentos de ensino com as características dos dez pesquisados podem ser definidos como "Escolas Efetivas". Elas apresentam, segundo a pesquisa, um nível de desempenho de seus alunos que indica uma superação de suas dificuldades, suas fraquezas, evidenciando a construção de estratégias educativas bem-sucedidas que fortificam suas práticas, independente do nível socioeconômico de seus alunos, da remuneração de seus professores e de recursos sofisticados.

A escola efetiva articula suas potencialidades para vencer seus desafios e, assim, alcançar os melhores resultados. Mesmo apresentando dificuldades de infra-estrutura, formação de pessoal e falta de recursos pedagógicos, contam com professores disponíveis que, como dizem os alunos, "explica e ainda havendo dúvida faz favor de explicar de novo". Isso melhora a auto-estima dos alunos, facilita a aprendizagem e amplia oportunidades para os estudantes.

Qualidade do ensino é construída no dia-a-dia

De acordo com o estudo, a Escola Municipal Maria Heloísa de Castro, em Belém (PA), possui uma biblioteca bem iluminada e em bom estado de conservação e higiene. Há 1.379 livros em seu acervo, sendo que 1.247 são de literatura infanto-juvenil. Além de equipamentos pedagógicos, a biblioteca expõe esculturas e pinturas produzidas pelos próprios alunos.

Com nove salas de aula e 51 funcionários, a escola atende a 703 alunos de 1ª a 4ª séries em três turnos. "A procura por vagas é grande todos os anos", relatam os pesquisadores. Segundo a pesquisa, há uma integração na escola e existe abertura para que todos possam expressar suas opiniões. "As pessoas que trabalham na escola têm um ótimo humor", destaca.

Na Escola Estadual Professor Motta e Albuquerque, que atende a estudantes da 4ª à 8- série em Recife (PE), os pesquisadores descreveram como agradável o clima social entre os 521 alunos. Com um número considerado suficiente de funcionários, a escola tem uma biblioteca com 847 livros que foram doados pela comunidade. De acordo com o estudo, a escola tem uma política de gestão participativa que abre espaço aos moradores do bairro, que utilizam a quadra de esportes e promovem palestras educativas.

No Centro de Ensino 21 de Ceilândia, no Distrito Federal, foi identificado um ambiente de responsabilidade, profissionalismo e amizade entre todos os que participam da vida escolar. "Há um clima democrático, um interesse geral no que é feito para o bom desempenho dos estudantes em todas as tarefas empreendidas e um empenho para que nada falte aos alunos". A escola tem como missão possibilitar a todos os seus alunos o sucesso escolar.

A facilidade de comunicação é uma das principais características do relacionamento entre as pessoas que freqüentam a Escola Estadual Bahia, em Porto Alegre (RS), segundo o estudo da Fundação Carlos Chagas. "Todos se conhecem e acabam sabendo dos problemas e das dificuldades existentes na comunidade escolar. Todos tomam conhecimento dos fatos que acontecem na vida profissional e pessoal, tanto dos alunos como dos funcionários."

De acordo com a pesquisa, a direção da escola favorece uma atmosfera de diálogo de trabalho e preocupa-se com o bem-estar de toda a comunidade escolar. A equipe tem muita facilidade para expor suas sugestões e críticas e os professores cativam os alunos. Na escola, uma mãe de aluno preside o Conselho Escolar.

Na Escola Estadual Josué Mattos de Aguiar, em Carapicuíba (SP), o estudo mostrou que os problemas de infra-estrutura dessa escola não foram obstáculos para que os seus alunos obtivessem um bom desempenho no Saeb, principalmente pela sua organização. "Há uma relação quase familiar entre a comunidade escolar. A direção, os professores e funcionários preocupam-se com o bem-estar dentro e fora da escola e orgulham-se de afirmar que conhecem bem as famílias dos alunos."

Escolas pesquisadas

- Centro de Ensino Fundamental 21 - Ceilândia (DF)
- Escola Classe 6 - Ceilândia (DF)
- Escola Estadual Rômulo Majorana - Ananindeua (PA)
- Escola Municipal Maria Heloisa de Castro - Belém (PA)
- Escola Estadual Delmiro Gouveia - Recife (PE)
- Escola Estadual Professor Motta e Albuquerque - Recife (PE)
- Escola Estadual Bahia - Porto Alegre (RS)
- Escola Estadual Dr. Ferreira de Abreu - Porto Alegre (RS)
- Escola Estadual Josué Matos de Aguiar - Carapicuíba (SP)
- Escola Municipal Francisco Sá Carneiro - Osasco (SP)

8 de março de 2001.

Saeb revela perfil do ensino brasileiro

Avaliação mostra que níveis de desempenho no Brasil estão estáveis em comparação com avaliação realizada em 1997, embora haja tendência de queda nas médias

O Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb 1999) mostra que, no Brasil, os alunos avaliados na 4- e 8ª séries do ensino fundamental e na 3- série do ensino médio mantiveram-se nos mesmos níveis de desempenho em Matemática e Português, em comparação com o Saeb 1997. Os níveis de desempenho descrevem o que os alunos sabem e são capazes de fazer.

Estes resultados foram registrados no mesmo período em que há uma expansão acelerada no número de alunos na Educação Básica. Entre 1997 e 1999, o número de matrículas no ensino fundamental cresceu 5,4%, e no médio, 21,3%. Juntos, os dois níveis de ensino incorporaram 3,2 milhões de novos alunos. Atualmente a taxa de escolarização líquida indica que 96,1% das crianças entre 7 e 14 anos estão freqüentando o ensino fundamental, o que praticamente garante a universalização do acesso à educação. Em 1996, essa taxa era de 90,8%.

Ao mesmo tempo, houve uma redistribuição interna das responsabilidades dentro do sistema de ensino. Nos últimos anos, verificou-se queda na matrícula da rede privada, uma forte municipalização do ensino fundamental, principalmente nas quatro séries iniciais, e uma correspondente estadualização do ensino médio. É nesse contexto de mudanças complexas que os resultados do Saeb 1999 no Brasil mostram estabilidade nos níveis de desempenho.

"O Saeb confirma não só a incorporação de novos segmentos ao sistema educacional, como também a permanência dos alunos no sistema. Este continua a ser o grande desafio da educação básica no Brasil: desmontar o mito da velha escola pública de qualidade, restrita às elites, e construir a nova escola pública de qualidade, mais democrática e inclusiva,

capaz de incorporar de forma competente os historicamente excluídos da vida cidadã", afirma o ministro da Educação, Paulo Renato Souza.

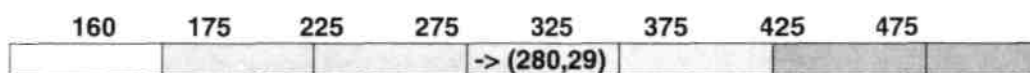
Os resultados do Saeb foram divulgados hoje, 28, pelo ministro da Educação e pela presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep/MEC), Maria Helena Guimarães de Castro.

Níveis de desempenho mostram o que alunos sabem e são capazes de fazer

O Saeb utiliza escalas de desempenho que são divididas em intervalos para descrever e comparar a *performance* dos alunos nas disciplinas avaliadas. As médias alcançadas pelos alunos se situam, de acordo com o seu valor, em um intervalo dentro da escala, chamado de nível de desempenho. Cada nível de desempenho é interpretado pedagogicamente e descreve o que o aluno é capaz de compreender e realizar.

O desempenho dos alunos está ordenado de forma crescente e cumulativa. Os alunos posicionados nos níveis que exigem maiores médias estão habilitados a resolver questões que requerem um conhecimento maior.

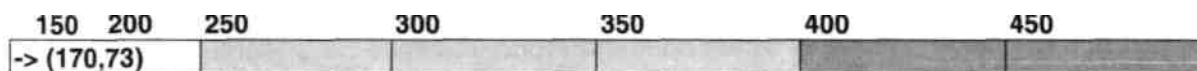
Escala de desempenho para Matemática



Os níveis de desempenho são intervalos da escala que descrevem o que os alunos sabem fazer. Em Matemática existem sete níveis de desempenho: de 160 até 175, de 175 até 225, de 225 até 275, de 275 até 325, de 325 até 375, de 375 até 425 e de 425 até 475.

Exemplo: no Saeb 1999, a média no Brasil para a 3- série do ensino médio, em Matemática, é de 280,29 e encontra-se no nível que vai de 275 a 325, quarto intervalo dentro da escala de desempenho.

Escala de desempenho para Língua Portuguesa



Em Português são cinco níveis de desempenho: de 150 até 200, de 200 até 250, de 250 até 300, de 300 até 350, de 350 até 400.

Exemplo: no Saeb 1999, a média no Brasil para a 4ª série, em Português, é de 170,73 e encontra-se no nível de 150 a 200, primeiro dentro da escala de desempenho.

Amostra envolveu mais de 360 mil alunos

A quinta edição do Saeb foi realizada de 25 a 29 de outubro de 1999, nas 27 unidades da Federação. Participaram 360,4 mil estudantes de 2.145 municípios. O teste é aplicado a cada dois anos para medir o desempenho dos sistemas de ensino nas disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Física, Química e Biologia.

Todos os estudantes responderam a um questionário socioeconômico e cultural, juntamente com 44,2 mil professores e 6,8 mil diretores de mais de 7 mil escolas públicas e privadas do País. "O Saeb fornece um diagnóstico detalhado da educação básica em todo o País, oferecendo informações técnicas e gerenciais que permitem monitorar a qualidade, a equidade e a efetividade dos sistemas de ensino. Seus resultados permitem, ainda, formular ações voltadas para a melhoria dos indicadores educacionais", explica a presidente do Inep.

Avaliação se consolida a partir de 1995

Em 1995, pela primeira vez desde da implementação do Saeb em 1990, todas as unidades da Federação e redes de ensino passaram a participar, voluntariamente, da avaliação. O ensino médio e a rede particular também começaram a ser avaliados. Com a expansão da amostra a todo o território brasileiro e para os dois principais níveis da Educação Básica, o Saeb se consolida.

Além do aumento na participação, o Saeb passou por significativas mudanças metodológicas e, desde 1995, examina conteúdos que abrangem todo o espectro curricular da Educação Básica. Também houve alteração na maneira de medir o desempenho, pois as provas clássicas, utilizadas anteriormente, não permitiam a comparabilidade dos resultados entre as séries avaliadas, nem a comparação temporal. Na avaliação de 1999, também foram incorporadas ao Saeb as disciplinas de História e Geografia.

"A possibilidade de se realizar comparações de desempenho dos alunos com os anos anteriores e entre as séries permite o acompanhamento da evolução dos resultados para monitorar as políticas educacionais e subsidiar ações de melhoria da qualidade", explica a presidente do Inep.

O reconhecimento da importância do Saeb vem dos próprios Estados que já desenvolvem processos de avaliação, mas utilizando como base a metodologia adotada pelo MEC. Secretarias de Educação do Acre, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Paraná, Bahia, Maranhão, Rondônia e Pernambuco assinaram com o Inep acordo de cooperação técnica para desenvolver e aperfeiçoar os sistemas estaduais de avaliação, de modo a permitir a comparação de seus resultados com as escalas do Saeb.

Alunos do Nordeste na 4ª série pioram desempenho em Matemática

No Brasil, a média em Matemática na 4ª série, em 1999, é de 181 e situa-se no primeiro nível de desempenho (175 a 225 pontos). Neste nível, os alunos têm domínio da adição e da subtração, compreendem situações do dia-a-dia e reconhecem figuras geométricas simples. Na avaliação anterior do Saeb, os resultados dos alunos estavam no mesmo nível, mas a média era de 190,80.

Alguns Estados registraram mudança no nível de desempenho em Matemática para essa série. Rondônia, Tocantins, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Sergipe, Bahia e Mato Grosso, que estavam em 1997 no nível de 175 a 225, apresentaram queda em 1999. Estão, agora, no nível mais baixo da escala, de 160 a 175, que se caracteriza, do ponto de vista pedagógico, pela capacidade de localizar objetos, compreender dados apresentados em gráficos de colunas e reconhecer figuras geométricas simples. Os outros Estados mantiveram a mesma posição nos níveis de desempenho.

Os resultados do Saeb 1999 para a 4ª série em Matemática mostram que foram principalmente os Estados da Região Nordeste que mudaram de nível de desempenho.

Só Minas Gerais cai de nível em Português na 4ª série

Em 1999, o desempenho dos alunos em Língua Portuguesa no Brasil manteve-se no mesmo nível observado em 1997, em todas as séries avaliadas. Na 4ª série do ensino fundamental o nível ficou estável na faixa de 150 a 200, apesar da média ter um decréscimo de 186,5 para 170,7 pontos.

De acordo com a metodologia do Saeb, no nível de 150 a 200, o primeiro de uma escala com cinco faixas, os estudantes desenvolvem a leitura com compreensão localizada de textos pequenos, com frases curtas em ordem direta, e com vocabulário e temática

próximos à sua realidade. Na 4ª série, os alunos de todos os Estados e do Distrito Federal mantiveram-se no nível de 150 a 200. A exceção foi Minas Gerais, que, em 1997, estava uma faixa acima, de 200 a 250, e caiu para o mesmo patamar das outras unidades da Federação.

Desempenho em Matemática e Português, na 8ª série, permanece estável

Na 8ª série do ensino fundamental a média nacional em Matemática, em 1999, é de 246,4, o que corresponde ao terceiro nível de desempenho, que vai de 225 a 275 pontos. O aluno que está nesse nível tem domínio das quatro operações com números naturais, identifica os elementos das figuras geométricas e consegue manipular o sistema monetário.

A situação dos Estados na análise por níveis é a mesma identificada na última avaliação: todos permaneceram classificados no terceiro nível de desempenho. Ou seja, do ponto de vista da aprendizagem, os alunos que participaram do teste demonstram as mesmas habilidades de dois anos atrás.

Em Língua Portuguesa, o nível de desempenho dos alunos da 8- série manteve-se na faixa 200 a 250, a mesma registrada em 1997. Já a nota média teve redução de 250 para 232,9 pontos. Neste nível, o segundo da escala, o desenvolvimento do estudante é parecido com a faixa anterior, mas ele demonstra capacidade de leitura com uma compreensão global.

Ao contrário de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso do sul, Goiás, Distrito Federal e Rio Grande do sul, que apresentaram queda no nível de desempenho em Língua Portuguesa na 8ª série, passando do nível da escala que vai de 250 a 300 para o nível de 200 a 250, os outros 19 Estados permaneceram na segunda faixa de desempenho, a mesma identificada em 1997.

Municipalização acontece sem perda de qualidade

Os resultados do Saeb sinalizam que o processo de municipalização do ensino fundamental, fortemente estimulado com a implementação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef), a partir de 1998, não prejudicou o desempenho dos alunos. Além da estabilidade no desempenho em Matemática e Língua Portuguesa de 4ª e 8ª séries, as redes municipais foram as que obtiveram menores quedas nas notas médias.

Na disciplina de Matemática, na 8ª série, o nível de desempenho da rede municipal estabilizou-se na faixa de 225 a 275. No Nordeste, houve melhoria de nível, passando da faixa de 175 a 225 para 225 a 275.

Na 4ª série, em Matemática, os dados apontam queda no nível de desempenho na rede estadual e estabilidade na rede municipal e particular. Mas, enquanto as redes estaduais e privadas tiveram redução em suas notas médias de 9,1 e 13,4 pontos, respectivamente, na rede municipal, o decréscimo foi de apenas 6,7 pontos.

No Nordeste, essa diferença é ainda mais significativa. Ao mesmo tempo em que a rede estadual tem queda de 11,1 pontos e a particular, 19,2 pontos, na rede municipal ela é de 5,8 pontos. A região tem 71,34% dos alunos matriculados na rede municipal em relação ao total de matrículas do ensino fundamental, a maior proporção em comparação com as outras regiões do País.

Os resultados do Nordeste são um bom exemplo do impacto positivo do Fundef sob o real desempenho das escolas. Entre 1998 e 1999, o Fundo aumentou em 111% o valor gasto por aluno/ano nos municípios do Nordeste e injetou 1,2 bilhão aos recursos na educação da rede municipal da região. O maior impacto observado, segundo resultados da pesquisa realizada pela Fipe/USP foi sobre o salário dos professores que teve um aumento médio da ordem de 49%.

Em Língua Portuguesa, no Brasil, tanto na A,- série quanto na 8-, a queda das notas médias também foi menor na rede municipal.

Rio de Janeiro melhora desempenho em Matemática na 3ª série

O Saeb 1999 mostra que os alunos da 3- série do ensino médio alcançaram em Matemática uma média, no Brasil, de 280,3 e estão no quarto nível da escala de desempenho, que vai de 275 a 325 pontos. Esse nível é caracterizado pelo domínio do sistema de numeração decimal, pela interpretação de dados apresentados em gráficos e pela capacidade de realização de cálculo de áreas por composição e decomposição.

O Estado do Rio de Janeiro foi o único que melhorou nos níveis de desempenho: passou da faixa de 225 a 275 para o nível acima. Os resultados comparativos mostram que Minas Gerais e Rio Grande do sul estavam no quinto nível de desempenho em Matemática, que vai de 325 a 425 pontos, e recuaram para um nível anterior, em 1999.

Ainda em relação à avaliação realizada em 1997, nove Estados pioraram, passando do quarto para o terceiro nível de desempenho: Amazonas, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia.

Maioria dos Estados mantém nível de desempenho em Português na 3ª série

Na 3- série do ensino médio, o nível de desempenho dos alunos em Língua Portuguesa no País estabilizou-se na faixa de 250 a 300, comparando a avaliação de 1999 e de 1997. Mas a nota média teve queda de mais de 17 pontos, passando de 283,9 para 266,6.

O Saeb estabelece que no nível de desempenho de 250 a 300, o terceiro da escala, o estudante demonstra capacidade de leitura para estabelecimento de relações coesivas entre partes de um texto, em textos de temática além da realidade imediata do aluno, com vocabulário de uso específico e períodos mais longos.

Onze Estados apresentaram queda no nível de desempenho em Língua Portuguesa na 3- série do ensino médio e os demais mantiveram a estabilidade. A redução foi identificada em Minas Gerais, Rio Grande do sul, Distrito Federal, Acre, Amazonas, Roraima, Pará, Tocantins, Maranhão, Rio Grande do Norte e Pernambuco.

Alunos da 3ª e 8ª séries têm desempenho semelhante

Os alunos da 3ª série do ensino médio do Norte e Nordeste apresentaram desempenho, em Matemática, semelhante aos da 8ª série do ensino fundamental dessas e das demais regiões brasileiras. Neste caso, os estudantes de ambas as séries ficaram localizados no nível de 225 a 275.

Esse descompasso não foi verificado na 8- série. Pelo contrário. O Maranhão, o único Estado que estava no nível 175 a 225, em 1997, subiu de nível, passando para a faixa de 225 a 275, e dessa forma integrou-se ao mesmo nível dos demais Estados.

Em Língua Portuguesa, o Saeb constatou que os alunos da 3ª série do Acre, Amazonas, Roraima, Pará, Tocantins, Maranhão, Rio Grande do Norte e Pernambuco tiveram o mesmo desempenho dos alunos da 8- série, localizando-se no nível de 200 a 250.

Essa tendência já vinha ocorrendo nos Saeb de 1995 e 1997. Ou seja, os resultados sugerem que o ensino médio vem agregando pouco conhecimento aos alunos em relação ao desempenho que alcançam na 8- série. Esse é um fenômeno internacional que tem chamado a atenção de especialistas e estimulado inúmeras reformas nos sistemas secundários de diferentes países como Argentina, Espanha, Inglaterra, França, Japão, entre outros.

"Também o Brasil começa a implementar uma ampla reforma no ensino médio, que tem como foco central as novas diretrizes curriculares e a reestruturação organizacional das escolas. Como toda reforma educacional de fôlego, os resultados do processo só serão percebidos a longo prazo", afirma a presidente do Inep.

Idade interfere no desempenho dos alunos

Quanto maior a defasagem da idade do aluno em relação à série que está matriculado menor será seu desempenho. Dados do Saeb confirmam que a distorção idade/ série é um dos principais fatores de influência na qualidade do ensino. Tanto no ensino fundamental como no ensino médio, os alunos que cursam a série correspondente à sua idade têm melhor aproveitamento.

Em Matemática, os alunos da 4ª série com 10 anos se encontravam no nível de desempenho de 175 a 225, os com idade acima de 14 anos estavam na faixa abaixo, de 160 a 175. Na idade adequada a nota média foi de 195 pontos, 14 pontos a mais que a média nacional e 32 acima da média obtida por estudantes com 14 anos ou mais.

Nas demais séries avaliadas, a diferença se mantém. Na 3ª série do ensino médio, os alunos com 17 anos ficaram no nível 275 a 325 e os com 21 anos ou mais, no nível de 225 a 275, representando uma diferença de média de 307,6 para 247,3 pontos.

A distorção idade/série também ajuda a explicar a diferença do desempenho regional no Saeb. Nas Regiões Sul e Sudeste o número de alunos na idade adequada à série é bem mais expressivo do que no Norte e Nordeste. Enquanto que 49% dos alunos na 4ª série do ensino fundamental do Sudeste têm 10 anos, idade adequada a série, no Nordeste este índice é de 23% e a média nacional é de 38%. Na 8ª série do ensino fundamental e na 3ª série do ensino médio verifica-se relação semelhante.

Uma das principais causas da distorção idade/série é a repetência, que ainda está em níveis elevados principalmente nas Regiões Norte e Nordeste. Os resultados do Saeb mostram que o aluno repetente, especialmente nas séries iniciais de sua vida escolar, apresenta desempenho mais baixo. "Sem repetência e com metodologias adequadas, o aluno tem mais chance de alcançar melhores resultados nas diversas disciplinas escolares", explica a presidente do Inep, Maria Helena Guimarães. Segundo ela, diversas avaliações têm mostrado que a repetência, ao invés de contribuir para a melhoria do desempenho, acaba por desestimular o aluno e levá-lo ao baixo aprendizado e ao abandono escolar.

Para Maria Helena, os dados comprovam que as políticas educacionais implementadas no País visando à correção de fluxo e combate à repetência e evasão devem ser mantidas. "O Saeb sinaliza que a superação da desigualdade regional na educação passa pela redução da distorção idade/série, que é condição indispensável à melhoria do desempenho acadêmico dos alunos e da efetividade do sistema educacional".

Com o objetivo de corrigir a distorção idade/série, o MEC instituiu, em 1997, o Programa de Aceleração de Aprendizagem, que destina recursos aos Estados e municípios para a capacitação de professores, a implementação de classes especiais e distribuição de material didático para alunos com mais de dois anos de defasagem idade-série. Até o ano passado, foram atendidos 1,2 milhão de alunos em classes instaladas em todos os Estados brasileiros.

Formação dos pais contribui no desempenho escolar dos filhos

O grau de escolaridade dos pais dos alunos está diretamente relacionado ao processo de aprendizagem. De acordo com o Saeb, os alunos da 4ª série, em Matemática, filhos de pais que nunca freqüentaram a escola, estão na faixa de desempenho abaixo

do nível nacional, independente da região brasileira. Em relação às médias, a nota dos alunos cujos pais nunca estudaram é 161,3 e a dos pais que têm nível superior, 200,2.

Em Língua Portuguesa, o grau de formação dos pais tem ainda mais influência. Na 4ª série do ensino fundamental e na 3ª série do ensino médio, só alcançam o nível acima da média nacional os alunos cujos pais possuem nível médio.

De acordo com a diretora de Avaliação da Educação Básica do Inep, Maria Inês Pestana, a escolaridade dos pais e outros aspectos socioeconômicos, como renda familiar, condições de moradia, acesso a bens culturais e de consumo, estão associados, no Brasil, a 70% das diferenças no desempenho dos alunos, enquanto em países desenvolvidos este índice chega a 90%. "Isto evidencia a importância da escola na vida do aluno brasileiro, principalmente para aqueles cujos pais têm baixo índice de escolaridade. A escola no Brasil faz muita diferença", alerta.

Meninos são melhores em Matemática, meninas em Português

Os dados do Saeb indicam que o desempenho dos alunos também está relacionado ao gênero: meninas têm melhores médias em Português e meninos, em Matemática. A maior diferença entre os sexos está na 3ª série de Matemática onde os homens têm 289,4 e as mulheres, 274,4.

Média de desempenho dos alunos segundo gênero, por série e disciplina
Brasil - Saeb/99

DISCIPLINA	SÉRIE	MASCULINO	FEMININO	SEM INFORMAÇÃO
Língua Portuguesa	4ª EF	167,26	174,74	149,24
	8ª EF	227,16	238,07	218,72
	3ª EM	260,36	271,06	250,29
Matemática	4ª EF	181,26	181,12	163,05
	8ª EF	252,88	240,82	219,86
	3ª EM	289,37	274,42	230,75

Fonte: MEC/Inep.

Programas do MEC asseguram qualidade do ensino

O Ministério da Educação desenvolve uma série de ações e programas visando à melhoria da qualidade da educação. "À luz dos resultados do Saeb, vejo que essas medidas, que beneficiaram principalmente os alunos de baixa renda, com o apoio dos Estados e municípios, representam um incentivo importante para a melhoria da qualidade no ensino. Ainda estamos muito longe do que queremos, mas, no atual quadro de expansão da matrícula, os indicadores poderiam estar piores sem essas políticas", avalia o ministro Paulo Renato.

Fundef

Implementado nacionalmente em 1ª de janeiro de 1998, o Fundef destina recursos à manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental e, particularmente, à valorização dos

professores. Em 1999, ele proporcionou ganhos financeiros a mais de 3.200 municípios e uma melhoria salarial média de 13% em favor dos profissionais em exercício nos sistemas estaduais e municipais do País, sendo que, no Nordeste, esses ganhos atingiram 49% na média das redes municipais.

Os professores, quando melhor remunerados, podem exercer dedicação profissional exclusiva ao magistério, o que é apontado nos estudos como fator positivo no desempenho dos alunos. O Saeb revela que alunos de professores com mais de uma atividade profissional apresentam desempenho inferior em relação a alunos de professores com dedicação exclusiva.

Programa Dinheiro Direto na Escola

Os dados do Saeb mostram que os recursos financeiros das escolas são importantes para o desempenho de seus alunos, uma vez que devem se converter em melhoria do espaço, dos recursos humanos e dos materiais disponíveis nas instituições de ensino.

O Programa Dinheiro Direto na Escola, implementado em 1995 vem atender à política de descentralização dos recursos públicos, para a melhoria da qualidade do ensino fundamental, possibilitando à escola gerenciar a verba que é depositada em sua própria conta corrente. Consiste na transferência de recursos financeiros em favor das escolas públicas do ensino fundamental e escolas de Educação Especial mantidas por organizações não-governamentais sem fins lucrativos.

Os recursos podem ser utilizados para aquisição de material permanente e de consumo, manutenção da unidade escolar, capacitação e aperfeiçoamento de profissionais da Educação, avaliação de aprendizagem, implementação de projeto pedagógico e desenvolvimento de atividades educacionais.

O programa destinou, no período 1996-1998, R\$ 845,1 milhões a estabelecimentos públicos e escolas de Educação Especial. Foram beneficiadas anualmente, em média, 134,7 mil escolas, sendo 87,7 mil nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e 47 mil nas Regiões Sudeste e Sul.

Em 1999, foram atendidas 42,5 mil escolas nas Regiões Sudeste e Sul e 96,4 mil nas demais regiões, atendendo a cerca de 32 milhões de alunos com o repasse de R\$ 299,1 milhões. Para o quadriênio 2000-2003, será conferida prioridade às Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, onde ocorreu grande expansão do número de matrículas no ensino fundamental. Prevê-se que, já em 2000, sejam beneficiadas 80% das escolas dessas regiões.

Pesquisa realizada pela Unicamp, em 1998, revela que 88% das escolas urbanas e 71% das escolas rurais públicas de ensino fundamental foram atendidas. A maioria dos diretores (95,7%) declarou-se satisfeita com o programa. Cerca de 94% avaliaram que a existência do programa e a autonomia da escola para administrar os recursos possibilitaram um melhor atendimento e 92% consideraram que o programa permite atender às necessidades mais urgentes da escola.

Programa do Livro Didático

Entre os fatores que influenciam positivamente o desempenho dos alunos está o uso do livro didático nas escolas. O Ministério da Educação vem aperfeiçoando desde 1995, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) que, por intermédio do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE), distribui, às escolas públicas de ensino fundamental, livros didáticos gratuitos para as disciplinas de Língua Portuguesa/

Alfabetização, Matemática, Ciências, Estudos Sociais/História e Geografia para todas as séries do ensino fundamental. O programa foi ampliado para atender a todas as séries do ensino fundamental.

Visando subsidiar as escolas na escolha de livros de qualidade, o Ministério da Educação promove, por meio da Secretaria de Educação Fundamental, a avaliação do livro didático, onde uma equipe de especialistas analisa a qualidade e classifica os livros que poderão ser escolhidos. O Ministério tem aprimorado a entrega dos livros às escolas sendo que, a partir de 2000, todas as escolas passam a receber os livros selecionados antes do início do ano letivo.

Segundo estudo realizado a partir dos resultados do Saeb, as escolas cujos diretores declararam não haver insuficiência de recursos financeiros, as médias de desempenho são sempre maiores do que as das escolas com recursos financeiros insuficientes.

Média de desempenho dos alunos, segundo utilização de livros didáticos como recurso pedagógico, por série e disciplina - Brasil - Saeb/99

DISCIPLINA	SÉRIE	DESEMPENHO SEGUNDO UTILIZAÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS	
		SIM, USO.	NÃO, A ESCOLA NÃO TEM OU TEM, MAS NÃO USA.
Língua Portuguesa	4ª EF	170,76	163,65
	8ª EF	232,68	217,96
	3ª EM	267,08	255,43
Matemática	4ª EF	181,57	175,69
	8ª EF	245,92	240,89
	3ª EM	281,18	261,82

Fonte: MEC/Inep.

Programa de Garantia de Renda Mínima

No primeiro ano de implementação, em 1999, o Programa de Renda Mínima, também conhecido como bolsa-escola, atendeu a cerca de 500 mil famílias de mil municípios. Recebem o benefício, no valor de R\$ 37,50, as famílias com renda familiar *per capita* inferior a meio salário mínimo e que têm filhos matriculados no ensino fundamental ou Educação Especial da rede pública.

Dos recursos repassados às famílias, 50% são transferidos pelo governo federal aos municípios e o restante é de responsabilidade das próprias prefeituras. Este ano, alunos de cerca de 1,6 mil municípios estão atendidos pelo programa, que abrangerá mais de três mil cidades no ano que vem e mais de cinco mil, em 2002.

Programas voltados para a melhoria da infra-estrutura escolar

A infra-estrutura da escola (salas de aula, biblioteca, laboratórios, quadra de esportes e sala de professores), seu estado de conservação e a existência e uso de equipamentos, tais como retroprojeter, computadores, televisão e vídeo, também são fatores associados ao desempenho dos alunos. O Ministério da Educação vem desenvolvendo diversas ações ligadas ao aperfeiçoamento da infra-estrutura e dos equipamentos das escolas.

Média de desempenho dos alunos, segundo infra-estrutura e condições gerais da escola - Brasil - Saeb/99

DISCIPLINA	SÉRIE	DESEMPENHO SEGUNDO INFRA-ESTRUTURA E CONDIÇÕES GERAIS DA ESCOLA			
		PÉSSIMA/RUIM	RAZOÁVEL	BOA	ÓTIMA
Língua Portuguesa	4ª EF	162,98	161,54	171,47	187,49
	8ª EF	227,78	223,98	231,78	250,09
	3ª EM	251,43	252,84	263,25	296,66
Matemática	4ª EF	170,21	171,03	182,54	198,85
	8ª EF	244,14	237,11	242,38	270,72
	3ª EM	265,18	266,56	275,11	315,41

Fonte: MEC/ Inep.

Projeto Fundescola - Atua nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil, financiando, entre outras atividades, obras para adequação dos prédios escolares, manutenção e aquisição de equipamentos e mobiliário. Em 1999 foram atendidas 91.113 escolas e a meta prevista para 2000 é incorporar 13.477 unidades ao projeto, que deve beneficiar 202.531 escolas até 2003.

Programa Nacional de Biblioteca na Escola (PNBE) - Distribui obras literárias juvenis e infantis, além de obras de referência como enciclopédias e dicionários, às escolas públicas de ensino fundamental cadastradas no Censo Escolar que tenham mais de 500 alunos. Além das publicações, são entregues às escolas um *Manual Básico* com orientações de como instalar e administrar a biblioteca e um *Manual Pedagógico*, dirigido aos professores, com informações sobre autores, movimentos literários e sugestões de atividades. Foram investidos R\$ 17,4 milhões, beneficiando 10,8 milhões de alunos de 1ª a 4ª série do ensino fundamental.

ProInfo - Instituído em 1997, é um programa educacional que introduz novas tecnologias de informação e comunicação na escola pública, contando com a parceria das Secretarias Estaduais de Educação. O programa visa instalar cem mil computadores, atendendo a 7,5 milhões de alunos em seis mil escolas, implementar 200 Núcleos de Tecnologia Educacional (com cinco mil computadores) e capacitar mil professores e 6.600 técnicos de suporte.

Média de desempenho dos alunos, segundo utilização de computadores pelos alunos como recurso pedagógico, por série e disciplina - Brasil - Saeb/99

DISCIPLINA	SÉRIE	DESEMPENHO SEGUNDO UTILIZAÇÃO DE COMPUTADORES PELOS ALUNOS	
		SIM, USO.	NÃO, A ESCOLA NÃO TEM OU TEM, MAS NÃO USA.
Língua Portuguesa	4ª EF	186,59	167,13
	8ª EF	236,45	229,02
	3ª EM	272,40	262,07
Matemática	4ª EF	200,29	177,63
	8ª EF	254,48	241,26
	3ª EM	285,95	273,22

Fonte: MEC/Inep.

Qualificação dos professores - A formação do professor e o grau de escolaridade também aparecem como fatores de que interferem no desempenho dos alunos. Quanto maior a escolaridade, melhor o desempenho. O MEC vem desenvolvendo uma série de ações voltadas à formação de professores.

Formação de professores para o ensino fundamental - Programa de Formação de Docentes em Exercício (Proformação). Na modalidade de ensino a distância, o Proformação é um curso de magistério, em nível médio, com duração de dois anos. É dirigido aos professores que, sem formação específica, lecionam nas quatro primeiras séries do ensino fundamental e nas classes de alfabetização das redes públicas das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Parâmetros em Ação - Este programa tem como objetivo apoiar e incentivar o desenvolvimento profissional de professores de forma articulada com a implementação dos *Parâmetros Curriculares Nacionais*. O material - impresso e em disquetes - está sendo distribuído pelo MEC aos sistemas de ensino e propõe atividades planejadas para serem realizadas em um contexto de formação continuada.

Referenciais para formação de professores - Sua finalidade é provocar e, ao mesmo tempo, orientar transformações na formação de professores, por parte das instituições responsáveis, no sentido de incrementar a qualidade da prática docente. A formação de professores é pensada a partir das demandas da melhoria da qualidade da educação escolar de crianças, jovens e adultos e das discussões atuais sobre as especificidades do trabalho profissional do professor.

Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM) - Em 1999, foram distribuídos 30 mil exemplares a todas as escolas públicas e privadas de ensino médio do País, Secretarias e Conselhos de Educação dos Estados e do Distrito Federal, universidades, sindicatos de professores e associações de editores e autores de livros didáticos.

Os quatro volumes dos PCNEM contêm as Bases Legais do Novo Ensino Médio e os documentos referentes às três áreas do currículo. Cada escola recebe um conjunto completo para servir de registro e apoiar o planejamento dos professores. Os PCNEM também estão disponíveis em disquete (cinco mil) e em CD-ROM (três mil).

Os *Parâmetros* constituem um importante instrumento de formação continuada dos professores, orientando-os na compreensão da nova proposta curricular e na nova concepção de aprendizagem presente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e nas *Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio* e apoiando-os na construção das propostas pedagógicas das escolas.

Capacitação pelo TV Escola

O Programa TV Escola tem desenvolvido um vasto material de apoio didático e de capacitação dos professores do ensino fundamental e médio. O TV Escola transmite, diariamente, quatro horas de programação inédita, dirigida a professores de escolas públicas de ensino fundamental e médio, auxiliando no planejamento pedagógico e servindo como recurso didático em sala de aula. A transmissão é feita por meio de sinal via satélite para todo o País.

O programa beneficia 56.770 escolas de ensino fundamental com mais de cem alunos, envolvendo cerca de um milhão de professores e 29 milhões de alunos. Para que as escolas sintonizem o canal de Educação da TV Escola, o MEC distribuiu o *kit* tecnológico que inclui um televisor, um aparelho de videocassete, uma antena parabólica, um receptor de satélite e dez fitas. Os *kits* são adquiridos com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE/MEC), que são repassados às Secretarias Estaduais ou Municipais de Educação para atendimento às escolas.

Além do programa *Salto para o Futuro*, que entre 1996 e 1999 capacitou 965.231 professores do ensino fundamental, a TV Escola também veicula, semanalmente, programas de apoio à reforma do ensino médio. A série *Como Fazer?* apresenta documentários com

sugestões de atividades apresentadas por professores, nas três áreas do currículo do ensino médio. Os programas trazem conteúdos para a atualização dos professores e orientações para um trabalho contextualizado e interdisciplinar.

O programa *Ensino Legal* é dedicado ao debate sobre a Reforma do Ensino Médio. Na sua fase atual, traz uma entrevista e um debate sobre os princípios da reforma e exemplos de experiências de implementação. A série -Acervo mostra documentários de longa-metragem que podem ser usados também em sala de aula.

Além de produzir material, o MEC vem organizando uma série de encontros de assistência técnica com as equipes das secretarias estaduais, a fim de orientar e monitorar o trabalho das escolas, no uso dos vídeos na formação continuada dos professores.

Média de desempenho dos alunos, segundo utilização de fitas de vídeo educativas como recurso pedagógico, por série e disciplina - Brasil - Saeb/99

DISCIPLINA	SÉRIE	DESEMPENHO SEGUNDO UTILIZAÇÃO DE VÍDEOS EDUCATIVOS	
		SIM, USO.	NÃO, A ESCOLA NÃO TEM OU TEM, MAS NÃO USA.
Língua Portuguesa	4ª EF	173,05	159,62
	8ª EF	232,84	227,31
	3ª EM	267,55	259,04
Matemática	4ª EF	183,32	172,02
	8ª EF	246,08	244,07
	3ª EM	281,68	274,36

Fonte: MEC/Inep.

28 de novembro de 2000.

Nordeste melhora desempenho no Saeb/97

A análise comparativa dos resultados do Saeb (Sistema de Avaliação da Educação Básica) de 1995 e 1997 mostra que os alunos dos Estados da Região Nordeste estão melhorando seu desempenho em Matemática e Português.

Enquanto os alunos da 4- e da 8ª séries do ensino fundamental e da 3ª série do ensino médio, do Nordeste, elevaram seus níveis de proficiência nessas disciplinas, o rendimento dos alunos da Região Sudeste caiu, apesar do excelente resultado obtido por Minas Gerais no exame.

Mesmo com esse desempenho, os resultados do Nordeste continuam sendo os mais baixos do País, juntamente com a Região Norte.

O Saeb foi realizado nos dias 27, 30 e 31 de outubro de 1997, em 26 Estados e no Distrito Federal. A avaliação é feita pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep).

Participaram do levantamento, alunos, professores e diretores de escolas da 4ª e da 8ª séries do ensino fundamental e da 3ª série do ensino médio. Ao todo, foram 167.196 alunos, 13.267 professores e 2.302 diretores.

Os alunos da 4ª e da 8ª séries responderam questões nas áreas de Língua Portuguesa, Matemática e Ciências. Os da 3ª série do ensino médio responderam questões de Língua Portuguesa, Matemática, Física, Química e Biologia.

Matemática

Numa escala de proficiência de zero a 400 pontos, os alunos nordestinos da 4ª série do ensino fundamental atingiram, em Matemática, uma média de 181, contra 179 na avaliação de 1995. A média nacional manteve-se estabilizada em 191 pontos.

Na 8ª série, os alunos nordestinos obtiveram a média de 240 pontos, em 1997, contra 232, em 1995.

Foi na 3- série do ensino médio, entretanto, que houve um avanço estatisticamente significativo no desempenho da Região Nordeste. A proficiência média variou de 261 para 290 pontos.

Esse resultado fez com que, entre os concluintes do ensino médio, a Região Nordeste superasse, em Matemática, a média dos Estados do Sudeste, de 283 pontos, e da Região Norte (270), ficando atrás somente das Regiões Centro-Oeste (302) e Sul (310).

Nas demais regiões, o resultado permaneceu estável. A única exceção foi a Região Sul, onde a média de proficiência em Matemática, na 3- série do ensino médio, cresceu de 291 para 310 pontos.

"O funil socioeconômico, que faz com que o sistema educacional de nível secundário seja menos massificado no Nordeste do que no Sudeste, pode estar fazendo a diferença", avalia o ministro da Educação, Paulo Renato Souza. Mesmo assim, o ministro vê como "um bom sinal" a melhoria de rendimento escolar do Nordeste.

Português

Em Língua Portuguesa, há poucas alterações nas médias de proficiência das regiões entre o Saeb de 1995 e o de 1997. A Região Nordeste novamente se destaca na 8ª série do ensino fundamental e na 3- série do ensino médio.

Na 4ª série, nenhuma região registrou aumento ou queda significativa. A média nacional manteve-se estável, oscilando negativamente de 188 para 186 pontos.

Entre os alunos de 8- série, os nordestinos voltaram a melhorar seu desempenho, de 230 para 241 pontos. Houve queda de desempenho na Região Sudeste, de 267 para 251 pontos. Nas demais regiões, os resultados continuaram estabilizados.

A proficiência dos concluintes do ensino médio apresentou oscilação negativa no resultado nacional: baixou de 290 para 284 pontos. A média da Região Nordeste oscilou positivamente de 266 para 276 pontos, numa escala de zero a 325, ficando na frente da Região Sudeste também em Língua Portuguesa. No Sudeste, o desempenho voltou a cair, de 299 pontos para 283.

Sobe e desce

Os Estados que tiveram uma diminuição significativa em suas médias de Matemática, de um Saeb para outro, foram Roraima e Distrito Federal, na 4ª série, e Roraima, São Paulo e Distrito Federal, na 8- série do ensino fundamental. Na 3ª série do ensino médio, nenhum Estado teve queda em sua *performance*.

Os Estados que registraram aumento na média de proficiência em Matemática, na 8ª série, foram Santa Catarina e Mato Grosso do Sul e o conjunto da Região Nordeste. Na 4ª série, nenhum Estado aumentou sua média. Houve crescimento da média de proficiência, na 3ª série do ensino médio, nos Estados da Bahia, Ceará, Mato Grosso do sul, Minas Gerais, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Em Português, a média de proficiência baixou de um Saeb para outro, na 4ª série do ensino fundamental, nos Estados do Rio de Janeiro, Goiás, no Distrito Federal e no conjunto da

Região Centro-Oeste. A média nacional caiu na 8- série, impulsionada pelo fraco desempenho do Espírito Santo, São Paulo e Sergipe. O resultado negativo se repetiu também na 3ª série do ensino médio nos Estados de São Paulo e Sergipe e na média nacional.

Houve aumento da média de proficiência em Português, na 4ª série, apenas no Estado de Minas Gerais, primeiro colocado no Saeb/97. Na 8- série, a média de proficiência cresceu em Rondônia e no conjunto da Região Nordeste. Na 3- série do ensino médio, o crescimento ocorreu em Minas Gerais, Pernambuco e Piauí e no conjunto da Região Nordeste.

"É importante destacar que, para efeito de comparação, os resultados de proficiência obtidos no Saeb de 1997 foram *calibrados* para possibilitar o cruzamento com os resultados do exame realizado em 1995. Por isso, seus resultados são diferentes dos apresentados no Saeb/97", explica o ministro da Educação.

Minas e Paraná são os destaques do Saeb/97

Os Estados de Minas Gerais e do Paraná são os destaques do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), em 1997.

Os alunos mineiros ficaram em primeiro lugar, com a maior média de proficiência em Ciências, Matemática e Língua Portuguesa, na 4ª série do ensino fundamental e na 3- série do ensino médio. Os paranaenses ficaram em primeiro lugar, nas três disciplinas, na 8ª série do ensino fundamental.

Em uma escala de proficiência de zero a 400 pontos, os alunos mineiros da 4ª série somaram 200 pontos em Ciências, 209 em Matemática e 193 em Português. A média nacional foi de 181 pontos em Ciências, 187 pontos em Matemática e 165 em Português.

Na 3ª série do ensino médio, a média de proficiência dos alunos mineiros alcançou 338 pontos em Biologia, 339 em Física, 344 pontos em Química, 344 em Matemática e 321 em Português.

A média nacional foi de 298 pontos em Biologia, 290 em Física, 297 em Química, 307 pontos em Matemática e 293 em Português.

A média dos alunos paranaenses, na 8ª série do ensino fundamental, atingiu 263 pontos em Ciências, 264 pontos em Matemática e 261 em Português. A média nacional ficou em 250 pontos em Ciências, 250 em Matemática e 250 em Português.

O desempenho dos alunos de todos os Estados das Regiões Norte e Nordeste ficou abaixo da média nacional na 4ª e na 8- séries do ensino fundamental, em que pese a melhora de rendimento da Região Nordeste em relação ao exame de 1995.

Ultrapassaram a média nacional em Biologia, Física e Química, os alunos da 3ª série do ensino médio dos Estados da Bahia, Ceará, Piauí e Sergipe. O Pará também ultrapassou a média nacional em Química.

Em Matemática, apenas os alunos da Bahia, Ceará e Sergipe superaram a média nacional. Ficaram acima da média nacional em Português, somente os alunos da Bahia e do Sergipe.

Resultados revelam descompasso entre o conteúdo proposto e o aprendido

Os resultados do Saeb/97 revelam um descompasso entre o conteúdo proposto e o que é efetivamente aprendido pelos alunos.

Em geral, os alunos da 8ª série dominam conteúdos da 4ª série e os alunos da 3- série do ensino médio dominam conteúdos da 8ª série do ensino fundamental.

Pouco mais da metade (55,6%) dos alunos da 4ª série do ensino fundamental são capazes de resolver problemas simples de Matemática, como de adição e subtração de números naturais. Este é o desempenho mínimo que se espera dos alunos nesta série escolar.

Apenas 10,9% dos alunos da 4ª série e 47,6% da 8ª série alcançaram o nível 250 de proficiência, que é desejável, em Matemática, para quem está encerrando o primeiro ciclo do ensino fundamental. Neste nível, os alunos devem ser capazes de estabelecer relações entre os valores de cédulas e moedas e resolver situações de pagamento e troco. Também não alcançaram este nível de proficiência 12,8% dos alunos da 3ª série do ensino médio.

O nível 400, que traduz o que é considerado mínimo no currículo escolar ao final da escolaridade básica, é superado por apenas 5,3% dos alunos da 3ª série do ensino médio.

Em Língua Portuguesa, os resultados do Saeb mostram que menos da metade (42%) dos alunos da 4ª série são capazes de, por exemplo, localizar uma informação em um texto e recuperá-la, posteriormente, para continuar a leitura. Esta habilidade é desenvolvida por 92,1% dos alunos da 8ª série, porcentual que pode ser considerado satisfatório.

No que se refere à leitura, interpretação de textos curtos e pontuação, apenas 8,8% dos alunos da 4ª série e 51,8% da 8ª série demonstram possuir essa capacidade, desenvolvida por 80% dos que estavam concluindo o ensino médio.

A pouca efetividade do currículo proposto em Língua Portuguesa aparece nos resultados da 3ª série do ensino médio, onde apenas 26,3% dos alunos são capazes de ler e interpretar textos curtos de certa complexidade.

É na aprendizagem de Ciências, contudo, que os alunos brasileiros da 4ª e da 8ª séries obtêm melhor desempenho. Na 4ª série, 52% dos alunos conseguem interpretar pequenos textos e observar figuras para identificar elementos do cotidiano relacionados ao ambiente ou à vida humana. Esse nível de proficiência é alcançado por 94% dos alunos da 8ª série.

Mas o conteúdo mínimo em Ciências, proposto para um aluno de 6ª série, só é ultrapassado por 48% dos alunos da 8ª série. O nível esperado para quem está cursando a 8ª série, é atingido por apenas 10% dos alunos dessa série.

Poucos alunos chegam aos níveis mais altos de proficiência (325 e 400) em Ciências, quando esta se subdivide em Biologia, Física e Química. Menos de 5% dominam conceitos científicos de temas, como temperatura, poluição e cadeia alimentar.

"Os resultados refletem problemas de aprendizagem, indicando que, ou o conteúdo proposto está ausente das salas de aula, ou existe um alto nível de expectativa criado por nossos currículos escolares", afirma a presidente do Inep, Maria Helena Guimarães de Castro.

Para superar esse quadro, Maria Helena diz que o País deve investir pesado na formação e estimular a reciclagem da prática dos professores, em especial nas séries iniciais do ensino fundamental. "É preciso transformar os alunos no foco do sistema", afirma.

Segundo a presidente do Inep, é nas séries iniciais do ensino fundamental que se encontra a maioria dos docentes leigos e sem curso superior. Esses professores carecem de programas específicos de capacitação e formação profissional.

Maria Helena defende ainda a atualização dos conteúdos pedagógicos aos novos parâmetros curriculares nacionais.

Problema se repete em outros países

O descompasso entre o currículo proposto e o aprendido pelos alunos, revelado pelo Saeb/95 e confirmado pelo Saeb/97, não é um problema que se restringe ao sistema educacional brasileiro. Na maioria dos países, isso se repete.

Numa avaliação feita na Espanha, dentro de uma escala de proficiência de zero a 500 pontos, os alunos de 16 anos de idade somaram 271 pontos em compreensão de leitura, 267 em regras lingüísticas e literatura, 263 em Matemática, 267 em Ciências e 270 em Geografia e História.

O desempenho dos alunos em um teste internacional para medir a qualidade do ensino - o Terceiro Estudo de Matemática e Ciências (Timss), de 1994 - também prova que poucos alunos de diferentes países assimilam tudo que os currículos escolares propõem.

Numa escala de proficiência de zero a 800 pontos, os alunos de 13 anos de idade somaram, em média, na prova de Ciências, entre 400 e 500 pontos. No Canadá, a média conquistada pelos alunos da 8ª série do ensino primário, foi de 531 pontos, na Dinamarca (478), na França (498), na Inglaterra (552), em Portugal (480), na Bélgica (471) e nos Estados Unidos, 534 pontos.

Maior investimento não se traduz em resultados

Como demonstram pesquisas internacionais, não há uma associação direta entre gasto aluno/ano e salário dos professores com o desempenho dos alunos.

É o que demonstra a comparação da média de proficiência dos alunos no Saeb/97 com o valor *per capita* do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) e o salário médio pago aos professores em todas as unidades da Federação.

O investimento *per capita* do Fundef por aluno/ano matriculado no ensino fundamental, é de R\$ 355,00, em Minas Gerais. O salário médio dos professores mineiros de 1ª a 4ª série, de acordo com o Censo do Professor de 1997, era de R\$ 480,32.

Mesmo tendo o menor valor *per capita* do Fundef da Região Sudeste por aluno/ano (Espírito Santo, R\$ 576,00, Rio de Janeiro, 605,00, e São Paulo, R\$ 678,00) e pagando um salário médio aos professores menor que o Estado de São Paulo (R\$ 750,89), por exemplo, Minas Gerais obteve o melhor rendimento nacional no Saeb, na 4ª série do ensino fundamental.

Na 3- série do ensino médio, o salário médio dos professores mineiros (R\$ 720,24) é menor que o de São Paulo (767,34), mas os alunos de Minas ficaram novamente na primeira colocação.

Entre os Estados do sul, o Paraná, embora pague os maiores salários da região aos professores (Paraná, R\$ 693,78, Rio Grande do sul, R\$ 521,24, e Santa Catarina, R\$ 473,36), tem o menor valor *per capita* do Fundef, de R\$ 417,00 (Rio Grande do sul, R\$ 552,00 e Santa Catarina, R\$ 483,00). Entretanto, seu rendimento no Saeb na 8ª série do ensino fundamental ficou acima do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.

"O investimento por si só não melhora a educação. O que melhora a educação é o investimento bem feito, aquele que dá continuidade às políticas educacionais, que promove a capacitação dos professores e que inova na gestão escolar e nas práticas pedagógicas", diz o ministro da Educação.

Escolaridade dos pais influencia o desempenho dos alunos

O desempenho dos alunos varia de acordo com a escolaridade dos pais. Filhos de pais e mães com formação superior têm rendimento médio acima de alunos cujos pais possuem pouca ou nenhuma instrução.

Observando-se as médias de proficiência do Saeb/97, nota-se que o desempenho dos alunos cresce à medida que se eleva o grau de escolarização do pai e da mãe, em todas as séries, disciplinas e em todas as redes de ensino.

Mas o cruzamento do nível de escolaridade dos pais com a rede de ensino traz uma revelação surpreendente: o desempenho dos filhos de pais sem escolarização, nas escolas privadas, fica acima dos filhos de pais com escolaridade superior e que freqüentam as escolas públicas.

Em Matemática, o rendimento dos alunos da 4ª série das escolas públicas cujos pais têm nível superior, iguala-se ao dos alunos de escolas privadas, cujos pais possuem pouca ou nenhuma formação.

Dessa forma, os filhos de mães com o superior completo, que estudam em escolas públicas municipais, somam na escala de proficiência do Saeb 189 pontos, contra 181 dos filhos de mães sem nenhuma escolaridade, que estudam em escolas privadas.

Os filhos de pais com o ensino fundamental incompleto, que estudam em escolas privadas, têm média de proficiência de 196 pontos, maior que a dos filhos de pais com formação secundária completa, que estudam em escolas da rede pública estadual.

De acordo com o Saeb/97, qualificação, salário e carga horária do professor também são determinantes no aprendizado dos alunos. Os alunos de professores mais qualificados e bem pagos e dos que se dedicam em regime de dedicação exclusiva, saíram-se melhor na avaliação.

Meninos saem melhor em Matemática; meninas, em Português

Os dados do Saeb confirmam: embora a diferença seja pequena, os meninos têm desempenho melhor que as meninas em Matemática: 188 pontos contra 185 na 4ª série; e 256 contra 245 na 8ª série.

As meninas, contudo, superam os meninos na 3- série do ensino médio: 295 contra 290.

Em Português, as meninas estão à frente dos meninos: 171 contra 159 na 4ª série; 252 contra 247 na 8- série; e 295 contra 290 na 3ª série do ensino médio.

Computador em casa ou na escola auxilia na aprendizagem

Os alunos que têm acesso ao computador, em casa ou na escola, destacam-se dos demais no Saeb/97, em todas as séries e disciplinas avaliadas.

Os alunos da 4ª série que disseram possuir computador em sua residência, obtiveram proficiência média de 213 pontos em Matemática, contra 183 dos que afirmaram não possuir o equipamento.

Quem disse ter acesso ao computador na escola obteve 221 pontos, contra 186 de quem afirma não ter usado e 179 de quem disse que sua escola não possui o equipamento.

Entre os alunos da 8- série que disseram possuir computador em casa, a média de proficiência, em Ciências, foi de 275 pontos, contra 243 daqueles que afirmaram não ter o equipamento. O uso do equipamento na escola rendeu média de 287 pontos, bem acima dos 247 obtidos pelos alunos que não têm acesso ao computador em sala de aula.

O uso do computador impulsionou o desempenho, inclusive, dos alunos de Português da 3ª série do ensino médio. Os que informaram possuir computador em casa alcançaram média de 311 pontos, contra 286 de quem não o utiliza. Os que têm acesso ao equipamento na escola registraram média de 307 pontos, contra 295 dos que disseram não ter.

Alunos repetentes aprendem menos

Quanto ao desempenho dos alunos que estão fora da idade apropriada para a série que estão cursando, os resultados mostram que há uma perda de proficiência, à medida que aumenta a distorção idade-série.

Confirmando tendências apontadas em levantamentos anteriores, a proficiência dos alunos da 4ª série diminui à medida que avança a idade. A queda do desempenho ocorre em todas as disciplinas, séries e regiões.

A média brasileira, em Matemática, obtida pelos alunos da 4ª série, segundo a idade, é a seguinte: 10 anos (205 pontos); 11 anos (188); 12 anos (171 pontos); 13 anos (168); 14 anos (165); e 15 anos (164).

Na 8ª série, a média brasileira em Matemática apresenta a seguinte variação, segundo a idade, na escala de proficiência: 14 anos (279 pontos); 15 anos (239); 17 anos (227); 18 anos (226); e 19 anos (218).

Ao término do ensino médio, a proficiência média, em Matemática, segundo a idade, é de: 17 anos (331 pontos); 18 anos (307); 19 anos (292); 20 anos (287); 21 anos (272); e 22 anos (276).

Nota-se, portanto, que os alunos com 10 anos de idade obtêm maior desempenho na 4ª série; os de 14 anos, maior média na 8- série e os de 17 anos, também se destacam entre os que estão cursando a 3ª série do nível secundário. Ambos estão com a idade adequada para a série que cursam.

"Corrigindo o problema da distorção idade-série, que atinge 46,7% dos alunos do ensino fundamental e 53,9% dos alunos do ensino médio, certamente a média de proficiência do Saeb vai subir", acredita a coordenadora da avaliação, Maria Inês Pestana.

Estudantes das capitais alcançam média maior que os do interior

A proficiência média dos alunos das capitais supera a dos alunos do interior em todas as séries, disciplinas e regiões.

Na média do Brasil, por exemplo, a proficiência dos alunos da 4ª- série em Português, é de 172 nas capitais e de 163 pontos no interior; em Ciências, é de 188 a 178 pontos; e em Matemática, a vantagem das capitais sobre o interior é de 194 a 185 pontos.

Ainda na 4ª série do ensino fundamental, a proficiência média dos alunos do interior, da Região Sudeste, é 173 pontos em Português, contra 169 de pontuação média dos alunos de todas as capitais da Região Nordeste e 153 das capitais dos Estados da Região Norte.

Na 8- série do ensino fundamental, a vantagem é de 258 a 247 pontos para as capitais, em Matemática; 258 a 247 em Português; e 257 a 247 em Ciências. Em Matemática, os alunos do interior na Região sul alcançaram 258 pontos contra 261 atingido por alunos de escolas localizadas nas capitais da Região Centro-Oeste.

Os alunos das capitais voltam a superar, em rendimento, os do interior na 3ª série do ensino médio, por 310 a 305 pontos, em Matemática; 298 a 290 em Português; 304 a 295 em Biologia; 292 a 289 em Física; e 301 a 294 em Química.

Nesta última disciplina, os alunos do interior da Região sul têm proficiência média de 315 pontos, contra 292 dos alunos de capitais da Região Sudeste.

Alunos das escolas privadas superam os da rede pública

De forma geral, os alunos das escolas privadas, em todas as séries, disciplinas e regiões, apresentam proficiências mais elevadas do que os alunos da rede pública.

O desempenho médio dos alunos das escolas privadas é sempre superior ao das públicas municipais e estaduais.

Na 4ª série, o desempenho médio dos alunos em Matemática é 183 pontos na rede pública estadual, 177 na rede pública municipal e 230 na rede privada. Em Português, a média é de 162,153 e 212, respectivamente. E em Ciências, de 177,171 e 224, pela ordem.

A proficiência média em Matemática, na 8- série, é de 241 pontos na rede pública estadual, 239 na rede pública municipal e 301 na rede privada. Em Português, os valores são, respectivamente: 244, 242 e 287. Na disciplina de Ciências, a média dos alunos da rede pública estadual é de 243 pontos, da pública municipal, 240, e da rede privada, 294 pontos.

O resultado obtido pelos alunos das escolas públicas municipais ultrapassa, em todas as disciplinas, o das escolas públicas estaduais na 3- série do ensino médio.

Mas o percentual de alunos da 3- série do ensino médio nas escolas públicas municipais é insignificante.

A proficiência média em Matemática dos alunos que estão concluindo a 3ª série do ensino médio alcançou 291 pontos na rede pública estadual, 311 na rede pública municipal e 349 pontos na rede privada. Em Português, a média ficou em 282, 293 e 324, respectivamente. Em Biologia: 282, 304 e 347, pela ordem. Em Física: 273, 295 e 341 e, em Química, 281, 298 e 343.

O Saeb 197 em números

O Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) foi aplicado nos dias 27, 30 e 31 de outubro do ano passado, em uma amostra nacional de alunos representativa do País e de cada uma das 27 unidades da Federação.

A avaliação é feita a cada dois anos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep).

Participaram da avaliação, 167.196 alunos de 1.933 escolas públicas e privadas. A distribuição, por série, de alunos, turmas, professores e diretores que participaram do Saeb/97 pode ser vista na tabela abaixo:

Alunos, turmas, professores e diretores participantes do Saeb/97

SÉRIE	ALUNOS	TURMAS	PROFESSORES	DIRETORES
4ª série do ensino fundamental	70.445	2.544	2.516	1.028
8ª série do ensino fundamental	56.490	1.875	5.306	813
3ª série do ensino médio	40.261	1.240	5.445	461
Total	167.196	5.659	13.267	2.302*

* Há dupla contagem de diretores quando a escola possui duas ou mais séries avaliadas.

Do total apresentado no quadro acima, 56.106 alunos, 1.598 turmas, 4.306 professores e 624 diretores pertenciam a escolas da rede particular de ensino.

Os alunos da 4ª e da 8- séries responderam questões nas áreas de Língua Portuguesa, Matemática e Ciências. Os da 3ª série do ensino médio responderam a questões de Língua Portuguesa, Matemática, Física, Química e Biologia.

28 de outubro de 1998.

Em busca da qualidade do ensino básico

O terceiro levantamento do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) confirma, com números, que a ineficiência do ensino, traduzido no baixo aproveitamento escolar, é um dos principais desafios a ser vencido pelo País. A pesquisa de 1995, divulgada em novembro, não traz novidades surpreendentes, mas dimensiona e localiza as deficiências e os avanços da educação brasileira como nunca se fez antes. O ensino médio e a rede particular participaram, pela primeira vez, da pesquisa, resultando numa avaliação mais abrangente. Assim fica mais fácil atacar os males do ensino.

Numa amostra de 90.499 alunos de 2.800 escolas, públicas e privadas, o Saeb aplicou testes de Língua Portuguesa e Matemática para avaliar os conhecimentos e habilidades dos estudantes do ensino fundamental e médio em relação aos conteúdos curriculares. Os primeiros apresentam desempenho razoável, mas o mesmo não acontece com os do ensino médio.

Para medir o que o aluno sabe, compreende e é capaz de fazer, o Saeb adotou escala com níveis de desempenho que vão de 150 a 375. A pontuação 300 em Português, por exemplo, significa que o estudante é capaz de trabalhar com desenvoltura diferentes tipos de textos, sintetizar a idéia principal e relacionar informações com vivência pessoal, o que se espera dos estudantes do ensino médio. Entretanto, apenas 32% dos alunos da 3- série do ensino médio conseguiram superar o nível 300 em Língua Portuguesa. Traduzindo a pontuação, constata-se que os outros 68% não têm percepção clara da maneira como o texto foi organizado e não dominam os rituais das diferentes linguagens tais como telegramas, bilhetes e histórias em quadrinhos. Entre os alunos da 8- série, 14% ultrapassaram esse nível, apesar da diferença de três anos no ciclo escolar. "O ensino fundamental vem melhorando, mas o secundário no Brasil é uma tragédia", comparou a secretária de Avaliação e Informação Educacional do MEC, Maria Helena Guimarães de Castro.

O Saeb dimensiona também os reflexos das desigualdades socioeconômicas na escola. Os estudantes das Regiões Sudeste e Sul têm domínio de conteúdos e habilidades superior à média nacional. Em Português, a média nacional da 4ª série foi de 177. O Sudeste alcançou 187 e o Norte ficou com 154. Na mesma disciplina, a média dos alunos da 3ª série do ensino médio, no País, pontuou 277. O Sudeste chegou a 285 e o Nordeste atingiu 253.

Desempenho em Matemática

REGIÃO	4ª SÉRIE	8ª SÉRIE	3ª SÉRIE (ENSINO MÉDIO)
Centro-Oeste	182	253	295
Nordeste	153	230	266
Norte	145	237	271
Sudeste	188	262	298
Sul	181	259	301
Brasil	174	253	290

Desempenho em Português

REGIÃO	4ª SÉRIE	8ª SÉRIE	3ª SÉRIE (ENSINO MÉDIO)
Centro-Oeste	185	252	283
Nordeste	160	227	253
Norte	154	238	262
Sudeste	187	262	285
Sul	181	257	283
Brasil	177	252	277

O Saeb 1995 levantou também as condições de funcionamento das escolas desde a situação das instalações à escolaridade de diretores e professores. A pesquisa constatou que 70% dos alunos de todo o País frequentam escolas em bom estado de conservação ou que necessitam apenas de pequenos reparos.

Em relação aos recursos pedagógicos, verificou-se que o programa de distribuição de livros didáticos atinge 90% dos estudantes. Aparelhos de TV também não são escassos nas escolas. Mais de dois terços dos alunos da 4ª série, 85% da 8ª e 84% da 3ª série do ensino médio estudam em escolas com televisores.

A grande maioria dos alunos dos dois níveis pesquisados, 95%, têm professores com nível médio ou superior. Na área rural, entretanto, 10% dos alunos da 4ª série recebem instrução de professores em nível de ensino fundamental.

9 de dezembro de 1996.

2.2 EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO (ENEM)

Gratuidade muda perfil do participante do Enem

Este ano, 83% dos estudantes inscritos para o Exame Nacional de Ensino Médio tiveram isenção na taxa de inscrição

O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2001 teve, na parte objetiva da prova, a média global de 40,6, numa escala de zero a cem. Na redação, que apresentou o tema *Desenvolvimento e preservação ambiental: como conciliar os interesses em conflito?*, a média foi de 52,6.

Participaram do Enem 1,2 milhão de concluintes e egressos do ensino médio. O índice de presença foi de 74% em relação ao total de inscritos, que superou 1,6 milhão de pessoas. O Estado de Mato Grosso do Sul teve a maior taxa de comparecimento: 83% dos estudantes fizeram a prova.

Os resultados do Enem foram divulgados hoje, 5, pelo ministro da Educação, Paulo Renato Souza, e pela presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep/MEC), Maria Helena Guimarães de Castro.

Este ano, a principal novidade em relação aos exames anteriores é a mudança do perfil dos participantes, decorrente do crescimento de 316% no número de inscritos em relação a 2000. O aumento se deve, principalmente, à gratuidade oferecida pelo Ministério da Educação aos estudantes da rede pública e aos carentes das escolas privadas. Do total de inscritos, 83% foram isentos do pagamento da taxa de R\$ 32,00, o que garantiu a democratização do acesso ao Exame.

Entre os participantes, 66% cursaram todo o ensino médio em escolas públicas e 19% em escolas privadas, enquanto 15% realizaram seus estudos em ambas. No ano passado, 43% eram da rede pública. Cerca de 68% deles declararam no questionário-pesquisa que são concluintes do ensino médio, em 2001, e 32% terminaram em anos anteriores.

Os dados do Enem mostram também que 34% dos participantes têm mais de 19 anos e 60% vivem em famílias com renda de até cinco salários mínimos. Esses índices estão bem acima daqueles declarados no ano anterior.

O Enem é voluntário e tem por objetivo oferecer uma referência de auto-avaliação a partir das competências e habilidades que estruturam o Exame. Ele também é utilizado por instituições de ensino superior na seleção de candidatos aos cursos de graduação.

Até o momento, 296 instituições usam os resultados da avaliação em todo o País. Entre os participantes, metade declarou que fez o Exame com o objetivo de obter

pontos para o vestibular, 36% afirmaram que o propósito de realização do Enem era testar os conhecimentos próprios e 12,9% como um meio para avaliar suas possibilidades na vida ao fim da educação básica.

Desde o dia 19, os alunos já estão recebendo o boletim individual de desempenho. No documento consta a nota do participante em cada uma das competências avaliadas e a comparação com as médias globais.

Público do Enem 2001 está mais próximo das características do ensino médio

A democratização do acesso ao Enem 2001, garantida pela isenção da taxa de inscrição, permitiu que muito mais alunos fizessem a prova e trouxe um novo perfil para a avaliação. Agora, o público do exame é semelhante ao do ensino médio, conforme revela o questionário socioeconômico respondido por 97% dos 1,2 milhão de participantes.

Em 2000, do total de participantes, 19% tinham mais de 19 anos de idade. Neste ano, passou para 34%. Quanto à caracterização de cor, 36% dos estudantes declaram-se negros ou pardos. No ano passado, o mesmo foi informado por 19% dos alunos.

Também houve um aumento dos participantes nas faixas de menor renda. No Enem 2001, 60% dos estudantes têm rendimento familiar de até cinco salários mínimos, contra 25% dos participantes do Exame de 2000. O Enem do ano passado contou com a participação de 352 mil pessoas.

A pesquisa mostrou que 81% dos participantes fizeram o ensino médio regular e os demais fizeram o supletivo. De acordo com o relatório de 2000, 97% dos estudantes cursaram regularmente o ensino médio. O levantamento revela ainda o crescimento da participação, em relação ao Enem 2000, dos estudantes de cursos noturnos, que passa de 15% para 31%.

Repetência - Outra mudança identificada pelo questionário socioeconômico foi em relação ao tempo utilizado para cursar as séries da educação obrigatória. Dos participantes do Enem 2001, 55% afirmaram ter cursado o ensino fundamental em oito anos. No exame anterior, o mesmo foi declarado por 69% dos estudantes.

A principal explicação para o tempo maior gasto para conclusão do ensino fundamental, em 2001, é atribuída à repetência que, apesar de diminuir nos últimos anos, ainda é elevada no País.

Já no ensino médio, o percentual de participantes de 2001 que concluíram esse nível educacional em três anos é praticamente o mesmo do ano anterior, em torno de 80%.

Participação do Nordeste tem aumento significativo

A maior incorporação de participantes no Enem ocorreu no Nordeste. Em relação ao Exame do ano passado, o total de estudantes foi 13 vezes maior nos Estados nordestinos, passando de 21,9 mil para 283,8 mil alunos. Esse crescimento melhorou a participação do Nordeste em relação às demais regiões. Em 2000, de cada cem alunos que fizeram o Exame, apenas seis eram nordestinos. Este ano, a participação subiu para 24%.

As Regiões Norte e Centro-Oeste também aumentaram a sua representatividade no Exame. No Sudeste houve redução na participação, de 71% ano passado, para 52% este ano. O mesmo ocorreu na Região sul.

Maioria dos participantes já está no mercado de trabalho

A maioria dos participantes do Enem 2001 já está no mercado de trabalho. Dos estudantes que responderam ao questionário socioeconômico, 52% disseram que exercem

uma atividade profissional. O índice era de 38% entre os alunos que fizeram o Exame no ano passado. Esses dados também evidenciam uma mudança no perfil do participante do Enem.

Em comparação com a avaliação de 2000, cresceu a proporção dos participantes que nunca trabalharam, mas estão à procura de emprego. Antes, 12% informaram que estavam em busca de uma vaga no mercado de trabalho. Este ano, representam 18%. O índice dos que nunca exerceram uma atividade profissional diminuiu de 48% para 30%.

A complementação da renda familiar e o sustento próprio são apontados pelos participantes como os principais motivos da entrada no mercado de trabalho enquanto cursavam o ensino médio. O levantamento do Enem mostra que 61% deles assumiram uma atividade profissional antes dos 17 anos de idade. Em relação à faixa etária, os dados são próximos dos revelados pela pesquisa feita no ano passado.

Os dados do questionário socioeconômico revelam também que 86% dos participantes têm remuneração de no máximo dois salários mínimos, número bem superior aos 38% do ano passado que se declararam estar nessa faixa de renda. Este ano, quase a metade dos estudantes informaram ganhar até um salário mínimo.

Emprego não atrapalha estudo e escolas adotam formas alternativas

Os participantes do Enem expressam opiniões positivas a respeito do convívio simultâneo entre a profissão e a escola. Apenas para 10%, o trabalho atrapalha os estudos. Para outros 32%, houve alguns empecilhos, mas o exercício de uma atividade profissional possibilitou o crescimento pessoal. De acordo com os demais participantes, o trabalho não os impediu de estudar e representou uma oportunidade de investimento humano.

Quase a metade dos estudantes que trabalham considerou que sua escola adotou medidas para os ajudar. A utilização do horário flexível foi apontada por 57% dos participantes da rede pública como a principal contribuição dos estabelecimentos de ensino aos alunos que exercem alguma atividade profissional.

Na rede privada, as aulas de revisão foram a mais importante forma de auxiliar os estudantes que trabalham, destacada por 50% dos participantes, o mesmo índice dos estabelecimentos públicos. De acordo com a pesquisa, a recuperação dos estudos, fornecimento de refeição (principalmente para os alunos da rede pública) e didática diferenciada são outras contribuições alternativas das escolas apontadas como relevantes.

Para mais de 90% dos participantes, tanto da rede pública como privada, as aulas de revisão deveriam ser a principal medida a ser utilizada pelas escolas para ajudar os estudantes que trabalham. Em seguida, seria a adoção de um programa de recuperação de notas e didática diferenciada.

O levantamento do Enem revelou algo curioso. Os estudantes das escolas privadas que tinham alguma ocupação no mercado de trabalho prefeririam receber alimentação a ter menor carga de atividade extraclasse e abono de faltas.

Mato Grosso do sul: maior presença

Os estudantes do Mato Grosso do sul compareceram em peso ao Enem realizado em agosto último. Com 83% dos inscritos presentes à prova, foi o Estado com o maior índice de comparecimento. A isenção da taxa de inscrição para os alunos das escolas públicas ou carentes e a substituição da primeira fase do vestibular da Universidade Federal do Mato Grosso do sul pelo exame do MEC foram os principais motivos da elevada presença.

No Rio de Janeiro, onde houve o segundo maior índice de comparecimento, 79% dos inscritos realizaram a prova. A presença mais baixa foi registrada em Sergipe, com

a participação de 63% dos estudantes que se inscreveram ao Enem. A média nacional de presença foi de 74%.

Em relação aos municípios onde houve aplicação de prova, o maior comparecimento foi em Corumbá (MS), com 89% dos inscritos presentes. Bragança (PA) teve a maior taxa de faltosos. Nesta cidade, 41% dos estudantes não compareceram para fazer o Enem.

Desempenho dos participantes é melhor na Redação

Na Redação, que teve média geral de 52,58 pontos, a maioria dos participantes, 68%, obteve notas entre 40 e 70 pontos, e foram classificados de *regular a bom*. Outros 20% tiveram notas entre 0 e 40, desempenho considerado de *insuficiente a regular*. Na melhor faixa de pontuação, de 70 a 100, estão 11% dos estudantes, classificados de *bom a excelente*. No ano passado, a média da redação foi de 60,87. Do total de textos válidos, 1.946 participantes alcançaram a nota máxima de cem.

O tema proposto, *Desenvolvimento e preservação ambiental: como conciliar os interesses em conflito?*, apresentou dados e opiniões de diferentes pessoas e grupos exigindo uma abordagem interdisciplinar. Foram solicitados conhecimentos sobre aspectos ambientais, políticos, sociais e econômicos, que deveriam ser integrados à experiência escolar.

Entre as cinco competências que foram avaliadas, os participantes se saíram melhor na Competência I, com média de 60,63, que engloba o domínio da norma culta da língua escrita (*adequação do texto, gramática e ortografia*). Nessa competência, 68% tiveram desempenho de *regular a bom* e 11% foram classificados de *bom a excelente*.

A Competência V - apresentar proposta de intervenção para o problema elaborado - foi a que teve menor média, de 46,7. A análise pedagógica dessa competência demonstra que grande parte dos participantes teve dificuldade em desenvolver uma discussão articulada no texto pelo fato de não ter realizado uma leitura compreensiva da proposta de Redação.

Exame mostra que alunos têm dificuldade de leitura compreensiva

Na parte objetiva, que alcançou 40,56 de média, 57% dos participantes foram classificados como *insuficiente a regular*. Outros 38% tiveram notas entre 40 e 70, desempenho considerado de *regular a bom*. Na melhor faixa de pontuação estão 5% dos estudantes, classificados de *bom a excelente*. Em 2000, a média global da parte objetiva foi de 51,85.

O conhecimento necessário para que o participante respondesse às 63 questões de múltipla escolha é avaliado a partir das cinco competências básicas e 21 habilidades. De acordo com a análise dos resultados, a capacidade de ler e compreender adequadamente um texto é a competência que permeia todas as demais. Outro aspecto importante é o "conhecimento do mundo", ou seja, a "bagagem" trazida pelo participante que permite que ele dê um sentido ao texto. Essa bagagem, além do que é adquirido por meio da experiência pessoal e social, depende, principalmente, daquilo que se aprende na vida escolar.

A análise dos resultados mostra que, para fazer a prova, é preciso ler a realidade e compreender fenômenos a partir de diferentes pontos de vista. Uma hipótese é que os participantes tenham dificuldade em estabelecer as relações necessárias para a compreensão das situações-problema propostas. Por outro lado, pode-se também supor que essa "bagagem" seja insuficiente para a compreensão dos textos lidos.

A questão da prova objetiva com o maior índice de acerto foi a 39, com 83% de respostas corretas. Ela exigia do participante a capacidade de identificar os fatores que explicam a tendência de queda da taxa de fecundidade. A pergunta 58 obteve a menor quantidade de acertos. Apenas 7% responderam corretamente à questão, que exigia do participante o entendimento do conceito de produtividade.

Cruzamento de resultados indica que renda familiar e escolaridade dos pais interferem no desempenho

No Enem 2001 a média de desempenho dos participantes que estudaram somente em escola privada no ensino médio foi de 53,57 na parte objetiva e de 61,57 na Redação. Esse desempenho é superior ao apresentado pelos estudantes que cursaram somente na rede pública: 36,56 no teste de múltipla escolha e 50,07 na Redação.

Quando se leva em conta o desempenho segundo fatores como idade, faixa de renda, gênero e escolaridade dos pais, a variável que causa a maior diferença de média é a faixa de renda do participante. Na parte objetiva do Enem, aqueles que têm ganhos de até um salário mínimo tiveram uma nota média de 30,67. Já entre aqueles que vivem em famílias com faixa de renda acima de 50 salários mínimos, a média é de 58,12, uma diferença de 27,45 pontos.

Apesar da diferença marcante, a questão da faixa de renda deve ser compreendida dentro de um contexto mais amplo, já que vários fatores são inter-relacionados. Estudantes de famílias com maior renda, normalmente têm pais com mais escolaridade e, além disso, possuem acesso facilitado a bens culturais como livros, computadores, cinema e viagens. Por outro lado, esses alunos constituem uma minoria entre aqueles que prestaram o Exame.

Outro fator que tem peso marcante na média é justamente a escolaridade do pai. Quando o pai do participante não tem nenhum nível de instrução, a média de desempenho é 31,66 na parte objetiva. Já para aqueles participantes cujos pais têm a pós-graduação, a média sobe para 57,94, uma diferença de 26,28. Em relação a gênero, as mulheres conseguem melhor desempenho na Redação e os homens na parte objetiva.

Atraso escolar tem impacto na nota dos alunos

Um outro fator que merece destaque na análise dos dados do Enem é a distorção entre a idade do aluno e a série escolar. Os participantes que realizaram a formação básica em 11 anos obtiveram as melhores médias na parte objetiva e na Redação: 45,33 e 54,16, respectivamente. Essa relação entre a distorção idade-série e o desempenho dos estudantes reforça o resultado do último Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb), divulgado no ano passado, que já indicava essa mesma tendência.

O atraso escolar pode ser considerado um dos principais fatores também pela sua abrangência. Do total de participantes, 51% possuem algum grau de distorção no ensino fundamental, médio ou nos dois níveis. Esse problema causa impacto na média de desempenho, tanto entre aqueles que estudaram em escolas públicas como em particulares.

Considerando o grau de distorção idade-série, aqueles que cursaram o ensino fundamental em 11 anos obtiveram as piores médias: de 32,86 na parte objetiva e 43,06 na Redação. Quando se leva em conta o grupo de participantes que cursou o ensino médio em seis anos as notas são de 35,66 para a parte objetiva e 44,79 para o ensino médio. Os diversos cruzamentos realizados mostram que o atraso no ensino fundamental é o que mais comprometeu o desempenho dos participantes.

Exame avalia competências e habilidades

As questões do Enem são estruturadas a partir de uma matriz que reúne competências, habilidades e conteúdos que são esperados dos estudantes ao fim do ciclo de escolarização básica (ensino fundamental e médio).

Tanto no caso da prova objetiva como na redação, o desempenho é medido a partir de cinco competências básicas: domínio de linguagens, compreensão de fenômenos, capacidade de enfrentar situações-problema, construção de argumentações e elaboração de propostas.

Os itens de prova objetiva possuem graus distintos de dificuldade, para que se possa alcançar uma distribuição diferenciada dos resultados individuais. Dessa forma, a estrutura da prova é a seguinte: 20% (13 questões) de baixo nível de dificuldade, 40% (25 questões) de nível médio e 40% de alto nível de dificuldade.

A avaliação para Redação resulta da média aritmética das notas alcançadas em cada uma das competências, numa escala de zero a cem pontos. O tipo de texto requerido é dissertativo-argumentativo.

Alunos elogiam professores e criticam laboratórios

O levantamento socioeconômico do Enem solicitou aos participantes que emitissem opinião sobre aspectos pedagógicos, organizacionais e de infra-estrutura dos estabelecimentos de ensino. Tanto os alunos da rede pública como os da particular consideraram a localização da instituição como o ponto mais positivo, o que indica a boa distribuição geográfica da rede de ensino do País.

A dedicação dos professores e o conhecimento que eles têm da disciplina, e a atenção dos funcionários também receberam uma boa avaliação, principalmente entre os alunos da rede privada. Mais de 70% deles classificaram esses dois itens como relevantes em suas escolas. Nos estabelecimentos públicos, o índice de aprovação foi superior a 40%.

Por outro lado, as instalações físicas das escolas receberam muitas críticas. Os recursos de informática receberam a pior avaliação, entre os alunos da rede pública e privada. Dos participantes que estudam na rede pública, 73% classificaram o acesso a essa nova tecnologia como um dos mais precários aspectos da escola. Na particular, a taxa de reprovação foi de 25%.

A utilização dos laboratórios durante as aulas também foi criticada pelos estudantes. Esse recurso pedagógico teve a reprovação de 64% dos alunos das escolas públicas e 34% dos estudantes da rede particular.

A segurança das escolas públicas apareceu, na opinião de seus alunos, em último lugar entre os piores aspectos da instituição de ensino e ingressou na lista dos itens que receberam avaliação favorável. Vinte e cinco por cento dos participantes reprovaram a segurança e 70% a incluíram entre os pontos positivos.

Cursos de informática e língua estrangeira "substituem" pré-vestibular

Além do trabalho, a realização de cursos e atividades tem ocupado a agenda paralela aos estudos do ensino regular. Cursos de computação e idiomas e práticas esportivas estão mais presentes na vida dos estudantes que estão concluindo ou já terminaram o ensino médio do que os pré-vestibulares.

Segundo o levantamento, 54% dos participantes afirmaram que fazem ou realizaram curso de informática e 46% declararam que se dedicam aos esportes. Outros 28% disseram que estão ou já freqüentaram as aulas de língua estrangeira.

Os cursos pré-vestibulares contam com a presença de 22% dos estudantes que fizeram o Enem. Esse índice só é maior do que de participantes que realizam atividades artísticas, que foi de 12%.

O futuro é a principal preocupação dos jovens

Mais do que conseguir ingressar no ensino superior ou uma vaga no mercado de trabalho, para 34% dos jovens que responderam ao questionário socioeconômico do

Enem, o futuro é a principal preocupação. Entrar na faculdade é algo que perturba a vida de 27% dos participantes e conquistar um emprego é o maior incomodo para 15% deles.

As expectativas confrontam-se com as dúvidas e inseguranças próprias da juventude. A autoconfiança, para 30% deles, e a clareza de objetivos, de acordo com 23%, são os aspectos que mais fazem falta para enfrentar a vida.

Segundo as respostas do levantamento, 24% dos participantes do Enem 2001 ainda não definiram o caminho profissional. Outros 24% optaram pelas Ciências Biológicas e da Saúde e 22% pretendem seguir a carreira nas Ciências Humanas. As engenharias e tecnologias foram escolhidas por 18% e o magistério, 7%. A identidade com a profissão e o apoio dos pais são considerados os principais fatores para a escolha da carreira.

5 de dezembro de 2001.

Redação é destaque no Enem

Os participantes do Exame obtiveram, na redação, a nota média de 60,87 e, na parte objetiva da prova, 51,85.

No terceiro ano de realização do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem 2000), em que 352.487 participantes fizeram a prova, a grande maioria conseguiu ter um bom desempenho na Redação.

Na prova de Redação, 93,8% dos participantes tiveram nota acima de 40, numa escala de zero a cem pontos. Desse total, 72,8%, atingiram notas entre 40 e 70 pontos, classificados como *regular a bom*. Outros 21% dos participantes alcançaram médias entre 70 e 100, classificados como *bom a excelente*. Somente 6,2% tiveram notas abaixo de 40 pontos, o que corresponde a um desempenho de *insuficiente a regular*.

O tema proposto para a Redação, "Direitos da criança e do adolescente: como enfrentar esse desafio nacional", foi bastante destacado pelos meios de comunicação.

Apesar do aumento da média global na Redação, o número de notas máximas (100) caiu quase pela metade. No ano passado, 830 participantes alcançaram esta pontuação na produção do texto e, em 2000, foram 443. Já na parte objetiva foram contabilizadas apenas cinco notas máximas, o mesmo número de 1999.

Os resultados do Enem 2000 foram divulgados hoje, 13 de dezembro, pelo Ministro da Educação, Paulo Renato Souza, e pela presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), Maria Helena Guimarães de Castro.

Na parte objetiva da prova, composta de 63 questões de múltipla escolha, 69% obtiveram nota superior a 40. A maioria, 50,7%, teve nota entre 40 e 70, com desempenho considerado entre *regular a bom* e 18,3%, com notas acima de 70, foram classificados entre *bom e excelente*. Com desempenho de *insuficiente a regular* estão 31% dos participantes.

Em relação ao Enem do ano passado, houve melhoria na média global da Redação, que foi 50,37 no último exame e 60,87 este ano. Na parte objetiva a média global manteve-se praticamente a mesma, sendo respectivamente 51,93 e 51,85.

A comparação mostra também que a média da escola pública na Redação aumentou mais que na escola privada. Na rede pública, em 1999, a média de Redação era 45,4 e passou para 57,8, uma diferença de 12,4 pontos. Enquanto na rede privada este aumento foi de 8,8 pontos, passando de 55,1 para 63,9.

Até o momento, 182 instituições de ensino superior utilizam as notas do Enem para a seleção de candidatos aos cursos de graduação. "Isso demonstra a aceitação

crescente que o Enem está tendo como instrumento alternativo ao vestibular", enfatiza o ministro.

Concluintes de escolas públicas serão isentos da taxa de inscrição

Todos os alunos que estiverem concluindo o ensino médio nas escolas da rede pública de ensino terão isenção da taxa de inscrição ao Exame Nacional de Ensino Médio (Enem) a partir do próximo ano. Aqueles que concluíram o ensino médio na educação de jovens e adultos (antigo supletivo) nos últimos 12 meses antes do período de inscrição também poderão fazer a prova gratuitamente.

Em 2000, o Enem teve 390.180 inscritos, 12,5% a mais que em 1999. O Estado com maior número de inscritos foi São Paulo, com 177.965, seguido pelos Estados do Paraná, com 41.203, Rio de Janeiro, com 39.602 e Minas Gerais, com 38.476 inscritos.

A prova foi realizada no dia 27 de agosto, em 187 municípios do País, incluindo todas as capitais das unidades da Federação. O índice de comparecimento foi de 90,3%.

Exame é voluntário

A prova do Enem, por ser voluntária, não corresponde a uma amostra representativa das 27 unidades de Federação, não permitindo que sejam feitas comparações entre os Estados e municípios. A cada ano, o número de inscritos nos Estados pode sofrer variações expressivas.

No Espírito Santo, por exemplo, o número de participantes em 2000 apresenta um acréscimo de 103% em relação a 1999 e no Mato Grosso do sul, o número de participantes cresceu cerca de 355%, em 2000. Por outro lado, São Paulo mantém a mesma participação (30% do total de concluintes do Estado) nos dois anos.

"Da mesma forma, os resultados também não permitem que sejam feitas comparações de um ano para o outro, com o objetivo de analisar a eficiência do sistema de ensino. É possível, no entanto, fazer comparações entre as médias globais de desempenho do Enem entre 1999 e 2000, considerando que o perfil socioeconômico dos participantes nestas avaliações é bastante semelhante", afirma Maria Helena.

Desempenho é determinado a partir de cinco competências

O desempenho no Enem, tanto para a Redação quanto na parte objetiva, é medido a partir de cinco competências básicas: domínio de linguagens, compreensão de fenômenos, capacidade de enfrentar situações-problema, construção de argumentações e elaboração de propostas.

Para a parte objetiva da prova, com 63 questões de múltipla escolha, as competências são avaliadas a partir de 21 habilidades. Cada habilidade é medida em três questões. O conjunto de problemas possui graus distintos de dificuldade, para que se possa alcançar uma distribuição diferenciada dos resultados individuais. Assim, 20% das questões possuem nível baixo de dificuldade, 40% são de nível médio e 40%, de nível alto de dificuldade. O grau de dificuldade é medido por meio de um pré-teste realizado em uma amostra representativa de alunos concluintes do ensino médio.

A avaliação para Redação resulta da média aritmética das notas alcançadas em cada uma das competências, numa escala de zero a cem pontos. Já para a parte objetiva da prova, a nota do aluno não corresponde à média aritmética das médias das competências. A nota do participante é classificada em três faixas de desempenho.

FAIXAS DE DESEMPENHO INTERVALOS DE NOTA

Insuficiente a Regular	0a40 40
Regular a Bom	a 70
Bom a Excelente	70 a 100

Fonte: MEC/Inep.

"Do ponto de vista cognitivo a prova é resultado de um exame cuidadoso das competências e habilidades que se deseja que todo estudante tenha desenvolvido ao final da escolaridade básica. Estas competências são traduzidas por especialistas em questões de avaliação que têm, em todas as edições do Enem, exigido um padrão relativamente alto de desempenho", afirma a presidente do Inep.

Segundo a coordenadora do Enem, Maria Inês Fini, o Exame valoriza os conhecimentos que são significativos para o pleno exercício da cidadania, para o mundo do trabalho e para o prosseguimento dos estudos.

Domínio de linguagens é a competência mais desenvolvida na Redação

Entre as competências avaliadas na Redação, a média mais alta, 67,09, foi alcançada na Competência I, na qual é preciso demonstrar o domínio da norma culta da língua escrita. Em relação a essa Competência, 51,9% dos textos estão situados na faixa de *bom a excelente* e 42,3%, de *regular a bom*. Apenas 5,7% dos participantes tiveram desempenho de *insuficiente a regular*.

A Competência V, que verifica a elaboração de solução para o problema, mostrando respeito aos valores humanos e considerando a diversidade sociocultural, teve a menor média, com 57,51. Os dados do Enem mostram que 29,2% dos textos foram considerados de *bom a excelente* e 49,2%, de *regular a bom*. Nessa Competência, 21,5% dos participantes tiveram notas na faixa de *insuficiente a regular*.

Parte objetiva apresenta diferença pequena entre as médias das competências

A média para a Competência I na parte objetiva do Enem, que se refere ao domínio de linguagens, foi de 53,6, a maior entre as competências avaliadas. Já a menor média, de 49,32, ficou para a Competência III, que verifica a capacidade de enfrentar situações-problema.

Na Competência I, 49,7% dos participantes ficaram na faixa de desempenho de *regular a bom*, 21% na faixa de *bom a excelente* e 29,3% tiveram médias de *insuficiente a regular*. Em todas as cinco competências avaliadas houve uma concentração das médias na faixa intermediária de desempenho.

Participantes com as melhores médias

As três melhores notas no Enem foram divididas entre sete participantes. O cálculo para efeito da classificação foi realizado a partir da média das notas na Redação e na parte objetiva da prova. No terceiro lugar há cinco participantes com a mesma média. Todos tiveram nota máxima na Redação.

Confira as lista das tres melhores notas no Enem: Paulo Dimas da Silveira Tauyr, de São José do Rio Preto (SP), Michael Rosseti Picinin, de Campinas (SP), Albano Siqueira Muniz Teixeira, de Vitória (ES), Diana Ferreira dos Santos Norbert, do Rio de Janeiro (RJ), Eduardo Abreu Pessoa de Mendonça, de Belo Horizonte (MG), Ricardo Minniti Rodrigues Pereira, de Campinas (SP), e Thiago Guimarães Rodrigues, de São Paulo (SP).

Alunos de escolas particulares obtêm notas melhores

A distribuição dos participantes do Enem, segundo a escola freqüentada no ensino médio, mostra que 43% estudaram somente na escola pública, 49% freqüentaram somente a escola particular e 8% fizeram os três anos desse nível de ensino em escolas públicas e privadas.

Os estudantes que cursaram o ensino médio somente em escolas particulares tiveram melhor desempenho do que aqueles que estudaram somente em escolas públicas. Na Redação e na parte objetiva, a média dos estudantes de estabelecimentos privados foi de 63,9 e 58,9, respectivamente. Os participantes de escolas da rede pública obtiveram o conceito 57,8, na Redação e 44,1 na parte objetiva.

"Não se pode atribuir, como único fator que interfere no desempenho, a qualidade do ensino particular. É preciso considerar que a grande maioria dos alunos nesta situação apresenta um conjunto de fatores sociais mais favoráveis como escolaridade dos pais, acesso a bens culturais, livros, jornais e computadores, entre outros", lembra Maria Helena.

Participante do Enem tem perfil diferente do concluinte do ensino médio

As comparações entre o participante do Enem 2000 e os alunos que estão concluindo o ensino médio no País mostram diferenças profundas entre estes dois segmentos.

De acordo com o Censo Escolar de 1999, 49,2% dos alunos que estão fazendo a 3- série do ensino médio têm até 18 anos. No Enem, 67,1% dos participantes estão nesta faixa de idade. Entre os participantes do Exame, só 15% cursaram o ensino médio no período noturno, índice bem abaixo do verificado no Censo Escolar, que é de 54,6%.

Entre os participantes do Enem, 49% estudaram em escolas particulares. Os dados do Censo mostram que, dos concluintes do ensino médio em 1999, 20,5% eram da rede privada.

Grande parte dos participantes do Enem conseguiu terminar o ensino médio sem repetência. Na pesquisa socioeconômica, 84,5% dos alunos disseram que levaram três anos para concluir este nível de escolarização.

"Além de serem eles uma população diferenciada do universo de concluintes do ensino médio do Brasil, e terem melhor qualidade de condições gerais de vida, 98% são jovens que pretendem continuar os estudos. Merece destacar também que a maioria dos participantes, 72%, está concentrada na Região Sudeste, que apresenta um dos índices mais elevados de qualidade de vida do País", explica Maria Inês Fini.

Ao responder ao questionário socioeconômico, uma parcela expressiva dos participantes do Enem declarou ter participado de atividades extracurriculares: 34,6% em cursinhos preparatórios para vestibular, 48,4% em cursos de informática ou computação e 50,9% em cursos de língua estrangeira.

Idade afeta desempenho dos alunos

O desempenho dos participantes do Enem na parte objetiva é inversamente proporcional à idade, ou seja, à medida que as faixas etárias crescem, as médias caem. Para jovens com até 18 anos completos, a média das notas foi de 52,5. Já para os participantes com mais de 26 anos, a nota média foi de 42,5.

A distribuição das médias de jovens com menos de 18 anos mostra uma concentração de 55,7% na faixa de *regular a bom*, na faixa de *insuficiente a regular* estão 27,3% dos participantes. Na outra ponta da escala, onde estão os participantes com mais de 26 anos, essa relação inverte-se e a concentração das notas está na faixa de *insuficiente a regular*, com 53,8%. Na faixa de *regular a bom* estão 37%.

Na Redação, também pode ser observada esta mesma relação entre idade e desempenho, só que de forma mais atenuada. A média das notas para jovens com menos de 18 anos é de 62,2 e para aqueles com mais de 26 anos de idade é de 55,8. Na distribuição das notas observa-se que não há grandes diferenças na faixa de desempenho de *regular a bom* à medida que cresce a idade do participante: 73,4% dos jovens com menos de 18 estão nesta faixa e 70,2% dos que têm mais de 26.

IDADE	PARTE OBJETIVA	REDAÇÃO
Menos de 18 anos	52,5	62,2
18 anos	53,0	61,5
19 anos	52,9	60,3
20 anos	52,0	59,6
21 anos	50,2	58,6
22 anos	48,5	57,7
Entre 23 e 26 anos	46,3	57,2
Mais de 26 anos	42,5	55,8

Fonte: MEC/Inep.

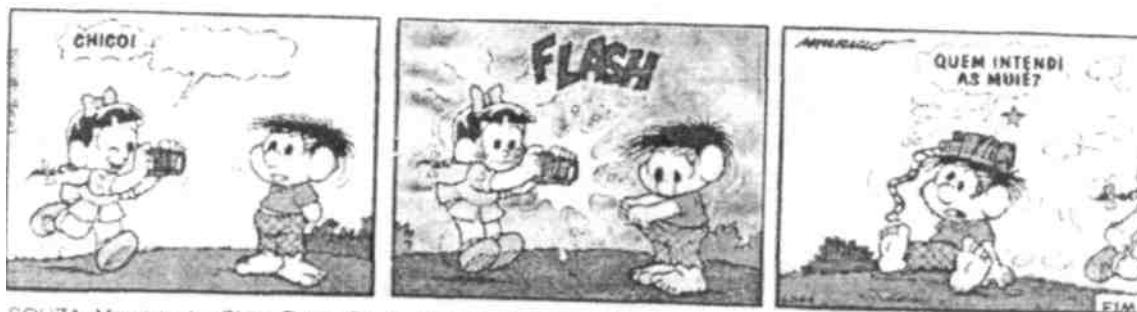
Habilidade que mede o uso de linguagem teve o maior índice de acerto

O conjunto das questões da prova objetiva do Enem com maior porcentual de acertos foi o ligado à habilidade 6, que exige a análise das funções da linguagem em um determinado texto, com identificação das variantes lingüísticas de natureza sociocultural, regional ou de estilo e uso das linguagens coloquial e formal. Apenas 5,3% dos participantes erraram as três questões avaliadas nesta habilidade.

A questão com o maior índice de acerto nesta habilidade e em toda a parte objetiva da prova foi a de número 6, com 89% de respostas corretas:

Questão 6

Em uma conversa ou leitura de um texto, corre-se o risco de atribuir um significado inadequado a um termo ou expressão, e isso pode levar a certos resultados inesperados, como se vê nos quadrinhos abaixo.



SOUZA, Mauricio de. *Chico Bento*. Rio de Janeiro: Globo, n. 335, nov. 1999.

Nessa historinha, o efeito humorístico origina-se de uma situação criada pela fala da Rosinha no primeiro quadrinho, que é:

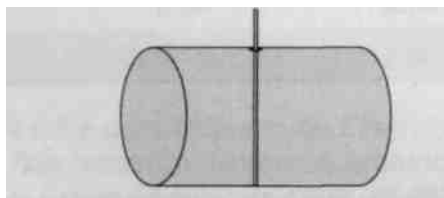
- A. Faz uma pose bonita!
- B. Quer tirar um retrato?
- C. Sua barriga está aparecendo!
- D. *Olha o passarinho!*
- E. Cuidado com o *flash!*

Já nas questões que exigem a habilidade de caracterizar, relacionar, calcular e utilizar as formas geométricas planas e espaciais foi detectado o maior índice de respostas erradas. Nesta habilidade, de número 14, cerca de 40% dos participantes não acertaram nenhum dos três problemas propostos.

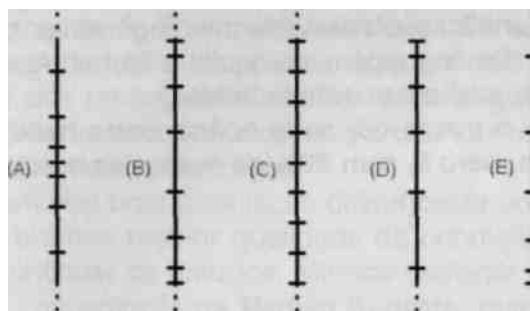
A questão com o menor índice de acerto nesta habilidade foi a 43, com 21% de respostas corretas:

Questão 43

Uma empresa de transporte armazena seu combustível em um reservatório cilíndrico enterrado horizontalmente. Seu conteúdo é medido com uma vara graduada em vinte intervalos, de modo que a distância entre duas graduações consecutivas representa sempre o mesmo volume.



A ilustração aue melhor representa a distribuição das graduações na vara é:



Mas a questão com o menor índice de acerto entre as 63 de toda a prova é a de número 40, com apenas 16% de respostas corretas, apesar de não estar relacionada a uma das habilidades mais difíceis. Esta questão foi medida na habilidade de número 15, que aferiu o reconhecimento do caráter aleatório de fenômenos naturais ou não e utilização dos processos de contagem, representação de frequências relativas, construção de espaços amostrais, distribuição e cálculo de probabilidades.

Questão 40

Um apostador tem três opções para participar de certa modalidade de jogo, que consiste no sorteio aleatório de um número dentre dez.

1ª opção: comprar três números para um único sorteio.

2ª opção: comprar dois números para um sorteio e um número para um segundo sorteio. 3ª opção: comprar um número para cada sorteio, num total de três sorteios. Escolhendo a 2ª opção, a probabilidade de o apostador *não ganhar* em qualquer dos sorteios é igual a:

- A. 90%
- B. 81%
- C. 72%
- D. 70%
- E. 65%

No Enem, participante é "leitor e escritor do mundo "

A prova objetiva do Enem foi elaborada para que o estudante exerça o papel de "leitor do mundo" em que vive. A avaliação propõe ao participante situações-problema originais, articuladas com o contexto da vida atual, envolvendo as áreas de Ciências, Artes e Filosofia. "As situações-problema, apresentadas por meio de todas as linguagens possíveis, são estruturadas de tal forma a provocar um conflito cognitivo nos participantes que os impulsiona a agir, pois precisam mobilizar conhecimentos anteriormente construídos e reorganizá-los para enfrentar o desafio proposto", explica a coordenadora do Enem, Maria Inês Fini.

De acordo com a coordenadora, a prova não contém "dicas" ou "pegadinhas" e não requer memorização de fórmulas. "O que se pretende verificar é se o participante é capaz de transformar dados e informações em soluções para resolver os problemas".

Na Redação, o participante do Enem é considerado um "escritor do mundo", autor de um texto que atenda às exigências propostas. Segundo Maria Inês, "a partir de uma situação-problema pretende-se que cada participante selecione o recorte apropriado de seu acervo pessoal, reorganizando os conhecimentos já construídos com o apoio da escola para enfrentar o desafio proposto, e transcrevendo-o em seu texto."

Maioria dos estudantes tem computador em casa

Dos alunos que responderam à pesquisa socioeconômica do Enem, 51% afirmaram ter computador em casa. Este índice se aproxima do número de aparelhos de videocassete, presente na residência de 62,4% dos participantes. No Exame do ano passado, 46,8% disseram ter computador e 62,5%, videocassete.

A pesquisa mostra também que 81,3% dos estudantes têm até 19 anos de idade e 6,6% mais de 23 anos. Cinquenta e nove por cento dos participantes são mulheres e 96,5% são solteiros. Quanto à renda familiar, 44,5% dos alunos declararam ter rendimento de dois a dez salários mínimos e 30,9% vivem em famílias com renda de dez a 30 salários mínimos. Na faixa de até dois salários mínimos estão 7,4% do total e acima de 30 salários mínimos, 15,4%.

Ainda de acordo com o levantamento socioeconômico, um percentual significativo dos estudantes tem pais com baixo grau de escolaridade. Os alunos cujos pais nunca estudaram ou possuem, no máximo, o ensino fundamental representam 38,3% do total. Este índice fica um pouco acima dos participantes com pais que já concluíram o ensino superior: 32,5%.

Em relação ao trabalho, 37,6% afirmaram ter exercido alguma atividade remunerada durante o ensino médio, mas apenas 19,1% conciliaram emprego e estudo durante

todo o período do curso. Dos participantes, cerca de um terço concluiu o ensino médio em 1999 ou antes, mas 80% deles não pararam seus estudos durante este ano. A maioria, 87,2%, optou por fazer o curso de pré-vestibular.

Quanto à ocupação da família, a pesquisa revela que os pais de 99,4% dos participantes e as mães de 65,6% deles exercem alguma atividade profissional. Os pais de 36,5% dos estudantes atuam no setor do comércio, área que emprega 18,8% das mães.

Alunos querem mais motivação na escola

O conhecimento e a dedicação dos professores são os aspectos da escola mais elogiados pelos alunos que participaram do Enem. Para 85% deles, o conhecimento dos docentes foi considerado excelente ou bom e apenas 2% classificaram-no como ruim ou péssimo. Já a dedicação, que inclui a pontualidade e a preparação para as aulas, foi apontada como excelente e boa por 70% dos estudantes, sendo que 7% disseram ser ruim ou péssima.

Mas os alunos querem muito mais da escola. A maioria deseja que a instituição de ensino exerça mais sua capacidade em motivar os estudantes, principalmente com atividades fora da rotina escolar tradicional. Cinquenta e oito por cento dos estudantes classificaram este aspecto de regular, péssimo ou ruim.

Outra grande insatisfação dos participantes está no ensino de língua estrangeira e no uso de computadores e outros recursos de informática. Para 59% dos alunos, o ensino de língua estrangeira é considerado regular, ruim ou péssimo e 61% tiveram a mesma avaliação para a utilização de novas tecnologias nas escolas.

Quanto aos recursos pedagógicos, que incluem laboratórios, bibliotecas e outros equipamentos, a avaliação do estudante fica um pouco melhor. Para a metade dos participantes estes recursos foram considerados excelentes ou bons e 25% afirmaram ser ruins ou péssimos. Já as condições físicas das escolas receberam o conceito de excelente ou bom de 69% dos estudantes.

"Estes números revelam uma importante preocupação dos participantes do Enem, já que para quase todos eles, ter cursado um boa escola e ter sido um bom aluno, ao lado da aquisição de conhecimentos para a prática profissional, são fatores essenciais para se obter sucesso na vida", afirma a presidente do Inep.

Fazer concurso público é o objetivo de muitos

O desejo de ingressar na carreira do setor público está na cabeça de muitos jovens que participaram do Enem. No questionário socioeconômico, quase a metade dos estudantes, 47,8% deles, afirmou que pretende fazer concurso público nos próximos anos. Um total de 75,2% quer ingressar no mercado de trabalho após a conclusão do ensino médio. Além de conseguir emprego, o objetivo de 97,8% dos participantes é continuar estudando.

A pesquisa revelou também que as questões sociais e o comportamento sexual são os assuntos que despertam grande interesse. Mais de 70% dos participantes consideram essas questões relevantes. O mesmo não foi verificado para a política internacional, assunto que desperta muito interesse de apenas 18,7% dos estudantes.

As atividades religiosas e sindicais são, respectivamente, as mais e menos aceitas quando o assunto é participação em organizações. Dos alunos, 33,4% disseram ir com frequência à igreja ou a grupos religiosos e 93,9% afirmaram que não participam de sindicatos ou associações.

13 de dezembro de 2000.

Desempenho dos alunos no Enem é satisfatório

A nota média obtida pelos participantes foi 51,93 na prova de conhecimentos gerais e 50,37 na prova de Redação

Cerca de 70% dos 315.960 participantes da segunda edição do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) tiraram notas médias, nas provas de conhecimentos gerais e de Redação, acima de 40 pontos, numa escala de zero a cem. Este desempenho pode ser classificado entre regular e excelente.

Os resultados do Enem de 1999 foram divulgados nesta terça-feira, 14 de dezembro, pelo ministro da Educação, Paulo Renato Souza, e pela presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), Maria Helena Guimarães de Castro.

O Enem é uma avaliação inovadora, criada pelo Ministério da Educação para medir as competências e habilidades desenvolvidas pelos alunos ao término da escolaridade básica. Apesar de ter como objetivo avaliar o perfil de saída dos alunos que concluem o ensino médio, o Exame vem servindo de referência pessoal de auto-avaliação e passou a ser utilizado pelas universidades como um dos critérios de seleção para acesso ao ensino superior.

De acordo com os resultados finais, tanto na parte objetiva da prova de conhecimentos gerais como na Redação, o desempenho dos alunos foi equivalente, apresentando poucas variações. Em conhecimentos gerais, a média nacional dos participantes foi 51,93 e, em Redação, 50,37.

Na prova de conhecimentos gerais, composta de 63 questões de múltipla escolha, 18% dos alunos tiveram desempenho entre bom e excelente, com notas variando de 70 a 100. Outros 51,5% receberam notas entre 40 e 70, faixa considerada entre regular e bom. Demonstraram rendimento entre insuficiente e regular, com notas que oscilaram de zero a 40 pontos, 30,5% dos alunos.

Na redação, tiraram notas entre 70 e 100, na faixa de bom a excelente, 15,7% dos participantes. O percentual de alunos com notas na faixa de 40 a 70 pontos, considerada entre regular e bom, atingiu 53,4%. Entretanto, não conseguiram produzir um texto minimamente satisfatório, 30,9% dos que fizeram a prova. Apenas 3% entregaram a redação em branco e pouquíssimos anularam o texto. A nota zero foi atribuída a 18,6 mil redações e a nota máxima, a cerca de 800 participantes.

Alunos de escolas públicas tiraram nota média 44,3 na prova de conhecimentos gerais e 45,4 em Redação. Estas notas são inferiores às de alunos provenientes de escolas privadas, que alcançaram média 59 em conhecimentos gerais e 55,1 em Redação.

"Isso mostra que a diferença entre os alunos de escolas públicas e privadas não é tão significativo. Os melhores alunos da rede pública obtêm desempenho igual ou superior ao dos alunos de escolas privadas. Com a reforma do ensino médio e a melhoria da qualidade do ensino público, essa diferença cairá ainda mais", afirmou o ministro da Educação.

As notas de acordo com as competências avaliadas

O desempenho dos participantes, nas duas partes da prova aplicada, foi medido, também, de acordo com as cinco competências avaliadas pelo Enem: domínio de linguagens; compreensão de fenômenos; solução de problemas; construção de argumentações consistentes; e elaboração de propostas de intervenção na realidade.

As competências mais desenvolvidas pelos alunos foram a construção de argumentações consistentes, na prova de conhecimentos gerais, com média 55,07, e o domínio e uso de diferentes linguagens, em Redação, com média 60,17.

As competências menos desenvolvidas foram a compreensão de fenômenos, na prova de conhecimentos gerais, com média 50,42, e a elaboração de propostas de intervenção na realidade, em Redação, com média 39,29.

O grau de dificuldade das provas, por habilidades

Na parte objetiva da prova, das 21 habilidades avaliadas pelo Enem, a que demonstrou ser de maior dificuldade para os participantes do Exame foi a de número 10. Nesta habilidade, os alunos deveriam "utilizar diferentes escalas de tempo para situar e descrever transformações planetárias (litosfera e biosfera), origem e evolução da vida, e crescimento de diferentes populações".

Essa habilidade foi medida nas questões 3, 4 e 5 da prova amarela. De maneira geral, as questões apoiaram-se em um texto que compara diferentes escalas de tempo para avaliar a compreensão dos tempos do universo, do planeta e do homem. O desenvolvimento desta habilidade exigia o estabelecimento da proporcionalidade entre as duas escalas propostas e pressupunha o conhecimento da ordem de grandeza do tempo em que ocorre o evento em foco; do período que marca o início da agricultura e o reconhecimento do caráter recente da industrialização.

Ainda em relação à parte objetiva, a habilidade que apresentou maior facilidade aos participantes foi a 19, pela qual, os alunos deveriam "confrontar interpretações diversas de uma dada realidade histórico-geográfica, coordenando os diferentes pontos de vista em jogo e identificando os pressupostos de cada interpretação". Essa habilidade foi avaliada nas questões 22, 23 e 31 da prova amarela, buscando verificar se os participantes foram capazes de relacionar percepções históricas ancoradas no mesmo universo conceitual.

Na Redação, o melhor desempenho foi apresentado em relação ao domínio básico da norma culta da língua escrita e a maior dificuldade refere-se à elaboração de proposta de intervenção solidária na realidade no encaminhamento da questão proposta como tema da Redação.

Exame contou com a presença de 91% dos inscritos, grande parte na Região Sudeste

Realizado no dia 29 de agosto, o Enem contou com a presença de 315.960 alunos de um total de 346.953 inscritos. A abstenção somou 9%, bem abaixo da registrada no primeiro Exame, em 1998, quando o índice de faltosos somou 26,5%. As provas foram aplicadas em 162 municípios, incluídas todas as capitais, e em 282 locais de provas.

A maior parte dos participantes do Exame esteve concentrada na Região Sudeste: 67%. São Paulo liderou com o maior número de participantes: 144.444, seguido do Paraná (41.718), Minas Gerais (31.159), Rio de Janeiro (25.175) e Pernambuco (7.968 mil).

Portanto, por se tratar de um exame de caráter voluntário, o universo de participantes não é uma amostra representativa dos concluintes e egressos do ensino médio das 27 unidades da Federação. Isso impede que os resultados sejam comparados por Estado, município e entre as escolas.

Maioria dos participantes é do sexo feminino e possui até 19 anos de idade

A maioria dos participantes do Enem/99 é do sexo feminino. O percentual é de 60,1%, contra 39,9% do sexo masculino. O perfil dos participantes, conforme as respostas dadas ao questionário socioeconômico, é predominantemente jovem: 79% disseram possuir até 19 anos de idade e apenas 4% têm mais de 26 anos.

Há um equilíbrio entre o percentual de participantes que disseram ter cursado todo o ensino médio em escolas públicas e privadas, com uma ligeira vantagem para essas últimas. O percentual de alunos procedentes de escolas privadas é de 49%. Responderam ter cursado

todo o ensino médio em escolas públicas, 43% do total. Outros 8% disseram que freqüentaram metade do ensino médio em escolas públicas e a outra metade em escolas privadas.

No ensino fundamental, entretanto, essa proporção se inverte. Afirmaram ter cursado totalmente este nível de ensino na rede pública 44% dos alunos. Os que freqüentaram todas as oito séries em escolas privadas são 37% e em ambas as redes, 19%.

A distribuição dos participantes quanto à faixa de renda demonstra que 23,8% dos alunos são oriundos de famílias com até cinco salários mínimos por mês. Na faixa dos que têm renda domiciliar de cinco a dez salários mínimos, encontram-se 27,6% dos alunos. Declararam renda mensal entre dez e 30 salários mínimos mensais, 31,7%. Acima de 30 salários mínimos estão 15,2% dos que fizeram o Exame.

A maioria dos alunos participantes do Enem disse que seus pais estudaram no máximo até completar o ensino médio. Possuem este grau de escolarização, 57,5% dos pais e 62,7% das mães. Com o superior completo há 32,2% dos pais e 29,2% das mães.

A escolaridade dos pais dos alunos que participaram do Enem/99 é muito melhor do que a média nacional. Segundo o IBGE, em 1997, 7,3% dos brasileiros na faixa etária entre 25 e 64 anos apresentavam nível superior completo, 16,1% possuíam o ensino médio completo, 12,4% o fundamental completo, 36,2% tinham cursado da 4ª à 1ª série, 15% até a 3ª série e 13% não haviam freqüentado a escola.

Ministro recebe alunos com as melhores notas no Enem

O ministro da Educação, Paulo Renato Souza, recebe hoje, em Brasília, cinco participantes do Enem/99 que ficaram entre os dez com as maiores notas no Exame. Destes, dois são de escolas da rede pública do Estado de São Paulo, um de escola pública do Rio de Janeiro, e dois de escolas privadas.

Christianne Basílio e Silva, do Rio de Janeiro, Edson Roberto Didone Júnior, de Santa Bárbara do Oeste (SP) e Francisca Mortara San Martin, de Campinas, tiraram cem na prova de conhecimentos gerais. Os três são de escolas públicas e levaram três anos para cursar as três séries do ensino médio.

São provenientes de escolas privadas, Carolina Falcão Motoki, de São Paulo, e Marcelo Gibson de Castro Gonçalves, de Belo Horizonte. Eles tiraram nota máxima em Redação, assim como outros cerca de 800 alunos de todo o País. Mas a diferença é que tiraram boas notas na prova de conhecimentos gerais.

O destaque no Enem, entretanto, foi Vinícius Cifu Lopes, de São Paulo. Ele tirou nota máxima na Redação e teve um ótimo desempenho na prova de conhecimentos gerais, com 98,4% de aproveitamento. Vinícius não veio a Brasília por estar prestando vestibular.

Participantes elogiam escolas e professores, mas reclamam dos laboratórios de informática e do ensino de língua estrangeira

A opinião dos participantes do Enem/99 em relação aos professores e às condições físicas das escolas é altamente positiva. Por outro lado, a maioria reprova a falta de computadores e a precariedade do ensino de língua estrangeira.

Disseram ser bom ou excelente o conhecimento que os professores têm da matéria ensinada, 85% dos alunos. Sobre a dedicação desses professores, 71% classificaram como boa ou excelente.

Quanto às condições físicas das escolas, 71% consideraram boas ou excelentes. O índice de aprovação diminui quando os alunos avaliam os recursos pedagógicos existentes nas escolas. Para 51%, os recursos pedagógicos são tidos como péssimos ou regulares, enquanto outros 49% dão notas de bom a excelente.

O uso do computador e de outros recursos de informática nas escolas foi alvo de reclamação da maioria dos participantes do Enem. Para 47%, as condições de acesso a esse equipamento são péssimas ou ruins. Outros 17% afirmaram ser apenas regulares. O índice de bom e excelente nesse item chegou a 35%.

Outra reclamação é com o ensino de língua estrangeira, considerado bom ou excelente por pouco mais de um terço dos participantes do Exame. Para 35% dos alunos, o ensino de língua estrangeira nas escolas, sobretudo o inglês e o espanhol, é péssimo ou ruim. Somando o percentual de regular, atribuído por 28% dos alunos, o índice de insatisfação atinge 63%.

Jovens valorizam o trabalho, a honestidade e a solidariedade

Um aspecto que se destaca no universo das perspectivas dos participantes do Enem/99 é sua concepção dos atributos importantes para se ter um bom futuro: a grande maioria elegeu o trabalho, a honestidade e a solidariedade como características principais.

Ser trabalhador é uma qualidade muito importante para 98,6% dos alunos que responderam ao questionário socioeconômico do Exame. Ser honesto e justo vêm a seguir com 97,9% das citações. Ser generoso e solidário são outras qualidades eleitas pelos alunos, com 96,7% de respostas.

A esperteza também aparece como uma vantagem muito citada (93,1%), superando situações como a origem em família rica, que recebeu 29,4% de respostas afirmativas.

Trabalho começa antes dos 14 anos

Aproximadamente 120 mil participantes do Enem/99, o equivalente a 38,9% de um total de 308.514 que responderam ao questionário socioeconômico, disseram que exercem trabalho remunerado e outros 13,2% nunca trabalharam, mas estão procurando emprego.

Dos que trabalharam enquanto cursavam o ensino médio, 14,4% informaram que a atividade remunerada começou antes mesmo de completar 14 anos de idade, após a conclusão do ensino fundamental, e outros 53,9% iniciaram entre 14 e 16 anos, paralelamente aos estudos. Começaram a trabalhar entre 17 e 18 anos, 23,1%, e após os 18 anos, 8%.

O Estado com o maior percentual de alunos que aliam o estudo com o trabalho é o Amazonas (53,3%), seguido por Rondônia (48,7%), Paraná (47,8%), Tocantins (46,9%) e Mato Grosso (44,7%).

A remuneração desses jovens varia de um a cinco salários mínimos mensais. Declararam receber até um salário mínimo por mês, 18,6% dos alunos; de um a dois salários mínimos, 21,4%; e de dois a cinco salários mínimos, outros 16,8%. A maioria (55,4%) trabalha no comércio e garante ser para ajudar os pais ou para o sustento próprio (56,9%).

Alunos preferem as questões sociais à economia e à política

Questões sociais, como o desemprego, a pobreza e a violência se constituem no maior motivo de preocupação e de interesse dos participantes do Enem/99. Responderam se interessar muito por esses assuntos, 74% dos alunos.

Outros temas preferidos pela maioria são a música popular brasileira e o meio ambiente, respectivamente, com 52,1% e 51,9% das citações.

Os temas que despertam menos interesse são a política internacional (16,4%), moda (20,2%), economia (24,7%), atividades culturais (27,7%) e a política nacional (30,3%).

Apesar do alto interesse por temas sociais, a maioria absoluta disse não participar de atividades promovidas por sindicatos, associações, partidos políticos, movimentos sociais e grêmios estudantis. Apenas 7,4% afirmaram que se envolvem, "às vezes", com partidos ou movimentos sociais e somente 3,2% participam de sindicatos ou associações. Clubes e igrejas também são pouco freqüentados. Vão com freqüência à igreja, 34,4% dos participantes do Exame, e ao clube, 25,1%.

Enem se consolida como instrumento de avaliação

Dois anos depois do seu surgimento, o Enem começa a consolidar-se como instrumento de avaliação. Esta é a opinião do ministro da Educação, Paulo Renato. "O desafio, agora, é aprimorá-lo cada vez mais. O Exame já está sendo considerado uma referência importante, não só para os alunos que estão concluindo ou já concluíram o ensino médio, mas também para as escolas, professores e as instituições de ensino superior", afirma.

Segundo a presidente do Inep, Maria Helena Guimarães de Castro, o Enem é um marco inovador nas avaliações educacionais que vinham sendo realizadas no País. "O Exame vem se notabilizando como indutor de mudanças no ensino médio e nos processos de avaliação, tanto dos sistemas educacionais como de seleção para o ensino superior", garante. Para ela, a partir do Exame, os próprios professores estão se sentindo estimulados a mudar a forma de ensinar e de avaliar o aprendizado dos alunos em sala de aula.

Por ser uma avaliação que se estrutura a partir de competências e habilidades básicas, o Enem muda o enfoque presente nas avaliações tradicionais feitas pela escola, cuja ênfase principal são os conteúdos em si, explica a coordenadora do Exame, Maria Inês Fini. "Ao apresentar situações-problema, devidamente contextualizadas, o Enem busca verificar quais as operações mentais que os participantes são capazes de realizar, utilizando os conteúdos escolares. O importante não é saber quanto os alunos sabem, mas como sabem relacionar dados e informações para tomar as decisões necessárias no seu dia-a-dia", afirma.

O Exame foi estruturado com base na nova LDB, nos Parâmetros Curriculares Nacionais e nas Matrizes de Referência para o Saeb (Sistema de Avaliação da Educação Básica) e na Matriz de Competências e Habilidades do Enem. Além do mais, o Enem afina-se perfeitamente com a reforma do ensino médio, auxiliando na compreensão dos novos princípios orientadores da reforma dos currículos - a interdisciplinaridade e a contextualização, entre outros.

14 de dezembro de 1999.

Enem demonstra conhecimento dos alunos ao final da educação básica

Uma parcela significativa dos alunos brasileiros que concluem a educação básica consegue usar os conhecimentos adquiridos na escola para tomar decisões práticas e resolver problemas simples do dia-a-dia. Mas tem dificuldade para solucionar questões complexas, que exigem raciocínio mais apurado.

Este é um dos principais destaques do primeiro Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), realizado no dia 30 de agosto deste ano pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), órgão ligado ao Ministério da Educação.

"Os resultados são positivos em função da estrutura da prova, que avaliou as habilidades e as competências básicas desenvolvidas pelos alunos ao longo da escolaridade básica. Foi um desafio novo para os alunos. Normalmente, as provas são formuladas para cobrar apenas conteúdos específicos. No Enem foi diferente: os alunos não

precisaram decorar fórmulas e macetes para fazer a prova, pois o que cobramos deles foi a capacidade de aplicar o que aprenderam para resolver problemas do seu cotidiano", ressalta o ministro da Educação, Paulo Renato Souza.

Os resultados do Exame, que se propõe a ser uma alternativa de acesso ao ensino superior e uma referência para o mercado de trabalho, foram divulgados ontem (16 de dezembro). A divulgação foi feita pelo ministro da Educação, a presidente do Inep, Maria Helena Guimarães de Castro, e a coordenadora do Enem, Maria Inês Fini.

O Enem foi aplicado no dia 30 de agosto em 184 municípios, incluindo todas as capitais. Participaram do Exame, que é voluntário, 115.575 alunos concluintes e egressos do ensino médio, de um total de 157.221 inscritos. Grande parte dos alunos (82,9%) teve sua taxa de inscrição, no valor de R\$ 20,00, paga pelas Secretarias Estaduais e Municipais de Educação.

No Exame, a maioria dos participantes que respondeu ao questionário-pesquisa é do sexo feminino (62,8%). Afirmaram possuir entre 17 e 18 anos, 52% do total. Disseram ter cursado o ensino médio em escolas públicas, 78,1%. A maior parte (86,9%) informou estar concluindo o ensino médio este ano, contra 9,1% que concluíram em anos anteriores.

Como foi o desempenho em Redação e na prova de conhecimentos gerais

O desempenho dos participantes do Enem foi medido em duas provas: uma de Redação e outra de conhecimentos gerais, composta por 63 questões multidisciplinares.

"Queríamos avaliar o que os alunos efetivamente assimilam de conhecimento ao longo dos seus estudos e agora sabemos o que eles são capazes de fazer com o aprendizado que adquirem", afirma o ministro.

Levando em consideração as três faixas de desempenho na prova de Redação, 24,6% dos participantes tiveram seu rendimento classificado como bom/excelente; 37,6% como regular/bom e 37,8% como insuficiente/regular. Em Redação, a nota média atingida pelos participantes foi 4,6.

Na prova de conhecimento gerais, o desempenho de uma parte considerável de participantes situou-se na faixa regular/bom (36,7%) e um número reduzido atingiu a faixa bom/excelente (4,6%), embora a maioria dos participantes tenha alcançado rendimento insuficiente/regular (58,7%). Em conhecimentos gerais, a nota média atingida pelos participantes foi 4.

A boa *performance* dos participantes do Exame em Redação pode ser explicada, segundo Maria Inês Fini, pela natureza da proposta e pelos critérios de correção, que valorizaram a coesão e a coerência do texto.

A coordenadora do Enem considera que o tema da Redação - "Viver e aprender" - inspirado na letra da música "O que É o que É", de Gonzaguinha, foi simples e familiar à maioria dos participantes, bem como o tipo de texto solicitado - a dissertação.

O desempenho dos participantes na prova de conhecimentos gerais foi medido de acordo com as cinco competências do Enem: domínio da linguagem; compreensão de fenômenos; solução de problemas; construção de argumentações consistentes; e elaboração de propostas de intervenção na realidade.

Domínio da linguagem

A primeira competência, que avalia o domínio das diferentes linguagens, representa o nível básico do desempenho cognitivo, que pode ser atingido ao final da escolaridade básica.

Esta competência apresentou o maior percentual de participantes com desempenho bom/excelente (8,7%) e regular/bom (44,5%) e o menor percentual na faixa insufi-

ente/regular (46,8%). A nota média em domínio de linguagem foi a mais alta: 4,2.
Compreensão de fenômenos

As notas da segunda competência avaliada, sobre a compreensão de fenômenos naturais e sociais, diminuíram um pouco, mostrando que o desempenho baixa à medida que aumenta o grau de complexidade das competências avaliadas.

O desempenho de 52,3% dos participantes foi considerado insuficiente/regular; 42,6% receberam notas regular/bom; e 5,1% ficaram com bom/excelente. A nota média dos participantes, nessa competência, foi 4,1.

Solução de problemas

Nessa competência, a maioria dos participantes concentra-se na faixa de desempenho insuficiente/regular (57%), mas continua sendo significativo o percentual de alunos na faixa regular/bom (38%) e bom/excelente (5%). A nota média na solução de problemas foi 4.

Construção de argumentações consistentes

É na quarta competência que se encontra o desempenho mais baixo da prova. Esta competência requer a organização das informações e conhecimentos disponíveis em situações concretas, para a construção de argumentações consistentes.

O percentual de participantes na faixa de desempenho insuficiente/regular subiu para 61,8% e houve uma queda na faixa de desempenho regular/bom (32,6%). O percentual de participantes com rendimento bom/excelente manteve-se estável (5,6%). A nota média baixou para 3,7.

Elaboração de propostas de intervenção na realidade

Quando as questões do Enem testaram os conhecimentos adquiridos na escola para elaboração de propostas de intervenção na realidade, na quinta e mais complexa competência do Exame, o desempenho voltou a melhorar. Mas o índice de insuficiente/regular ainda continuou sendo maioria (55,4%), contra 39,3% de regular/bom e 5,3% de bom/excelente. A nota média dos participantes, nesta competência, foi de 3,9.

Exame pode ser alternativa ao vestibular, sugere ministro da Educação

Todas as instituições de ensino superior, públicas e privadas, poderão utilizar os resultados do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) para selecionar alunos, sugere o ministro Paulo Renato.

"Quando resolvemos criar o Enem, pensamos em fazer um exame para avaliar não só o desempenho individual dos alunos, mas que viesse a ser referência ao mercado de trabalho e para seleção de alunos à universidade", sustenta.

Paulo Renato lembra, entretanto, que as instituições de ensino superior têm autonomia para definir os critérios de seleção, "desde que dêem oportunidades iguais a todos os candidatos".

Resolução aprovada recentemente pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) definiu as regras de ingresso ao ensino superior. De acordo com essas novas regras, as instituições não poderão reservar vagas para alunos de escolas conveniadas, mas poderão, por exemplo, fazer a seleção pelas notas obtidas no Enem ou, ainda, por meio de programas de avaliação

seriada. A análise do histórico escolar dos alunos também pode ser uma alternativa.

A Pontifícia Universidade Católica (PUC), do Rio de Janeiro, foi uma das primeiras instituições a selecionar alunos pelos resultados do Enem. Já garantiram sua vaga para o primeiro semestre do próximo ano, sem prestar concurso vestibular, 264 estudantes que alcançaram desempenho superior a 70% no Exame. Outras instituições do Rio de Janeiro e de outros Estados estão selecionando alunos por meio dos resultados obtidos no Exame.

Resultados confirmam avaliações já realizadas

Os resultados do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) confirmam o que já havia sido constatado em avaliações anteriores da educação básica feitas pelo Inep, como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb).

As confirmações:

1. quanto maior é a distorção série-idade dos alunos pior é o desempenho;
2. as moças são melhor em Redação e os rapazes, em conhecimentos gerais;
3. o desempenho de alunos cujos pais possuem nível superior fica bem acima dos alunos cujos pais possuem pouca ou nenhuma escolaridade;
4. os alunos que cursaram toda a educação básica em escola pública apresentam rendimento inferior ao dos alunos que estudaram sempre em escolas privadas;
5. os alunos provenientes de famílias com renda mensal acima de dez salários mínimos têm desempenho muito superior ao daqueles em que as famílias possuem renda de um a seis salários mínimos;
6. embora não seja significativa a diferença, os alunos que estudam no período noturno e que trabalham durante o dia rendem menos do que aqueles que estudam no período diurno e não trabalham.

Expectativa de fazer vestibular é de 92,9% dos participantes

Expandir o número de vagas no ensino superior é uma necessidade urgente para o País. Dos participantes do Enem, 92,9% responderam que têm expectativa de prestar exame vestibular e dar continuidade aos estudos.

Como a maioria dos participantes (49,3%) estuda no período noturno e 58,3% exercem alguma atividade remunerada durante o dia, a demanda sobre vagas no ensino superior deverá recair sobre o período noturno.

"Para garantir que esses alunos dêem prosseguimento aos seus estudos, é preciso que as instituições públicas federais de ensino superior aumentem a oferta de vagas em cursos seqüenciais e de graduação no período noturno", propõe o ministro da Educação.

Segundo ele, há uma demanda reprimida por vagas em cursos profissionalizantes de curta duração. Como exemplo, ele cita que 82% dos participantes do Enem manifestaram interesse em fazer curso profissionalizante e adquirir melhor preparo para trabalhar.

Atualmente, cerca de 82% das vagas abertas pelas universidades públicas federais concentram-se no período diurno, enquanto nas instituições particulares a oferta de vagas é predominantemente noturna (66,7%).

O ministro diz ainda que a oferta de vagas no ensino superior não vem acompanhando com a mesma intensidade o crescimento do número de concluintes do ensino médio.

No período de 1994 a 1998, as matrículas no ensino superior cresceram 25,5%, para um aumento do número de concluintes do ensino médio de 45,2% no período de 1994 a 1997.

Maioria tem na religião única forma de inserção social

Para 80,6% dos 114.196 participantes do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem)

que responderam o questionário-pesquisa, para levantamento de dados socioeconômicos, a religião é a principal forma de participação social, superando em muito as outras alternativas colocadas.

A maioria absoluta dos participantes garante não se envolver com atividades comunitárias, esportivas, estudantis, políticas, de recreação e sindicais.

Disseram participar de grêmios estudantis apenas 17,1% dos participantes; de clubes recreativos e associações esportivas, 41,7%; de grupos de bairro e associações comunitárias, 17,3%; de sindicatos e associações profissionais, 8,2%; de partidos políticos e movimentos sociais, 11,9%.

"Os jovens revelam uma mudança comportamental muito grande. Ao mesmo tempo que eles manifestam preocupação com temas políticos como a pobreza, o desemprego, a Aids e o meio ambiente, demonstram falta de interesse em participar de atividades políticas. Eles se interessam pelo assunto, mas não se sentem motivados a participar dos movimentos sociais, dos sindicatos e dos partidos políticos", analisa a presidente do Inep, Maria Helena Guimarães de Castro.

Pobreza, Aids e meio ambiente são as maiores preocupações

Questões sociais como a pobreza e o desemprego despertam muito o interesse dos participantes do Enem. Para 94,7% dos alunos que responderam ao questionário-pesquisa do Exame, essas são suas maiores preocupações.

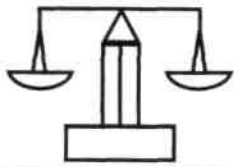
Outras preocupações que tiveram um percentual elevado de respostas foram meio ambiente (93,4%) e assuntos sobre comportamento sexual e Aids (93,3%).

Por outro lado, os participantes demonstraram pouca preocupação com os assuntos econômicos: apenas 36,8% afirmaram ter interesse pelo tema. A política desperta o interesse de 71,7%, mas há um percentual elevado (23,5%) de participantes que dizem não se preocupar com o assunto.

A preocupação com a pobreza, o desemprego, a Aids e o meio ambiente, na avaliação da presidente do Inep, representa que os estudantes brasileiros estão atualizados com seu tempo, pois estes assuntos despertam hoje a consciência dos jovens em todo mundo.

"O desemprego é um fantasma que ronda todas as classes sociais, mas, principalmente, os segmentos de baixa escolaridade, que têm chances reduzidas de obter um bom emprego no concorrido mercado de trabalho. Já a preocupação com o meio ambiente pode estar ligada à qualidade de vida, que é um assunto de interesse mundial. A preocupação com a Aids, por sua vez, significa que os alunos brasileiros estão cientes do problema e que as campanhas de prevenção vêm surtindo efeito", avalia Maria Helena.

Questão com o maior percentual de acerto no Enem: 77%

18	Um armazém recebe sacos de açúcar de 24 kg para que sejam empacotados em embalagens menores. O único objeto disponível para pesagem é uma balança de 2 pratos, sem os pesos metálicos.	
	Realizando uma única pesagem, é possível montar pacotes de: (A) 3kg (B) 4kg (C) 6kg (D) 8kg (E) 12kg	

Resposta correta: E

Questão com o menor percentual de acerto no Enem: 10%

23	No quadro abaixo estão as contas de luz e água de uma mesma residência. Além do valor a pagar, cada conta mostra como calculá-lo, em função do consumo de água (em m ³) e de eletricidade (em kWh). Observe que, na conta de luz, o valor a pagar é igual ao consumo multiplicado por um certo fator. Já na conta de água, existe uma tarifa mínima e diferentes faixas de tarifação.			
	<i>Companhia de Eletricidade</i>			
	Fornecimento		Valor – R\$	
	401 kWh	0,13276000	53,23	
	<i>Companhia de Saneamento</i>			
	Tarifas de água/m³			
	Faixas de consumo	Tarifa	Consumo	Valor – R\$
	até 10	5,50	tarifa mínima	5,50
	11 a 20	0,85	7	5,95
	21 a 30	2,13		
	31 a 50	2,13		
	acima de 50	2,36		
	Total			11,45
Suponha agora que dobre o consumo d'água. O novo valor da conta será de:				
(A) R\$ 22,90				
(B) R\$ 106,46				
(C) R\$ 43,82				
(D) R\$ 17,40				
(E) R\$ 22,52				

Resposta Correta: C

16 de dezembro de 1998.

2.3 EXAME NACIONAL DE CURSOS (PROVÃO)

Cursos apresentam desempenho satisfatório no Provão

Das 20 áreas avaliadas este ano, em 15 houve uma concentração maior de cursos com conceito A do que com conceito E

Os resultados do Provão 2001 mostram que há um significativo conjunto de cursos de graduação com desempenho satisfatório na avaliação realizada pelo Ministério da Educação. Os dados revelam uma maior concentração de cursos com conceitos A do que E.

Das 20 áreas avaliadas, em 15 o percentual de cursos na mais alta faixa de desempenho é maior do que os que obtiveram os piores resultados. De acordo com o relatório, 14,3% dos cursos tiveram conceito A e 11,4%, conceito E.

O maior percentual de conceitos A foi identificado em Medicina Veterinária. Nessa área, 20,3% dos cursos ficaram no patamar mais alto da avaliação. O menor foi registrado em Jornalismo, onde 7,1% alcançaram a faixa de melhor desempenho.

A carreira de Engenharia Química teve o maior porcentual de conceitos E, com 20,8% dos cursos posicionados no pior nível. A menor concentração nessa faixa de desempenho foi em Matemática: 3,1%.

Dos 3.668 cursos avaliados pelo Provão deste ano, 2.514 (68%) obtiveram conceitos A, B ou C. Os outros 32% ficaram com conceitos D ou E, considerados como baixo desempenho e que podem levar o curso a perder a sua autorização de funcionamento. Trinta e três cursos ficaram sem conceito, pois apenas um aluno fez a prova ou não houve comparecimento dos graduandos.

Os dados do Exame Nacional de Cursos de 2001 foram divulgados hoje, 12, pelo ministro Paulo Renato Souza e pela presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep/MEC), Maria Helena Guimarães de Castro.

Participaram da avaliação os cursos de Agronomia, Administração, Biologia, Direito, Economia, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Engenharia Química, Farmácia, Física, Jornalismo, Letras, Matemática, Medicina, Medicina Veterinária, Odontologia, Pedagogia, Psicologia e Química.

Mudança na avaliação flexibiliza resultados

O Provão 2001 apresenta uma flexibilização dos resultados devido à mudança na sistemática de distribuição dos conceitos. A partir deste ano, o desempenho de cada um dos cursos depende exclusivamente da distância da média do curso em relação à média geral da área.

Antes, a distribuição era pré-fixada. Aos 12% com desempenho mais alto atribuíam-se o conceito A; aos 18% seguintes, o conceito B; aos 40% a seguir, com desempenho médio, o conceito C; e os conceitos D e E aos 18% e aos 12% com desempenhos mais baixos, respectivamente.

O ponto de partida do novo critério é a média geral de cada área. A partir dela é calculada a dispersão das médias dos cursos, o chamado desvio-padrão, que permite a construção de faixas de valores para a distribuição dos desempenhos dos cursos. A média de cada curso estará, sempre, dentro de um dos intervalos determinados e cada um desses intervalos corresponde a um conceito (A, B, C, D ou E). A nova metodologia visa aumentar a nitidez da fotografia do sistema e, com isso, captar com mais precisão a evolução no desempenho dos cursos.

Com base na média geral e no desvio padrão, a classificação dos cursos ficará da seguinte forma:

Conceito C - cursos que tiverem seu desempenho no intervalo de meio desvio-padrão em torno da média geral;

Conceito B - cursos com desempenho entre meio (inclusive) e um desvio-padrão acima da média geral;

Conceito A - cursos com desempenho acima de um desvio-padrão (inclusive) da média geral;

Conceito D - cursos cujo desempenho estiver no intervalo entre um e meio desvio-padrão (inclusive) abaixo da média geral;

Conceito E - cursos com desempenho abaixo de um desvio-padrão (inclusive) da média geral.

Em Engenharia Elétrica, por exemplo, cuja média geral da área, em 2001, é igual a 42,3 e o desvio padrão é de 10,8, a distribuição dos conceitos dos cursos é a seguinte:

Conceito A - Acima de 53,1 (inclusive)

Conceito B - Entre 53,1 e 47,7 (inclusive)

Conceito C - Entre 47,7 e 36,9

Conceito D - Entre 36,9 (inclusive) e 31,5

Conceito E - Abaixo de 31,5 (inclusive)

Novo critério modifica distribuição de conceitos

O fim da pré-fixação dos resultados do Provão levou a uma nova distribuição dos conceitos. Até o ano passado, todas as áreas avaliadas tinham sempre 30% dos seus cursos classificados como A ou B. Em 2001, essa relação mudou.

Na avaliação deste ano, oito áreas tiveram mais de 30% dos seus cursos com conceitos A ou B e outras três ficaram próximas a esse índice. Em Jornalismo, por exemplo, 38,1% atingiram os dois patamares mais altos do Provão. O mesmo foi alcançado por 29,8% dos cursos de Odontologia.

Outras áreas tiveram uma significativa concentração no conceito O desempenho considerado mediano. É o caso de Psicologia, onde 57,7% dos cursos ficaram nesse nível. Nas cinco avaliações anteriores, o percentual de distribuição de conceitos C era prefixado em 40%.

Em relação ao critério anterior, os dados gerais do Provão mostram que houve um aumento no percentual de cursos como A, C e D e redução de conceitos B e E. Em 2001, a distribuição ficou da seguinte forma: 14,3% atingiram o patamar mais elevado; 13,3% alcançaram o segundo melhor nível; 40,9% chegaram à posição mediana da escala; 20% ficaram no quarto nível e 11,4% estão na última posição.

Exame destaca desempenho de sete carreiras

As áreas de Agronomia, Engenharia Química, Física, Jornalismo, Medicina, Pedagogia e Psicologia tiveram maior concentração de cursos nos dois patamares mais elevados (A ou B) da avaliação do que nos dois mais baixos níveis de desempenho (D ou E).

Em Jornalismo, a diferença do percentual de cursos com desempenho A ou B e os que obtiveram conceito D ou E foi a mais elevada entre todas as áreas, chegando a 14,2 pontos: 38,1% contra 23,8%. Mas a maioria dos cursos, considerando os dois níveis superiores, alcançaram o conceito B e apenas 7,1% atingiram A. Essa diferença é explicada, em parte, pelo índice de provas em branco nessa área.

A maior concentração de cursos com D e E foi identificada na carreira de Medicina Veterinária, com 40,7% deles nessa faixa de desempenho. Mas também foi a área com maior percentual de conceitos A: 20,3%. Essa diferença é explicada pela migração, depois da adoção do novo critério de distribuição, de cursos com B para o conceito A e daqueles com C para o conceito D.

Em outras carreiras também foram identificadas características de evolução semelhante. Em Odontologia, por exemplo, houve uma polarização: 19,2% dos cursos alcançaram conceito A e 10,6% ficaram com B. Ao mesmo tempo, 16,3% obtiveram E e 13,5% chegaram ao D. Em Química, foram 17,9% com A e 8%, B.

Maioria das instituições federais obtêm conceitos A e B

O desempenho das instituições federais no Provão mostra que, em 15 áreas, a soma de conceitos A e B foi igual ou superior a 50% do total de cursos avaliados. Agronomia, Economia, Jornalismo, Medicina e Química não alcançaram esses níveis de desempenho, mas, mesmo assim, em nenhuma dessas áreas a soma dos dois patamares mais elevados é inferior ao total de conceitos D e E.

Os cursos de Direito oferecidos pelas instituições federais tiveram, no seu conjunto, a melhor *performance* no Provão: 73,2% tiveram A ou B. Em Medicina, 36,4% alcançaram os dois melhores resultados, o menor índice entre as 20 áreas. Nessa área também foram registrados 39,4% de C e 24,2% de D ou E. Em Engenharia Civil, nenhum curso das federais ficou nos últimos níveis de desempenho.

Nas instituições estaduais de educação superior oito áreas conseguiram metade ou mais de conceitos A e B. São elas: Agronomia, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Engenharia Química, Farmácia, Medicina e Medicina Veterinária. O melhor desempenho ficou por conta do conjunto dos cursos de Farmácia, com 75% nos dois níveis mais elevados.

Na rede privada, três áreas avaliadas conseguiram ter um porcentual de cursos A e B maior ou igual à soma de conceitos D e E. Os cursos de Jornalismo foram os que mais se destacaram, com 39,7% de A e B. Esse cenário se repete em Pedagogia e Medicina.

Regiões Sul e Centro-Oeste têm bom desempenho

Duas regiões destacam-se das demais na distribuição dos conceitos do Provão. No Centro-Oeste, quatro áreas (Engenharia Mecânica, Farmácia, Medicina e Odontologia) tiveram a maioria dos seus cursos com conceitos A ou B, sendo que em Engenharia Elétrica apenas um curso foi avaliado. Já no sul o mesmo ocorre em três áreas (Jornalismo, Medicina e Odontologia).

No Nordeste, a soma de conceitos A e B dos cursos de Engenharia Elétrica alcançou 55,6% do total. Na Região Sudeste existe uma distribuição mais homogênea de notas e, em nenhuma área, registrou-se concentração de notas mais altas.

O desempenho no Provão dos cursos oferecidos na Região Norte do País pode ser considerado fraco.

Em 12 áreas, nenhum curso alcançou notas A ou B. Em dez áreas pelo menos a metade dos cursos avaliados apresentou conceitos D ou E.

Estudante do Mato Grosso do Sul é o único a tirar 100

Participaram do Provão 271.421 alunos de 3.701 cursos de 20 áreas. Apenas um tirou cem, a nota máxima do Exame. O estudante Markus Samuel Rebmann cursa Engenharia Civil na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e autorizou o Inep a divulgar a sua colocação no Exame.

Na última segunda-feira, 10, o Inep enviou aos alunos participantes do Provão o Boletim de Desempenho do Graduando. Neste documento, consta a média geral do estudante e suas notas nas provas de múltipla escolha e discursiva. Para efeito de comparação, ele vai receber essas mesmas informações sobre o desempenho dos alunos do Brasil, da região, do Estado e da instituição onde concluiu seu curso.

Os estudantes com as melhores médias em cada área avaliada pelo Provão terão direito à bolsa para mestrado ou doutorado da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes/MEC). O objetivo do Ministério da Educação é reconhecer o esforço dos alunos que, pela dedicação aos estudos, alcançaram as maiores notas na avaliação.

Inscrições para o Exame de 2002 já estão abertas

Já estão abertas as inscrições ao Provão 2002. Até o dia 22 de março, as instituições de ensino superior que têm concluintes nos cursos de graduação a serem avaliados devem cadastrar os alunos que irão participar do Exame. As inscrições só podem ser feitas pela Internet, no endereço <http://provao.inep.gov.br>.

O Provão 2002 será aplicado no dia 9 de junho. Deverão participar mais de 320 mil alunos de 4.700 cursos. Além das 20 áreas avaliadas este ano, outras quatro integrarão o

próximo Exame: Arquitetura e Urbanismo, Ciências Contábeis, Enfermagem e História. O Exame é obrigatório a todos os estudantes que estão concluindo os cursos a serem avaliados.

Antes de transferir os dados para o Inep, os coordenadores deverão identificar todos os alunos aptos a participar da avaliação com suas respectivas informações, como nome completo, CPF, número da carteira de identidade, data de nascimento e endereço atualizado. Além disso, devem indicar se algum estudante necessitará de atendimento especial para fazer a prova. Os cursos que não têm estudantes aptos a participar do Exame deverão prestar essa informação por meio da página na Internet.

Aumenta qualificação dos professores

A avaliação do ensino superior está estimulando a melhoria da qualificação dos professores da graduação. Em todas as 13 carreiras que participaram de três ou mais edições do Exame foi constatado um crescimento no número de docentes com mestrado ou doutorado. É o que mostra o levantamento do Provão elaborado a partir de informações prestadas pelas coordenações dos cursos avaliados.

Em 1997, quando o Ministério da Educação realizou a segunda edição do Provão, 48% dos professores dos cursos de Odontologia que participaram da avaliação eram mestres ou doutores. Neste ano, o levantamento mostra que o número de docentes com pós-graduação nessa carreira já representa 63% do total.

O mesmo foi identificado nas três áreas avaliadas no primeiro ano do Provão. De acordo com os dados de 2001, 47% dos professores de Administração têm o título de mestre ou doutor contra índice de 33% registrado em 1996. Em Engenharia Civil, onde há seis anos a maioria (51%) dos docentes tinha concluído a pós-graduação, melhorou ainda mais a qualificação. Agora, eles representam 64%. Em Direito, o índice passou de 24% para 39%, mas essa área teve a evolução mais significativa, de quase 16 pontos percentuais.

Das 20 áreas avaliadas, apenas em Administração e Direito a quantidade de professores com pós-graduação ainda não é maioria em relação ao conjunto de docentes. Em Medicina Veterinária, carreira com maior índice de mestres e doutores, eles somam 84% do total.

Alunos destacam aprimoramento das aulas

Além de melhorar a formação acadêmica, os docentes estão aprimorando a forma de lecionar. A comprovação está nas opiniões dos próprios alunos que participaram do Provão 2001. Em 1997, 25% dos formandos de Administração informaram que todos os seus professores apresentaram plano de ensino ao iniciar o período letivo. Este ano, o mesmo foi declarado por 35% dos estudantes. Em Medicina Veterinária, a taxa saltou de 5% para 23%.

A dedicação dos professores e o conhecimento que eles têm das disciplinas são outras características destacadas pela maioria dos estudantes que fez o Provão 2001. Em todas as áreas, com exceção de Jornalismo, mais de 50% dos formandos disseram que a maior parte dos professores demonstra empenho, assiduidade e pontualidade.

Quanto ao conhecimento da disciplina, em todas as carreiras, mais de 60% dos alunos declararam que a maior parte dos professores demonstra domínio atualizado da matéria ensinada. A ênfase nessa afirmação foi maior entre os formandos de Odontologia, onde 89% elogiaram essa característica dos docentes.

No entanto, os dados relativos à atuação dos professores mostram também, de acordo com a percepção dos alunos, que, em poucas matérias, foi solicitada a realização de atividades de pesquisa como estratégia de aprendizagem. Essa declaração foi feita por muitos estudantes, chegando a 60% entre os formandos de Medicina.

Cresce acesso a microcomputadores e serviço informatizado nas bibliotecas

Um indicativo da melhoria da infra-estrutura das instituições, apontado pelos estudantes, é o acesso ao sistema informatizado para pesquisa bibliográfica nacional e internacional. Em 1998, nos cursos de Letras e Matemática, somente 10% e 7% dos formandos, respectivamente, contavam com esse recurso. Segundo dados deste ano, 23% dos alunos de Letras avaliados pelo Provão afirmaram ter esse tipo de serviço informatizado. No caso de Matemática, esse índice cresceu para 21%.

Uma das áreas melhor estruturadas nesse aspecto é Odontologia. Em 1998, 42,5% dos alunos declararam ter acesso informatizado à pesquisa. Hoje, 53% afirmaram dispor desse recurso pedagógico.

O acesso dos alunos a microcomputadores, segundo as necessidades do curso, também apresentou melhorias significativas. Em 1997, apenas 2% dos alunos de Medicina Veterinária contavam com computadores. Em 2001, esse índice é de 38%. Em Odontologia, o acesso dos estudantes a microcomputadores aumentou de 10%, em 1997, para 41%, este ano.

Para estudantes, curso deveria ter exigido mais

As melhorias implementadas pelas instituições, tanto em relação à formação dos professores quanto à metodologia e infra-estrutura de ensino, ainda não atendem totalmente às expectativas dos alunos. É o que sinaliza os resultados do questionário-pesquisa sobre o nível de exigência do curso.

Para a maioria deles, em todas as carreiras, o curso deveria ter exigido um pouco mais ou muito mais dos estudantes. De acordo com o relatório, 74% dos formandos de Jornalismo fizeram essa afirmação.

Em alguns cursos, como as Engenharias e Odontologia, o número de estudantes que se demonstraram satisfeitos com o nível de exigência aproximou-se da metade dos participantes. Mas em Medicina, apenas 28% declararam que o curso exigiu na medida certa. Foi o mais baixo índice entre as 20 áreas.

Pesquisa socioeconômica revela duas realidades

Os dados levantados a partir do questionário-pesquisa do Provão mostram que a situação financeira dos estudantes de algumas carreiras é uma das características que os diferenciam das demais. Enquanto nas áreas médicas há um maior percentual de participantes com nível econômico elevado, nos cursos mais voltados para a formação de professores predomina a presença de alunos nas faixas de renda mais baixas.

De acordo com o levantamento, 35% dos alunos de Medicina têm renda familiar de R\$ 3.601 a R\$ 9 mil. Em Matemática, 54,3% dos participantes vivem em famílias com rendimento de R\$ 541 a R\$ 1.800. Nesta faixa também está a maioria dos estudantes das carreiras de Física, Letras, Pedagogia e Química.

Nos cursos que predominam a licenciatura, também foi constatada uma maior presença dos estudantes que trabalham. Em Matemática e Pedagogia, quase 60% dos participantes declararam ter exercido alguma atividade remunerada. A mesma afirmação foi feita por 18% dos alunos de Odontologia.

Nas perguntas do questionário-pesquisa sobre a escolaridade dos pais dos estudantes, as respostas revelam um cenário semelhante ao apresentado pelos dados de rendimento familiar. Os pais da maioria dos alunos de Pedagogia, Letras e Matemática têm como formação escolar o ensino fundamental incompleto.

Por outro lado, grande parte dos estudantes das áreas de saúde e da engenharias tem pais com diploma de nível superior. Em Medicina, os pais de 63% dos participantes concluíram a graduação.

Das 20 áreas avaliadas, em 12 predominam alunos que estudaram todo o ensino médio ou parte dele em escolas públicas. Nos cursos de Agronomia, Física, Letras, Matemática, Pedagogia e Química a maioria dos formandos cursou todo o ensino médio na rede pública. Dos estudantes de Medicina, 77% fizeram, na rede privada, todo o ensino médio.

Professores buscam formação superior

Os cursos voltados para a licenciatura estão recebendo um significativo contingente de alunos que fizeram o curso de mestrado. As informações prestadas pelos participantes do Provão mostram que grande parte dos estudantes de Letras, Matemática e Pedagogia concluiu o curso normal antes de ingressar no nível superior.

Em Pedagogia, 64% dos formandos declararam ter realizado o curso de mestrado para lecionar no ensino fundamental. Na área de Letras, 45% fizeram a mesma afirmação. Os dados revelam o aumento da procura pelos cursos de graduação por parte dos professores, que buscam melhorar a sua formação.

Pedagogia é área com mais cursos avaliados

No Provão 2001, foram avaliados 3.701 cursos de 20 áreas do conhecimento. A área com maior participação é Pedagogia, que ingressou este ano no Exame com 499 cursos, seguida por Administração, com 498, e Letras, com 432. As áreas com menor número de cursos no Exame foram Engenharia Química, com 51, e Medicina Veterinária, com 59.

Apenas em Economia houve diminuição de 1,1% na quantidade de cursos que foram submetidos ao Provão no último ano. Já Medicina Veterinária liderou o crescimento, com 18% de novos cursos incluídos no Exame, em 2001.

As instituições privadas participaram do Exame com 2.161 cursos, o que representa 58,4% do total. As instituições federais inscreveram 731 cursos, 19,7%, as instituições estaduais tinham 669 cursos, 18,1%, e as municipais, tiveram o menor contingente, com 140 cursos, ou 3,8%.

As universidades concentram 2.468 (66,7%) dos cursos que foram submetidos à avaliação. Em seguida estão 745 (20,2%) cursos oferecidos por estabelecimentos isolados. Centros universitários e faculdades integradas participaram com 264 (7,1%) e 224 (6,1%), respectivamente.

Em relação à distribuição regional, o Sudeste, com 1.770 (47,8%) cursos, no Provão, aparece em primeiro e, a Região Norte, com 179 (4,8%), contou com o menor número de cursos avaliados. O Estado de São Paulo teve a maior quantidade de cursos: 956.

Direito tem maior número de participantes

O Provão 2001 teve 271.421 participantes. A área de Direito, apesar de não ser a primeira em número de cursos, contou com o maior número de presentes: 50.933. Em seguida aparecem Pedagogia, com 47.870 estudantes participando, e Administração, com 46.300.

Das 20 áreas que participaram do Exame, 16 tiveram crescimento no número de participantes em relação ao último ano, com exceção de Engenharia Civil, Engenharia Química, Engenharia Mecânica e Economia. A área de Letras apresentou o aumento mais acentuado de participantes no último ano: 21,3%.

As instituições privadas tiveram a maior participação no Provão. Do total de graduandos presentes ao Exame, 176.032 (65,9%) estudaram em estabelecimentos pagos. Em seguida aparecem 41.881 alunos provenientes da rede federal, o que representa 15,4%.

A Região Sudeste, com 150.198 participantes responde por 55,3% do total. Na seqüência estão as Regiões sul, com 16,8%, a Nordeste, com 14,3%, a Centro-Oeste, com 7,3% e a Norte, com apenas 3,4%. O Estado de São Paulo teve o maior número de presenças: 91.919.

Provas em branco - O percentual de provas entregues em branco no último Exame Nacional de Cursos foi de 1,6% em relação ao total, resultado que demonstra estabilidade se comparado com 2000, quando o índice foi de 1,4%. No primeiro ano da avaliação, em 1996, 11,7% das provas não foram respondidas. No Provão 2001, Jornalismo aparece com maior taxa, de 22,7%, e a menor foi Administração, com apenas 0,2% de provas em branco.

No Provão, predominam mulheres e estudantes mais jovens

A análise das respostas ao questionário-pesquisa mostra que 48,6% dos estudantes presentes no Provão estão na faixa mais jovem, de até 24 anos. O menor número de graduandos está na faixa dos 30 a 34 anos: 11,1% do total.

Odontologia tem o maior contingente de jovens estudantes: 82,2% com até 24 anos. Já os cursos de Pedagogia têm os formandos mais velhos: apenas 28% estão na faixa de menor idade enquanto a área lidera na faixa de 35 anos ou mais, com 32% do total.

Em relação ao gênero, as mulheres predominam no Provão representando 63% dos participantes. No ano passado o índice era de 55,3%, um crescimento de quase oito pontos percentuais. Esse aumento se deve principalmente à entrada de Pedagogia no Exame. Nesta área, com mais de 40 mil graduandos, 94% são mulheres.

Além de Pedagogia, que lidera quanto à participação feminina, Psicologia, com 89,3%, e Letras, com 86,5%, são as áreas com maior presença de representantes do sexo feminino. Engenharia Mecânica é a área onde existe a menor participação das mulheres: apenas 4,9%.

Saíram da lista os cursos de Administração da PUC-MG, em Betim; de Engenharia Civil da Universidade Federal Fluminense, em Niterói, e de Engenharia Química do Instituto Militar de Engenharia e da PUC-RJ, ambos no Rio de Janeiro.

Provão tem 36 cursos "cinco estrelas"

Trinta e seis cursos de cinco carreiras obtiveram, pelo quinto ano consecutivo, o conceito A no Exame Nacional de Cursos, o Provão. Em Administração, 16 cursos atingiram cinco vezes o patamar mais alto da avaliação. O mesmo foi alcançado por 11 cursos de Direito, cinco de Engenharia Civil e dois Medicina Veterinária e Odontologia.

A lista foi produzida a partir do desempenho dos cursos que participam do Provão desde 1997, ano da segunda edição do Exame. Dos 36 cursos, 15 são mantidos por instituições federais, 14 estão em estabelecimentos estaduais e sete são privados.

Doze cursos terão reconhecimento suspenso

O Ministério da Educação vai suspender o reconhecimento de 12 cursos das áreas de Matemática e Letras. Todos eles tiveram conceitos D ou E no Provão por três anos consecutivos e um Conceito Insuficiente (CI) na qualificação do corpo docente da Avaliação

das Condições de Ensino, divulgada este ano ou em 2000. As regras para suspensão do reconhecimento estão na Portaria nº 1.985, de 10 de setembro de 2001.

Esses cursos também terão os processos seletivos suspensos e não poderão receber novos alunos. A partir da data de hoje as instituições terão o prazo de um ano para sanar suas deficiências.

Antes do término desse prazo elas deverão solicitar ao Ministério da Educação uma nova Avaliação das Condições de Ensino. Este pedido deverá ser acompanhado por relatório detalhando todas as providências tomadas para sanar as deficiências existentes.

A partir do pedido, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep/MEC) terá prazo de 90 dias para realizar a avaliação. Nela, o curso que obtiver pelo menos um Conceito Insuficiente em qualquer uma das três dimensões da avaliação (qualificação do corpo docente, infra-estrutura e projeto didático-pedagógico) será desativado. Já os cursos que não obtiverem nenhum CI terão o reconhecimento renovado. Se ao término desse prazo a instituição não fizer o pedido de uma nova avaliação, o curso será fechado.

No caso de fechamento, caberá à instituição garantir aos alunos a oferta regular do curso até o final do período letivo em que ocorreu a suspensão do reconhecimento ou a desativação definitiva. Os estudantes também terão direito, se for o caso, à transferência para outra instituição e o aproveitamento dos estudos realizados. Aqueles que estiverem matriculados no último período letivo ou que já concluíram o curso, terão garantida a conclusão e o registro do diploma.

12 de dezembro de 2001.

Os novos critérios de avaliação do Provão

O Exame Nacional de Cursos - o Provão - entra em uma nova etapa, em 2001. Depois de cinco anos, o Exame está consolidado como instrumento fundamental do sistema de avaliação das instituições de ensino superior.

Iniciado em 1996, abrangendo três cursos e 56 mil graduandos, este ano o Provão avaliará 20 cursos e 278 mil graduandos, superando em 20% a meta fixada pela agenda de governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. Em 2002, serão 23 cursos e 300 mil graduandos, representando cerca de 90% do total de formandos do País.

A consolidação do Provão levou o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) a estudar propostas e alternativas para aperfeiçoar os critérios de avaliação. Com isso, procura cumprir três objetivos: dar seqüência ao processo de evolução do projeto; captar o movimento de melhoria de desempenho dos cursos e aumentar a nitidez da "fotografia" do sistema.

Embora os critérios até então em vigor tenham se mostrado adequados para a discriminação de diferentes cursos, setores da comunidade acadêmica, nos diversos seminários promovidos pelo Inep/MEC, argumentavam que era preciso encontrar uma "sintonia fina" na avaliação, capaz de detectar a desejável evolução da qualidade do sistema.

O Inep entendia que o critério adotado, que estabelece percentis fixos para a atribuição de conceitos, deveria ser aplicado durante um certo período, para que, a partir de constantes estudos, pudesse ser estabelecida nova forma que permitisse captar com mais nitidez a evolução dos cursos. Depois de cinco anos, chegou a hora de fazer as alterações.

A nova metodologia é, na verdade, um aperfeiçoamento dos critérios adotados até o Provão 2000. A mudança só foi possível porque havia uma série histórica da avaliação dos cursos de graduação.

A atribuição de conceitos - critério adotado até 2000

Desde o primeiro Exame, foi evitada a idéia de simplesmente apresentar as médias de cada um dos cursos, para que não fossem estimuladas as comparações individuais, mas sim, evidenciada a diferença entre grupos de instituições. Desta forma, a opção por atribuir conceitos pareceu a mais adequada, separando-se os cursos em grupos homogêneos segundo seus desempenhos. Deve-se lembrar que o desempenho do curso é expresso pela média das notas de seus alunos.

Para alcançar este objetivo, os grupos foram distribuídos da seguinte forma:

- os 30% de melhor desempenho;
- os 40% de desempenho médio;
- e os 30% de desempenho mais fraco.

Essa distribuição tomou como base o princípio bastante conhecido na análise de itens, que considera aproximadamente os 30% do grupo superior e os 30% do grupo inferior. A partir deste princípio, com os desempenhos das instituições já ordenados, foram constituídos três grandes grupos, determinados portanto pelos percentis 30 e 70 - os 30% mais fracos e os 30% melhores. Entre eles, os 40% situados no patamar de desempenho médio.

Devido à heterogeneidade ainda encontrada nos dois grupos extremos - os melhores e os mais fracos - decidiu-se subdividi-los em duas faixas, estabelecendo-se assim cinco faixas para atribuição dos conceitos, a partir dos grupos determinados pelos seguintes percentis: 12, 30, 70 e 88.

Desta forma, aos 12% das instituições com desempenho mais fraco atribuíam-se o conceito E, aos 18% seguintes, o conceito D, aos 40% a seguir, com desempenho médio, o conceito C, e os conceitos B e A aos 18% e aos 12% com desempenhos mais altos, respectivamente.

Critério atual

- Objetivo: Discriminar o grupo de instituições com desempenho superior do grupo com desempenho inferior, pré-determinados em 30%.
- Indicador: Média da instituição.

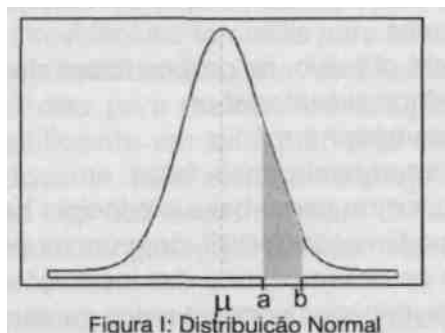
Procedimento

1. Média de cada instituição (curso).
2. Instituições (cursos) ordenadas segundo a sua média.
3. Médias agrupadas segundo os percentis: 12, 30, 70 e 88.

Conceito	
FAIXAS DE PERCENTIS	
A	acima de 88
B	acima de 70 até 88
C	acima de 30 até 70
D	acima de 12 até 30
E	até 12, inclusive

Apenas para efeito de raciocínio: na hipótese de que todos os cursos de todas as faixas tivessem melhorado seu desempenho igualmente, ainda assim, obrigatoriamente, 12% receberiam conceito E e 12%, conceito A. A evolução positiva, portanto, não seria detectada. Tampouco seria captada uma eventual queda de desempenho do curso.

Análise da distribuição dos conceitos



As análises das distribuições das notas dos cursos ao longo desses cinco anos têm demonstrado que um grande número delas apresenta a forma de sino, ou seja, podem ser consideradas como distribuições aproximadamente normais. Também conhecida como curva de Gauss, essa distribuição em forma de sino revela simetria em torno da média, onde se concentra o maior número de cursos, e proporções menores e iguais nos extremos - muito abaixo da média e muito acima da média.

Nos casos em que a distribuição das notas dos cursos (médias dos graduandos) tem esta forma aproximada, o critério atual, fixando percentis, é perfeitamente adequado e reflete a realidade dos cursos. Isso porque, pela simetria e as proporções praticamente iguais nas duas caudas, é razoável atribuir-se a mesma proporção de conceitos para as faixas extremas - 30% para D e E e 30% para A e B - e um percentual maior, de 40%, para a faixa central.

No entanto, no caso de distribuições assimétricas, isto já não ocorre. Assim, atribuir-se o mesmo número de conceitos para os grupos extremos deixa de ser um critério perfeitamente adequado. Embora esta situação não seja a mais comum nestes anos de realização do Provão, o Inep entendeu que o momento é apropriado para revisar os critérios adotados até agora.

Os novos critérios de avaliação para 2001

As bases de referência para a distribuição dos cursos nas cinco faixas não serão mais os extremos - os 30% mais fracos e os 30% de melhor desempenho. O ponto de partida será a média geral dos cursos avaliados. A partir dela, será calculado o desvio-padrão da distribuição dos desempenhos dos cursos e, com base nesses valores, atribuir os conceitos da seguinte forma:

- conceito C aos cursos que tiverem seu desempenho no intervalo de meio desvio-padrão em torno da média geral;
- conceito B aos cursos com desempenho entre meio (inclusive) e um desvio-padrão acima da média geral;
- conceito A aos cursos com desempenho acima de um desvio-padrão (inclusive) da média geral;
- conceito D aos cursos cujo desempenho estiver no intervalo entre um e meio desvio-padrão (inclusive) abaixo da média geral;
- conceito E aos cursos com desempenho abaixo de um desvio-padrão (inclusive) da média geral.

A nova metodologia para distribuição dos conceitos do Provão toma por base a média geral para cada área que está sendo avaliada e a distância da média do curso para essa média geral.

Para a determinação dos conceitos leva-se em conta o chamado desvio padrão, que permite a construção de uma escala de valores para a classificação dos cursos.

Novo critério

- Objetivo: Discriminar instituições segundo a posição relativa da média da instituição (curso) em função da média geral.
- Indicadores: Média da instituição, média e desvio-padrão da distribuição das médias das instituições.

Procedimento

1. Média de cada instituição (curso).
2. Média e desvio-padrão das médias das instituições.
3. Médias agrupadas segundo a distância da média geral (em DP).

Conceito	
INTERVALOS	
A	acima de 1 DP (inclusive) da média geral
B	entre 0,5 (inclusive) e 1 DP acima da média geral
C	entre 0,5 DP abaixo e 0,5 DP acima da média geral
D	entre 0,5 (inclusive) e 1 DP abaixo da média geral
E	abaixo de 1 DP (inclusive) da média geral

Exemplo:

1. Considerando uma determinada área com 30 cursos e as seguintes médias:

(continua)

CURSO	MÉDIA DO CURSO
Curso 1	1,1
Curso 2	9,2
Curso 3	9,5
Curso 4	21,0
Curso 5	26,4
Curso 6	32,3
Curso 7	37,6
Curso 8	38,5
Curso 9	40,3

(conclusão)

CURSO	MÉDIA DO CURSO
Curso 10	41,0
Curso 11	42,1
Curso 12	44,9
Curso 13	45,1
Curso 14	45,2
Curso 15	45,4
Curso 16	45,8
Curso 17	46,6
Curso 18	47,3
Curso 19	49,5
Curso 20	50,8
Curso 21	52,1
Curso 22	55,1
Curso 23	55,3
Curso 24	56,6
Curso 25	56,7
Curso 26	57,5
Curso 27	57,9
Curso 28	58,3
Curso 29	58,4
Curso 30	58,7

- Essa área terá como média geral 42,9 e um desvio-padrão de 15,3.
- A partir da média geral (mg) e do desvio-padrão (DP) são calculados os pontos que delimitam as faixas.
 $mg - DP = 27,6$ mg -
 $0,5DP = 35,3$ mg +
 $0,5DP = 50,6$ mg + DP =
58,2
- A escala para distribuição dos conceitos nas faixas será a seguinte:
Conceito A = acima ou igual a 58,2
Conceito B = de 50,6 (inclusive) até 58,2
Conceito C = de 35,3 (inclusive) até 50,6
Conceito D = de 27,6 (inclusive) até 35,3
Conceito E = abaixo ou igual a 27,6

5. Com a escala, a distribuição ficará da seguinte forma:

CURSO	MÉDIA CURSO	CONCEITO PROVÃO
Curso 1	1,1	E
Curso 2	9,2	E
Curso 3	9,5	E
Curso 4	21,0	E
Curso 5	26,4	E
Curso 6	32,3	D
Curso 7	37,6	C
Curso 8	38,5	C
Curso 9	40,3	C
Curso 10	41,0	C
Curso 11	42,1	C
Curso 12	44,9	C
Curso 13	45,1	C
Curso 14	45,2	C
Curso 15	45,4	C
Curso 16	45,8	C
Curso 17	46,6	C
Curso 18	47,3	C
Curso 19	49,5	C
Curso 20	50,8	B
Curso 21	52,1	B
Curso 22	55,1	B
Curso 23	55,3	B
Curso 24	56,6	B
Curso 25	56,7	B
Curso 26	57,5	B
Curso 27	57,9	B
Curso 28	58,3	A
Curso 29	58,4	A
Curso 30	58,7	A

As vantagens dos novos critérios: uma fotografia mais nítida do desempenho dos cursos.

Com esse aperfeiçoamento, não haverá mais o engessamento representado pela obrigatoriedade de que 30% dos cursos com desempenho menor fiquem nas faixas D e E e que 30% dos cursos com melhor desempenho recebam conceitos B e A. Os

curtos passarão a receber os conceitos exclusivamente de acordo com a distância de suas médias em relação à média geral. Para obter conceito A, não é suficiente estar entre os 12% com melhores notas, mas é necessário estar afastado da média geral em pelo menos um desvio-padrão.

Espera-se que, com a consolidação do Provão, aumente a proporção de cursos com desempenho melhor. Em outras palavras, que a distribuição das notas dos cursos seja assimétrica à esquerda. Neste caso, a expectativa é ver este fato refletido na proporção de conceitos mais baixos menor do que a proporção de conceitos mais altos: mais cursos A e B do que cursos D e E.

Por outro lado, na situação indesejável, porém possível para alguns cursos, pode ocorrer uma proporção menor de cursos com desempenho melhor do que aqueles com desempenho mais fraco: mais D e E do que A e B. Também neste caso, o Ministério da Educação precisa ver esta situação refletida na atribuição de conceitos, tendo um número de conceitos baixos superior ao de conceitos altos, para focalizar com mais precisão as providências a serem recomendadas. Este novo critério contempla todas estas situações.

19 de março de 2001.

Provão estimula melhoria de cursos

Resultados indicam que avaliação tem contribuído para a qualidade do ensino superior no País.

A maioria dos cursos submetidos ao processo de renovação de autorização de funcionamento do Ministério da Educação melhorou o seu desempenho. É o que revela o resultado do Exame Nacional de Cursos, o Provão.

Em 2000, participaram do Provão mais de 191 mil alunos de 2.888 cursos de 18 áreas. Dos **131** cursos que estão passando pelo processo de renovação devido aos baixos conceitos obtidos na avaliação, 52% conseguiram resultados mais positivos este ano.

Na opinião dos estudantes, coletada no questionário-pesquisa, também há indicações de que a avaliação está provocando mudanças significativas nas instituições com melhoras nos currículos e nas condições de infra-estrutura.

Os dados coletados pelo Provão mostram, ainda, um aumento na qualificação dos docentes. Em 1996, 33% dos professores das instituições de ensino superior tinham títulos de mestrado ou doutorado e, este ano, 55% do corpo docente têm essa titulação em todos os cursos avaliados.

"Os esforços para a superação das deficiências apontadas pelo sistema de avaliação comprovam a eficácia do Provão como instrumento indutor de mudanças no ensino superior brasileiro, visando à oferta de uma educação com maior qualidade", enfatiza o ministro da Educação Paulo Renato Souza.

Cursos com "E" e "D" conseguem elevar conceitos

Entre os 55 cursos que tiveram conceitos "E" em uma das duas listas para renovação da autorização, 56,4% elevaram seus conceitos. Já dos 76 cursos que obtiveram conceitos D, 48,7% alcançaram conceitos melhores em 2000.

Os cursos de Medicina também mostram de forma clara essa melhoria. Dos 15 cursos que tiveram conceito "D" em 1999, dez deles progrediram em 2000. E entre os seis que tinham "E", no ano passado, quatro melhoraram os seus conceitos.

Na primeira lista, divulgada em 1998, 67 cursos de Administração, Direito e Engenharia Civil passaram pelo processo de renovação por terem obtidos três conceitos D ou E consecutivos. Em 1999, outros 64 cursos, incluindo estas três áreas, mais Engenharia Química, Medicina Veterinária, Odontologia e Medicina, também ingressaram neste processo.

Alunos confirmam melhorias nos cursos

A análise da série histórica das respostas ao questionário-pesquisa mostra como a opinião dos estudantes sobre as condições de seus cursos está mais positiva. "A manifestação dos graduandos é de grande importância, pois são eles, com o sentido crítico apurado e que tão bem conhecem o dia-a-dia de sua instituição, que podem melhor testemunhar sobre as mudanças ocorridas", destaca a presidente do Inep, Maria Helena Guimarães de Castro.

Os cursos de Direito, por exemplo, que são avaliados desde o primeiro Exame, ilustram o cenário desta mudança. Em 1997, dos graduandos que participaram do Provão de Direito, 12% declararam ter acesso amplo aos recursos de informática em suas instituições. Este percentual vem evoluindo em todos os anos seguintes e chegou a 31% em 2000.

A instituição viabiliza o acesso dos alunos de graduação aos microcomputadores, conforme as necessidades do curso?

Sim, plenamente.

ÁREA	1997 (%)	2000 (%)
Administração	25,3	36,9
Direito	11,6	31,4
Engenharia Civil	31,4	38,5
Engenharia Química	30,2	38,2
Medicina Veterinária	1,6	35,4
Odontologia	6,2	37,6

Fonte: Daes/Inep/MEC - ENC/2000

Sobre as condições das bibliotecas, 19% dos estudantes de Direito afirmaram que, agora, suas instituições oferecem um serviço informatizado de consulta ao acervo bibliográfico. Há dois anos, apenas 6,8% declararam ter acesso a este recurso que agiliza o acesso do aluno ao material de pesquisa e estudo.

Como é o serviço de pesquisa bibliográfica oferecido? -

Sistema informatizado e de acesso à rede.

ÁREA	1997 (%)	2000 (%)
Administração	6,6	16,9
Direito	6,8	18,6
Engenharia Civil	10,5	20,4
Engenharia Química	23,1	31,8
Medicina Veterinária	38,2	47,9
Odontologia	42,0	53,6

Fonte: Daes/Inep/MEC – ENC/2000.

De acordo com os graduandos de Direito, o estágio profissional agora cumpre melhor seu objetivo. Quando se manifestam sobre o oferecimento do estágio, aumenta, entre 1997 e 2000, de 12% para 27% o percentual de alunos de Direito que afirmam ter se dedicado mais a esta atividade que auxilia na formação profissional.

Quai a carga horária do estágio curricular supervisionado de seu curso? -

De 300 horas a 399 horas.

ÁREA	1997 (%)	2000 (%)
Administração	6,6	16,9
Direito	6,8	18,6
Engenharia Civil	10,5	20,4
Engenharia Química	23,1	31,8
Medicina Veterinária	38,2	47,9
Odontologia	42,0	53,6

Fonte: Daes/Inep/MEC - ENC/2000.

Aumenta qualificação do corpo docente

A comparação entre o primeiro Exame Nacional de Cursos e o de 2000 mostra que houve uma nítida melhoria na titulação dos docentes. Em 1996, 33% dos docentes tinham títulos de mestrado ou doutorado. Segundo levantamento realizado no Provão deste ano, 55% do corpo docente têm essa titulação em todos os cursos avaliados.

O aumento do número de professores com mestrado e doutorado foi mais acentuado justamente nas áreas onde havia poucos docentes com esta titulação. Nos cursos de Direito o crescimento chegou a 54%. Em 1996, dos docentes desta área, 24% eram mestres ou doutores e, neste ano, representam 37% do total. Em Administração, agora são 44% os professores que têm o título de mestre ou doutor. Em 1996, esse índice era de 33%.

O maior crescimento verificado em relação a qualificação do corpo docente na rede privada também ocorreu nos cursos de Direito. Em 1996, 21% dos docentes tinham mestrado ou doutorado, em 2000, esse índice saltou para 37%. Com exceção dos cursos de Letras, em todas as outras áreas os docentes de cursos oferecidos pelas instituições públicas possuem um grau maior de qualificação.

Entre os cursos submetidos ao processo de renovação de autorização de funcionamento, pelo fraco desempenho no Provão ou em decorrência da avaliação das condições de oferta, nota-se uma melhoria ainda mais expressiva na titulação dos professores. É o caso dos cursos de Administração, que em 1996 possuíam 20,8% de doutores e mestres e, em 2000, passaram a contar com 40,8% do corpo docente com essa titulação.

Expansão está acontecendo com qualidade

Os cursos instalados após a criação do Provão, em 1996, vêm alcançando melhores resultados do que os cursos que já existiam naquela época. "Este é um indicativo da política preconizada pelo MEC, de que o processo de expansão do sistema deve acontecer sem perda da qualidade", afirma Maria Helena.

Os resultados do Exame mostram que, dos cursos de Direito instalados após a implantação do Provão, 44% obtiveram conceitos A ou B em 2000. Enquanto isso, entre os cursos que já estavam em funcionamento naquela época, 34,3% obtiveram conceitos A ou B.

Porcentual de conceitos A + B para os cursos com 1ª participação em 2000 e com 1ª participação em 1996

ÁREA	CURSOS PRÉ-PROVÃO	CURSOS PÓS-PROVÃO
	A + B	A + B
Direito	34,3	44,0

Fonte : MEC/Inep/Daes – ENC/2000.

Porcentual de conceitos A + B para os cursos com 1ª participação em 1999 e com 1ª participação em 1996

ÁREA	CURSOS PRÉ-PROVÃO	CURSOS PÓS-PROVÃO
	A + B	A + B
Administração	31,2	42,9

Fonte: MEC/Inep/Daes - ENC/1999.

Cursos cinco estrelas

Entre os cursos de Administração, Direito e Engenharia Civil, que participam do Provão desde 1996, 27 deles conseguiram cinco conceitos "A" consecutivos. A excelente *performance* dos alunos no Exame garantiu que cursos de 19 instituições públicas e oito de instituições privadas fossem classificados como "cinco estrelas". Entre as públicas, dez são federais e nove estaduais.

Na relação a seguir, estão 13 cursos de Administração, dez de Direito e quatro de Engenharia Civil. A maioria está concentrada no Estado de São Paulo, que conta com 12 cursos com cinco conceitos "A".

Relação das instituições com quintuplo "A"

(continua)

ÁREA	NOME DA INSTITUIÇÃO
Administração	Escola de Administração de Empresas de São Paulo - São Paulo (SP) - Privada
Administração	Escola Superior de Propaganda e Marketing - São Paulo (SP) - Privada
Administração	Faculdade de Administração da Fundação Armando Álvares Penteado - São Paulo (SP) - Privada
Administração	Faculdade Ruy Barbosa de Administração - Salvador (BA) - Privada
Administração	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - São Paulo (SP) - Privada
Administração	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - Rio de Janeiro (RJ) - Privada
Administração	Universidade de Pernambuco - Recife (PE) - Estadual
Administração	Universidade de São Paulo - Ribeirão Preto (SP) - Estadual
Administração	Universidade de São Paulo - São Paulo (SP) - Estadual
Administração	Universidade Federal de Pernambuco - Recife (PE) -Federal
Administração	Universidade Federal de Santa Maria - Santa Maria (RS) - Federal
Administração	Universidade Federal de Uberlândia - Uberlândia (MG) - Federal
Administração	Universidade Federal do Paraná - Curitiba (PR) - Federal
Direito	Faculdade Estadual de Direito do Norte Pioneiro - Jacarezinho (PR) - Estadual
Direito	Pontifícia Universidade Católica de Campinas - Campinas (SP) - Privada
Direito	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - São Paulo (SP) - Privada
Direito	Universidade de Brasília - Brasília (DF) - Federal
Direito	Universidade de São Paulo - São Paulo (SP) - Estadual
Direito	Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Rio de Janeiro (RJ) - Estadual
Direito	Universidade Estadual de Londrina - Londrina (PR) -Estadual
Direito	
Direito	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Unesp - Franca (SP) - Estadual

ÁREA	NOME DA INSTITUIÇÃO
Direito	Universidade Federal de Juiz de Fora - Juiz de Fora (MG) - Federal
Direito	Universidade Federal do Paraná - Curitiba (PR) - Federal
Engenharia Civil	Instituto Militar de Engenharia - Rio de Janeiro (RJ) -Federal
Engenharia Civil	Instituto Tecnológico de Aeronáutica - São José dos Campos (SP) - Federal
Engenharia Civil	Universidade de São Paulo - São Carlos (SP) - Estadual
Engenharia Civil	Universidade Federal do Rio Grande do sul - Porto Alegre (RS) - Federal

Fonte: MEC/Inep.

Região sul tem mais cursos com bom desempenho

Na Região sul está a maior concentração de cursos com desempenho A e B no Provão 2000. Dos 607 cursos avaliados na região, 40% obtiveram um dos dois melhores conceitos do Exame. No sul também está o menor percentual de cursos classificados como D e E, que somam 19% do total da região.

No Sudeste, 30% dos 1.460 cursos avaliados tiveram desempenho A e B, acima do índice das Regiões Nordeste e Centro-Oeste, que foram de 27% e 25%, respectivamente. No Nordeste estão 438 cursos e no Centro-Oeste, 246. No Norte, 15% dos 135 cursos avaliados foram classificados com A e B.

Número de cursos avaliados aumenta 34%

O quinto Exame Nacional de Cursos, realizado em 11 de junho de 2000, apresentou um crescimento de 34,3% de cursos avaliados, em comparação com 1999. Participaram do Exame 2.888 cursos de 18 áreas: Administração, Agronomia, Biologia, Direito, Economia, Engenharia Civil, Engenharia Mecânica, Engenharia Química, Física, Jornalismo, Letras, Matemática, Medicina, Medicina Veterinária, Odontologia, Psicologia e Química.

Este ano, 191.656 alunos estiveram presentes ao Provão, um crescimento de 23,4% em relação ao ano passado. Dos participantes, 45.552 são concluintes de Direito, representando 23,8% do total. Junto com os de Administração e Letras, são os cursos com maior número de estudantes no Exame, as três áreas somam 57,2% dos estudantes. Os cursos de Física tiveram o menor número de participantes, com 1.414 alunos.

Dos 18 cursos avaliados pelo Provão, 12 (Agronomia, Física, Engenharia Química, Medicina, Química, Medicina Veterinária, Biologia, Engenharia Mecânica, Engenharia Elétrica, Matemática, Engenharia Civil e Letras) têm a maior parte dos seus graduandos matriculados em instituições públicas. Em Agronomia, 86% dos concluintes são da rede pública.

A maioria dos estudantes de Administração, Direito, Psicologia, Jornalismo, Odontologia e Economia estuda em instituições particulares. Em Administração e Direito, 78% estão matriculados na rede privada.

Índice de respostas é de 98,6%

O índice de respostas ao Provão 2000 confirmou o fim do boicote ao Exame. Neste ano, 98,6% dos alunos que estiveram presentes responderam às questões apresentadas. Apenas 1,4% dos mais de 190 mil participantes deixaram as provas em branco.

O índice de respostas é o mesmo de 1999, demonstrando uma tendência de estabilização nesse patamar, pois nos dois anos anteriores (1998 e 1997) o índice de provas em branco já foi muito baixo, em torno de 2%. "O crescimento do Exame tem sido acompanhado de uma adesão cada vez maior", constata o coordenador do Provão, Tancredo Maia Filho.

Pelo terceiro ano consecutivo, nos cursos de Odontologia, houve o menor índice de provas em branco. Entre os graduandos dessa área, 99,9% responderam às questões da prova. Também pelo terceiro ano, os cursos de Jornalismo lideram o índice de boicote: 14,6% dos alunos entregaram a prova em branco.

Maioria dos cursos está nas universidades

As universidades, tanto públicas como privadas, concentram 67% dos cursos de todas as áreas avaliadas pelo Provão. Engenharia Química e Odontologia têm o maior percentual, concentrando 88% dos cursos em universidades. O restante, está distribuído entre centros universitários, faculdades integradas e estabelecimentos isolados.

Em relação à distribuição dos cursos avaliados por região repete-se a situação dos anos anteriores, com uma concentração de 50,5%, um total de 1.460 cursos, na Região Sudeste. A região com menor participação no Provão é a Norte, com 135 cursos, ou 4,7%.

As instituições privadas mantêm o maior contingente de cursos participantes do Exame, somando 1.494, que correspondem a 52,7% do total. Em seguida estão as instituições federais que totalizam 607 cursos, equivalentes a 21% dos que participam do Provão.

Cresce participação das mulheres na avaliação

A inclusão dos cursos de Psicologia e Biologia, com predominância de mulheres, fez crescer a presença feminina no Provão. Na avaliação deste ano, elas já representam 55,3% do total de participantes. Em 1999, 52,2% dos graduandos que fizeram o Exame eram mulheres.

Das 18 áreas avaliadas, as mulheres são maioria em Direito, Medicina Veterinária, Odontologia, Jornalismo, Letras, Matemática, Biologia e Psicologia. Elas estão mais presentes nos cursos de Psicologia e Letras, onde somam, respectivamente, 89,1% e 86% dos participantes. Em Engenharia Mecânica, as estudantes estão menos representadas: apenas 4,3% do total.

Aumenta a presença de alunos mais jovens

Da primeira realização do Provão, em 1996, até agora aumentou a presença de estudantes jovens participando do Exame. Há cinco anos, 40% dos alunos tinham até 24 anos de idade. Em 2000, o percentual nesta faixa etária saltou para 52%.

Ao mesmo tempo, houve uma redução nas faixas etárias acima de 24 anos. Na participação dos alunos de 25 a 29 anos, o índice caiu de 32% para 26%. Para os estudantes com mais de 34 anos, o percentual, que era de 14%, passou para 12%.

Os cursos de Odontologia, com 81,4% de seus participantes com idade até 24 anos, continuam com o maior índice de jovens, seguido por Jornalismo, com 69,1%. Os

curso de Letras apresentam o menor percentual de concluintes nesta faixa etária, 38,2%, e o maior índice de alunos acima de 34 anos: 20,4%.

19 de dezembro de 2000.

MEC inova na apresentação dos resultados do Provão

O Ministério da Educação decidiu inovar na divulgação dos resultados do Exame Nacional de Cursos, o Provão, apresentando informações novas e detalhadas, que dão maior nitidez à avaliação. Os resultados da quarta edição do Exame foram divulgados nesta quinta-feira, 9 de dezembro, pelo ministro da Educação, Paulo Renato Souza, e pela presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), Maria Helena Guimarães de Castro.

Pelo critério que vigorou nos três primeiros Exames, o desempenho dos cursos avaliados era classificado em cinco conceitos (A, B, C, D e E). Com a nova sistemática adotada este ano, além dessa classificação, é apresentada a distribuição das médias dos alunos por faixa de desempenho. Com isso, é possível situar, por área, a posição de cada curso no conjunto dos cursos avaliados.

O novo formato revela não apenas a evolução da média padronizada de cada curso, como vinha sendo feito, mas também o percentual dessa evolução, comparável ao Exame imediatamente anterior.

Outra inovação é o desaparecimento dos conceitos dados à titulação e à jornada de trabalho do corpo docente. No novo formato, essa informação aparece detalhada, com o número total de professores por curso e a sua distribuição percentual por grau de formação. A jornada de trabalho é apresentada em relação ao número total de horas semanais dedicadas à instituição e ao exercício efetivo em sala de aula.

Para o ministro da Educação, Paulo Renato Souza, este aprimoramento do Provão é um reconhecimento ao esforço que vem sendo realizado pela maioria das instituições para melhorar a qualidade do ensino. "Os novos critérios de divulgação dos resultados garantem maior precisão e transparência ao desempenho de cada instituição, o que certamente vai incentivar um esforço ainda maior pela melhoria dos cursos de graduação".

De acordo com o ministro, "o Brasil está superando aquela época de abrir curso só para dar diploma. A sociedade está exigindo qualidade. Quem se acomodou e ficou parado, achando que já estava bom, vem sendo ultrapassado por quem levou a sério as avaliações feitas pelo MEC e investiu para corrigir os problemas existentes".

O Provão de 1999, aplicado no dia 13 de junho, avaliou 2.151 cursos das áreas de Administração, Direito, Economia, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Engenharia Química, Jornalismo, Letras, Matemática, Medicina, Medicina Veterinária e Odontologia. Participaram da avaliação, 160.018 graduandos e graduados.

Além das provas específicas do seu curso, os graduandos preencheram um questionário socioeconômico e uma pesquisa para dar sua opinião sobre as provas. Os coordenadores de cursos também responderam a uma pesquisa, para fazer sua avaliação e comentários sobre as provas aplicadas e sugerir mudanças para o aperfeiçoamento do Provão.

Novos cursos se destacam

A implantação do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior, especialmente o Provão e a Avaliação das Condições de Oferta, estabeleceu um novo patamar de exigência para a criação de novos cursos.

Por isso, a expansão da matrícula, que cresce a um ritmo de 7% ao ano, e a abertura de novos cursos de graduação vêm se dando com ganho de qualidade, indicando

os efeitos positivos das políticas do MEC. Submetidos ao Provão de 1999, cursos criados recentemente apoderaram-se de uma fatia porcentualmente maior de conceitos A e B no Exame do que os antigos.

Em Direito, dos 131 cursos antigos, que já haviam participado do Provão nos anos anteriores, 21, o equivalente a 16%, levaram conceitos A e B em 1999. Entre os 15 cursos de Direito estreantes no Exame neste ano, três deles, o que corresponde a um percentual de 20%, obtiveram os mesmos conceitos.

Dos 24 cursos de Administração que foram avaliados pela primeira vez este ano, nove deles, ou 37,5%, conseguiram A ou B em 1999, enquanto, dos 287 cursos que passaram por todos os Exames anteriores, 61 (21,3%) haviam tirado as mesmas notas.

Provão incentiva a titulação dos professores

A instituição do Provão, em 1996, e da Avaliação das Condições de Oferta, em 1997, contribuiu para a evolução positiva na titulação dos professores dos cursos de graduação do País. De acordo com os dados levantados pelo Censo do Ensino Superior de 1998, a melhoria da titulação já se reflete em todo o sistema.

O Censo mostrou que existiam 148.320 docentes, em 1996, e 165.122 em 1998. O número de professores com mestrado, na soma das instituições públicas e privadas, cresceu de 36.954 para 45.482, um aumento de 23,1%, no período. O número de professores com doutorado subiu de 24.006 para 31.073, um salto de 29,4% em apenas dois anos.

Verificou-se um salto ainda maior nas instituições privadas. O número de mestres evoluiu de 14.980 para 20.409, um crescimento de 36,2%. O de doutores expandiu-se de 5.480 para 7.529, o que corresponde a 37,4%.

Inclusive nas instituições públicas, onde já havia uma quantidade maior de mestres e doutores, houve avanço significativo na titulação. Nas federais, o número de mestres aumentou de 14.802 para 16.371 (23,1%) e o de doutores passou de 10.132 para 13.170 (30%). Nas estaduais, o aumento do número de mestres foi de 5.958 para 7.003 (17,6%) e o de doutores passou de 8.052 para 9.948 (23,5%). Nas municipais, o número de mestres cresceu de 1.214 para 1.699 (40,0%) e o de doutores passou de 342 para 426 (24,6%).

Sudeste concentra a maioria dos cursos e graduandos

A Região Sudeste concentra a maioria dos cursos avaliados e dos graduandos participantes do Provão de 1999. Dos 2.151 cursos submetidos ao Exame, 1.103 estão no Sudeste, o que equivale a 51,2%. A Região sul vem a seguir com 21,0% do total. A participação dos cursos dessas duas regiões é praticamente igual à do Exame de 1998.

Verifica-se que dos 155.337 graduandos presentes ao Exame, 120.002, totalizando 77,3% do total, eram provenientes dessas duas regiões. O maior número vem do Sudeste, com 93.491 participantes, 60,2% do total. Segue a Região sul, com 26.511 graduandos, ou 17,1% do total. Os percentuais são idênticos aos de 1998, revelando que não houve mobilidade regional.

Estes números assemelham-se aos levantados pelo Censo do Ensino Superior de 1998. Sudeste e Sul tinham juntos 69,4% dos 6.950 cursos de graduação e 75,5% dos 274.384 concluintes existentes no País.

Resultados são mais uniformes na Região sul

Mantendo a tendência observada desde a primeira edição do Provão, novamente o sul apresentou o melhor desempenho relativo no Exame, destacando-se como a região onde a qualidade do ensino é a mais uniforme do País.

Dos 452 cursos da Região Sul avaliados em 1999, 38,5% obtiveram conceitos A ou B, percentual superior ao das outras regiões. No Sudeste, dos 1.103 cursos avaliados, 29,9% receberam conceitos A ou B. Este percentual é de 28,6% no Nordeste, 22,6% no Norte, e de 18,2% no Centro-Oeste.

O sul teve ainda a menor relação de cursos com conceitos D e E: 19,7%, contra 28,6% do Sudeste, 33% do Norte, 35% do Nordeste, e 40,1% do Centro-Oeste.

As áreas em que os conceitos A e B foram conquistados pela maioria dos cursos da Região sul foram Engenharia Civil, Engenharia Química, Jornalismo, Medicina Veterinária e Odontologia. Apesar de não ter sido por maioria dos cursos, Administração e Letras também apresentaram maior concentração de conceitos A e B do que de outras notas atribuídas pelo Exame. Por outro lado, os cursos de Economia ficaram, de forma predominante, com conceitos D e E.

A Região Sudeste continua detendo os melhores e os piores resultados do País. O destaque positivo para essa região foi obtido pelos cursos de Engenharia Mecânica e Medicina. O destaque negativo ficou para os cursos de Engenharia Civil e Direito.

No Norte, houve uma concentração muito grande de cursos com conceitos C e no Nordeste, a maioria dos cursos de Engenharia Elétrica e de Medicina alcançou conceitos A ou B. Na Região Centro-Oeste, por sua vez, revelou-se uma maior distribuição de cursos de Medicina Veterinária com conceitos A e B.

Lista revela 44 cursos classe A

O número de cursos que obteve conceito A em quatro avaliações consecutivas do Provão soma 28, sendo que oito são pertencentes a instituições privadas, dez a instituições públicas federais e dez de públicas estaduais. A lista foi elaborada a partir da comparação do desempenho dos cursos de Administração, Direito e Engenharia Civil que se submeteram a todas as edições do Provão, desde que ele surgiu, em 1996.

Com A em três Exames seguidos são 16 cursos: sete oferecidos pelas instituições públicas estaduais, oito pelas federais e um pelas instituições privadas. A relação de cursos com triplo A no Provão levou em conta os cursos que estrearam no Exame em 1997: Engenharia Química, Medicina Veterinária e Odontologia, além dos cursos de Administração, Direito e Engenharia Civil que fizeram incluídos no Provão em 1997.

Dos 28 cursos com A nas quatro versões do Exame, 11 pertencem a instituições localizadas no interior e 17 nas capitais. Do total, 15 estão situadas na Região Sudeste, sete no sul, três no Nordeste e uma no Centro-Oeste.

Entre os 16 com triplo A, sete são ofertados por instituições localizadas no interior e nove nas capitais. Dez ficam no Sudeste, duas no Centro-Oeste, três no Sul e outra no Nordeste.

Maior parte dos graduandos vem de escolas privadas

A maior parte dos graduandos que respondeu ao questionário socioeconômico do Provão de 1999 estudou todo o ensino médio em escolas privadas, possui renda familiar superior a R\$ 1.301,00 mensais e os pais têm o ensino médio ou superior completo.

Estudaram em escolas privadas, 76% dos alunos dos cursos de Medicina, 70,3% de Odontologia, 60,4% de Medicina Veterinária e 55,5% de Engenharia Civil. Há, ainda, mais alunos oriundos de escolas privadas nos cursos de Direito, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Engenharia Química e Jornalismo.

Os alunos que estudaram todo o ensino médio em escolas públicas predominam nos cursos de Matemática (67,9%) e Letras (62,6%).

A distribuição dos participantes do Provão por nível de renda mostra que os cursos de Letras e Matemática concentram os graduandos com o menor poder aquisitivo. A renda familiar mensal situa-se entre R\$ 391,00 e R\$ 1.300,00 para 53,5% dos graduandos de Matemática e 50,6% de Letras.

Os graduandos de Medicina e Odontologia descendem, em geral, de famílias com renda mensal mais elevada, entre R\$ 2.600,00 e R\$ 6.500,00. Em Odontologia, 39,2% informaram que a família se enquadra nesta faixa de renda, contra 35,6% dos alunos de Medicina.

Sobre a escolaridade dos pais, há uma maior incidência dos que possuem nível médio ou superior. O maior grau de instrução é dos pais dos alunos de Medicina: 60,4% dos pais e 47,8% das mães possuem o superior completo. Em Odontologia, 52% dos pais e 42% das mães detêm esse tipo de formação.

Pais com o ensino fundamental incompleto são uma característica comum dos graduandos dos cursos de Letras e Matemática.

Os dados do questionário socioeconômico revelam que poucos alunos conciliam o estudo com o trabalho. Declarou trabalhar mais de 20 horas semanais a maioria dos graduandos dos cursos de Matemática (60,4%), Administração (58,9%), Letras (53,4%) e Economia (49,3%).

De acordo com as informações coletadas pelo questionário socioeconômico, um terço de todos os graduandos informaram ter recebido algum tipo de bolsa durante seus estudos.

Formandos têm mais de 25 anos

Nota-se que nos últimos três Exames, a participação dos jovens vem diminuindo, passando de 53%, em 1997, para 49,1%, em 1999. Ao mesmo tempo, aumenta a presença de graduandos na faixa etária de 25 a 29 anos, que passou de 25,9% para 28,4%, no mesmo período. Na faixa etária de 30 a 34 anos, houve uma pequena evolução, de 10,3% para 10,6%, e na faixa de 35 anos ou mais cresceu de 10,9% para 11,8%.

A maior concentração de graduandos com mais de 25 anos está nos cursos de Economia (65,3%), Matemática (63,8%), Letras (61,4%) e Engenharia Mecânica (57,0%). Na faixa etária dos 30 anos ou mais, os cursos que possuem o maior número de graduandos são Matemática (35,3%), Letras (34,9%), Direito (27,7%) e Economia (25,3%).

No caso de Letras e Matemática, a idade mais elevada é um indício de que os professores que já atuam nas redes de ensino estão buscando melhorar a sua qualificação.

Predominam os jovens com até 24 anos de idade nos cursos de Odontologia (81,8%), Medicina Veterinária (68,7%), Medicina (63,7%) e Jornalismo (63,0%).

Os dados do questionário socioeconômico revelam que poucos alunos conciliam o estudo com o trabalho. Declarou trabalhar mais de 20 horas semanais a maioria dos graduandos dos cursos de Matemática (60,4%), Administração (58,9%), Letras (53,4%) e Economia (49,3%).

De acordo com as informações coletadas pelo questionário socioeconômico, um terço de todos os graduandos informaram ter recebido algum tipo de bolsa durante seus estudos.

TV supera livros e jornais como fonte de informação

A leitura continua sendo um hábito pouco comum entre os graduandos participantes do Provão. A maioria dos 145.206 graduandos que respondeu ao questionário socioeconômico disse que tinha a TV como o principal meio de comunicação para se atualizar

sobre os acontecimentos culturais, económicos, políticos e sociais. Com exceção de Jornalismo, a maioria informou preferir a TV aos livros e jornais. Em Medicina Veterinária, esse percentual chegou a 74,3%, seguido de Odontologia (73,2%) e Medicina (67,6%).

É baixo o índice de leitura de jornais. Os alunos de Jornalismo são um caso à parte. Mesmo assim, lêem jornais diariamente, apenas 70,3% dos futuros jornalistas. A seguir, a uma distância muito grande, vêm os graduandos dos cursos de Economia (46,8%), Direito (44,8%) e Administração (39,3%). Nos demais cursos, o hábito diário de ler jornais fica abaixo de 35%. Apenas 25,1% dos alunos de Medicina, por exemplo, e 27,6% dos alunos de Letras estão acostumados a ler jornais todo o dia. Os graduandos de Matemática e Odontologia raramente lêem jornais.

Se o hábito de ler jornais diariamente é baixo, o de ler livros não-escolares é menor ainda. Exceto os graduandos de Direito, Jornalismo, Letras e Matemática, os demais disseram ter lido, no máximo, três livros não-escolares ao ano durante o curso. O maior índice de leitura é dos graduandos de Letras: 43,2% informaram ler seis livros ou mais por ano. O menor índice de leitura de livros é dos graduandos de Medicina: 28,7% disseram ter lido apenas e tão-somente um livro não-escolar, por ano, durante o curso.

Computador e Internet já fazem parte da rotina

O uso do computador e o acesso à Internet fazem parte da rotina da maioria dos graduandos participantes do Provão. Excluindo os alunos de Letras e Matemática, a maioria dos graduandos dos demais cursos tem microcomputador em casa. Utiliza-se geralmente o computador para o lazer, pesquisa, trabalhos escolares e profissionais.

Alunos dos cursos de Engenharia estão mais familiarizados com o computador. Disseram utilizar bastante o equipamento, 65,1% dos graduandos de Engenharia Elétrica. Atrás, seguem os graduandos de Engenharia Mecânica (58,5%), Engenharia Química (58,1%), Engenharia Civil (55,3%), e Jornalismo (54,6%).

No outro extremo estão os alunos dos cursos de Letras e Matemática. Informaram não possuir computador em casa e nunca ter utilizado o equipamento 30,3% dos graduandos de Matemática e 27,4% dos graduandos de Letras.

O acesso à Internet, de casa, do trabalho ou da instituição onde estuda, é outra característica comum à maioria dos graduandos, excluindo, novamente, Letras e Matemática.

O uso é mais freqüente, outra vez, entre os graduandos dos cursos de Engenharia. Afirmaram ter acesso à Internet pelo microcomputador da instituição, de casa e do trabalho, 78,8% dos graduandos de Engenharia Química e 70,5% de Engenharia Elétrica. Na seqüência, vêm os alunos dos cursos de Medicina (69,8%), Medicina Veterinária (69,1%), Engenharia Mecânica (68,2%), Engenharia Civil (67,0%), Odontologia (66,6%), Jornalismo (65,6%), Administração (54,5%), Economia (52,9%) e Direito (52,0%).

Nunca tiveram oportunidade de acessar a Internet, 38,4% dos graduandos dos cursos de Letras e 37,7% de Matemática.

Conhecimento em língua espanhola é precário

O conhecimento em língua inglesa supera o da língua espanhola, que é precário para a maioria dos graduandos. Percentual de graduandos que diz ser praticamente nulo seu conhecimento sobre o espanhol é maior do que o percentual que afirma ser nulo seu conhecimento sobre o inglês.

Têm conhecimento nulo a respeito do idioma falado por todos os parceiros do Brasil no Mercado Comum do sul (Mercosul), 67,6% dos graduandos dos cursos de Matemática,

56,8% de Letras, 53,2% de Odontologia, 52,6% de Administração, 51,5% de Engenharia Civil, 51,0% de Direito e 50,4% de Economia.

Dizem ler, mas não são capazes de escrever nem falar espanhol, 58,7% dos graduandos de Medicina Veterinária, 52,3% de Engenharia Química e 50,5% de Medicina.

Possuem conhecimento nulo sobre o inglês 59% dos graduandos de Matemática. Somados aqueles que não sabem nada da língua inglesa com aqueles que lêem, mas não escrevem nem falam o idioma de William Shakespeare, atinge-se 60,6% dos alunos de Economia, 60,3% de Administração, 58,5% de Direito e 54% de Engenharia Civil.

Lêem, escrevem bem e falam razoavelmente o inglês, 36,5% dos graduandos de Engenharia Elétrica, 35,7% de Medicina, 35,4% de Engenharia Química, 32,6% de Engenharia Mecânica e 30,3% de Letras.

Graduandos pedem a incorporação de novas disciplinas

Embora considerem o currículo bem elaborado, a maioria dos graduandos acha que existem algumas ou várias disciplinas novas que poderiam ser a ele incorporadas, o que sugere a necessidade de mudanças na estrutura curricular. Esta opinião é compartilhada pela maioria absoluta dos graduandos de todos os cursos avaliados pelo Provão.

A inclusão de uma ou várias disciplinas novas ao currículo é reivindicada por 73,5% dos graduandos de Engenharia Elétrica. Vêm na seqüência, os graduandos dos cursos de Engenharia Mecânica (73,3%), Odontologia (71,6%), Engenharia Civil (70,7%), Administração (70,5%), Medicina Veterinária (70,2%), Engenharia Química (70,1%), Medicina (70%), Direito (67,8%), Economia (66,2%), Letras (66%), Matemática (64,6%) e Jornalismo (57,7%).

Mais de um terço dos graduandos, em média, consideram que algumas disciplinas estão mal dimensionadas, com muito conteúdo e pouco tempo para o seu desenvolvimento. Concordam com essa afirmação 42,8% dos graduandos de Engenharia Elétrica, 42,3% de Engenharia Química, 42% de Medicina Veterinária e 41,4% de Direito.

Também é significativo o percentual de graduandos que afirmam haver várias disciplinas que poderiam ter seu conteúdo integrado ao de outras e algumas que deveriam ser totalmente eliminadas. A insatisfação é maior entre os alunos dos cursos de Engenharia e de Jornalismo. Mais de 40% são favoráveis a essas mudanças no currículo.

Atividades extraclasse despertam pouco interesse

As atividades extraclasse oferecidas pela instituição, como estudo de língua estrangeira, atividades artísticas e desportivas, despertam pouco ou nenhum interesse dos graduandos.

Entre os alunos dos cursos de Direito, chega a 80,4% o percentual de alunos que afirmaram não ter participado de nenhuma atividade extraclasse. Nos demais cursos, esse percentual situa-se acima de 50%.

É considerável o percentual de graduandos que disse não ter desenvolvido nenhuma atividade acadêmica além das obrigatórias. Mais de 50% dos graduandos dos cursos de Administração, Direito, Economia, Engenharia Civil, Jornalismo e Matemática encaixam-se nesse perfil.

Os graduandos, em sua maioria, dedicam de três a cinco horas semanais aos estudos, além do tempo que ficam em sala de aula. Os que dedicam mais de oito horas semanais aos estudos fora da sala de aula são os graduandos de Medicina (64,9%) e de Engenharia Química (56,5%).

Os graduandos de Administração, Economia, Direito, Jornalismo, Letras e Matemática foram os que gastaram menos tempo com os estudos, além das horas de aula.

Grau de dificuldade das provas variou de médio a difícil

Além de responder às questões do Provão, os graduandos presentes ao Exame preencheram um questionário, com dez perguntas objetivas, para manifestar sua opinião sobre as provas. Um total de 144.078 graduandos (cerca de 90%) atendeu à solicitação.

O grau de dificuldade da prova foi classificado de médio para difícil pela maioria dos graduandos, com exceção dos que freqüentam os cursos de Engenharia, para os quais as provas foram mais difíceis.

A prova mais fácil, na opinião dos graduandos, foi a aplicada para os cursos de Jornalismo. A prova considerada mais difícil foi a de Engenharia Química.

Na opinião da maioria dos graduandos, o tempo de quatro horas destinado para a resolução das provas foi suficiente. Apenas os alunos de Engenharia Química consideraram o tempo insuficiente. Por outro lado, os de Odontologia, acharam que o tempo foi excessivo, mais que o suficiente para responder a todas as questões.

Sobre a relação entre os conteúdos solicitados nas provas e os temas abordados no curso, a maior parte dos graduandos respondeu que os assuntos tinham sido trabalhados com profundidade e alguns de forma superficial. Os mais satisfeitos foram os alunos de Odontologia, e os menos satisfeitos, os de Jornalismo.

Letras e Matemática têm características diferenciadas

Os cursos de Letras e Matemática formam um capítulo à parte entre os cursos avaliados pelo Provão. Algumas particularidades se sobrepõem. A maior parte dos graduandos é oriunda de famílias de baixa renda, estudou a educação básica em escolas públicas, os pais não completaram o ensino fundamental, trabalha para manter-se, não tem computador e não acessa a Internet.

Ao contrário do que se pensava, há um equilíbrio na distribuição dos cursos, de graduandos e de conceitos. As instituições públicas possuem 45,8% dos cursos de Letras, 49% dos alunos e concentram 51,3% dos conceitos A e B no Provão. Em Matemática, elas mantêm 47,2% dos cursos, 50% dos alunos e 61,1% dos conceitos A e B.

A distância é pequena quando se compara a participação de públicas e privadas nos conceitos D e E. As públicas detêm 42,4% dos conceitos D e E em Letras e 40,4% em Matemática.

As mulheres somam 85,9% em Letras e 59,9% em Matemática. Dos alunos de Letras, 19,8% disseram ter 35 anos ou mais de idade, porcentual que chega a 19,6% em Matemática.

Provão identifica fatores que influenciam o desempenho dos cursos

A distribuição dos conceitos A e E no Provão está relacionada com dados socioeconômicos dos graduandos, mas há também variáveis dependentes intra-escolares, como a qualidade do projeto pedagógico e do material didático, a qualificação do corpo docente e as condições de infra-estrutura, que incidem positivamente no melhor desempenho dos cursos.

O perfil dos graduandos dos cursos que receberam conceito A no Provão é completamente distinto dos que ficaram com nota E no Exame. Os graduandos dos cursos que tiraram A no Provão, com raras exceções, têm algumas características em comum: estudaram a graduação em turmas menores para aulas teóricas, fizeram uso de livros-textos e manuais, os professores tinham título de mestrado ou doutorado e as instituições eram melhor equipadas no que se refere a bibliotecas e laboratórios. São solteiros, jovens, filhos

de pais com maior nível de escolaridade e renda, estudaram a educação básica em escolas privadas, moram com os pais, usam computador e acessam a Internet e dominam o inglês ou o espanhol.

Os graduandos dos cursos que ficaram com conceito E, de uma forma geral, podem ser assim descritos: estudaram a graduação em turmas maiores para aulas teóricas, fizeram uso de apostilas e resumos, a maioria dos professores não fez mestrado nem doutorado, os cursos não estavam bem equipados com bibliotecas e laboratórios, são casados, com filhos, trabalham cerca de 40 horas semanais e estudam quase sempre à noite, cursaram escola pública, vêm de famílias com menor escolaridade e nível de renda, não possuem computador e não acessam a Internet, não falam inglês nem espanhol.

Essa relação já foi constatada em pesquisas realizadas pelo Inep, como no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

Com o objetivo de aprimorar permanentemente o Provão, o Inep já encomendou uma pesquisa exploratória para desenvolver um estudo sobre o valor agregado em educação, para descobrir o que cada curso soma ao perfil cultural e profissional do aluno. Trata-se de uma questão estratégica, num momento em que acontece a expansão mais intensa do ensino superior, em decorrência do aumento do número de concluintes do ensino médio.

9 de dezembro de 1999.

Provão eleva qualidade do ensino superior nas instituições privadas

O Exame Nacional de Cursos, o Provão, está contribuindo para elevar a qualidade do ensino superior brasileiro, especialmente nas instituições privadas.

É o que indicam os resultados da terceira edição do Exame, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), órgão ligado ao Ministério da Educação.

As informações foram divulgadas ontem (30 de novembro) pelo ministro da Educação, Paulo Renato Souza, a presidente do Inep, Maria Helena Guimarães de Castro, e pelo coordenador do Provão, Tancredo Maia Filho.

Aplicado no dia 7 de junho deste ano, o Provão avaliou 1.710 cursos de Administração, Direito, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia Química, Jornalismo, Letras, Matemática, Medicina Veterinária e Odontologia. O número de cursos avaliados este ano aumentou 108% em relação a 1997 (822) e 177% em relação a 1996 (616).

Estiveram presentes às provas 126.823 graduandos, um total 48,2% maior que em 1997 (85.576) e 128% superior a 1996 (55.537). O percentual de provas em branco foi de 2,1%, contra 2,2% em 1997 e 11,7% em 1996.

Nos cursos que participaram dos três Exames (Administração, Direito e Engenharia Civil), o número de provas em branco caiu de 11,7%, em 1996, para 2,2% em 1997, e 1,3% em 1998. Entre os cursos avaliados pela segunda vez (Engenharia Química, Medicina Veterinária e Odontologia), o número de provas em branco baixou de 2,1%, em 1997, para 1,8% em 1998. Entre os quatro cursos avaliados pela primeira vez em 1998 (Engenharia Elétrica, Jornalismo, Letras e Matemática), 4,9% dos graduandos deixaram de responder à prova.

Por que a qualidade do ensino superior está melhorando com o Provão?

Por vários motivos: 1^a) as instituições privadas tiveram um desempenho superior ao de Exames anteriores; 2^a) as instituições públicas e privadas passaram a contratar professores mais qualificados, com mestrado e doutorado e que dedicam mais tempo ao trabalho em sala

de aula; 3^o) pressionadas pelos alunos e pela sociedade, as instituições estão se mobilizando para melhorar as condições de oferta dos cursos; 4^o) houve queda do boicote e do número de provas em branco; 5^o) o Exame deu visibilidade às instituições que possuem cursos com melhores conceitos; e 6^a) os coordenadores de cursos estão muito mais empenhados e dispostos a colaborar com as comissões de cursos na formulação das diretrizes do Exame.

O avanço das instituições privadas

As instituições privadas têm agora mais cursos com conceitos A e B e menos cursos com conceitos D e E. Comparando os resultados dos dois últimos anos, nas seis áreas avaliadas, nota-se que elas aumentaram de 18,6% para 20,3% o percentual de cursos com conceitos A e B e diminuíram de 37,6% para 33% os conceitos D e E.

Nos cursos de Administração, as instituições privadas praticamente mantiveram o mesmo percentual de conceitos A e B: 22,7%, em 1997, e 22,2%, em 1998. O percentual de cursos de Administração com notas D e E caiu de 34,1% para 32,8%.

Em Direito, o percentual de cursos com conceitos A e B pulou de 18,8% para 24%. Enquanto isso, o percentual de cursos avaliados com os conceitos D e E baixou de 37,6% para 31,5%.

Na área de Engenharia Civil, apesar de apresentarem o mesmo percentual de notas A e B (10,9% em 1997 e 10,7% em 1998), os cursos mantidos por instituições privadas conseguiram diminuir, mais uma vez, os conceitos D e E, de 36,4% para 30,4%, empatando com as públicas federais, que tiveram 30,3% dos seus cursos com os piores conceitos.

As instituições privadas repetem a *performance* nos cursos de Engenharia Química, Medicina Veterinária e Odontologia. Neste, os cursos com conceitos A e B eram 7,5% em 1997 e subiram para 14,6% em 1998. Ao mesmo tempo, o percentual com D e E caiu de 55% para 36,6%.

Em Medicina Veterinária, apesar de haver uma redução de 20% para 10% no percentual de cursos com conceitos A e B, as instituições privadas diminuíram sua participação nas notas D e E, de 60% para 30%. Na área de Engenharia Química, os cursos com notas A e B somavam 5,9% em 1997. Este ano, cresceram para 10%, enquanto os de nível D e E aumentaram de 41,2% para 50%.

Entre os cursos avaliados pela primeira vez, as instituições privadas obtiveram o segundo melhor desempenho relativo em Letras e o menor percentual de cursos com os conceitos D e E em Jornalismo.

Em Matemática, as instituições privadas voltam a se destacar, tendo menos cursos com conceitos D e E que as públicas estaduais e municipais.

Para Tancredo Maia Filho, coordenador do Provão, "o Exame está tirando as instituições do parado, mobilizando alunos e professores em busca de um ensino com mais qualidade".

Universidades públicas estaduais se sobressaem

Os resultados do Provão/98 confirmam a vantagem das instituições públicas estaduais e federais sobre as privadas, em que pese o fato de terem menos cursos avaliados e menos graduandos presentes ao Exame.

As públicas estaduais destacam-se das demais tendo o maior número de cursos com conceitos A e B em Direito, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia Química, Jornalismo, Medicina Veterinária e Odontologia.

As públicas federais têm o melhor desempenho em Administração, Letras e Matemática.

Os cursos mantidos por instituições privadas estão melhorando seu desempenho no Provão, mas ainda estão longe de atingir a *performance* das públicas estaduais e federais.

Já os cursos mantidos pelas instituições públicas municipais repetiram em 1998 o péssimo desempenho das duas primeiras avaliações.

Nota média de Odontologia é a mais alta

Os graduandos dos cursos de Odontologia ficaram com a maior nota média no Provão de 1998: 58,7, numa escala de zero a cem pontos. A pior nota média ficou com os alunos de Matemática, 21,2 pontos.

As notas médias tiradas pelos graduandos subiram consideravelmente em Odontologia e Engenharia Civil, mas caíram em Direito e Engenharia Química. Administração e Medicina Veterinária também apresentaram oscilação negativa, mas pequena, dentro da margem de erro.

O aumento mais extraordinário ocorreu com a nota média dos graduandos de Engenharia Civil: numa escala de zero a cem pontos, saltou de 18,4, em 1997, para 30,2 pontos, em 1998. Em Odontologia, a nota média cresceu de 49,2 para 58,7 pontos.

A queda mais acentuada foi na nota média dos graduandos dos cursos de Direito: baixou de 41 para 35,9 pontos. Na Engenharia Química, caiu de 27,1 para 23,1. No caso da queda das notas médias de Direito, há explicação: o aumento do número de questões dissertativas na prova deste ano.

Nos cursos de Administração, a nota média oscilou negativamente de 38,7 pontos em 1997 para 37,5 em 1998, mas continua acima da nota média do primeiro Exame, em 1996, que foi de 32,6 pontos.

Os graduandos dos cursos de Medicina Veterinária também tiveram uma pequena queda em sua nota média, de 40,7 para 39,8, atribuída ao grau de exigência da prova.

Os conceitos A, B, C, D e E atribuídos pelo Provão não têm relação direta com a nota média dos alunos. A distribuição dos conceitos é feita pela seguinte sistemática: 12% dos cursos mais bem colocados no Exame recebem conceito A; os 18% seguintes, B; os 40% seguintes, C; os outros 18%, D; e os últimos 12% na colocação geral recebem E.

59,4% dos graduandos são da Região Sudeste

A Região Sudeste teve o maior número de graduandos presentes ao Provão deste ano. Dos 126.823 alunos que compareceram ao Exame, 59,4% são dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo.

Em valores absolutos, o número é cada vez maior, mas em termos percentuais vem decrescendo. No primeiro Exame, eram 69% e, no ano passado, 63,6%.

Na segunda colocação em número de graduandos está a Região sul, com 17%, seguida em terceiro pela Região Nordeste (12,2%), depois Centro-Oeste (7,8%) e, por último, a Região Norte (3,6%). Em todas essas regiões o percentual de graduandos vem aumentando, desde o primeiro Exame.

Estão no Sudeste, 51,2% dos cursos avaliados pelo Provão deste ano. No sul, são 20,5%, Nordeste (13,8%), Centro-Oeste (8,9%) e no Norte (5,6%).

Sul tem o melhor desempenho relativo

Os resultados são mais homogêneos na Região sul do País. De um modo geral, a Região sul foi a que apresentou os melhores desempenhos relativos no Provão/98, repetindo o que já ocorrera nas duas primeiras edições do Exame.

A Região sul ficou com os melhores desempenhos relativos em Administração, Direito, Engenharia Civil, Engenharia Química, Matemática, Medicina Veterinária e Odontologia.

A Região Nordeste apresentou o melhor desempenho relativo nos cursos de Engenharia Elétrica. O Centro-Oeste foi destaque com o melhor desempenho relativo em Jornalismo, e a Região Sudeste ficou com o melhor desempenho relativo em Letras.

"Com base no desempenho relativo das regiões não dá para dizer que a Região sul tem o melhor ensino superior do País. Todos sabem que muitos dos melhores cursos e das melhores instituições de ensino superior do País estão na Região Sudeste", afirma Paulo Renato.

O ministro da Educação diz que, como a Região Sudeste tem a maior concentração de cursos e graduandos participantes do Provão, ela não apresenta o melhor nem tampouco o pior desempenho relativo, porque o desempenho dos bons cursos se mistura com o desempenho dos maus, baixando a média da região.

Provão gera demanda por professores titulados

Em 1998, 61,2% dos cursos avaliados pelo Provão alcançaram conceitos A e B na titulação de seu quadro de professores e apenas 23% obtiveram os conceitos D e E.

"Com o Provão, as instituições estão contratando professores mais qualificados, com mestrado e doutorado, pois sabem que se trata de um quesito indispensável para melhorar a qualidade do ensino", analisa a presidente do Inep, Maria Helena Guimarães de Castro.

Esses dados representam um considerável avanço em relação a 1996, quando somente 30,2% dos cursos ficaram com os conceitos A e B, mas, em contrapartida, 36,7% tiraram D e E.

As instituições privadas foram as que mais aumentaram sua participação nos conceitos A e B. Em 1996, apenas 24,1% dos seus cursos tinham professores com titulação de mestrado e doutorado. Este percentual subiu para 48,7% em 1998.

Ao mesmo tempo, as instituições privadas reduziram o percentual nos conceitos D e E, de 39,9%, no primeiro ano do Exame, para 24,7% na terceira edição.

As públicas federais ampliaram seus conceitos A e B de 50%, em 1996, para 72,9% em 1998. Em D e E houve queda de 15,7% para 8,6%. As públicas estaduais ampliaram suas notas A e B em titulação do corpo docente de 45,6% para 51,1%. Nos conceitos D e E, o percentual caiu de 33,3% para 30,5%. Já as públicas municipais também ampliaram suas notas A e B de 15,2% para 43,3%, e as notas D e E foram reduzidas de 47,8% para 35,1%.

Jornada de trabalho

As instituições também estão investindo na contratação de professores que dediquem mais tempo ao trabalho em sala de aula.

Nos conceitos atribuídos à jornada de trabalho dos professores houve um crescimento do número de cursos com notas A e B de 33,8% para 65,6% e um decréscimo dos cursos com D e E, de 36,7% em 1996 para 22,7% em 1998, o que representa, também, uma expressiva melhora.

Novamente, o avanço mais notável no período de 1996 a 1998 se dá nas instituições privadas, que elevam seus conceitos A e B na jornada de trabalho, de 18,7% para 54,5%, e diminuem as notas D e E de 53,8% para 33,8%.

Nas públicas federais, 85,7% dos cursos obtiveram os conceitos A e B em 1998. Nas públicas estaduais, esse percentual foi de 90,6%. E nas públicas municipais, de 50,5%. O percentual de conceitos D e E é de 0,6% para as federais, 2,1% para as estaduais e 34% para as municipais.

Maioria dos graduandos tem até 24 anos de idade

Dos graduandos que fizeram o Provão/98, 51,7% informaram que estão concluindo seus estudos com, no máximo, 24 anos de idade. "É uma das boas notícias do Exame", avalia Maria Helena, presidente do Inep.

Nos cursos avaliados desde 1996 (Administração, Direito e Engenharia Civil), há um crescimento gradual de formandos na faixa etária mais jovem, indicando uma tendência de melhor adequação entre idade-série.

Odontologia é a área que tem a mais alta incidência de graduandos com até 24 anos de idade: 81,1%. Em Letras, ocorre o inverso: 59,8% dos graduandos possuem 25 anos ou mais de idade.

É nos cursos de Direito, entretanto, que se encontram os graduandos mais velhos: 17,4% informaram possuir 35 anos ou mais de idade. A seguir, vêm os cursos de Letras (16,7%) e Matemática (15,5%). Odontologia é a área que tem menos graduandos na faixa etária dos 35 anos ou mais: apenas 1%.

Para Maria Helena, presidente do Inep, o fato de estar aumentando o percentual de graduandos com até 24 anos de idade é positivo. Entretanto, ela ainda considera que o importante é garantir oportunidade de acesso ao ensino superior a todos os cidadãos, independentemente da idade.

Maria Helena acredita que as classes de aceleração de aprendizagem, que estão corrigindo a distorção série-idade no ensino fundamental e no ensino médio, vão antecipar o ingresso no ensino superior, permitindo que um número cada vez maior de jovens concluam seus estudos na idade correta.

Mulheres já são 53,9%

As mulheres já são maioria entre os graduandos que fazem o Provão. Nos dois primeiros Exames, o percentual de alunos do sexo masculino era um pouco superior ao do sexo feminino. No Provão de 1997, as mulheres eram maioria apenas no curso de Odontologia.

Agora, já são maioria nos cursos de Direito, Jornalismo, Letras, Matemática e Odontologia. Os homens são maioria nos cursos de Administração, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia Química e Medicina Veterinária. O percentual de mulheres está se aproximando dos homens em Administração e Medicina Veterinária.

O curso dominado pelos homens é Engenharia Elétrica, com 89,9% dos graduandos. A seguir, vêm Engenharia Civil (75,5%), Engenharia Química (57,3%), Administração (52,1%) e Medicina Veterinária (50,6%). Letras, por sua vez, é o curso com a menor participação de graduandos masculinos (13,9%).

O curso que tem a predominância das mulheres é Letras, com 86,4% dos graduandos. As mulheres são maioria, ainda, em Jornalismo (64,9%), Odontologia (63,3%), Matemática (60,7%) e Direito (50,9%). Engenharia Elétrica é o curso com o menor percentual de mulheres (10,1%).

Para graduandos, cursos exigem pouco

Os graduandos de Administração, Direito, Letras, Jornalismo e Medicina Veterinária estão insatisfeitos com o ensino que recebem. Para a maioria que respondeu ao questionário-pesquisa do Provão, os cursos poderiam ter exigido mais.

No lado oposto, estão os graduandos de Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia Química, Matemática e Odontologia, para quem os cursos exigiram na medida certa ou poderiam ter exigido um pouco menos.

O maior nível de insatisfação é dos graduandos dos cursos de Jornalismo. Para 73,6%, os cursos exigem pouco. Entre os alunos dos cursos de Engenharia Elétrica, esse percentual cai para 29,6%.

A maioria dos graduandos presentes ao Provão/98, com exceção dos alunos de Direito, considera que as disciplinas de seus cursos estão mal dimensionadas. Os graduandos mais insatisfeitos são os de Medicina Veterinária: 73,5%, e os menos insatisfeitos, os de Direito (30%).

Além disso, são elevadas as proporções nos cursos de Jornalismo, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica e Engenharia Química de graduandos que sustentam haver disciplinas que deveriam ser eliminadas.

Com exceção dos graduandos de Odontologia, nos demais cursos são ainda mais elevados os percentuais dos que acreditam que deveriam ser incorporadas novas disciplinas aos currículos de seus cursos, talvez expressando a percepção das intensas e rápidas mudanças no conhecimento neste final de século.

"A insatisfação dos graduandos com seus cursos já vem sendo registrada desde o primeiro Provão", diz o ministro Paulo Renato. Segundo ele, essa foi uma das causas que levou a Secretaria de Educação Superior (SESu), do MEC, a abrir a discussão com a comunidade acadêmica para a elaboração das novas diretrizes curriculares do ensino superior.

"As novas diretrizes, que deverão substituir os até então vigentes currículos mínimos, permitirão que as universidades tenham maior autonomia para fixar o currículo de seus cursos, como determina a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a LDB", explica o ministro.

Índice de leitura

Exceto nos cursos de Jornalismo e Letras, mais da metade dos graduandos dos demais cursos avaliados no Exame disseram ter lido, anualmente, de um a três livros não-escolares durante todo o curso.

O menor percentual de leitura é dos graduandos dos cursos de Odontologia, Administração, Engenharia Civil, Medicina Veterinária, Engenharia Elétrica e Engenharia Química. Mais de 60% desses graduandos disseram não ter lido sequer três livros não-escolares, por ano, durante o curso.

O maior índice de leitura está entre os graduandos dos cursos de Jornalismo e Letras. Mesmo assim, pouco mais de 40% responderam ter lido de um a três livros não-escolares ao longo do ano.

Entre os alunos de Jornalismo, pouco mais da metade (51,4%) disseram que lêem jornal e têm neste veículo o principal meio de comunicação, um percentual baixo para quem, em tese, já está pronto para encarar o mercado de trabalho.

Estudo fora da sala de aula

De 49,8% a 74,4% dos graduandos responderam, no questionário-pesquisa, que estudam entre uma e cinco horas semanais fora da sala de aula. Os que menos estudam fora da sala de aula são os graduandos de administração. Os que mais estudam são os graduandos de Engenharia Química.

Instrução dos pais

Apenas um terço dos graduandos de todos os cursos avaliados pelo Provão dizem que seus pais possuem nível superior. Os cursos com maior número de graduandos

provenientes de pais com nível superior são, pela ordem, Odontologia, Medicina Veterinária e Engenharia Civil.

No outro extremo, nos cursos de Matemática, Letras e Administração está o maior número de graduandos que afirmaram ser filhos de pais sem nível superior.

A maioria dos graduandos, no entanto, é proveniente de famílias cujos pais e mães não possuem curso superior e um grande contingente tem pais e mães com escolaridade que não vai além do primeiro grau.

Renda familiar

No que diz respeito à renda familiar mensal, predominam aqueles situados na faixa de R\$ 1.300 a R\$ 2.600. Os graduandos de menor poder aquisitivo encontram-se nos cursos de Letras e Matemática, onde, respectivamente, 63,3% e 65,5% informaram renda de, no máximo, R\$ 1.300 mensais. Repostas na faixa acima de R\$ 6.500 são mais frequentes entre os graduandos dos cursos de Direito, Engenharia Civil e Odontologia.

Computador em casa

Mais da metade dos graduandos diz possuir computador em casa. As únicas exceções são os graduandos de Letras e Matemática, onde apenas um quarto afirmam fazer uso do equipamento em suas residências. Esta é mais uma prova que a educação tem relação direta com o poder aquisitivo e a escolaridade dos pais. Os graduandos de Letras e Matemática são os que possuem a menor renda familiar e o menor número de pais com escolarização superior.

Formação teórica

Uma resposta ao questionário-pesquisa que chamou atenção foi o baixo número de graduandos que considera que o curso contribuiu para a formação teórica. Apenas um quarto dos graduandos deram respostas afirmativas à essa questão. O maior percentual foi dos formados de Engenharia Elétrica (24,5%) e o menor dos formados de Odontologia (7,2%).

Aperfeiçoamento profissional

Para menos da metade dos graduandos os cursos contribuem para o aperfeiçoamento profissional. Entre os alunos de Direito e de Jornalismo, apenas 30,6% e 28%, respectivamente, responderam afirmativamente a essa questão. Em Odontologia, esse percentual subiu para 65,7%.

Estágio

É baixo também o percentual de graduandos que estão satisfeitos com o estágio supervisionado. Para menos da metade, o estágio contribui para o aperfeiçoamento profissional.

Pretendem fazer pós-graduação

Cerca de um quarto dos graduandos disseram que pretendem fazer cursos de pós-graduação após a conclusão do curso. Esse percentual é mais alto entre os graduandos de Medicina Veterinária (30%) e mais baixo em Odontologia (17,7%).

Na média geral dos cursos, mais da metade dos graduandos afirmaram que pretendem fazer curso de aperfeiçoamento ou especialização. Esse percentual é mais alto entre os graduandos de Medicina Veterinária e mais baixo em Jornalismo (45,7%).

Provão/99 inclui Economia, Engenharia Mecânica e Medicina

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), órgão do Ministério da Educação, responsável pelo Exame Nacional de Cursos, o Provão, já tem selecionados os novos cursos que serão avaliados pelo Exame do ano que vem. Economia, Engenharia Mecânica e Medicina são os escolhidos.

O Provão do próximo ano, que se realizará no dia 6 de junho, passará a avaliar 13 cursos, três a mais do que este ano. Além dos cursos estreantes (Economia, Engenharia Mecânica e Medicina), avaliará novamente os cursos de Administração, Direito, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia Química, Jornalismo, Letras, Matemática, Medicina Veterinária e Odontologia.

O número total de graduandos previsto é de 142.960, um aumento de 12,7% sobre o número de graduandos que fizeram a prova este ano. Em 1999, o curso com o maior número de graduandos previsto é Direito, com 41.136, seguido por Administração, com 36.596, e Letras, com 16.424. O menor número de graduandos será do curso de Engenharia Elétrica, com 1.417.

Nos demais cursos, a previsão de graduandos é a seguinte: Economia (6.772), Engenharia Civil (5.416), Engenharia Mecânica (1.834), Engenharia Química (4.321), Jornalismo (4.206), Matemática (8.004), Medicina (7.149), Medicina Veterinária (2.200) e Odontologia (7.485).

As inscrições serão abertas no próximo dia 4 de dezembro, informa o coordenador do Provão, Tancredo Maia Filho. Nessa data, o Inep enviará às instituições de ensino superior, cujos cursos serão submetidos ao Provão, todas as instruções e os instrumentos necessários ao cadastramento dos alunos. A responsabilidade pela inscrição continuará sendo das próprias instituições.

O prazo de inscrição se estenderá até o dia 28 de março, quando as instituições devem apresentar ao Inep os dados cadastrais dos alunos e ex-alunos que participarão do Exame.

Até o dia 26 de fevereiro, as Comissões de Cursos, nomeadas pelo Ministério da Educação, após consulta às entidades representativas de ensino, divulgarão os conteúdos programáticos e as habilidades que serão exigidas dos graduandos.

Tancredo Maia Filho recomenda aos coordenadores de cursos que divulguem amplamente a lista de graduandos inscritos, antes do envio do cadastro ao Inep. Esta é uma forma de evitar que algum nome de aluno seja excluído da lista e impedido de fazer o Exame.

30 de novembro de 1998.

Provão consolida-se como instrumento de avaliação do ensino superior

Em seu segundo ano de aplicação, o Exame Nacional de Cursos, o Provão, consolidou-se como um instrumento eficaz de avaliação do ensino superior. A participação

dos graduandos aumentou de forma significativa em 1997, revelando que os objetivos do Provão vêm sendo atingidos.

Compareceram às provas, 85.575 estudantes, número 54,1% maior que em 1996. Outro fator positivo é que somente 2,2% dos graduandos entregaram as provas em branco, índice cinco vezes menor que o de 1996, de 11,69%.

Esse aumento não se deve apenas aos novos cursos avaliados, mas, principalmente, ao fato de que no Exame de 1997 fizeram as provas os concluintes do primeiro e segundo semestres, enquanto em 1996, apenas os graduandos do segundo semestre fizeram as provas.

Houve também um aumento considerável no número de graduandos dos três cursos avaliados em 1996: 39,7% em Direito, 34,7% em Engenharia Civil, e 26,3% em Administração.

O Provão de 1997, realizado no dia 29 de junho, além de ter participação maior que o primeiro, já começa a refletir positivamente na melhoria da qualidade do ensino superior. Seus parâmetros e resultados oferecem novas referências para a consolidação dos cursos que tiveram apresentado bom desempenho. Os cursos com pior desempenho, por sua vez, passam a dispor de critérios seguros para a correção de falhas em aspectos fundamentais, diretamente ligados ao ensino-aprendizagem, às diretrizes curriculares, às condições de infra-estrutura e à atuação do corpo docente.

O Provão avaliou, em 1997, 822 cursos, número 33,4% maior que em 1996. Foram aplicadas provas em 385 municípios, com a participação de 354 cursos de Administração, 196 de Direito, 106 de Engenharia Civil, 44 de Engenharia Química, 37 de Medicina Veterinária e 85 de Odontologia.

A exemplo do ano passado, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) credenciou observadores externos para acompanhar a aplicação do Exame. Ao todo, foram 166 observadores, indicados por entidades civis, como Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (Crub) e Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), entre outras. Os membros das Comissões de Curso também acompanharam a aplicação das provas. A presença dos observadores contribuiu para garantir total transparência ao Exame e para levantar subsídios ao aperfeiçoamento do processo.

Instituições públicas mantêm superioridade

Os resultados do Provão de 1997 indicam que, embora haja bons cursos, tanto nas instituições públicas como nas particulares, as instituições públicas se sobressaem, confirmando sua superioridade. O destaque, mais uma vez, fica com as instituições públicas federais, que obtiveram conceitos A e B em 55,8% de seus cursos. As instituições públicas federais são, também, as que possuem menos cursos classificados com os conceitos D e E (15,7%).

Em posição quase idêntica, estão as instituições públicas estaduais, que têm seus cursos avaliados nas faixas A e B. Seis em cada dez estaduais alcançaram notas A e B.

Em situação oposta, estão as instituições privadas. Receberam conceitos D e E, 37,8% de seus cursos. Apenas 4,9% dos cursos pertencentes a instituições privadas foram classificados com conceito A e 14,2% com conceito B. Os cursos das instituições públicas municipais foram os que tiveram as menores notas: 4,3% na faixa A e 8,7% na faixa B. A maioria dos cursos, 56,5%, recebeu conceito C, enquanto 30,4% receberam avaliações D e E.

As instituições federais aumentaram a participação no conceito A e diminuíram sua participação nos conceitos D e E. As instituições estaduais também diminuíram participação nos conceitos D e E, mas aumentaram a participação no conceito A só no curso de Administração. Houve, ainda, aumento de participação no conceito B nos cursos de Direito

e Engenharia Civil. Dois fatores contribuíram para esse feito das federais e estaduais: o esvaziamento do boicote ao Provão e a redução do número de provas entregues em branco.

As instituições privadas reduziram sua participação nos conceitos A e B e ampliaram participação no conceito E. Só o curso de Engenharia Civil melhorou sua posição no conceito A. Em Administração, as particulares têm o mesmo percentual de cursos avaliados com conceito A que as universidades públicas federais.

As instituições privadas oferecem mais cursos e, conseqüentemente, mais vagas que as instituições públicas: 61,8% dos cursos e 72% das vagas. Nas públicas, predomina a oferta de cursos de Medicina Veterinária (75,6%) e Engenharia Química (61,3%). Nas instituições privadas, predomina a oferta de cursos de Administração (72,6%) e Direito (67,9%). Nos cursos de Engenharia Civil e Odontologia, a oferta é equilibrada.

No resultado final do Provão/97, as instituições públicas, incluindo estabelecimentos federais, estaduais e municipais, têm 75 conceito A contra 25 das instituições privadas, em que pese o maior número destas. No conceito B, também há uma superioridade das públicas, que superam novamente as instituições privadas por 78 a 72. No conceito C, as instituições privadas têm 217 cursos, contra 101 das públicas. No D, são 27 cursos de instituições públicas e 126 das particulares. E no conceito E, as públicas têm 32 cursos e as instituições privadas 66.

sul tem a melhor avaliação

Impulsionada pelo desempenho dos Estados do Paraná e do Rio Grande do sul, a Região sul conquistou as melhores notas no Provão/97. O desempenho de Paraná e Rio Grande do sul fez com que 39,6% dos 197 cursos avaliados pelo Exame Nacional de Cursos na região obtivessem os conceitos A e B e apenas 16,3% fossem classificados com notas D e E, as mais baixas do Exame. O Sul é também a região que tem o maior número de cursos (86) avaliados com o conceito C.

Em outro extremo, está a Região Centro-Oeste, onde 50,7% dos cursos ficaram com as notas D ou E, seguida pelo Norte, com 42,8% na mesma faixa de conceitos. Sudeste e Nordeste apresentaram perfil semelhante na distribuição de conceitos A ou B (28,4% e 28,3%, respectivamente). O Sudeste tem menos cursos que o Nordeste nos conceitos D e E: 31,2% a 35,8%.

No *ranking* dos melhores Estados, destacam-se Paraná, Rio Grande do sul, Minas Gerais, Ceará e Roraima. O Paraná teve 16,9% dos cursos classificados com nota A e 32,2% com nota B. Rio Grande do sul teve 14,4% dos cursos classificados com nota A e 25,6% com B. Minas Gerais teve 20,2% dos cursos com nota A e 15,7% com B. Ceará e Roraima, apesar do pequeno número de instituições avaliadas (11 e 3, respectivamente), alcançaram notas maiores. No Ceará, 18,2% receberam nota A e 36,4% nota B. No Estado de Roraima, dos três cursos avaliados, um obteve conceito A e dois conceito B.

A distribuição dos cursos avaliados, por região, está relacionada com o padrão de oferta e as características socioeconômicas. No Norte e Nordeste, os cursos das instituições federais são predominantes (51,4% e 49,1%, respectivamente). Em contrapartida, os cursos privados são a maioria no Sudeste (74,5%), sul (59,9%) e Centro-Oeste (58,5%).

É importante registrar que a Região sul é onde as instituições privadas obtêm o melhor desempenho.

Qualificação dos professores melhora o desempenho dos graduandos

O desempenho dos graduandos nos cursos avaliados pelo Provão/97 está diretamente ligado ao perfil do corpo docente das instituições. Os dados são inquestionáveis: 77,3% dos cursos que obtiveram conceitos A ou B no Exame também receberam conceitos

A ou B na titulação docente. Quanto maior o número de professores com mestrado ou doutorado melhor é a *performance* dos alunos.

Para conhecer o corpo docente dos cursos avaliados, a Diretoria de Informações Estatísticas e Educacionais (Seec), do Inep, levantou o cadastro dos professores em exercício no ano letivo de 1997. Ao contrário de 1996, quando 25,6% dos cursos não forneceram os dados no prazo estabelecido, este ano, as instituições atenderam prontamente à solicitação, demonstrando interesse em participar do Exame. Foram pesquisados os dados sobre a titulação e a jornada de trabalho dos professores.

O critério adotado para classificar os cursos de acordo com a titulação do seu corpo docente foi o seguinte: nota A para os cursos com mais de 50% de professores com mestrado e doutorado; nota B para os cursos que possuem entre 31 % e 50% de professores com mestrado e doutorado; nota C para os cursos que possuem entre 21% e 30% de professores com mestrado e doutorado; nota D para os cursos que possuem entre 11% e 20% de professores com mestrado e doutorado e nota E para os cursos que possuem até 10% de professores com essa titulação.

Entre os 604 cursos avaliados nos Exames de 1996 e 1997, já se nota uma melhoria significativa no perfil do corpo docente. Em 1996, eram 174 cursos com conceitos de titulação A e B. Este número aumentou 44%, chegando a 268, em 1997. As instituições públicas federais e as instituições privadas foram as que deram mais valor aos professores com mestrado e doutorado. As federais tiveram um aumento de 42% e as instituições privadas de 72%.

O Provão/97 fez também uma associação positiva entre o desempenho dos graduandos no Exame e o regime de trabalho dos professores. Nesta avaliação, constatou-se que 86,7% dos cursos que alcançaram conceitos A ou B no Exame também possuem os conceitos A ou B na jornada de trabalho.

Os conceitos relacionados ao regime de trabalho do corpo docente em exercício no ano letivo de 1997 foram atribuídos de acordo com as diferentes cargas horárias semanais previstas nos contratos dos cursos.

Os cursos com mais de 50% dos professores com carga horária acima de 20 horas semanais levaram conceito A; os cursos com mais de 30% e até 50% dos professores com carga horária acima de 20 horas semanais ficaram com conceito B; os cursos com mais de 20% e até 30% dos professores com carga horária acima de 20 horas semanais tiveram conceito C; os cursos com mais de 10% e até 20% dos professores com carga horária acima de 20 horas semanais foram classificados com o conceito D; e os cursos com até 10% dos professores com carga horária acima de 20 horas semanais ficaram com conceito E.

Perfil dos graduandos:

Mais de 70% têm renda familiar mensal superior a R\$ 1.200

Mais de 70% dos graduandos que fizeram os testes do Provão/97 são provenientes de famílias com renda mensal superior a R\$ 1.200. Cerca de um terço dos graduandos dos cursos de Administração, Direito, Engenharia Civil, Engenharia Química, Veterinária e Odontologia possuem renda familiar entre R\$ 2.400 e R\$ 6 mil por mês. Os graduandos de Odontologia e Direito provêm de classe social mais alta. Quatorze por cento dos graduandos de Direito e Odontologia têm renda familiar superior a R\$ 6 mil mensais, mostrando claramente a elitização do ensino superior brasileiro. Dois terços dos graduandos diz nunca ter utilizado bolsa de estudo para custeio das despesas do curso.

Outro exemplo que aponta para a elitização é o percentual de graduandos que estudou o segundo grau em escolas particulares. A maioria dos graduandos presente ao Provão/97 diz que estudou todo o segundo grau em colégios da rede privada. Os graduandos de Odontologia são os que, durante o ensino médio, menos freqüentaram escolas públicas. São 68,7% que afirmam ter estudado todo o segundo grau em estabelecimentos particulares.

A escolaridade dos pais da maioria dos graduandos é alta. Aproximadamente dois terços dos pais de graduandos têm segundo grau completo ou nível superior. Nos cursos de Engenharia Civil, Engenharia Química, Medicina Veterinária e Odontologia, mais de 40% dos pais possuem terceiro grau.

A maioria dos graduandos afirmou possuir microcomputador em sua residência. Os graduandos de Engenharia Civil e Engenharia Química são os que mais têm equipamento de informática doméstico (64% e 65%, respectivamente). Nos cursos de Odontologia, cujos graduandos exibem a mais elevada renda familiar, são aqueles onde se registra o menor percentual dispondo desse tipo de equipamento (43%), seguindo-se dos cursos de Medicina Veterinária (44,75).

Os resultados observados guardam mais relação com o tipo de atividade desenvolvida no curso do que propriamente com o poder aquisitivo ou a situação de moradia dos graduandos.

Na maioria dos cursos, os graduandos dependem exclusivamente do apoio dos pais para estudar. É nos cursos de Administração e de Direito, que encontra-se a maioria dos graduandos que exercem atividade remunerada, variando as jornadas de trabalho desde 20 até 40 horas semanais (81,9% e 61,8%, respectivamente). À exceção dos cursos de Medicina Veterinária, onde os que residem com a família correspondem a menos da metade (48,7%) do total, nos demais cursos, nota-se que os graduandos vivem com pais ou parentes. Quem não vive com parentes vive com os amigos.

Os graduandos revelaram também que não são muito adeptos da prática da leitura. Mais da metade garante ter lido, no máximo, dois livros no último ano. Nos cursos de Odontologia e Medicina Veterinária encontram-se os menores percentuais de graduandos que cultivam o hábito da leitura diária de jornais (20,7% e 23,7%, respectivamente).

Afirmaram não ter lido nenhum livro no último ano 18,3% dos graduandos de Administração, 16,5% dos graduandos de Direito, 29% dos graduandos de Engenharia Civil, 17,9% dos graduandos de Engenharia Química, 22,4% dos graduandos de Medicina Veterinária e 20,1% dos graduandos de Odontologia.

17 de novembro de 1997.

2.4 AVALIAÇÕES INTERNACIONAIS

Avaliação internacional revela que atraso escolar é o maior problema educacional do Brasil

No Pisa, maioria dos alunos sem distorção idade/série consegue melhores resultados, que ficam próximos dos obtidos pelos países desenvolvidos.

O atraso escolar, provocado pelos altos índices de reprovação e abandono às aulas, é apontado como uma das principais causas do baixo desempenho dos estudantes brasileiros na primeira edição do Programa Internacional de Avaliação de Alunos, o Pisa. Com o objetivo de verificar como as escolas estão preparando os jovens para os desafios futuros, a prova foi aplicada a adolescentes com 15 anos de idade em 32 países.

As provas do Pisa abrangem as áreas de Leitura, Matemática e Ciências. Em 2000, a ênfase, tanto do teste como da divulgação dos resultados, foi em leitura. Em 2003, a avaliação priorizará Matemática e resolução de problemas e, daqui a seis anos, o enfoque será em Ciências.

O desempenho dos alunos brasileiros na prova de leitura está relacionado ao número de séries concluídas. Entre os estudantes com nove ou mais anos de escolarização,

ou seja, sem atraso escolar, a média nacional chega a 431, numa escala que vai de zero a 625. Quando eles têm oito anos de estudo, a pontuação cai para 368 e com sete anos de estudo, é ainda menor, de 322. Essa diferença de pontuação fez com que a média geral ficasse em 396 e coloca o País em último lugar na lista da avaliação, que envolve 28 nações desenvolvidas e quatro emergentes: Brasil, Letônia, México e Rússia.

Apesar dessa colocação, o desempenho dos estudantes brasileiros com nove anos ou mais de estudo inclui o País no patamar de rendimento dos alunos da Polônia, Grécia, Letônia, Rússia, Luxemburgo e México com a mesma faixa de escolarização. Mas, como no Brasil a representatividade dos adolescentes na série correta para a idade é pequena em relação ao total, há pouca interferência na média geral.

Os dados do Pisa revelam também que, mesmo em países desenvolvidos, como Estados Unidos, Bélgica e Espanha, quando há distorção série/idade o rendimento dos alunos diminui. A média obtida pelos estudantes com oito anos de estudo coloca essas nações ricas nos níveis elementares de desempenho, chegando a ser inferior à dos brasileiros. Nos Estados Unidos, a pontuação cai de 510 para 351 quando comparadas as notas médias dos alunos com nove anos ou mais de estudo e dos estudantes com oito anos de escolarização. Na Bélgica, reduz de 517 para 348. Mas como nesses países o atraso escolar é muito baixo, ele tem pouca repercussão na média geral.

No Brasil, devido ao alto índice de distorção idade-série, metade dos adolescentes avaliados ainda está matriculada no ensino fundamental, principalmente nas 7- e 8^{as} séries. Dessa forma eles foram avaliados com base em conteúdos que ainda não chegaram a estudar. O relatório do Pisa destaca, ainda, que o percentual de alunos abaixo do nível considerado mais elementar é bastante elevado nos diversos países que têm estudantes de 15 anos com menos de oito anos de estudo. Além do Brasil, estão nessa situação Hungria, México, Portugal, República Checa e Luxemburgo.

Alunos sem atraso escolar têm desempenho similar aos demais países

Entre os estudantes brasileiros sem distorção idade-série, com nove anos ou mais de estudo, 35% alcançaram o nível dois de rendimento, numa escala com cinco patamares de desempenho. O mesmo atingido por países como Polônia, Grécia, Letônia, Rússia, Luxemburgo e México. Outros 19% ficaram no terceiro degrau, 5% no nível quatro e 1% no patamar mais elevado. A média geral do Brasil colocou o País no nível 1 na escala de rendimento.

O impacto do atraso escolar fica evidente quando a comparação é feita com adolescentes brasileiros de 15 anos que cursavam a 8^a série do ensino fundamental, ou seja, tinham um ano de atraso escolar. Segundo o estudo, 72% deles se situam no primeiro degrau de desempenho ou abaixo dele. A distorção idade-série penaliza também países desenvolvidos: nos Estados Unidos, 67% dos estudantes com oito anos de estudo tiveram desempenho semelhante. Na Espanha e no México, 72% e 85% dos alunos, respectivamente, ficaram colocados no último patamar de rendimento ou abaixo dele.

Entre os brasileiros que têm apenas sete anos de escolarização, 89% situam-se no nível um ou abaixo dele. No caso do México, que também possuía alunos com apenas sete anos de séries concluídas, 92% foram classificados nesses mesmos níveis de desempenho.

A colocação do Brasil em último na tabela geral de desempenho demonstra, além da influência do atraso escolar, que existe um grande contingente de alunos nessa situação. Segundo dados de 2000, a distorção idade-série no ensino fundamental atingia 41,7% dos alunos e no ensino médio, 54,9%. Por outro lado, o atraso escolar não é um fenômeno comum nos países da OCDE, com algumas exceções. Isso é consequência de vários fatores, entre os quais a forma de organização do sistema que, em geral, é feita a partir da idade do aluno e não por série.

Mais de 260 mil alunos participaram da avaliação

Com a finalidade de detectar até que ponto os estudantes adquiriram conhecimentos e desenvolveram habilidades essenciais para a participação efetiva na sociedade, as provas do Pisa foram aplicadas, no ano passado, para cerca de 265 mil alunos de escolas públicas e privadas dos países incluídos na avaliação. No Brasil, 4.800 adolescentes participaram da amostra representativa dos estudantes de 15 anos matriculados nas 7^a e 8^a séries do ensino fundamental e nas 1^a e 2^a séries do ensino médio.

A avaliação é coordenada mundialmente pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) - instituição que reúne 29 nações. Em cada país participante, há uma coordenação nacional. No Brasil, o responsável pela realização do Pisa é o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep/MEC). A OCDE decidiu avaliar alunos de 15 anos por ser nesta idade que grande parte dos estudantes estão concluindo a educação obrigatória e já começam a definir as suas escolhas futuras.

O Pisa será realizado a cada três anos e pretende colher informações sobre o desempenho e as condições de aprendizagem dos estudantes, subsidiando o aperfeiçoamento das reformas educacionais em curso no Brasil e nos demais países participantes. Os dados permitirão identificar se os jovens estão sendo preparados para continuar aprendendo ao longo da vida e desenvolvendo a capacidade de análise, raciocínio e comunicação de idéias.

Avaliação de 2000 priorizou capacidade de leitura

As provas do Pisa abrangem as áreas de leitura, Matemática e Ciências. Em 2000, a ênfase, tanto do teste como da divulgação dos resultados, foi em leitura. Em 2003, a avaliação priorizara Matemática e resolução de problemas e, daqui a seis anos, o enfoque será em Ciências.

O próximo teste, além das três áreas de abrangência, também avaliará as habilidades dos estudantes para resolver problemas, como é feito pelo Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). O Inep já apresentou o Enem à coordenação do Pisa, que pretende incluir questões semelhantes no pré-teste da avaliação de 2003, que acontecerá no próximo ano.

O Pisa 2003 contará ainda com a participação de países que não integraram a avaliação de 2000. Já está confirmada a presença de várias nações como a Argentina, Chile, China, Peru e Tailândia. Para o próximo teste, o Inep vai propor à OCDE que, no caso brasileiro, haja também levantamento com resultado específico para os estudantes sem atraso escolar.

Nível socioeconômico e cultural interfere nos resultados

O rendimento dos estudantes que foram analisados pelo Pisa está relacionado aos indicadores socioeconômicos. As diferenças entre os diversos países participantes da avaliação ficam evidentes quando o desempenho é relacionado, por exemplo, com uma medida de riqueza. A tendência geral é que países com menores PIB *per capita* tenham piores médias. O Brasil, com o segundo menor PIB *per capita* entre os participantes, também apresentou a menor média geral.

Apesar dessa relação se comprovar para a grande maioria das nações, existem outros fatores que também podem influenciar no desempenho, levando um país com menor PIB *per capita* a alcançar bons resultados educacionais. É o caso da Polônia, que teve um resultado próximo aos demais membros da OCDE, mesmo possuindo uma renda relativamente baixa.

A relação entre o desempenho de leitura no Pisa e a distribuição de renda também mostra que, quanto menor a desigualdade, maior é a média alcançada na avaliação. Pelo índice de Gini, que mede a desigualdade na distribuição de renda numa escala de zero a cem (sendo que quanto maior o índice, pior é a distribuição) a Finlândia, que tem o melhor desempenho no Pisa, é um país com pequena concentração da riqueza. O Brasil tem o maior índice de Gini, ou seja, tem a maior concentração de renda entre todos os países que participaram da avaliação.

Um outro indicador utilizado para a análise dos resultados é o nível socioeconômico e cultural dos alunos que participaram da avaliação. A tendência verificada é de melhoria no desempenho à medida que esse indicador é mais alto. Na escala de nível socioeconômico e cultural, a Islândia está em primeiro e o Brasil, em último. Esse indicador foi construído com base na resposta dos alunos a um questionário que incluiu perguntas sobre a escolaridade dos pais, posse de bens e a participação em atividades culturais.

Os dados do Pisa indicam também que, mesmo os alunos brasileiros com amplo acesso a bens culturais e tecnológicos, não conseguem um bom resultado na avaliação. Somente 5% dos estudantes com nível socioeconômico e cultural elevado alcançam o mais alto patamar de desempenho, resultado igual ao do México, por exemplo. Essa comparação, feita entre Espanha e Estados Unidos, que tiveram rendimentos parecidos em praticamente todos os níveis, mostra que somente no nível cinco é que há uma diferença relevante. Enquanto 10% dos estudantes espanhóis com alto nível socioeconômico chegam ao patamar mais alto, 24% dos americanos, nas mesmas condições, tiveram esse desempenho.

Alunos brasileiros apresentam dificuldade de leitura

A prova do Pisa 2000 exigiu dos alunos, principalmente, a compreensão de leitura, a partir da identificação e recuperação de informações, interpretação e reflexão. Foram apresentadas várias situações cotidianas e uma série de questões para serem respondidas de acordo com os textos. Os resultados mostram, segundo comentários dos analistas do Pisa, que a tendência do estudante brasileiro é "responder pelo que acham e não pelo que efetivamente está escrito".

A partir de um texto que informava, dentre outros assuntos, que "uma enfermeira virá administrar a vacina", foram oferecidas quatro opções de resposta. Apesar de a metade dos alunos ter acertado a questão, 27% erraram ao marcar a alternativa com o seguinte enunciado: "um médico aplicará as vacinas".

Para o economista Cláudio de Moura Castro, um dos analistas do resultado do Pisa, "a resposta mostra que os alunos associam vacinação com médico e não foram preparados realmente a ater-se ao que diz o texto".

Com o resultado é possível identificar que os alunos respondem de acordo com suas opiniões e preconceitos mesmo quando a pergunta é objetiva e remete ao que está escrito no texto. "Tal forma primitiva de leitura não é compatível com a vida produtiva em uma sociedade moderna. Receitas de remédio, contratos e instruções de uso de programas de computador requerem uma interpretação fiel do texto", explica o economista.

O Pisa mostra ao País que a escola brasileira não está ensinando seus alunos a ler um texto escrito e a retirar dele as conclusões e reflexões logicamente permitidas. "Das mil coisas e conteúdos que a escola faz ou tenta fazer, o Pisa está nos mostrando que ela se esquece da mais essencial: dar ao aluno o domínio da linguagem. Se fosse necessário gerar um *slogan* para todas as escolas de todos os níveis esse seria:" Só há uma prioridade na escola brasileira: ensinar a ler e entender o que está escrito", conclui Moura Castro.

Década de 90 é marco para educação brasileira

De acordo com Cláudio de Moura, a história da educação brasileira é o ponto de partida para entender-se o baixo desempenho dos alunos em relação aos demais países que participaram da avaliação. "No Brasil do início do século, o pouco de investimento em educação que havia ficava restrito a uma aristocracia rural e a uma incipiente burguesia". A universalização do ensino, uma conquista histórica de outros países no século 19, inclusive da América do sul, como a Argentina e Uruguai, só foi alcançada no Brasil há pouco tempo, no final do século 20.

O avanço econômico que se iniciou no País nas primeiras décadas do século passado e que levou à equiparação da renda *per capita* brasileira à da Argentina, não produziu efeitos sobre a educação, que se manteve no mesmo patamar de nações como a Bolívia e Paraguai. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1920 cerca de 65% da população, com 15 anos de idade ou mais, era analfabeta.

Documento produzido pelo economista sobre o relatório brasileiro do Pisa mostra que só a partir da década de 50 houve uma progressiva expansão das redes estaduais e municipais de ensino no País, mas a taxa de analfabetismo ainda era elevada, em torno de 50%. Outros países, que à semelhança do Brasil apresentavam uma situação educacional deficiente, conseguiram atingir grandes avanços no setor em algumas décadas. No Pisa, a Coreia do sul alcançou, por exemplo, níveis qualitativos acima da média da OCDE. "Naquele país, houve um compromisso férreo entre famílias, a sociedade e o governo acerca da prioridade a ser dada à educação".

A situação educacional brasileira só começa a apresentar mudanças nos anos 90, principalmente no final da década, quando praticamente foi universalizada a matrícula no ensino fundamental. O percentual de crianças na faixa etária de 7 a 14 anos matriculado no ensino fundamental sobe de 84%, em 1990, para 95,4% em 1999. Há também um significativo processo de inclusão educacional da população que estava fora da escola, principalmente entre os mais pobres. "A economia começa a dar sinais mais claros de que, sem educação, o progresso individual e a retomada do crescimento será impossível".

Além disso, segundo a análise do economista, começa a ser rompida a cultura da repetência, o atraso escolar e eventual abandono antes de terminar o fundamental. A taxa de repetência no ensino fundamental cai de 30,2%, em 1995, para 21,6%, em 1999. Na última década, o índice de analfabetismo reduziu-se de 20% para 13,3%. Na visão dele, o aumento acelerado da expansão escolar deu-se sem que o preço a pagar fosse a qualidade.

Doze países formam a elite do ensino mundial

A análise dos resultados do Pisa, levando em conta a margem de erro de 5%, revela que um grupo de 12 países forma a elite do ensino mundial. Com pontuação que vai de 507 a 546, estão na lista a Finlândia, em primeiro lugar, e as demais nações por ordem de classificação: Canadá, Nova Zelândia, Austrália, Irlanda, Coreia do sul, Reino Unido, Japão, Suécia, Áustria, Bélgica e Islândia.

Outras cinco nações, com resultados estatisticamente equivalentes à média geral dos países da OCDE, que corresponde a 500, estão em um segundo grupo de desempenho. Ele é formado por Noruega, França, Estados Unidos, Dinamarca e Suíça. Nesse grupo a média vai de 494 a 505.

Em um terceiro grupo estão 14 países com resultados que vão de 396 a 493, abaixo da média da OCDE. São eles Espanha, República Checa, Itália, Alemanha, Liechtenstein, Hungria, Polônia, Grécia, Portugal, Rússia, Letônia, Luxemburgo, México e Brasil. Devido a problemas com a amostra, os resultados da Holanda não foram incluídos.

5 de dezembro de 2001.

Alunos brasileiros são destaque em avaliação da Unesco/Orealc

Avaliação da Unesco/Orealc para conhecer os níveis de aprendizado dos alunos, realizada em 14 países da América Latina e do Caribe, coloca a educação brasileira no mesmo nível da Argentina e do Chile. O primeiro lugar ficou com os alunos cubanos.

A amostra envolveu quatro mil alunos brasileiros da 3ª e da 4ª séries do ensino fundamental, nas disciplinas de língua (portuguesa, no caso do Brasil) e Matemática. Participaram da avaliação, feita no mês de outubro de 1997, alunos de escolas públicas e privadas dos Estados do Ceará, Minas Gerais e Rio Grande do sul.

Os resultados foram classificados em três grandes grupos: o primeiro, formado por países cujas medianas estão muito acima da média regional; o segundo, por países com medianas próximas à média regional, mas sempre acima desta; e o terceiro, formado por países com mediana abaixo da média regional.

Os dados apresentados correspondem ao valor mediano dos rendimentos de cada país, comparados com a média para a região da América Latina e o Caribe. Cabe ressaltar que a mediana, nesse caso, é uma estatística de tendência central mais adequada que a média, uma vez que está menos sujeita à influência dos valores extremos da distribuição.

Os resultados na disciplina de língua

Numa escala de zero a 400 pontos possíveis, o desempenho mediano do Brasil em língua, na 3ª e na 4ª séries do ensino fundamental, foi de 256 e 277 pontos, respectivamente. Com esse resultado, o País ficou acima da média regional, empatado estatisticamente com a Argentina (263 pontos para a 3- série e 282 para a 4ª série) e Chile (259 pontos para a 3ª série e 286 para a 4ª série). Cuba ficou isolada na primeira colocação com 343 e 349 pontos, respectivamente.

Os resultados na disciplina de Matemática

O desempenho mediano do Brasil em Matemática foi de 247 pontos na 3ª série e de 269 pontos na 4ª série do ensino fundamental. Na 3ª série, apenas as medianas da Argentina (251 pontos) e Cuba (351 pontos) ficaram acima da média regional. Na 4ª série, a mediana obtida pelo Brasil foi de 269 pontos, mesmo rendimento obtido pelos alunos argentinos. Na frente, outra vez, ficaram os alunos cubanos, com 353 pontos.

Como foram as provas

As provas foram elaboradas pela equipe da Oréale e adaptadas, na medida do possível, à realidade brasileira. Em Língua Portuguesa foram avaliados os seguintes aspectos: compreensão leitora, prática metalinguística e produção de textos. A prova de Matemática incluiu quatro tópicos: numeração, operação com números naturais, frações comuns, geometria e medidas, incorporando também quatro habilidades de nível superior (interpretação de gráficos, reconhecimento de padrões, probabilidades e estabelecimento de relações entre dados).

Associação das notas com outros indicadores favorece o Brasil

A associação dos resultados da avaliação com os indicadores educacionais, sociais e econômicos de cada país, como a Taxa de Alfabetização de Adultos, o índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o Produto Interno Bruto (PIB), é favorável ao Brasil.

Os resultados do País surpreendem. Com uma taxa de alfabetização de adultos de 83%, a oitava entre os 14 países que participaram da avaliação, o Brasil obtém o quarto melhor desempenho em língua e a terceira maior mediana em Matemática, na 3ª e na 4ª séries.

Com o sexto IDH entre os países participantes da avaliação, o Brasil alcança o quarto melhor desempenho em língua e o terceiro melhor em Matemática, em ambas as séries.

Registrando o sexto PIB *per capita* entre os 14 países, o desempenho do Brasil salta para o quarto lugar em língua e o terceiro lugar em Matemática na 3ª e na 4ª séries do ensino fundamental.

Rendimento do Brasil recebe elogios da Unesco/Orealc

O bom rendimento dos alunos brasileiros na avaliação recebeu elogios da Unesco/Orealc: "Bolívia, Brasil e Cuba são os países que mudam favoravelmente e de forma consistente suas posições relativas, sugerindo que, mediante políticas educativas apropriadas, conseguiram dinamizar e melhorar a efetividade de seus sistemas. Os países que mostram consistentemente uma tendência para a baixa, assim como aqueles que evidenciam variações positivas, poderiam encontrar sugestões úteis na observação desses países", diz um trecho do relatório sobre o Primeiro Estudo Internacional Comparado - Unesco/Orealc.

"Os resultados são animadores. Mostram que a qualidade da educação brasileira vem melhorando e que as iniciativas que vêm sendo adotadas pelos governos federal, estaduais e municipais estão no caminho certo", comemora o ministro da Educação, Paulo Renato Souza.

Definições

- Unesco - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
- Oréale - Escritório Regional de Educação para a América Latina e o Caribe

Posição dos países segundo posição da mediana em relação à média regional, por série e disciplina

(Continua)

GRUPO	LÍNGUA		MATEMÁTICA	
	3ª SÉRIE	4ª SÉRIE	3ª SÉRIE	4ª SÉRIE
1º	Cuba (343)	Cuba (349)	Cuba (351)	Cuba (353)
2º	Argentina (263)	Chile (286) Argentina (282) Brasil (277)	Argentina (251)	Brasil e Argentina (269)
	Chile (259) Brasil (256)	Colômbia (265) México (252) Paraguai (251)		Chile (265) Colômbia (258) México (256)

GRUPO	LÍNGUA		MATEMÁTICA	
	3ª SÉRIE	4ª SÉRIE	3ª SÉRIE	4ª SÉRIE
3º	Venezuela (242)		Brasil (247)	
	Colômbia (238)		Chile (242)	
	Bolívia (232)	Venezuela (249)	Colômbia (240)	Paraguai (248)
	Paraguai (229)	Honduras (238)	Bolívia (240)	Bolívia (245)
	México (224)	Bolívia (233)	México (236)	R. Dominicana (234)
	R. Dominicana (220)	R. Dominicana (232)	Paraguai (232)	Honduras (231)
	Honduras (216)		R. Dominicana (225)	Venezuela (226)
			Venezuela (220)	
			Honduras (218)	

Fonte: *Primer Estudio Internacional Comparativo*. Unesco/Orealc, 1998.

16 de dezembro de 1998.

2.5 EXAME PARA CONCLUINTES DO ENSINO MÉDIO (ECEM) Exame revela perfil de concluintes do ensino médio em nove Estados

No ano passado, foram um milhão e 163 mil alunos que concluíram o ensino médio no Brasil. Em 1998, serão mais de um milhão e 200 mil. Para conhecer o perfil desses alunos, o Ministério da Educação e do Desporto (MEC) aplicou, em novembro de 1997, o Exame para Concluintes do Ensino Médio, em nove Estados, do qual participaram 429.755 alunos, representando 37% de todos os concluintes.

Participaram da avaliação os Estados da Bahia, Goiás, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rondônia, Sergipe e São Paulo. Os alunos avaliados, pertencentes majoritariamente à rede pública estadual, fizeram provas de Língua Portuguesa, Matemática, Física, Química e Biologia e preencheram ainda um questionário socioeconômico-cultural.

Os resultados desse Exame revelam que o perfil dos concluintes é bastante heterogêneo, apontando para um processo de grande mobilidade educacional.

Mais da metade (53%) dos alunos é proveniente de famílias com renda mensal inferior a seis salários mínimos (R\$ 720,00). "Isto evidencia a democratização do acesso ao ensino médio, ocorrida na última década. No período de 1990 a 1997, a matrícula no ensino médio cresceu 82%, saltando de 3,5 milhões para 6,4 milhões", diz o ministro Paulo Renato Souza.

Os alunos oriundos de famílias com faixa de renda mais alta concentram-se em cursos acadêmicos diurnos (36,4%), enquanto 66% dos alunos de cursos profissionalizantes noturnos têm renda familiar de até R\$ 720,00. A diferenciação entre turnos diurno e noturno aparece em todos os Estados, em maior ou menor grau.

Nos Estados da Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Norte, mais da metade dos alunos provêm de famílias com renda mensal inferior a R\$ 360,00. Nos Estados de Goiás, Paraná, Rio de Janeiro e Rondônia o número de alunos com o mesmo nível de renda cai para cerca de um terço do total. Em São Paulo, apenas 15% dos alunos encontram-se nessa faixa de renda, em razão do maior poder aquisitivo da população.

A maioria (59%) dos alunos que fez o Exame é do sexo feminino, indicando que as mulheres cuidam melhor da sua formação e já superam os homens em nível de escolaridade,

observa o ministro da Educação. Nos cursos diurnos, o contingente feminino sobe para 68% e nos cursos profissionalizantes diurnos este número salta para 74%.

Apenas 40% dos jovens concluintes afirmam não ter exercido atividade remunerada durante o curso. Dizem ter trabalhado até 20 horas semanais, 27,5% dos alunos, e mais de 20 horas por semana, 28%. Dos concluintes do período noturno, mais de 50% afirmam que começaram a trabalhar entre 14 e 16 anos de idade, sendo que aproximadamente 20% iniciaram com menos de 14 anos.

O Exame revela ainda que mais de 50% dos alunos concluintes do ensino médio são filhos de pais que não completaram o ensino fundamental. Cerca de 11% dos pais possuem escolaridade média e apenas 5% o nível superior. A escolaridade dos pais é ligeiramente superior à escolaridade das mães: 61,81% dos pais frequentaram até o ensino fundamental, contra 63,41% das mães.

Nota-se, a partir desta constatação, que o nível de escolaridade dos pais está sendo superado pelos filhos. Entre os concluintes, apenas 9,02% dos pais e 7,19% das mães possuem nível de escolaridade superior ao alcançado pelos filhos.

O desempenho

As notas médias de Língua Portuguesa dos cursos profissionalizantes foram menores que as alcançadas nos cursos acadêmicos, ainda que a diferença entre elas revele-se pequena. As dos alunos do turno noturno também foram menores que as do período diurno. A média geral de acertos dos concluintes em Língua Portuguesa foi de um terço das questões.

Analisando-se os resultados das provas, nota-se maior dificuldade dos alunos na interpretação de textos, sobretudo na análise sintático-semântica. Os alunos enfrentaram dificuldade também para resolver operações lingüísticas envolvendo a forma e construção de sentido e para estabelecer relações de intertextualidade entre dois enunciados.

Em Matemática, as médias obtidas por alunos de cursos profissionalizantes foram, também, menores quando comparadas ao rendimento médio dos cursos acadêmicos. O domínio dos concluintes em Matemática mostrou-se precário, principalmente no que se refere a números complexos, aplicação dos princípios fundamentais de contagem em análise combinatória e probabilidade, distância entre dois pontos no plano, representação de circunferência no plano e relações trigonométricas. A média geral de acertos dos concluintes de Matemática foi inferior a um terço das questões.

Metade apresenta defasagem idade/série

Perto da metade dos alunos concluintes do ensino médio apresenta defasagem idade-série. Em relação à idade, o esperado é que o aluno da 3- série esteja completando 17 ou 18 anos. No entanto, constata-se que aproximadamente a metade dos alunos (46,47%) apresentou defasagem idade-série.

Nesse aspecto, existem pelo menos duas realidades distintas: a dos cursos diurnos e a dos cursos noturnos, mas também são registradas diferenças significativas entre as clientela dos cursos acadêmicos e profissionalizantes. No turno diurno, cerca de 80% dos concluintes têm até 20 anos, enquanto que no noturno esse percentual cai para 65%.

Já nos cursos diurnos acadêmicos, os alunos com até 20 anos correspondem a 90,36% do total enquanto que nos cursos noturnos profissionalizantes esse percentual cai para 57,83% do total.

O Exame possibilita uma associação entre o pior desempenho dos alunos com a defasagem idade-série. Esta associação é maior com os alunos do turno noturno. Quem

obteve baixo desempenho no Exame vem de um processo de escolarização truncado por sucessivas reprovações, bem como um nível de expectativas mais baixo no que diz respeito às possibilidades de dar continuidade aos estudos.

Este dado, de acordo com o ministro Paulo Renato Souza, reforça a importância das Classes de Aceleração, para melhorar o desempenho dos alunos e diminuir a defasagem idade-série.

Poucos pretendem ingressar no ensino superior

Uma das revelações mais surpreendentes do Exame é que pouco mais de 30% dos concluintes do ensino médio pretendem ingressar no ensino superior. Perguntada sobre a expectativa que mantinha em relação à conclusão do segundo grau, a maioria foi taxativa: considera o ensino médio um passaporte para o mercado de trabalho.

Novamente, os alunos do turno diurno diferenciam-se dos alunos do turno noturno e há, também, uma grande diferenciação entre alunos de cursos acadêmicos e alunos de cursos profissionalizantes: 55% dos concluintes de curso acadêmico diurno esperam ingressar no ensino superior, contra 35% dos que freqüentam cursos acadêmicos noturnos. Nos cursos profissionais diurnos, apenas 16% querem ingressar no ensino superior, contra 18% que freqüentam cursos profissionais à noite.

"Esses dados podem contribuir muito para a discussão sobre as características e funções do ensino médio, em um momento de reforma deste nível de ensino", afirma a presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), Maria Helena Guimarães de Castro.

Para Maria Helena, o fato de haver um grupo de alunos que se mostra bastante voltado para o ingresso no mercado de trabalho, imediatamente ou após a realização de cursos profissionalizantes (17% do total geral e 21% dos estudantes do turno noturno) "indica uma necessidade, já identificada por uma parcela específica do alunado - os estudantes do turno noturno - que ainda não foi atendida pelo nosso sistema de ensino: a de cursos profissionalizantes pós-secundários".

Faltam vagas no ensino superior

A rápida expansão da matrícula no ensino médio, que se acentuou nos últimos cinco anos, vem provocando um aumento na demanda por vagas no ensino superior.

Em resumo, temos o seguinte quadro: em 1994, havia 4,5 milhões de alunos matriculados no ensino médio, contra 6,4 milhões em 1997. O crescimento do número de matrículas registrado no período foi de 42%. Este ano, o número de alunos matriculados no ensino médio deve continuar crescendo num ritmo superior a 10%, a exemplo dos anos anteriores.

O número de concluintes também vem aumentando consideravelmente. Em 1990, havia cerca de 658 mil alunos concluintes no nível médio e aproximadamente 560 mil vagas no ensino superior, o que estabelecia uma relação de praticamente 1,2 aluno por vaga.

Em 1997, mais de 1,2 milhão de estudantes concluíram o ensino médio para cerca de 650 mil vagas oferecidas para o ensino superior, o que significa que temos agora uma relação próxima de dois alunos por vaga. Até o final de 1998, mais de 1,5 milhão de alunos estarão em condições de concluir o ensino secundário.

Considerando que, no Brasil, apenas 11% da população na faixa etária de 18 a 24 anos freqüentam o ensino superior, a abertura de novas vagas nesse nível de ensino torna-se uma questão prioritária.

"Com a rápida expansão do ensino médio, fatalmente surgirão novas demandas por ensino superior e, particularmente, por novas carreiras e sistemas mais enxutos

de formação, como os cursos profissionalizantes do pós-médio, por exemplo", exemplifica a presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), Maria Helena Guimarães de Castro.

Aumentar o número de vagas no ensino superior é uma das principais metas do Plano Nacional de Educação (PNE) para os próximos dez anos. O objetivo é fazer com que o País possa atender a 30% da população nessa faixa etária até o ano 2008. Com isso, o Brasil alcançará a média internacional, que oscila entre 30% a 40% da população nessa faixa etária.

Ministro diz que ensino médio é "sofrível"

O desempenho dos alunos que participaram da Avaliação de Concluintes do Ensino Médio foi "sofrível", na opinião do ministro da Educação, Paulo Renato Souza.

"A deficiência de desempenho do ensino médio já havia sido demonstrada no Saeb (Sistema de Avaliação da Educação Básica) e foi confirmada nesse Exame de Concluintes. Já equacionamos a questão do ensino fundamental e agora é preciso investir mais em todos os recursos pedagógicos do ensino médio - na formação de professores, na informática, em laboratórios e na expansão da oferta de escolas apropriadas", disse Paulo Renato, após a divulgação do desempenho médio em Português e Matemática, por turno e tipo de curso.

De 30 perguntas de Português, os alunos do curso diurno acertaram, em média, 11,98; os do curso noturno, 10,02; os do curso acadêmico, 10,96, enquanto os do profissionalizante, 10,62. Em Matemática, de 30 perguntas os alunos do curso diurno acertaram, em média, 8,06, enquanto os do noturno, 7,78. Já os do curso acadêmico acertaram 8,92 questões e os do profissionalizante, 7,57.

Paulo Renato falou sobre as medidas que já estão sendo adotadas com o objetivo de melhorar a qualidade do ensino médio. No treinamento de professores, o programa Pro-Ciências, desenvolvido pela Capes, investe R\$ 20 milhões por ano. Em termos de recursos tecnológicos, destacam-se o Programa Nacional de Informática na Educação (ProInfo) - que deverá instalar computadores em seis mil escolas, até o final de 1998 - e a decisão de criar-se, com apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), um Centro de Referência de Matemática e Ciências para a produção de recursos pedagógicos, como *softwares* e vídeos.

O BID vai financiar, ainda, os planos de expansão do ensino técnico nos Estados e emprestar, nos próximos cinco anos, R\$ 2,5 bilhões para a melhoria do ensino médio, em todo o País.

A reforma do ensino técnico, que deverá ser implementada no próximo ano, também foi citada pelo ministro como garantia de qualidade, bem como a realização do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), "que servirá de estímulo para os Estados alcançarem as metas de conteúdos avaliadas pelo MEC", concluiu.

26 de março de 1998.

Instituto Nacional de
Estudos e Pesquisas
Educacionais

Ministério da
Educação



Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)